

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**INTERNACIONALIZAÇÃO NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL:
ESTUDO SOBRE AS MATRIZES CURRICULARES**

EDUARDO FELICÍSSIMO LYRIO

**Piracicaba, SP
(2021)**

EDUARDO FELICÍSSIMO LYRIO

**INTERNACIONALIZAÇÃO NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL:
ESTUDO SOBRE AS MATRIZES CURRICULARES**

Texto apresentado como requisito para
Defesa no Doutorado do Programa de Pós-
Graduação em Educação, da Universidade
Metodista de Piracicaba, sob a orientação
da Prof.^a Dr.^a Tânia Barbosa Martins.

**Piracicaba, SP
(2021)**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecário: Fábio Henrique dos Santos Corrêa – CRB: 8/10150

L992i Lyrio, Eduardo Felicíssimo
Internacionalização nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no
Brasil: estudo sobre as matrizes curriculares / Eduardo Felicíssimo Lyrio. –
2021.
291 fls.; il.; 30 cm.

Orientador (a): Prof. Dra. Tânia Barbosa Martins.
Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2021.

1. Contabilidade. 2. Matrizes curriculares. 3. Educação superior.
4. Currículo mundial de contabilidade. 5. Ensino em Ciências Contábeis.
I. Martins, Tânia Barbosa. II. Título.

CDD – 375.006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Barbosa Martins – Orientadora - UNIMEP

Prof. Dr. Carlos Da Fonseca Brandão - UNESP

Prof. Dr. Darlan Marcelo Delgado - CEETEPS

Profa. Dra. Claudia Da Silva Santana - UNIMEP

Profa. Dra. Fabíola Cristina Ribeiro De Oliveira - UNIMEP

DEDICATÓRIA / EPÍGRAFE

Dedico esta Pesquisa aos meus pais e minhas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os familiares e amigos que me apoiaram e deram suporte ao longo de todo esse tempo.

Em especial:

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP);

Aos colegas da turma de 2017.2 e demais colegas que foram se juntando ao longo desses maravilhosos 4 anos.

À minha Orientadora, Profa. Tânia Barbosa Martins, pela paciência, parceria, conhecimento compartilhado e pelo desenvolvimento proporcionado.

Aos funcionários administrativos da UNIMEP pelos grandes esforços ao longo desses 4 anos.
À CAPES pelo auxílio e financiamento à pesquisa.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – Brasil”

RESUMO

A globalização econômica tem atingido níveis cada vez mais altos, envolvendo não só o comércio entre nações, mas todo o mercado financeiro. Com o avanço da tecnologia da informação e com as novas demandas financeiras mundiais, surge a figura do profissional contábil global. A formação desse profissional demanda uma série de procedimentos, normas e instruções, agora em nível internacional, desde o surgimento das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nos anos 2000. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as matrizes curriculares nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil. Para que o objetivo pudesse ser alcançado, realizou-se a revisão de literatura sobre currículo em contabilidade, em especial sobre o currículo mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) / *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) / *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) que após a sua revisão em 2014 tem sido a diretriz para as matrizes curriculares no mundo, seguida das normas internacionais de educação contábil (IES). Além de revisão de literatura, pretendeu-se analisar a matriz curricular de 19 Instituições de Ensino Superior de Direito Público no Brasil que oferecem 21 cursos distintos de graduação em ciências contábeis na modalidade presencial e que foram avaliadas no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) da área realizado em 2018 com conceito 1 e 5, com o intuito de analisar possíveis particularidades nos extremos. As análises abrangeram a verificação dos conteúdos das respectivas matrizes curriculares com o currículo mundial verificando se há relação entre o nível de internacionalização das matrizes das respectivas IES com o desempenho no ENADE aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no Exame de Suficiência Contábil sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade. Com base nos estudos de estudos de Pereira (2011); Alves (2014); Silva (2009); Lima (2010); Souza (2009); Paris (2012) entre outras pesquisas, verificou-se que o processo de internacionalização da contabilidade demanda uma série de ajustes em função de cada país, indo desde a convergência, envolvendo harmonização e as peculiaridades de cada cultura. Em relação ao currículo mundial verificou-se que conforme os estudos de Rocha (2012); Vieira (2013); Frosi (2013) e Alexandre (2014) que há certo grau de internacionalização das matrizes curriculares nas Instituições de Ensino Superior pesquisadas, entretanto, em muitos quesitos há distanciamento. Os estudos verificados apresentavam análises em relação a uma região geográfica, unidade federativa ou município não foram encontradas pesquisas que abrangessem a totalidade das Instituições de Ensino Superior brasileiras, proposta desta pesquisa. Os principais resultados da presente pesquisa revelaram baixo grau de internacionalização nas IES consultadas, e conseqüentemente baixa relação de internacionalização com o desempenho nos exames e agrupamento mediano em relação aos conteúdos do Currículo Mundial de Contabilidade.

Palavras-chave: Contabilidade. Matrizes Curriculares. Educação Superior. Currículo Mundial de Contabilidade. Ensino em Ciências Contábeis.

ABSTRACT

Economic globalization has been reaching ever higher levels, involving not only trade between nations, but the entire financial market. With the advancement of information technology and the new global demands, the figure of the global accounting professional emerges. The training of this professional requires a series of procedures, standards and instructions, now at an international level, since the emergence of International Financial Reporting Standards (IFRS) in the 2000s. The present research aims to analyze how curricular matrices in Undergraduate Courses in Accounting Sciences in Public Higher Education Institutions in Brazil. In order to achieve the objective, we carried out a literature review on accounting curriculum, in particular on the United Nations (UN) world curriculum / United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) / International Accounting and Reporting Standards (ISAR) which after its revision in 2014 has been the guideline for curricular matrices in the world, followed by the standards of international accounting education (HEI). In addition to a literature review, we intend to analyze a curricular matrix of 19 Higher Education Institutions of Public Law in Brazil that offers 21 different undergraduate courses in accounting sciences in the face-to-face modality and that were evaluated in the last National Student Performance Exam (ENADE) of the area carried out in 2018 with concepts 1 and 5, in order to analyze possible particularities at the extremes. The analyzes covered the verification of the contents of the matrices of the respective matrices with the world curriculum verifying whether in relation to the level of internationalization of the matrices of the different HEIs with the performance at ENADE applied by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and Accounting Sufficiency Exam under the supervision of the Federal Accounting Council. Based on studies by Pereira (2011); Alves (2014); Silva (2009); Lima (2010); Souza (2009); Paris (2012) among other studies, it was found that the internationalization process of accounting requires a series of adjustments depending on each country, ranging from convergence, involving harmonization and as peculiarities of each culture. Regarding the world curriculum, it was found that according to the studies by Rocha (2012); Vieira (2013); Frosi (2013) and Alexandre (2014) that there is a certain degree of internationalization of the curricular matrices in the Higher Education Institutions surveyed, however, in many aspects there is distance. The verified studies presented analyzes in relation to a geographic region, federative unit or municipality. No research was found that covered the totality of Brazilian Higher Education Institutions, proposed by this research. The main results of this research revealed a low degree of internationalization in the consulted HEIs, and consequently a low internationalization relationship with exam performance and average grouping in relation to the contents of the Global Accounting Curriculum.

Key-words: Accounting. Curriculum Matrices. Higher Education. World Accounting Curriculum. Teaching in Accounting Sciences.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 –	Exame de Suficiência – Brasil (2011-2020)	22
TABELA 2 –	Estatísticas Básicas das Notas do Componente de Conhecimento Específico, por Grande Região – Enade/2018 – Ciências Contábeis	22
TABELA 3 –	Cursos de Ensino Superior – Desempenho no ENADE 2018	23
TABELA 4 –	Número de Jurisdições que Utilizam as IFRS	44
TABELA 5 –	Total e Média de Aprovados no ESC por IES e Conceito ENADE	196
QUADRO 1 -	OI S.A. Ajustes entre critérios: US GAAP (EUA) x IFRS (Brasil) (em milhares de Reais – R\$)	25
QUADRO 2 –	Fatos Relevantes Sobre a Convergência às IFRS (Mundo)	47
QUADRO 3 –	Acontecimentos Históricos na Educação Contábil no Brasil (1804-1978)	63
QUADRO 4 –	Cronologia de Acontecimentos e Legislação do Ensino de Contabilidade	67
QUADRO 5 –	Definições de Currículo	74
QUADRO 6 –	Teorias de Currículo	77
QUADRO 7 –	Módulos Definidos no Currículo Mundial de Contabilidade (2011)	81
QUADRO 8 –	29 Textos Mais Citados, Sendo 21 Com Relação Separados Por <i>Cluster</i>	102
QUADRO 9 –	Total de Cursos Oferecidos por Região e Conceito ENADE – Faixa	114
QUADRO 10 –	Cursos Oferecidos por IES de Direito Privado por Região e Conceito ENADE – Faixa	114
QUADRO 11 –	Cursos Oferecidos por IES de Direito Público por Região e Conceito ENADE – Faixa	115
QUADRO 12 –	Total de cursos por Região, Unidade Federativa e Conceito ENADE – Faixa	116
QUADRO 13 –	Cursos Oferecidos por IES de Direito Privado e Público por Região, Unidade Federativa e Conceito ENADE – Faixa	117

QUADRO 14 – IES por Quantidade de Cursos de Graduação em Ciências Contábeis	118
QUADRO 15 – Relação de IES Analisadas	125
QUADRO 16 – Matriz Curricular Universidade De Brasília (UNB) (Diurno E Noturno)	128
QUADRO 17 – Matriz Curricular - Universidade Estadual De Maringá (UEM)	131
QUADRO 18 – Matriz Curricular - Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Diurno)	134
QUADRO 19 – Matriz Curricular - Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Noturno)	135
QUADRO 20 – Matriz Curricular - Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF GV)	139
QUADRO 21 – Matriz Curricular - Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF)	141
QUADRO 22 – Matriz Curricular - Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG)	144
QUADRO 23 – Matriz Curricular - Universidade Federal De Santa Maria (UFSM)	148
QUADRO 24 – Matriz Curricular - Universidade Federal De São Paulo (UNIFESP)	152
QUADRO 25 – Matriz Curricular - Universidade Federal De Viçosa (UFV)	156
QUADRO 26 – Matriz Curricular - Universidade Federal Do Piauí (UFPI)	159
QUADRO 27 – Matriz Curricular - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	163
QUADRO 28 – Matriz Curricular - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	166
QUADRO 29 – Matriz Curricular - Universidade Técnica Federal Do Paraná (UTFPR)	170
QUADRO 30 – Matriz Curricular - Centro Universitário De Mineiros (UNIFIMES)	174
QUADRO 31 – Matriz Curricular - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)	177
QUADRO 32 – Matriz Curricular - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH)	181

QUADRO 33 –	Matriz Curricular - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	184
QUADRO 34 –	Matriz Curricular - Universidade Estadual De Alagoas (UNEAL)	188
QUADRO 35 –	Matriz Curricular - Universidade Estadual De Goiás (UEG)	190
QUADRO 36 –	Matriz Curricular - Universidade Estadual De Roraima (UERR) ..	193
QUADRO 37 –	Resumo da Disponibilidade de Documentos	195
QUADRO 38 –	IES com Disciplinas Voltadas ao Ambiente Internacional	198
QUADRO 39 –	Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 1 do CMC	200
QUADRO 40 –	Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 2 do CMC	201
QUADRO 41 –	Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 3 do CMC	202
QUADRO 42 –	Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 4 do CMC	203

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1 – Investimento Direto Estrangeiro – Mundo (em trilhões de US\$ atuais)	40
FIGURA 2 – Decreto de 27 de abril de 1818 – Guarda-Livros	66
FIGURA 3 – Pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações Capes	94
FIGURA 4 – Buscas Salvas na Base Scopus/Elsevier	100
FIGURA 5 – Acertos por Área de Conhecimento no ESC – Acumulado 2011 a 2017	102
FIGURA 6 – Rede Bibliográfica 21 Estudos por Acoplamento Bibliográfico por <i>Cluster</i> (mínimo 10 vezes)	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CMC -	Currículo Mundial de Contabilidade
CPC -	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CTDC -	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
ENADE -	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ESC -	Exame de Suficiência Contábil
FBC -	Fundação Brasileira de Contabilidade
IAESB -	<i>International Accounting Education Standards Board</i>
IAS -	<i>International Accounting Standard</i>
IASB -	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC -	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IES -	<i>Instituição de Ensino Superior</i>
IFAC -	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS -	<i>International Financial Reporting Standards</i>
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOSCO -	<i>International Organization Of Securities Commissions</i>
IPSAS -	<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público)
ISAR -	<i>International Standards of Accounting and Reporting</i>
MEC -	Ministério da Educação
NBC -	Norma(s) Brasileira(s) de Contabilidade
NIE -	Norma(s) Internacional(is) de Educação Contábil (<i>International Accounting Education Standards</i>)
ONU -	Organização das Nações Unidas
PMEs -	Pequenas e Micro Empresas
PPGE/UNIMEP -	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba
SEC -	<i>Securities and Exchange Commission</i>
UERJ -	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – CONTABILIDADE E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	29
1.1 Breve Histórico Sobre o Desenvolvimento da Contabilidade	29
1.2 Normas Internacionais de Contabilidade - <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i>	42
1.3 Internacionalização da Educação Superior	50
1.4 Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino da Contabilidade no Brasil	61
CAPÍTULO 2 – TEORIAS DE CURRÍCULO, O CURRÍCULO MUNDIAL DE CONTABILIDADE E AS DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO CONTÁBIL	72
2.1 Currículo: Teorias E Interpretações	72
2.2 O Currículo Mundial de Contabilidade da ONU/UNCTAD/ISAR	79
2.3 Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE)	82
2.4 Estudos Anteriores e Estudo Bibliográfico sobre Currículo em Ciências Contábeis	84
2.4.1 <u>Levantamento Bibliográfico das plataformas Portal Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações Capes</u>	84
2.4.2 <u>Levantamento Bibliográfico da Base Scopus/Elsevier e utilização do Software Vosviewer</u>	99
CAPÍTULO 3 – EXAMES NACIONAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	111
3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)	111
3.2 Exame de Suficiência Contábil	119
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	122
4.1 Procedimentos para o levantamento de dados	123
4.2 Procedimentos para a análise dos dados	123
4.3 Análise dos Resultados e Discussões	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207

REFERÊNCIAS	212
APÊNDICES	235
APÊNDICE A – Currículo Mundial de Contabilidade – ONU/UNCTAD/ISAR (2011)	236
APÊNDICE B – 145 Cursos de Ensino Superior de Direito Público (em ordem crescente do Conceito Enade - Faixa)	244
APÊNDICE C – 966 Instituições de Ensino Superior em Ciências Contábeis no Brasil (2020)	250
APÊNDICE D - 88 IES Públicas (145 cursos de Graduação em Ciências Contábeis)	266
APÊNDICE E – Disciplinas dos Cursos Agrupadas aos Módulos do CMC	268
APÊNDICE F – Endereços Eletrônicos dos Cursos Consultados	269
APÊNDICE G – Estudos Pesquisados	270
APÊNDICE H – Classificação das Disciplinas aos Módulos do CMC	277
ANEXOS	289
ANEXO 1 – Figuras VOSviewer	289

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de doutorado tem como objetivo geral analisar as matrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil, oferecidos por 19 Instituições de Ensino Superior Públicas, totalizando 21 cursos, as quais foram avaliadas no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) realizado na área em 2018. O intuito da análise reside na comparação com o Currículo Mundial de Contabilidade idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (UNCTAD) e do *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) e das Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE) do *International Accounting Education Standards Board* (IAESB). Este estudo está vinculado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa “Trabalho Docente, Formação de Professores e Políticas Educacionais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

Pretendeu-se ainda, de forma específica, investigar o conteúdo das matrizes curriculares nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil com as Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE) do IAESB e verificar, se há relação da similaridade das matrizes curriculares nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil com o desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e Exame de Suficiência Contábil (ESC), sob a responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A questão que proporcionou a elaboração dos objetivos da pesquisa foi: Como se apresentam as matrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, considerando as relações sobre a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, especificamente, sobre o Currículo Mundial de Contabilidade da ONU/UNCTAD/ISAR?

O objeto da pesquisa são as matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos por 19 IES no Brasil, escolhida pelos conceitos extremos do último ENADE realizado na área em 2018, ou seja, os conceitos 1 e 5, disponibilizadas nos documentos das respectivas IES, que, além das matrizes poderão ser analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), Ementário e Grade curricular, por exemplo, nas suas respectivas páginas eletrônicas.

Antes de apresentar com mais detalhes o contexto e a estrutura do estudo, farei um breve relato da minha, ainda recente carreira de docente no Ensino Superior, momento em que despertei o interesse para a realização da pesquisa. Ao longo das aulas que lecionei pude perceber e vislumbrar a quão interessante, prazerosa e desafiadora é esta profissão.

O contato com os alunos e colegas com formação nas mais distintas áreas, assim como todos de funções administrativas, fornece caminhos enriquecedores para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Diversas foram as vezes em que fui apresentado a novas práticas pedagógicas, a novas ferramentas e, principalmente, a olhar a mesma questão ‘com outros olhos’. Colocar-me no lugar do aluno, verificando as suas dificuldades, suas histórias de vida e do capital cultural de cada um, fez-me perceber que não existe um método correto, perfeito ou infalível para lecionar.

Durante as diversas experiências presenciadas, pude verificar que havia algumas problemáticas no ensino e no aprendizado na área das ciências sociais aplicadas, em específico, na área das Ciências Contábeis. Os sintomas foram percebidos ao longo dos semestres em que lecionei, nas turmas em que participei e dos resultados dos dois principais exames na referida área: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o Exame de Suficiência Contábil (ESC) aferido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nos dois exames pude verificar baixo desempenho dos estudantes em geral, e em específico dos alunos que presenciei o desenvolvimento ao longo dos anos. Os resultados aquém do razoável, fizeram despertar em mim, a vontade de investigar os motivos para que isso acontecesse.

Os exames citados possuem diversas divergências nas suas respectivas metodologias e conteúdos. O ENADE tem âmbito mais generalista, enquanto o exame de Suficiência Contábil do CFC tem caráter mais específico e técnico e ambos estão longe de serem um meio fidedigno para a avaliação, e na minha modesta opinião, apenas reportam uma sensibilidade do momento ou indicam apenas um sintoma, sem determinar as suas causas.

Todo este cenário apresentado fez-me formular alguns questionamentos: haverá distanciamento entre o saber construído na academia e o saber prático da profissão? Haverá problemas quanto ao conteúdo ministrado nas diversas Instituições de Ensino Superior (IES)? Há alguma tendência no desenvolvimento da área contábil? Será que problemas similares ocorrem em outras nações? Existe alguma diretriz de âmbito mundial em relação à educação contábil, visto o processo de internacionalização da contabilidade? Entre outras questões.

Conforme os questionamentos apresentados, decidi o caminho a ser trilhado para que pudesse procurar soluções, ou ao menos contribuir para a minha formação e desenvolvimento,

seria não na área da contabilidade e sim, na área da educação. Eu precisava sair do mundo tecnicista e entrar no mundo de ensinar e aprender, precisava enxergar o mundo com ‘novos olhos’.

Com a decisão tomada, fiz a inscrição no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) no curso de doutorado. Fui aprovado e com isso comecei a desbravar um novo mundo, o mundo da Educação. Em diversos congressos, seminários, palestras e simpósios fui aprendendo a aprender, aprendendo a ver a mesma perspectiva sob outro ponto de vista, e isso ajudou-me a definir a pesquisa que iria realizar.

Ao longo do curso, com as constantes participações no núcleo de pesquisa sobre Trabalho Docente, Formação de Professores e Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP (PPGE/UNIMEP) e das conversas com colegas e estudos desenvolvidos sobre as tendências e novos modos de regulação no Ensino Superior sob orientação da professora e orientadora Tânia Barbosa Martins, vislumbrei a existência de Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE) e do Currículo Mundial de Contabilidade (CMC). Jamais havia tomado conhecimento sobre esses dois conjuntos de instruções e percebi também que havia poucas pesquisas sobre Educação na área da contabilidade, assim, decidi realizar a investigação sob essa perspectiva.

A internacionalização da contabilidade teria alguma tendência? Haveria alguma área do conhecimento que estaria recebendo maior destaque? Este destaque, caso houvesse, seria o mesmo destaque aplicado, exigido ou avaliado no Brasil? A partir desses questionamentos fui amadurecendo a ideia para a pesquisa, mas a motivação sempre esteve no aluno, no seu desenvolvimento e formação.

Feita esta breve apresentação, a seguir serão apresentados o desenvolvimento contextual e a estrutura deste estudo.

Conforme o desenvolvimento da sociedade, a contabilidade a acompanha, pois esta é uma ciência social aplicada. Com o intuito de apresentar o desenvolvimento desta pesquisa, serão apresentados todos os arcabouços pertinentes para a elucidação do contexto, no qual a problemática deste estudo está inserida.

Com o processo de internacionalização, cada vez mais presente na sociedade, e em especial com o avanço da tecnologia das comunicações, a contabilidade está em processo de homogeneização global, vide o desenvolvimento de uma linguagem única para os negócios, e a linguagem dos negócios é a contabilidade.

No Brasil, a partir da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS) por meio da Lei nº 11.638, de 28 de

dezembro de 2007, que alterou a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tornou obrigatória a escrituração contábil no país alinhada com essas diretrizes a partir de 2010 para as companhias abertas ou simplesmente denominadas empresas SAs (Sociedades por Ações). Para que estas normas pudessem ser adotadas, haveria a necessidade de suas harmonizações para o país, ou seja, ajustes nos procedimentos contábeis em uso no país, sendo criado com esta finalidade o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio da instrução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.055, de 7 de outubro de 2005 (CFC, 2005).

Como a lei foi sancionada no final de 2007, houve um período de aproximadamente 2 anos para que as empresas, contadores e auditores se adaptassem. O Governo não cedeu, num primeiro momento, não abrindo mão de receitas, ou impostos, oriundas dessas alterações contábeis, passando assim a se ter duas contabilidades: uma para atender às novas normas e outra para atendimento ao governo (fiscal). Assim, a presente pesquisa insere-se no contexto do surgimento das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e da sua harmonização e adoção no Brasil, com destaque para as Leis, Normas, Instruções e pesquisas sobre o tema, como destaque para os estudos de Pereira (2011); Alves (2014); Silva (2009); Lima (2010); Souza (2009) e; Paris (2012).

A necessidade da adaptação das normas internacionais de contabilidade, em seu termo original em inglês *International Financial Reporting Standards* (IFRS), trouxe vários desafios aos gestores e professores no Brasil. Especificamente, a criação do Currículo Mundial para o ensino de Contabilidade elaborado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e a apresentação de relatórios, tais como o *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), subordinado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD), Órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), reforçam a importância dos vários países adequarem suas normas às diretrizes internacionais. Sobre esse assunto, Erfurth (2009) discorre:

O ensino de Ciências Contábeis se limita, com frequência, a normas e regulamentos nacionais e a seus próprios procedimentos de adoção de normas, o que pode vir constituir um obstáculo para a integração na economia global. Visando diminuir as diferenças do ensino da contabilidade entre os países e capacitar os contadores para que estejam aptos a atender os requisitos exigidos por mercados cada vez mais globalizados foi criado o Currículo Mundial (CM), pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e apresentação de relatórios (*International Standards of Accounting and Reporting* - ISAR), subordinado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) (ERFURTH, 2009, p. 6).

Sobre o Currículo Mundial de Contabilidade (CMC), é apresentada de forma explícita a sua finalidade:

O currículo detalhado é apenas uma parte de um exercício maior para criar uma referência para as qualificações de contadores profissionais que, se seguidos, permitiriam que eles funcionassem melhor e servissem melhor a economia global. Os componentes desse sistema incluem:

- (a) Conhecimentos gerais e aptidões;
- (b) educação profissional (técnica);
- (c) exames profissionais;
- (d) experiência prática;
- (e) educação profissional continuada; e
- (f) um esquema de certificação.

Todos estes estão descritos no documento UN / UNCTAD, TD / B / COM.2 / ISAR / 5, intitulado “Desenvolvimento de um currículo global de contabilidade e outros requisitos de qualificação”.

A referência foi desenvolvida para a comunidade internacional como um todo, a fim de promover a harmonização global dos requisitos de qualificação profissional. Tal harmonização fechará as lacunas nos sistemas nacionais de formação, reduzirá os custos dos acordos de reconhecimento mútuo e aumentará o comércio transfronteiriço de serviços contábilísticos. Embora existam padrões internacionais para a prestação do serviço de contabilidade, não há padrões globais para os prestadores de serviços (UNCTAD, 2011, p. 1-2).

Para que se possa compreender o desenvolvimento do CMC deve-se conhecer o objetivo da UNCTAD:

Apoiamos os países em desenvolvimento a terem acesso aos benefícios de uma economia globalizada de maneira mais justa e eficaz. E nós ajudamos a equipá-los para lidar com as possíveis desvantagens de uma maior integração econômica. Para isso, fornecemos análises, facilitamos o consenso e oferecemos assistência técnica. Isso os ajuda a usar o comércio, investimento, finanças e tecnologia como veículos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável (UNCTAD, 2018).

Conforme apresentado, o CMC tem por objetivo auxiliar na uniformidade da prática contábil, assim como da qualificação dos contadores, a fim de fortalecer a economia global.

Uma vez que a contabilidade atual é norteadada por regulamentação internacional, a Contabilidade no Brasil, de 2007 até o presente, vem passando por várias adaptações em suas normas e procedimentos. Com a Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, (BRASIL, 2007) buscou-se reconfigurar os procedimentos contábeis utilizados no país com o intuito de unificar as normas entre os países, facilitando com isso, o entendimento das demonstrações financeiras. Nota-se que antes da aprovação da referida Lei, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tem como objetivo harmonizar o entendimento das normas internacionais de contabilidade para a comunidade contábil brasileira (CPC, 2016). Criado pela Resolução do

Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.055, de 7 de outubro de 2005, o CPC tem como objetivo:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005).

Cabe destacar que a adoção das normas internacionais de contabilidade denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) no mercado brasileiro vem impactando o ensino de contabilidade no Brasil. De modo geral, o CPC encarregou-se de emitir pronunciamentos com esse intuito e, em 2010 já era obrigatória a utilização das novas normas no Brasil.

Assim sendo, todo o arcabouço contábil existente no Brasil sofreu alterações, demandando que os cursos superiores adequem seus currículos e desenvolvam um conjunto de ações com o objetivo de implementar as normas internacionais. Cabe mencionar que o ensino de contabilidade no Brasil é marcado por dilemas, que nos últimos anos relacionam-se direta ou indiretamente com as novas demandas, impostas pelo contexto de globalização¹ econômica. Especificamente, a apreciação dos exames nacionais na área de contabilidade suscita vários questionamentos em torno do ensino de contabilidade no país. No Brasil há dois exames que tem como objetivo avaliar os alunos dos cursos de graduação em ciências contábeis: o Exame de Suficiência, realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), este é obrigatório para que se possa exercer a profissão contábil no Brasil e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que segundo o Ministério da Educação (MEC, 2018):

[...] avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

Em ambos os exames há dificuldade em auferir como o conhecimento das normas internacionais de contabilidade impacta nos resultados dos mesmos. No entanto, no exame de suficiência (CFC) realizado no segundo semestre de 2015 apenas 14,68% dos candidatos foram aprovados, e que em 2017 os resultados continuaram abaixo das expectativas, com índice de

¹ Apesar do termo “globalização” abranger diversas vertentes e significados, nesta pesquisa será considerada a especificidade do entendimento pretendido, portanto, globalização Financeira ou econômica serão mencionadas.

aprovação abaixo dos 30% no geral, evidenciando o desafio do ensino superior em ciências contábeis. A Tabela 1 apresenta a síntese desses resultados.

Tabela 1 – Exame de Suficiência – Brasil (2011-2020)

Exame	Total Inscritos	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados	Total Reprovados	(%) Reprovados	Total Ausentes	(%) Ausentes
1º/2011	14.255	13.383	4.130	30,86%	9.253	69,14%	872	6,12%
2º/2011	19.690	18.675	10.886	58,29%	7.789	41,71%	1.015	5,15%
1º/2012	26.316	24.774	11.705	47,25%	13.069	52,75%	1.542	5,86%
2º/2012	32.003	29.226	7.613	26,05%	21.613	73,95%	2.777	8,68%
1º/2013	37.229	33.708	12.000	35,6%	21.708	64,4%	3.521	9,46%
2º/2013	40.477	36.833	15.891	43,14%	20.942	56,86%	3.644	9,00%
1º/2014	43.144	38.116	18.824	49,39%	19.292	50,61%	5.028	11,65%
2º/2014	37.066	32.568	13.591	41,73%	18.977	58,27%	4.498	12,14%
1º/2015	43.616	38.023	20.715	54,48%	17.308	45,52%	5.593	12,82%
2º/2015	43.376	38.022	5.580	14,68%	32.442	85,32%	5.354	12,34%
1º/2016	48.043	41.987	17.576	41,86%	24.411	58,14%	6.056	12,61%
2º/2016	47.031	40.879	8.948	21,89%	31.931	78,11%	6.152	13,08%
1º/2017	54.051	46.949	11.860	25,26%	35.089	74,74%	7.102	13,14%
2º/2017	52.663	44.557	12.041	27,02%	32.516	72,98%	8.106	15,39%
1º/2018	48.679	43.864	13.231	30,16%	30.633	69,84%	4.815	9,89%
2º/2018	39.265	34.259	12.845	37,49%	21.414	62,51%	5.006	12,75%
1º/2019	41.926	36.150	12.626	34,93%	23.524	65,07%	5.776	13,78%
2º/2019	36.999	33.182	11.161	33,64%	22.021	66,36%	3.817	10,32%
1º/2020	39.904	35.927	13.720	38,19%	22.207	61,81%	3.977	9,97%
Total Geral	745.733	661.082	234.943	35,54%	426.139	64,46%	84.651	11,35%
Média	39,249	34,794	12,365	34,88%	22,428	65,12%	4,455	10,95%

Fonte: CFC, 2020. Elaborado pelo autor.

Em relação ao ENADE, o último exame para área de Ciências Contábeis aconteceu em 2018 e os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatísticas Básicas das Notas do Componente de Conhecimento Específico, por Grande Região – Enade/2018 – Ciências Contábeis

Estatísticas Básicas	Brasil	NO	NE	SE	SUL	CO
Média	35,1	32,7	34,3	36,9	34,1	34,3
Erro padrão da média	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Desvio padrão	13,8	12,4	13,7	14,1	13,4	13,7
Mínima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mediana	33,9	31,9	32,9	36,9	32,6	32,4
Máxima	94,2	77,5	87,1	92,7	89,5	94,2

Fonte: INEP/MEC/ENADE (2018).

Como pode-se perceber, a média geral para as questões específicas, ou seja, considerando apenas as questões da área contábil, foi de 35,1 e a melhor média refere-se à região Sudeste com 36,9 muito distante do total de pontos possíveis na avaliação (100,0). A região Centro-oeste possui a nota máxima da amostra (94,2).

Na Tabela 3 é apresentado um extrato do último ENADE considerando os cursos oferecidos nas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas. As notas

do conceito ENADE apresentadas na Tabela 3, referem-se ao conceito ENADE faixa, e se utiliza-se o intervalo gradual entre 1 e 5, sendo cinco representação da melhor nota e um a menor. Alguns cursos também podem ficar sem conceito por motivos diversos no período de avaliação.

Tabela 3 – Cursos de Ensino Superior – Desempenho no ENADE 2018

Conceito ENADE	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total	% de instituições Públicas do total	% do total em instituições Públicas	% em instituições Privadas do total	% do total em instituições Privadas
Nota 1	7	43	50	0,64%	4,83%	3,91%	4,50%
Nota 2	28	320	348	2,54%	19,31%	29,06%	33,47%
Nota 3	56	422	478	5,09%	38,62%	38,33%	44,14%
Nota 4	38	122	160	3,45%	26,21%	11,08%	12,76%
Nota 5	15	27	42	1,36%	10,34%	2,45%	2,82%
Sem Conceito	1	22	23	0,09%	0,69%	2,00%	2,30%
Total	145	956	1101	13,17%	100,00%	86,83%	100,00%

Fonte: INEP/MEC/ENADE (2020). Elaborado pelo autor.

Verifica-se que do total de 1101 cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos no Brasil, e que foram avaliados no ENADE no ano de 2018, 13,17% (145 cursos) desses cursos são oferecidos em instituições de direito público e, a maior parte desses cursos (38,62%) está com nota 3 atribuída, e o mesmo acontece com os cursos em instituições de direito privado, já que a faixa mais relevante também encontra-se com nota 3 atribuída (44,10%). A quantidade de cursos oferecidos em instituições particulares representa 86,83% do total, e é muito superior aos cursos oferecidos em instituições públicas que correspondem a 13,17% do total.

Há indícios de que, o baixo desempenho dos alunos nos exames, pode estar relacionado aos problemas relacionados ao conhecimento das normas na área. Em estudo realizado por Jacomossi e Biavatti (2017) com o objetivo de investigar, sob a ótica dos profissionais, pesquisadores e professores de contabilidade, como as Normas Internacionais de Educação Contábil propostas pelo *International Accounting Education Standards Board* (IAESB) podem influenciar o ambiente nacional de Educação Contábil, constataram os seguintes apontamentos:

Percebe-se que as normas foram elaboradas em torno de uma discussão em nível global, de quais seriam as boas práticas para ensino contábil, sendo estas *principle based standards* (normas baseadas em princípios), dispondo de um framework robusto, no entanto bastante abrangente, possibilitando que cada jurisdição adapte as IES às suas particularidades regionais. Todavia, para países onde o sistema jurídico

dominante seja o *common law*, onde as normas são baseadas em regras (*rules based standards*), como o exemplo do Brasil, o excesso de julgamentos necessários à aplicação das IES gera certa subjetividade na aplicação e operacionalização das normas no contexto nacional (JACOMOSSI; BIAVATTI, 2017, p. 74).

Outra questão, em relação às normas do IFRS é que este, assim como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) nasceram numa base legal *common law* e está sendo inserido em diversos países *code law*. O *common law* é baseado em princípios (jurisprudências) e não em regras (código, constituição) o que contribui para diminuir o *gap* entre os dois sistemas legais em países *code law* (MARAGNO; BORBA. 2016, p. 5).

Há diferenças nos procedimentos contábeis ao redor do mundo, em especial aos países que ainda não adotam plenamente as IFRS e que possuem notória relevância econômica, como por exemplo, a China, Os Estados Unidos da América (EUA), Japão, Índia, Indonésia e Suíça. No caso dos EUA, que ainda não adota plenamente as IFRS, são utilizados os *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP), em tradução livre, Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América, entretanto, é permitido que algumas empresas possam publicar suas demonstrações financeiras por meio das IFRS, geralmente para as empresas que possuem sede fora dos EUA.

Ilustrando essa diferença pode-se perceber o caso da Companhia Brasileira Oi S.A., listada na bolsa de valores em ambos os países, Brasil e EUA, que em 2018 apresentou diferenças significativas em suas demonstrações financeiras em relação aos procedimentos contábeis adotados. No seu Patrimônio Líquido, demonstrado através das IFRS (Brasil), foi apresentado o valor, em milhares de Real, de 22.895.811 contra 29.199.496 dos US GAAP (EUA), uma diferença de 6.303.685, devesas relevante, representando uma variação de 27,53% do número original em IFRS. Em relação ao resultado do exercício, também houve diferença significativa, sendo registrado pelas IFRS (Brasil) o valor de 24.615.555, contra 27.393.837 pelos US GAAP (EUA), novamente uma diferença relevante de 2.778.282, ou 11,29% de variação em relação ao critério adotado originalmente.

No Quadro 1 podem ser verificados os ajustes necessários em cada padrão contábil utilizado.

Quadro 1 - OI S.A. Ajustes entre critérios: US GAAP (EUA) x IFRS (Brasil) (em milhares de Reais – R\$)

	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
USGAAP TOTAL	29.199.496	27.393.837
Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração	-1.226.125	-141.418
Combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009	44.981	4.122
Planos de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	-689.574	-115.080
Capitalização de custos empréstimos	60.928	-1.780
Provisão para contratos onerosos	-4.493.895	-4.493.895
Liquidação da recuperação judicial		-1.331.016
Imposto de renda diferido		3.300.785
IFRS TOTAL	22.895.811	24.615.555

Fonte: OI S.A. (2018), elaborado pelo autor.

As diferenças apresentadas representam apenas uma parte do que pode ocorrer em outras empresas e empreendimentos em função da utilização de um critério contábil ou outro entre países.

Em estudo realizado por Kashiwazaki, Sato e Takeda (2019) foi analisada se haveria diferença entre as IFRS e os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Japão, *Japanese Generally Accepted Accounting Principles*, em relação ao tratamento do *Goodwill*². Assim, puderam verificar que a adoção das IFRS apresentava valores maiores do que nos princípios contábeis locais.

Em relação à China, Mirza e Ankarath (2012) compararam as IFRS com os *Chinese Generally Accepted Accounting Principles*, ou em tradução livre, os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos na China, e verificaram que há muitas diferenças entre as IFRS e os Princípios Contábeis Locais, entretanto, estas diferenças são maiores em termos de redação do que em valores. Assim, pode-se perceber a tendência de harmonização com as IFRS, mas há diferenças a serem consideradas, por exemplo, um item do imobilizado que se qualifique para reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo nas IFRS, já nos Princípios Contábeis Locais, é permitida a reavaliação em alguns casos.

Os exemplos apresentados envolvendo os EUA, Japão e China são apenas alguns exemplos de divergência entre os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Locais e as IFRS, o que pode vir a ser explorado no conteúdo programático de disciplinas com foco na

² Goodwill é um termo utilizado na contabilidade para definir ativos intangíveis, ou seja, ativos que não existem fisicamente e que não são facilmente mensuráveis. Podem estar ligados à marca, vantagem competitiva, expertise, ágio, entre outras possibilidades na empresa em processo de fusão ou aquisição.

internacionalização, com pode ser o caso da disciplina de Contabilidade Internacional, por exemplo.

Disso decorre a necessidade de uma consistente qualificação profissional dos docentes em contabilidade, a fim de evitar o subjetivismo no ensino e operacionalização das normas da área de contabilidade. Conforme o estudo realizado por Nganga et al. (2016) sobre a qualificação dos docentes da área de Ciências Contábeis observou-se que os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis privilegiam a formação do pesquisador em detrimento da formação do docente:

Com base nos resultados alcançados, pode-se inferir que ainda é incipiente a presença de disciplinas ligadas à formação docente nos programas de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis do Brasil (do total de disciplinas oferecidas pelos programas, apenas 14 são ligadas à formação docente). E, quando tais disciplinas são oferecidas, essas são, em geral, de caráter optativo (apenas duas são obrigatórias) e carga horária igual ou inferior a 60 horas.

Diante dessa situação, pode-se concluir que os programas de pós-graduação em contabilidade continuam com foco na formação de pesquisadores, não sendo a formação docente suficientemente oferecida nos cursos de mestrado e doutorado da área.

[...]

É preciso salientar que os três componentes investigados nesta pesquisa são necessários na formação dos mestres e doutores para atuação em sala de aula em razão do contexto atual, ou seja, grandes modificações na forma de realizar e ensinar Contabilidade em virtude da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (as International Financial Reporting Standards) e grande expansão do ensino superior e da Pós-Graduação Stricto Sensu, notadamente, na área contábil, culminando em grande diversidade em sala de aula (diferentes gerações, raça, idade, etc), além da crescente complexidade na atuação docente. (NGANGA et al, 2016, p. 96).

Com base nessa realidade marcada por problemas relacionados ao ensino e a aprendizagem na área da contabilidade, que inclusive, envolvem as novas exigências do contexto de globalização econômica, a presente pesquisa analisou as matrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil de 19 IES Públicas, considerando as relações sobre a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, especificamente, sobre o Currículo Mundial de Contabilidade da ONU/UNCTAD/ISAR e às diretrizes internacionais de educação do IAESB.

Além do CMC há o desenvolvimento de normas para a Educação Contábil no ambiente internacional. O *International Accounting Education Standards Board* (IAESB) vinculado à *International Federation of Accountants* (IFAC) desenvolve essas normas e procedimentos sobre educação contábil, tais Normas Internacionais de Educação Contábil receberam a denominação de *International Accounting Education Standards* (IES). A última versão das

normas foi divulgada em 27 de novembro de 2019 e inclui alterações para os anos de 2020 e 2021.

Para que se possa entender o processo de concepção curricular foram revisados estudos nas bases do Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scopus/Elsevier e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram considerados, de forma particular e destacada, os estudos de Mendes, Silva e Niyama (2011); Pinho e Rodrigues (2016); Faria e Leal (2016) que discorrem sobre o baixo ou moderado alinhamento dos currículos das Instituições de Ensino Superior pesquisadas com o CMC; Kouloukoui et al. (2017) que pesquisaram a aderência do CMC envolvendo 20 Instituições de Ensino Superior, sendo 10 no Brasil e 10 na França; Lay et al. (2016) verificaram que, nas Instituições de Ensino Superior analisadas no estado de Santa Catarina, houve maior congruência com o CMC; Silva, Miranda e Pereira (2017) e Oliveira (2015) que compararam os currículos das Instituições de Ensino Superior com a proposta de currículo do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e; Zonatto, Dani e Domingues (2017) que perceberam certo alinhamento com o CMC e destacaram a disciplina de Contabilidade Internacional. Incluir destaques dos estudos.

A pesquisa se justifica devido às atuais ações de internacionalização comercial no mundo e da velocidade do avanço nas comunicações, que de fato, afeta a contabilidade e com isso a Educação Contábil. Sugestões de pesquisa em estudos anteriores vislumbram a análise de outras IES, uma vez que não há estudos que analisam a totalidade das IES no Brasil sobre a perspectiva das matrizes curriculares. Assim pretende-se contribuir, e não esgotar o assunto, para o estudo e discussão do desenvolvimento da Educação Contábil, visto que a área da Educação Contábil é uma das menos pesquisadas na área das ciências contábeis conforme discorrem Miranda *et al.* (2013).

Conforme informado no início desta introdução, foi utilizado o resultado do último ENADE na área das Ciências Contábeis, realizado em 2018 e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para definição das instituições que teriam os seus documentos analisados. No total foram verificados 1.101 cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior no ano de 2018. Após a verificação das instituições ativas e que ofereciam os cursos na modalidade presencial no portal e-mec, e que foram avaliadas pelo ENADE em 2018, chegou-se ao total de 856 IES no ano de 2020, sendo 19 IES Públicas que foram analisadas por meio dos documentos dos seus respectivos 22 cursos por terem recebido conceito 1 (mínimo) ou conceito 5 (máximo) no ENADE 2018.

A coleta dos dados foi realizada nas páginas eletrônicas das instituições via documentos referentes às matrizes curriculares, dos programas político-pedagógico dos cursos (PPC) e outros documentos institucionais como, por exemplo, ementários e grades curriculares.

Realizou-se o levantamento bibliográfico de bases nacionais e internacionais, com ênfase no currículo em Ciências Contábeis, resultando em 77 estudos distintos no Portal Periódicos Capes, 23 textos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CTDC), e, 103 textos na base Scopus/Elsevier em língua Inglesa. Os levantamentos bibliográficos sobre os temas pesquisados serão esclarecidos na seção 2.3 intitulada Estudos Anteriores e Estudo Bibliográfico sobre currículo em Ciências Contábeis.

Para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida, foram definidos os temas dos capítulos conforme os pressupostos gerais necessários para se chegar aos específicos. Assim, no primeiro capítulo foram abordados os fatos históricos sobre o desenvolvimento da contabilidade e os antecedentes para o estabelecimento das IFRS no mundo e de sua consolidação, das suas harmonizações e desenvolvimento no Brasil, tanto no meio profissional, quanto do ensino. Serão apresentados os principais agentes desta área, além de Leis e diretrizes que norteiam esta seara.

No segundo capítulo dar-se-á destaque às concepções curriculares, tanto as internacionais no caso o Currículo Mundial de Contabilidade (CMC) e as *International Education Standards* (IES) quanto as nacionais, no caso, a proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) passando pelas diretrizes no Brasil para os cursos de graduação em Ciências Contábeis definidas pelo MEC e das matrizes curriculares das 19 IES Públicas Brasileiras, as quais foram avaliadas pelo ENADE em 2018 e estavam em atividade em 2020.

Os Exames de avaliação da área de Ciências Contábeis estarão em evidência no terceiro capítulo. Os exames abordados serão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o Exame de Suficiência Contábil (ESC).

No quarto capítulo serão apresentados os métodos, técnicas e procedimentos da pesquisa, bem como as análises dos resultados apurados e os achados da pesquisa e, por fim, as considerações finais sobre o estudo, encerrarão a pesquisa.

CAPÍTULO 1 – CONTABILIDADE E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Nesta seção apresenta-se um breve histórico sobre as origens e desenvolvimento da contabilidade ao longo do tempo. Dentro destes contextos históricos, as concepções das normas internacionais de contabilidade, suas harmonizações no Brasil e alguns fatos históricos relevantes ao longo do desenvolvimento também serão abordados ao longo deste capítulo.

1.1 Breve Histórico Sobre o Desenvolvimento da Contabilidade

Pode-se dizer que a contabilidade é tão antiga quanto a civilização em si. A sociedade, em seus primórdios, utilizava-se do esforço do trabalho de atividades como a caça e a pesca. Com o passar dos tempos passou a incluir a agricultura e, posteriormente, migrou de ambientes essencialmente rurais para urbanos, devido, principalmente, à revolução industrial nos séculos XVIII e XIX. Chegando aos dias atuais, onde o avanço das comunicações e da tecnologia proporcionou o surgimento de novos meios e formas de trabalho. A contabilidade, de certa forma, tem acompanhado e se adaptado ao progresso da civilização.

Desde o início da sociedade humana, o homem já tinha o interesse de contar e, de certa forma, tentar medir o seu patrimônio. Evidentemente que as formas para fazê-lo eram muito distintas das que são utilizadas atualmente. Há registros rudimentares do uso de maneiras de se medir patrimônio há mais de 4.000 anos, entretanto, entende-se que as técnicas contábeis como são conhecidas atualmente, foram desenvolvidas, de fato, durante a época da Renascença na Europa, em específico na Itália entre os séculos XIV e XVI. Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) comentam sobre os antecedentes históricos da contabilidade:

Apesar de seu desabrochar formal ter-se dado na Itália da Renascença, como se viu, as sementes de sua gestação são as mais variadas. Fenícios, Persas, Egípcios, Gregos, os antigos habitantes do hodierno Iraque, Romanos etc., todos são importantes para explicar os antecedentes da Contabilidade, antes da Renascença Italiana. Entretanto, uma influência predominante e persistente deve-se aos Árabes, de maneira geral, a partir do século VII, influenciados pelos Indianos (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p. 9).

Vale ressaltar que o desenvolvimento da escrita e da matemática, também contribuíram, e muito, para a concepção da contabilidade, visto que o conhecimento difundido dos números

hindu-arábicos e da aplicação do zero como numeral em substituição aos algarismos Romanos foi, e é, vital para a escrita contábil.

A popularidade dos números no ocidente começou com a publicação do *Liber Abaci* (Livro do Ábaco), escrito em 1202 por Leonardo Pisano, Leonardo de Pisa, ou como é mais conhecido Leonardo Fibonacci, e esta obra contém partes ligadas à Contabilidade como o cálculo de margem de lucro, moedas, câmbio e juros, por exemplo. O que deve ficar claro neste momento é que a Contabilidade não é considerada uma ciência exata e sim, uma ciência social, visto que, as modificações no fenômeno patrimonial são oriundas de ações humanas. É notório que a Contabilidade se utiliza de métodos matemáticos e estatísticos, entretanto são as ações humanas que afetam o seu objeto de estudo (IUDÍCIBUS; MARION, 2007).

Assim, a contabilidade desenvolvia-se e mantinha-se desde o início com algumas de suas funções, como a especificidade no controle da riqueza do homem. Iudícibus e Marion (2007, p. 30) comentam que, a contabilidade já tinha funções bem claras no início da civilização: “[...] avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem é naturalmente ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4000 antes de cristo” (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, P. 30)

Hendriksen e Van Breda (1999) corroboram o entendimento indissociável da contabilidade com a história da civilização:

A história da contabilidade é a história da nossa era; de muitas formas, a própria contabilidade conta essa história, pois os registros contábeis fazem parte da matéria-prima dos historiadores. Aprendemos muito a respeito de homens como Isaac Newton e John Wesley graças aos livros contábeis que mantiveram. Como disse a novelista Josephine Tey, “a verdade não está nas histórias, mas nos livros de contabilidade”. A contabilidade, se adequadamente compreendida, pode ser considerada, portanto, como uma das artes liberais (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 39).

O surgimento da moeda também contribuiu para o desenvolvimento da civilização e por consequência da contabilidade. As trocas ou escambos foram perdendo lugar para as transações com moeda, desenvolvendo assim o comércio nas cidades, principalmente nas litorâneas.

Com o movimento cada vez maior no volume de negociações no comércio das cidades, proporcionado pela indexação das negociações por moeda, havia a necessidade de um controle mais rígido do patrimônio. Durante o Renascimento, séculos XIV ao XVI especificamente, a Itália estava no centro desse desenvolvimento, as cidades de Gênova e Veneza eram as principais devido às suas condições marítimas, seguida de perto por outras nações como

Espanha, Portugal e Inglaterra que desenvolviam transações comerciais por intermédio das grandes navegações. Os acontecimentos na época do Renascimento, principalmente, nas artes e na economia nas nações europeias, proporcionaram o desenvolvimento da contabilidade. Havia novas atividades e aumento no comércio, assim, se fazia necessário um controle maior das transações e, por consequência, do registro desses fatos.

Iudícibus e Marion (2007) discorrem sobre esse período:

Em torno desse período tivemos, sem a preocupação de ordem cronológica, Copérnico, Galileu e Newton, revolucionando a visão da humanidade, aperfeiçoamento da Imprensa por Gutemberg (já referido), Colombo iniciando as grandes descobertas, o mercantilismo, o surgimento da burguesia, o protestantismo, a descoberta de diversos campos de conhecimento etc. (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 34).

Nessa época, não haveria ambiente mais propício no mundo nesta época do que a Itália para o desenvolvimento da Contabilidade, em especial da divulgação daquilo que viria a ser a base de sua escrituração: as partidas dobradas³.

Os primeiros registros de partidas dobradas como forma de escrituração completa podem ser encontrados na cidade de Gênova por volta dos anos de 1340, e há indícios de haver outros, antes desta data. Tem-se na figura do Frei Franciscano Luca Pacioli, professor de matemática e estudante nas universidades de Pérugia, Florença, Pisa e Bolonha, como o principal codificador ou divulgador das partidas dobradas, e até mesmo é atribuído a ele a criação das mesmas. Luca Pacioli tinha amigos influentes como alguns Papas, o matemático e arquiteto Leon Battista Alberti, e Leonardo da Vinci o seu amigo mais próximo (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

A obra que tornou-se célebre de Luca Pacioli foi o seu tratado *Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti* (Coleção de Conhecimentos de Aritmética, Geometria, proporção e proporcionalidade, em tradução livre). Como se pode perceber é um tratado sobre matemática, entretanto, dentro desta obra há um capítulo denominado *Particulario de computies et Scripturis* que apresentava a escrituração por meio das partidas dobradas. O método das partidas dobradas é o meio no qual se baseia toda a Contabilidade Financeira até os dias atuais (CARVALHO, 2010; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS; MARION, 2007).

³ O termo Partidas Dobradas refere-se à técnica de lançamento contábil que consiste no equilíbrio do lançamento, ou seja, para cada valor lançado a Débito em uma conta contábil, deve-se ter um ou mais lançamento(s) correspondente(s) a Crédito de igual valor total em outra conta contábil, e vice-versa.

Com a divulgação da obra de Luca Pacioli pela Europa graças a invenção de Gutenberg, a máquina de impressão ou imprensa, os comerciantes da época agora tinham um meio de controlar de forma mais objetiva, os seus respectivos registros financeiros.

Durante essa época houve na Europa a expansão das navegações. Dando início ao período das grandes descobertas, diversos países como Portugal, Espanha e Inglaterra lançaram-se ao mar, devido à dificuldade ao acesso dos caminhos no Mediterrâneo, uma vez que passariam pelo território Italiano.

Com o aumento das navegações, houve conseqüentemente o aumento no risco desses empreendimentos, principalmente por parte dos governos. Os países investiam grandes quantias nas embarcações e esperavam ter um retorno elevado sobre este investimento. Perder uma embarcação ou não ter controle das quantias aportadas nesses empreendimentos, seria um grande infortúnio.

A preocupação com os investimentos realizados, tanto nas navegações como nas outras atividades comerciais, fez-se exigir informações financeiras dos empreendimentos, ou seja, os Balanços dessas atividades. Há indícios de que sociedades em conjunto não conseguiram honrar seus compromissos, junto aos seus investidores sobre o que os Balanços apresentavam, os problemas com padronização dos relatórios financeiros começam a aparecer (CARVALHO, 2010).

A partir do século XVIII, a Revolução Industrial proporcionou a formalização da prática contábil, em decorrência da demanda, da produção e da expansão das atividades comerciais na Europa. Surgindo, nesse contexto, a figura do contador público, que culminou com o desenvolvimento das atividades contábeis, abrangendo desde contabilidade de custos à auditoria (MOST, 1982).

Na transição entre o século XV e o período do início da revolução industrial houve também a migração do poder econômico para a Inglaterra, e tem como uma das suas características, a forte concentração do Estado na Economia. Esse período foi conhecido como mercantilismo.

Em geral, há um acordo sobre quão difícil é definir o mercantilismo, mas o que podemos afirmar é que foi a escola econômica que floresceu na Europa entre 1550 e 1750 e que era um pragmatismo que contrastava com a religiosidade e o interesse em questões éticas e de justiça (ou questões normativas) dos autores escolásticos da Idade Média. Ao mesmo tempo, outra de suas características notáveis é a ênfase no papel do Estado – ou a busca de uma aliança entre empresários e um Estado regulador e subsidiador – que, por sua vez, contrasta com o individualismo dos autores clássicos, mas ao exposto por sua atenção ao interesse próprio (ROJAS, 2007, p. 76).

Conforme a civilização avançava, também desenvolviam-se os meios de produção, e isso afetou diretamente a contabilidade. A sociedade estava saindo de um processo de desenvolvimento e produção essencialmente agrícola, para a produção de produtos, ou de forma mais específica ao termo, manufaturas. É nesta época que começam a surgir as grandes indústrias, as grandes corporações e o desenvolvimento do setor financeiro e bancário.

O desenvolvimento do setor financeiro e bancário consolidou-se em função da demanda da sociedade, pois precisava-se, cada vez mais, de capital para se poder realizar os empreendimentos, chegando a existir por volta de 400 bancos, somente na Inglaterra. Nesta época também houve o surgimento de Bolsas de valores ao redor do mundo, destacando-se a criação da Bolsa de Valores de Londres em 1773 e a Bolsa de Valores de Nova York em 1792. Esse aumento na circulação de capitais no mundo exigiu, por meio da Contabilidade, que relatórios financeiros fossem elaborados com o intuito de atender investidores, começando a surgir os problemas que, mais tarde seriam definidos na Teoria da Agência (CARVALHO, 2010).

Assim, iam aumentando: os empreendimentos, o fluxo de capital, a demanda por informações financeiras e a complexidade das novas atribuições da contabilidade. Já não bastava quantificar o patrimônio para o proprietário apenas, agora há muitos outros usuários de informações financeiras. Necessidade de informações financeiras para gerenciamento, avaliação, planejamento e, evidentemente, controle começam a surgir e isso é o estopim para o desenvolvimento da contabilidade gerencial. É por meio dessas informações que os administradores e proprietários das empresas passaram a tomar decisões de negócios. A preocupação na elaboração das informações financeiras era apenas uma, dentre tantos outros desafios para a Contabilidade após a revolução industrial.

No início do século XX houve a primeira guerra mundial e isso afetou o mundo por completo, entretanto, os países da Europa foram os mais impactados neste conflito, já que foi em seu território. Os Estados Unidos da América após a revolução industrial estavam se consolidando como economia global e haviam se desenvolvido seguindo os passos dos países europeus, entretanto a primeira guerra mundial fez esse desenvolvimento acelerar.

A supremacia do dólar e o domínio da economia mundial pelos Estados Unidos estão entre as principais consequências da guerra que devastou a Europa entre 1914 e 1918, acabando com séculos de hegemonia europeia no planeta. De fato, os Estados Unidos já eram desde o fim do século XIX a maior potência industrial do mundo, e em 1913 tinham um PIB per capita cerca de 30% maior do que o da Grã-Bretanha, país mais rico da Europa (O ESTADO DE MINAS, 2014).

Esse otimismo na economia Norte-Americana estava com os dias contados. A próxima década, em específico o ano de 1929, traria uma das maiores crises econômicas já vistas no mundo: a queda da bolsa de Nova York, a grande depressão. Cabe destacar que muitos fatores micro e macroeconômicos e sociais podem ser elencados como responsáveis, política monetária entre outros, entretanto, um dos principais problemas foi de ordem regulatória e contábil. A falta de uma agência regulatória no mercado de capitais norte-americano, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) entidade similar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil só foi criada em 1934, as relações entre acionistas, e a falta de informações nas demonstrações contábeis, que acabaram por motivar o desenvolvimento e criação de uma nova Lei para as empresas de capital aberto (S.A.s) nos EUA, podem entrar nesta seara de fatores contributivos para a crise econômica de 1929.

Carvalho, Lemes e da Costa (2006, p. 13) indicam que esse problema nas demonstrações contábeis nos Estados Unidos, nesse período de crise e no início dos anos 1930, era de cunho informativo. Na verdade, sinalizam que as demonstrações financeiras eram ‘desinformativas’ e que “Não havia um conjunto inteligente e sensato de normas contábeis que orientasse a preparação de tais demonstrações, e em consequência as análises de balanços podiam levar, e com certeza levaram, a crassos erros na tomada de decisões econômicas”.

Como a Grande Depressão ocorrida em 1929 proporcionou a queda na produção, comércio e, conseqüentemente, os empregos houve a necessidade do desenvolvimento de artifícios protecionistas como barreiras comerciais, controle de capitais e medidas de compensação cambial, por exemplo. Com o passar dos tempos a esperada era da paz mundial não se confirmou, e, ao final da década de 1930 um novo tormento voltaria a assombrar o mundo: a Segunda Guerra Mundial.

Assim em julho de 1944, “[...] 730 delegados de 44 países, o Brasil entre eles, encontraram-se na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas[...]” com o intuito de elaborar um sistema de regras que viabilizasse e regulasse a política econômica internacional. Dentre os artifícios acordados estava a manutenção da taxa de câmbio de sua moeda vinculada, ou melhor, fixada ao dólar norte-americano, com margem de cerca de 1% e a moeda norte-americana por consequência estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Entretanto, em 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon revogou esse acordo, devido ao aumento da demanda mundial do precioso metal, desindexando assim o dólar ao ouro, acabando com o padrão dólar-ouro (BARRETO, 2009, np).

Após todo o terror envolvido nos anos de 1939 a 1945, as economias dos países da Europa estavam fragilizadas. Países estavam se reconstruindo, o Plano Marshall foi instituído pelo governo dos EUA e previa o socorro financeiro e técnico aos europeus, principalmente aos países ocidentais da Europa e a oposição ao sistema socialista determinantes aos países do leste europeu, que seria o combustível para o encaminhamento da denominada ‘guerra fria’.

Com o fim da segunda guerra mundial surge a Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição à Liga das Nações em final de 1945. A ONU surgiu no momento em que a guerra fria, que era o conflito à distância sem envolver forças militares de forma direta entre essas duas gigantes nações globais do lado capitalista os EUA e do lado socialista a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ganhou força. Este conflito durou oficialmente até 1991 com a dissolução da URSS, tendo outros eventos emblemáticos como as revoluções de 1989 que culminaram na queda do muro de Berlim em 1989, pondo fim à separação das “duas Alemanhas”, a ocidental capitalista, e a oriental sob o domínio da URSS.

Com a Europa fragilizada, o mercado financeiro norte-americano concentrava as maiores negociações internacionais, contando com cerca de 17 milhões de investidores em ações. Neste período pós-guerra a Contabilidade navegava em problemas de alternativas de contabilização, de critérios a serem aplicados, faltava padronização para que comparações pudessem ser feitas (BARROSO, 2018).

Assim, com a mudança do panorama mundial pós-guerras outro fenômeno é potencializado na economia mundial, a globalização dos mercados. A diminuição das barreiras comerciais, a necessidade de captação de recursos, a busca de novos mercados consumidores, as operações de negociações de ativos financeiros em outras bolsas são exemplos de novas vertentes que teriam demandas de novas informações financeiras, pois agora, além dos administradores das empresas e demais usuários das informações financeiras locais, emergiram as figuras do investidor e do financiador internacional.

Cabe ressaltar que em 1973 os EUA criaram uma organização sem fins lucrativos para realizar estudos e propostas para a emissão de normas contábeis, “de olho” nos novos mercados emergentes, esta foi uma das primeiras tentativas de se emitir normas padronizadas que pudessem ser utilizadas ao redor do mundo, essa organização foi denominada de *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

Novos mercados também significam novos riscos. Sobre o acesso a novos mercados Carvalho (2010) discorre:

Empresas de todo o mundo estabelecem-se em países que não são o seu de origem. São as chamadas multinacionais. Essas empresas estão em busca de mão-de-obra mais barata, ou de facilidade no acesso às matérias-primas, ou mesmo para atingir mercados consumidores antes não explorados. Além disso, vários são os exemplos de empresas que para produzir e vender determinado produto, as várias fases de produção, ou os diversos equipamentos necessários, são fabricados em países diferentes. O consumo mundial também mudou, e os consumidores têm exigências globais. Querem, e podem, consumir produtos de qualquer lugar do mundo. Em que pese à necessidade de uma discussão sociológica a respeito desse assunto, fato é que isso tem acontecido e não podemos fechar os olhos a essa realidade (CARVALHO, 2010, p. 48).

Certamente, e o mesmo ocorre com o mercado de capitais. A busca do fortalecimento financeiro dos países Europeus após o período da guerra fria, dentre outros fatores, resultou na criação da União Europeia em 1993. Além da unificação da moeda submetidos aos países membros, no caso o Euro, a União Europeia também passaria a exigir a unificação dos padrões contábeis aos seus países membros.

Apesar dos movimentos para a concepção da União Europeia, criando assim um grupo forte e relevante não é nova. Segundo Friedman (2007) o processo secular de expansão das relações e fluxos econômicos, conforme já descrito neste capítulo, estaria vigente desde os tempos das grandes navegações, atingindo grande alcance na metade do século XIX, no auge do chamado “*laissez-faire*” liberal, que o autor classifica como o movimento de “globalização 1.0”. Um novo movimento de fluxo de capitais ao longo do século XX proporcionaria uma nova onda de internacionalização que foi denominada de “globalização 2.0”, este movimento foi marcado pela influência das empresas multinacionais ou internacionais.

A globalização 3.0 ainda de acordo com Friedman (2007) envolve o desenvolvimento nas dinâmicas de tecnologias de comunicação e de informação, e da liberalização institucional e regulatória. É a economia do conhecimento ganhando asas. Em 2019 o termo globalização 4.0 teve destaque no Fórum Econômico Mundial realizado na cidade de Davos, Suíça, sob novas dinâmicas no mercado como o desenvolvimento da quarta revolução industrial dando ênfase à automação, do crescimento sustentável, e da resiliência e adaptação por parte das pessoas. Houve discussões sobre o desenvolvimento de um novo modelo de educação, que seja capaz de desenvolver novas habilidades auxiliando as pessoas a lidar com um mundo mais global, volátil, incerto, complexo e ambíguo (ONU NEWS, 2019).

Deixando o contexto geral de lado por um momento e voltando para o ambiente contábil, para se ter uma ideia dos problemas da padronização contábil no mundo, há dois casos interessantes, o da empresa alemã Daimler-Benz em 1993, antes da existência do EURO e das convergências dos padrões contábeis aos países membros da união europeia e o caso da empresa norte-americana de energia Enron, que envolveu a desregulamentação do setor e que contou

com a convivência dos auditores e da febre das empresas de tecnologia, denominadas “empresas.com”.

Martins e Brasil (2008) comentam sobre o caso da empresa alemã Daimler-Benz ocorrido em 1993, ressalta-se que ainda, não havia circulação da moeda EURO:

[...] a companhia alemã Daimler-Benz, que apresentou em seu balanço semestral um lucro de 168 milhões de marcos alemães, pelas normas contábeis da Alemanha e que, segundo as normas norte-americanas, evidenciou uma perda líquida de cerca de 949 milhões de marcos alemães, segundo a FEC – Federação Européia de Contadores. Esse caso específico é de um comparativo com apenas um outro país. Além de movimentar suas ações na Bolsa de Valores de Nova York, a Daimler-Benz negociava suas ações nas Bolsas da Suíça, Tóquio, Londres, Viena e Paris. Isso leva a pensar que o resultado operacional da multinacional seria diferente em cada um dos países sede das Bolsas (MARTINS; BRASIL, 2008, s.n.).

Pode-se verificar o tamanho da problemática contábil para as empresas, principalmente as europeias, nesse período. A União Europeia só exigiria aos seus países membros, as Normas Internacionais de Contabilidade emanadas e emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) a partir de 2005, por meio da proposta da Comissão Europeia em 2000 em seu sétimo parágrafo (EM, 2000) e da aprovação das normas emitidas pelo IASB, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e em específico a IFRS 1, em substituição às antigas IAS.

O caso da Empresa de Energia Norte-Americana Enron foi um pouco mais complexo, pois envolvia uma empresa da chamada “nova economia” (empresas de tecnologia). Este caso além de envolver os problemas contábeis de ausência de regulação e padronização, também esbarra no dilema ético, pois contou com os equívocos, ou a convivência, da empresa de auditoria Arthur Andersen LLP. Tanto a Enron quanto a Arthur Andersen LLP acabaram falindo ao final dos desdobramentos envolvidos na justiça e no mercado financeiro norte-americano.

A Nova Economia introduziu um novo paradigma: os ativos mais importantes das empresas de alta tecnologia não são as fábricas ou as máquinas declaradas como patrimônio em suas demonstrações contábeis, mas sim os ativos intangíveis constituídos pelas marcas, clientes ou tecnologias que desenvolveram. Pelos padrões contábeis tradicionais os gastos em pesquisa para criar software ou em marketing para construir a marca são registrados como custos correntes, gerando prejuízos que, para algumas empresas de alta tecnologia, podem ser entendidos como ativos intangíveis recuperáveis em períodos futuros, porém, em outros casos, esse tipo de gasto constitui efetivamente uma despesa e não um investimento. Essa prática contábil toma alguns indicadores financeiros, como a relação preço/lucro, inadequados para os investidores, na medida em que os mesmos não podem confiar nos balanços elaborados com base em critérios convencionais para precificar adequadamente o valor da ação das empresas de alta tecnologia. Por falta de parâmetros confiáveis e num ambiente de ganhos fáceis, o mercado acabou valorizando demais os intangíveis, o que gerou uma enorme discrepância entre a

avaliação das empresas feita por um mercado ávido e o que elas representavam, de fato, em termos de retorno econômico. [...] Então, o mercado soube a verdade: a Enron varria débitos para a sociedade com propósitos específicos (SPE's) das quais detinha participação majoritária, mas por causa de uma norma contábil duvidosa, não eram consolidadas no balanço final, resultando em lucros superestimados de US\$ 591 milhões e dívidas não registradas no último balanço de US\$ 628 milhões (dados preliminares) (BERGAMINI JÚNIOR, 2015, np.).

O problema da padronização contábil nesse caso foi além do previsto, e os investidores de outras empresas perceberam que os lucros não se manteriam ou não se realizariam, e em alguns casos ocasionou a falência de empresas e da desvalorização da recém-criada bolsa de valores de empresas de tecnologia nos EUA (NASDAQ). De acordo com a notícia vinculada no Jornal “O Globo”, em 30 de julho de 2013, “A noção do desenvolvimento tecnológico como elemento gerador de lucro suplantou os cuidados tradicionais de investimentos e provocou uma onda de especulação financeira, formando o que os economistas chamam de bolha [...]”, e isso se confirmou, a bolha veio a estourar entre os anos de 2000 e 2001 e muitas empresas de tecnologia deixaram de existir (O GLOBO, 2013).

Cabe um adendo aqui, não seriam somente as empresas privadas que passariam a se utilizar das padronizações das técnicas contábeis, mas também os governos por meio de normatização específica para a esfera pública, as denominadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Corroborando com os acontecimentos apresentados, Revoredo (2008), em seus estudos verificou “[...] que a crescente interligação global, os fatores econômicos, a necessidade de financiamento, de integração regional e de desenvolvimento da nação estimulam a reforma do sistema contábil governamental [...] (REVOREDO, 2008, p. 159).

O entendimento do termo globalização no sentido atual é distinto do termo internacionalização, sendo mais abrangente. A globalização visa não só a expansão das atividades econômicas fronteiriças e sim, busca a crescente integração funcional de atividades internacionalmente dispersas. Atualmente uma empresa pode, por exemplo, contratar serviços de um fornecedor de insumos em um país, contratar mão de obra em outro e desenvolver o produto em outro local (GARRETÓN et al., 2007). Assim, os usuários de informações financeiras desejam que a Contabilidade, por meio de suas normas e procedimentos, expresse de maneira confiável a situação patrimonial das empresas, em especial as negociadas em bolsa de valores no atual mundo globalizado. Vale ressaltar que as diferenças culturais, os sistemas jurídicos e sistemas financeiros de cada nação devem ser considerados, tanto no processo de harmonização, quanto dos impactos que podem causar.

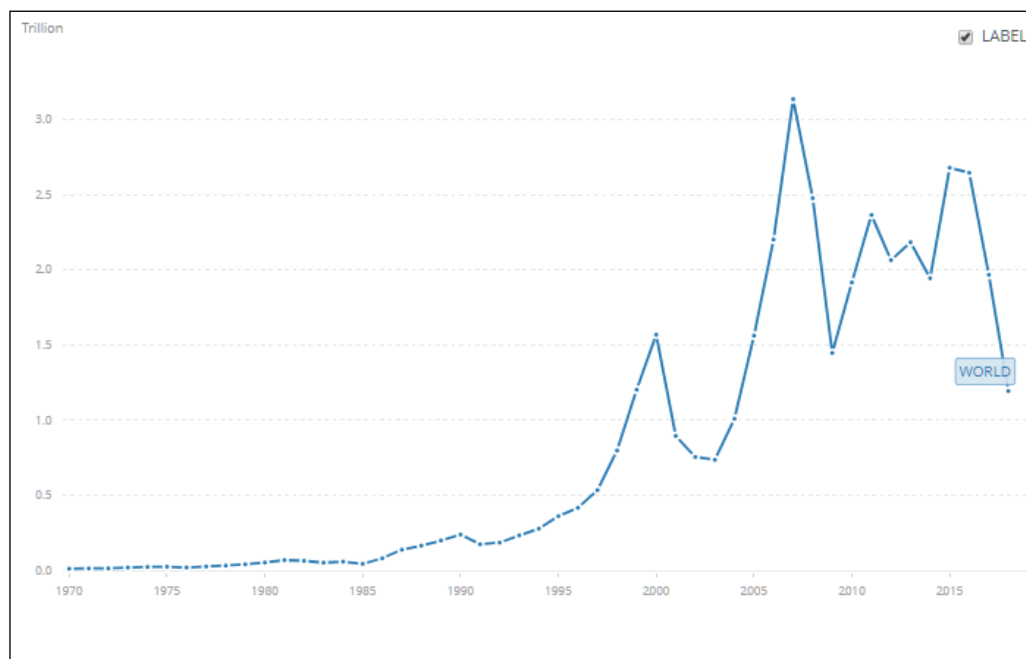
Com a integração e o avanço tecnológico nos mercados financeiros globalizados, houve o surgimento de novos produtos e instrumentos financeiros proporcionando a alavancagem de recursos. O volume global de ativos financeiros, não considerando os derivativos, podem ser estimados em quatro vezes o PIB mundial. Essa alavancagem põe em risco a liquidez do mercado, sendo um convite para a o surgimento de crises, vide os exemplos já apresentados nas empresas “.com”. Pode-se verificar que a partir dos anos 1990, houve a expansão de financiamento para atividades produtivas com o intuito de promover a expansão das empresas fora dos seus domínios locais, do comércio internacional, da evolução tecnológica e das inovações. Os investimentos diretos estrangeiros cresceram dos 200 bilhões de Dólares na década de 1990 para mais de 1 trilhão de Dólares nos anos 2000, havendo muitas operações de aquisições, fusões e criações de *joint ventures* no mundo (LACERDA, 2011).

O aumento de investimentos em países emergentes a partir dos anos de 1990, contribuiu efusivamente para a globalização das finanças e do aumento nas ofertas de financiamento dos países em desenvolvimento. Isso pode ser verificado por meio do acompanhamento do Investimento Estrangeiro Direto (IED)⁴, em seu termo original em língua inglesa, *Foreign Direct Investment* (FDI). Os IEDs são as categorias de investimento internacionais que refletem o objetivo de uma entidade residente em uma economia para obter um interesse duradouro, investimento, em uma empresa residente em outra economia (OCDE, 2020).

Como pode ser verificado na Figura 1, o fluxo dos IED começa a fazer um movimento acentuado a partir dos anos de 1990, indo de 239,414 bilhões de Dólares para o seu ápice em 2007 de 3,113 trilhões de Dólares. A queda acentuada pode ser percebida nos anos de 2008 e 2009, onde voltou ao patamar de 1,444 Trilhão de Dólares (2009). Houve altos e baixos entre os anos de 2010 a 2017, momento em que a queda volta a se acentuar em 2018 chegando ao volume de 1,195 trilhão de Dólares, inferior ao ano de 2009.

⁴ Atualmente o termo mais apropriado para determinar esta informação é Investimento Direto no País (IDP), entretanto, foi mantida a informação da fonte original.

Figura 1 – Investimento Direto Estrangeiro – Mundo 1970-2018 (em trilhões US\$ atuais)



Fonte: Banco Mundial (2020).

Os IEDs Brasil seguiram a mesma tendência com algumas particularidades. O início do aumento do volume dos IEDs pode ser percebido a partir de 1995 (4,859 Bilhões de Dólares) e tendo o seu ápice em 2011 com o volume de 102,427 Bilhões de Dólares. A queda se iniciou a partir do ano de 2012, sendo que, no ano de 2015 os IEDs totalizavam 64,738 Bilhões de Dólares com leve recuperação em 2016, e no ano de 2017 voltaram a cair totalizando 68,885 Bilhões de Dólares e houve novo aumento em 2018, com o total de 78,163 Bilhões de Dólares (BANCO MUNDIAL, 2020).

Assim, com o fluxo de serviços, produtos e investimentos cada vez mais representativos no mundo, era necessário desenvolver um padrão de forma a unificar, ou ao menos tentar, os demonstrativos contábeis internacionalmente. A ênfase na transparência, fidedignidade e comparabilidade das demonstrações deveriam atingir âmbito mundial, vide o caso da empresa Enron relatado anteriormente. Esse anseio pela unificação da contabilidade no mundo demanda cuidados e conceitos avançados para que as informações sejam compreendidas, tanto pelos usuários internos, quanto pelos usuários externos, e agora para os usuários globais. A contabilidade precisava superar barreiras que envolvia desde a sua linguagem particular, ou terminologia, até a consideração de conversão de moedas e culturas em cada país, antes de qualquer procedimento a contabilidade precisava ser harmonizada e convergida para ser internacionalizada.

Diversas vezes o entendimento de harmonização e convergência se confundem e eles estão estreitamente alinhados. A harmonização pode ser entendida como a eliminação das diferenças entre os padrões contábeis existentes, em um país em relação às IFRS por exemplo, enquanto a convergência também pode envolver a criação de um novo tratamento contábil que não esteja em nenhum padrão atual (CHOI; MEEK, 2005, p. 282).

No Brasil, a harmonização das IFRS para o setor público “[...] exige não apenas a tradução das normas para a língua portuguesa, mas a análise sobre a aplicabilidade do contexto das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros” (CFC,2020b).

Zeff (2007) dividiu em seu estudo quatro dificuldades ligadas à cultura de uma nação para que, a comparabilidade dos demonstrativos contábeis pudesse ser realizada globalmente. Esses quatro pontos envolvem a cultura financeira e de negócios, que podem envolver desde incentivos em um determinado ramo de negócio, até as práticas comerciais nos negócios; a cultura contábil envolve interpretação de normas, prática e procedimentos locais como por exemplo, as taxas de imposto de renda; a cultura da auditoria, que envolve procedimentos como, a não assinatura do relatório, caso as demonstrações não estejam em acordo com as normas contábeis; e a cultura que envolve a regulação no país, procedimentos levantados por meio de Lei ou de outras entidades como a SEC ou a CVM por exemplo.

Amenábar (2001) em sua pesquisa verificou que não havia harmonização entre as normas contábeis em vigor em cinco países na América do Sul: Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Destacou também o impacto inflacionário entre os países e alguns aspectos culturais entre os países conforme comentado anteriormente nos estudos de Zeff (2007).

Lima (2010) discorre sobre algumas características culturais no Brasil:

No Brasil, as normas e práticas contábeis apresentam características conservadoras, derivadas especialmente do regime tributário instituído. O ambiente institucional brasileiro pode ser caracterizado conforme a estrutura legal, pertencente ao arcabouço do direito romano (*code law*), no qual o governo (as instituições fiscais) constitui-se como principal órgão regulador do sistema, interferindo diretamente nos procedimentos e nas práticas contábeis para que se estabeleçam os regimes de tributação. Nesse cenário, as demais instituições de mercado (CVM) e de classe (IBRACON, CFC) somente participam no processo regulatório, auxiliando na criação de normas para a contabilidade brasileira. (LIMA, 2010, p. 74)

Cabe ressaltar que no Brasil devido à complexidade de Leis fiscais, pode-se concluir que as entidades governamentais, ou seja, o setor público teve muita participação no estabelecimento de normas e procedimentos contábeis. Isso pode ser verificado logo no início da convergência para as IFRS no Brasil, onde o governo brasileiro estipulou o Regime Tributário de Transição (RTT) para que analisasse os impactos dos novos procedimentos sem

perder arrecadação. O RTT esteve em atividade por mais de seis anos, indo de 2008 a 2015, proporcionando às empresas duplo trabalho, utilização de procedimentos em alinhamento às IFRS e de procedimentos para atendimento à legislação fiscal para apuração de impostos.

Nesta seção foram apresentados alguns fatos relevantes e históricos que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade e do início do processo de convergência e harmonização das normas contábeis internacionais, as IFRS. A revisão abordou desde o início dos tempos, acompanhando a civilização na sua transição de atividades de caça e pesca, indo para a agricultura, envolvendo sociedades como a egípcia, persa, grega e passando pelos acontecimentos da era do Renascimento e das grandes navegações. Na Itália houve a contribuição do Frei Luca Pacioli na divulgação das partidas dobradas contábeis, a qual permanece a essência da contabilidade até hoje. Com a Revolução Industrial ocorrida a partir do século XVIII, houve novamente a necessidade de se desenvolver a contabilidade em observâncias às demandas da sociedade. Com as duas guerras ocorridas ao final da primeira e da terceira década do século XX novas mudanças ocorreram, inclusive no período entreguerras, quando a grande depressão de 1929 proporcionou novos procedimentos e ajustes na regulamentação contábil. O padrão-ouro estabelecido em 1944 na moeda norte-americana, e em 1971 com o fim de sua vinculação ao ouro permitiu novas alterações econômicas no globo. Por fim, com o avanço das tecnologias de comunicação a partir das últimas décadas do século XX, houve um novo movimento de internacionalização, culminando com a criação da União Europeia em 1993.

No século XXI o processo de internacionalização continuou e foram criadas entidades com o intuito de normatizar a contabilidade em âmbito mundial. A criação do IASB em 2001 foi o pontapé inicial para as ações que viriam na sequência, com a criação das IFRS e de sua adoção na União Europeia em 2005.

Na próxima seção será dada continuidade aos antecedentes aqui apresentados, com ênfase nas IFRS.

1.2 Normas Internacionais de Contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS)

Conforme visto na seção anterior, os processos e procedimentos contábeis no mundo tendiam à unificação. Partindo dessa tendência, foram criadas entidades e órgãos internacionais para este fim, dentre eles destacam-se o *International Accounting Standards Board* (IASB),

criado em 1º de abril de 2001. No âmbito Europeu e Mundial e o FASB do lado norte-americano, especificamente. Atualmente, compete ao IASB emitir os procedimentos que irão nortear as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou como é denominada no Brasil: Normas Internacionais de Contabilidade.

As IFRS são divulgadas por meio da Fundação IFRS (*IFRS Foundation*) uma organização de interesse público, sem fins lucrativos, fundada em uma reunião, em 24 de maio de 2000, com a participação dos membros do órgão que lhe antecedeu, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) e que tem por objetivo principal “[...]desenvolver um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade, compreensíveis, aplicáveis e aceitos globalmente – padrões do IFRS – e para promover e facilitar a adoção dos padrões” (IFRS, 2020a).

As normas de contabilidade norteiam os procedimentos contábeis utilizados em empresas, em especial as negociadas em bolsa de valores ou empresas S.A., e são importantes para que as informações apresentadas sejam transparentes e possam atender às solicitações dos mais distintos usuários dessas informações como investidores, empregados, acionistas, governo, bancos, entre outros.

O IASC foi criado em 1973 por membros de diversos conselhos e instituições da classe contábil em países como: Alemanha, Austrália, Canada, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido, e tinha a intenção de homogeneizar as normas contábeis no mundo, ou seja, estabelecer uma padronização nos procedimentos contábeis. O IASC sofreu pressões exercidas por empresas multinacionais e empresas de auditoria internacionais, tendo assim a influência de profissionais, de aceitação voluntária e não dos governos, através de Leis por exemplo, para o desenvolvimento das diretrizes sobre a harmonização contábil. Era o órgão responsável por pronunciamentos desta natureza, criando assim as *International Accounting Standard* (IAS), as normas que dariam lugar às atuais IFRS anos mais tardes. O IASC foi substituído pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) criado em 1º de abril de 2001, dentro da própria estrutura do IASC. Atualmente é da competência do IASB emitir os pronunciamentos e instruções referentes às IFRS (AMARAL, 2001; NEPOMUCENO, 2011; IFRS FOUNDATION, 2020a).

A unificação das normas contábeis locais para as IFRS, ou padrões IFRS, possibilita que as informações financeiras possam ser entendidas com maior facilidade entre as nações que adotam essas diretrizes. Muitos países adotam as IFRS com o intuito de atrair investidores estrangeiros para o seu país, uma vez que a linguagem contábil torna-se a mesma. Há outras razões possíveis para a adoção das IFRS como, a análise de avaliação de risco feitas através de

instituições financeiras internacionais, bancos, e órgãos reguladores, por exemplo, além de diminuir os custos de publicação das empresas em outros países, facilitando assim que seus títulos possam ser negociados em mercados externos e em consequência atrair novos investidores. Atualmente mais de 140 nações adotam as IFRS (IFRS, 2020a).

Considerando os países que se utilizam das IFRS, atualmente são 166 nações, incluindo todos os membros do G20⁵ e todos os Estados membros da União Europeia, sendo que destas 166 apenas 144 exigem as normas IFRS para todas ou a maioria das entidades públicas, empresas listadas e instituições financeiras em seus mercados de capitais (IFRS, 2020b). A Tabela 4 apresenta as jurisdições em agrupamento de utilização das IFRS, considerando Entidade Pública, empresas de capital aberto (negociadas em bolsa de valores).

Tabela 4 – Número de Jurisdições que utilizam as IFRS

Região	Jurisdições na região	Jurisdições que exigem as normas IFRS para todas ou para a maioria das entidades públicas (Capital Aberto)	Jurisdições que exigem as normas IFRS em % do total de jurisdições na região	Jurisdições que permitem ou exigem as normas IFRS pelo menos em algumas (mas não todas ou a maioria) entidades públicas	Jurisdições que não exigem nem permitem as Normas IFRS para quaisquer entidades públicas
Europa	44	43	98%	1	0
África	38	36	95%	1	1
Oriente Médio	13	13	100%	0	0
Ásia-Oceania	34	25	74%	3	6
Américas	37	27	73%	8	2
Totais	166	144	87%	13	9
% das 166	100%	87%		8%	5%

Fonte: IFRS, 2020b. Adaptado pelo autor.

Das 166 jurisdições, 156 assumiram compromisso público e apoiam um conjunto único de padrões contábeis internacionais. Das 22 jurisdições que ainda não adotam as IFRS, 12 permitem ao invés de exigir as IFRS (Bermuda, Ilhas Cayman, Guatemala, Honduras, Japão, Madagascar, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Suriname, Suíça, Timor-Leste; uma exige as IFRS para instituições financeiras, mas não para empresas listadas em bolsa (Uzbequistão), uma está em processo de adoção (Tailândia), uma está em processo de convergência substancial de seus padrões nacionais (mas não inteiramente) para as IFRS (Indonésia); e usam padrões nacionais ou regionais (Bolívia, China, Egito, Índia, a Região Administrativa Especial de Macau, Estados

⁵ G20 é a sigla para denominar o grupo dos 19 países e a União Europeia, que representam cerca de 80% da produção econômica mundial, dois terços da população global e três quartos do comércio internacional. Ao longo do ano, representantes dos países do G20 se reúnem para discutir questões financeiras e socioeconômicas. São membros do G20: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América e União Europeia (UE) (G20, 2020).

Unidos e Vietnã). E das 166 jurisdições, apenas 86 adotam as IFRS também para as Pequenas e Microempresas (PMEs), e 9 estão analisando a sua adoção (IFRS, 2020b).

Sobre as PMEs, no Brasil, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP) e com isso definiu-se as características de enquadramento delas. Uma Microempresa é aquela, cuja receita bruta anual, seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e as empresas de pequeno porte são aquelas, cuja receita bruta anual, seja superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2006).

Ainda em relação aos membro do G20, 15 jurisdições adotam as IFRS para todas ou a maioria das empresas em seus mercados de capitais, exceto Japão, que permite as IFRS de forma voluntária para as empresas locais ou domésticas; China, Índia e Indonésia adotaram padrões nacionais substancialmente alinhados às normas do IFRS, mas não anunciaram um plano ou cronograma para adoção completa; e os Estados Unidos da América, apesar de sua relevância econômica, não permitem que emissores domésticos de valores mobiliários usem as normas IFRS, mas permite que emissores estrangeiros de valores mobiliários usem as normas IFRS emitidas pelo IASB (IFRS, 2020b).

Vale destacar que outras entidades apoiam as IFRS como o Banco Mundial, *Financial Stability Board* (FSB), governos, associações comerciais, investidores e membros de conselhos da classe contábil no mundo, apoiam o objetivo de um único conjunto de padrões contábeis globais de alta qualidade. As justificativas para este apoio residem, dentre outras razões, no livre fluxo de capital internacional, na busca por diversificação de investidores globais, nas oportunidades para que empresas possam levantar capital em ambiente externo, na organização das informações em empresas com subsidiárias ao redor do mundo, pois neste, cada empresa deveria elaborar as informações financeiras de acordo com cada país, o que tornaria o processo decisório econômico mais complexo (IFRS, 2020c).

Entretanto, a adoção das IFRS acarreta mudança de paradigmas e de estrutura nos países. Há alteração em Leis, harmonização das normas e práticas contábeis, atualização e treinamento de docentes, educação profissional, ajustes fiscais temporários e no mercado financeiro, substituição ou alteração nos sistemas de informação contábeis das empresas e dos profissionais contábeis, entre outros infortúnios.

De acordo com os estudos divulgados pela IFRS *Foundation*, alguns dos benefícios verificados quando da adoção das IFRS foram:

Os benefícios documentados incluem um custo de capital mais baixo para algumas empresas e aumento do investimento em jurisdições que adotam as IFRS. Algumas empresas também relatam benefícios de poder usar as IFRS em seus relatórios internos, melhorando sua capacidade de comparar unidades operacionais em diferentes jurisdições, reduzindo o número de diferentes sistemas de relatórios e tendo a flexibilidade de mudar a equipe com a experiência em IFRS em sua organização. No Japão, onde o uso das normas IFRS é voluntário desde 2010, um relatório da Agência Japonesa de Serviços Financeiros identificou a eficiência dos negócios, a comparabilidade aprimorada e as melhores comunicações com investidores internacionais como os principais motivos pelos quais muitas empresas japonesas optaram por adotar as normas IFRS. [...] A IOSCO reconheceu os benefícios das normas globais quando, no ano de 2000, recomendou a seus membros que permitissem que as normas IFRS fossem usadas em suas trocas por ofertas internacionais. (IFRS, 2020c).

A globalização financeira, em específico dos mercados de capitais, proporcionou uma nova dinâmica na economia no que tange aos ciclos dos ativos e está diretamente ligada à liberalização das economias no mundo, ao aumento do fluxo de capitais e dos IED. Os acordos de livre mercado regionais também se multiplicaram, como o NAFTA, Mercosul e União Europeia, por exemplo.

A necessidade de demonstrações contábeis unificadas, transparentes e que pudessem ser comparadas se tornou fundamental. Os recursos que investidores internacionais poderiam enviar para países emergentes, assim como a eleição das melhores propostas de investimentos por empresas multinacionais demandavam novas demonstrações financeiras. Assim, as iniciativas normativas, tanto em caráter nacional quanto, regional ou mundial, para lidar com problemas gerados pelas diferenças existentes nas demonstrações contábeis nos mercados de capitais internacionais, passaram a ganhar força. (CARNEIRO, 1999; HORA, TONDKAR, ADHIKARI, 1997).

Com o intuito de se verificar pesquisas acadêmicas sobre esse processo de iniciativas normativas para o desenvolvimento e estabelecimento da padronização contábil no mundo, Baker e Bardu (2007) realizaram o levantamento de estudos sobre harmonização contábil internacional e verificaram que em 1965 ocorreu uma das primeiras publicações sobre esse tema. A linha temporal levantada pelos autores elenca: a criação do IASC em 1973; a 4ª Diretiva do IASC em 1978 como marco inicial com vistas à harmonização da contabilidade europeia; as Diretivas 7ª, criada em 1983 e a 8ª, criada em 1984, também possuíam conteúdo geral a serem obedecidas pelos países na elaboração das demonstrações contábeis externas, contudo, sem retirar a liberdade de cada país em manter suas normas e estruturas contábeis internas, aqui cabe uma informação: Diretiva foi o nome dado ao estudo e consolidação das normas contábeis na Europa, continuando; Arcabouço Teórico do IASC 1989; Acordo IASC/IOSCO 1995; Criação

do IASB 2001; Aprovação Europeia 2002; Aplicação das IFRS na União Europeia 2005; Memorando FASB/IASB 2006; SEC permite IFRS 2007.

Fatos importantes ocorreram em relação ao processo de convergência das IFRS durante e após a crise de 2008 e alguns destes podem ser elencados na sequência, Quadro 2, sobre a convergência às IFRS.

Quadro 2 – Fatos Relevantes Sobre a Convergência às IFRS (Mundo)

Ano	Ação
2008	• O IASB e o FASB formam um Grupo Consultivo de Crise Financeira para orientar a resposta conjunta à crise.
2009	• O IASB emite o padrão IFRS para PMEs • Relatório do Grupo Consultivo sobre a Crise Financeira ao IASB e FASB sobre as implicações de definição de padrões da crise financeira global.
2010	• O IASB e o FASB concluem a primeira fase de seu projeto conjunto para desenvolver uma estrutura conceitual aprimorada.
2011	• É estabelecido o Grupo de Economias Emergentes do IASB, em resposta à solicitação do G20. • IASB e FASB passam a alinhar alguns pronunciamentos
2012	• O IASB introduz um programa de pesquisa. • Os curadores da <i>IFRS Foundation</i> emitem um comunicado sobre sua revisão estratégica completa, estabelecendo recomendações em quatro áreas: a missão da Fundação IFRS, especificamente o interesse público atendido pelo trabalho da Fundação; governança; o processo e procedimentos usados pela Fundação e pelo IASB; e o financiamento da organização
2013	• O <i>Accounting Standards Advisory Forum</i> (ASAF) é estabelecido. • A <i>IFRS Foundation</i> inicia a publicação de perfis jurisdicionais para mapear o progresso na criação de um único conjunto de padrões contábeis globais. • IFRS Foundation e IOSCO estabelecem protocolos sobre as IFRS
2014	• A <i>IFRS Foundation</i> e a <i>European Securities Markets Authority</i> (ESMA) assinam uma declaração de protocolos conjunta
2015	• A China reafirma seu compromisso de estabelecer total convergência com as normas IFRS. • A Comissão Europeia publica uma avaliação positiva de 10 anos de uso das IFRS na Europa.
2016	• A <i>IFRS Foundation</i> fortalece seu relacionamento com o IOSCO e com a ESMA
2017	• A <i>IFRS Foundation</i> e o Banco Mundial aprofundam a cooperação para apoiar as economias em desenvolvimento da padronização de relatórios.
2018	• Emissão da Estrutura Conceitual revisada para relatórios financeiros, estabelecendo os conceitos fundamentais para relatórios financeiros que sustentam as normas IFRS, substituindo a Estrutura Conceitual de 2010. • As IFRS agora são permitidas ou exigidas em 144 das 166 jurisdições avaliadas. A IFRS para PMEs é obrigatória ou permitida em 86 jurisdições e está em análise em outras 11 jurisdições.
2019	
2020	• O IASB propõe adiar a data efetiva das emendas da IAS 1 devido a covid-19
2021	

Fonte: IFRS Foundation, 2020e. Elaborado pelo autor.

Em outra pesquisa similar, Garrido, León e Zorio (2002) conseguiram identificar três fases da evolução da harmonização contábil. A primeira compreendia o período de 1973 a 1988 abrangia a criação do IASC e as suas Diretivas 4, 7 e 8, quando os esforços para o desenvolvimento de um conjunto comum de normas fossem realizados. O segundo período, compreendido entre 1989 a 1995 abrange os esforços despendidos para o aperfeiçoamento das

propostas para fins de comparabilidade com destaque para o arcabouço teórico do IASC e do acordo IASC/IOSCO. O terceiro período, de 1995 até a atualidade, aborda os esforços e avanços nas discussões para a um núcleo comum de normas, passando a envolver, por exemplo, as Pequenas e Microempresas (PMEs) e a educação dos profissionais contábeis, houve ainda a sinalização no ano 2000 do *International Organization Of Securities Commissions* (IOSCO), que endossou o uso das normas elaboradas pelos IASC nos mercados de capitais globais, após revisá-las.

O segundo período também envolveu a criação da estrutura conceitual das normas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) visando facilitar a harmonização internacional, com ênfase na transparência e comparabilidade (PEREIRA, 2011).

O desenvolvimento da contabilidade em cada país no mundo, pode seguir determinada tendência. Países desenvolvidos podem ter tendências de aprimorarem as práticas contábeis voltadas para o investidor, ao ponto que países em desenvolvimento podem dar maior ênfase a parte tributária ou de inflação, por exemplo.

Choi e Meek (2005, p. 36-39) destacaram oito causas de desenvolvimento da contabilidade nos países. A primeira seria por meio de fontes de financiamento das empresas, principalmente em países desenvolvidos que possuem o mercado financeiro forte, e as informações são direcionadas ao investidor, havendo maior demanda por transparência e divulgação de informações. O sistema legal aparece como uma segunda causa, aqui fica evidente a distinção entre os sistemas *code law* e *common law*. Os países que possuem na sua base jurídica o sistema *code law* as regras contábeis são incorporadas à legislação, sendo bastante detalhadas e prescritivas. Já na outra vertente, *common law*, as normas nestes países são elaboradas, em grande parte, por profissionais da área possuindo menos detalhes, sendo também mais flexíveis e, conseqüentemente, exigindo mais julgamento.

As demais causas envolvem a tributação, ou seja, a forma como a Lei influencia a taxa em função das atividades das empresas e de seus impactos nas demonstrações contábeis. A inflação, permite o desenvolvimento de meios para ajustar as informações contábeis através da aplicação de correção monetária, o Brasil é referência nesse assunto. Os efeitos políticos e econômicos também são apresentados como causas, em uma economia centralmente planejada, socialista, as demandas contábeis são diferentes das de uma economia de mercado, ou capitalista. Países avançados tecnologicamente em suas indústrias, onde pode haver grande alocação de recursos em ativos intangíveis terão outras demandas em relação aos países onde há predomínio de atividades menos complexas, como *commodities*, por exemplo. Por fim, o nível de educação e a cultura também podem ser responsáveis por prioridades. De

nada adianta desenvolver uma técnica complexa se não for compreendida ou não for adequada à cultura da nação (CHOI; MEEK, 2005, P. 36-39).

O processo de internacionalização das normas contábeis no Brasil teve início antes mesmo da Lei Federal nº 11.638/07 e da Resolução nº 1.055, de 2005 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Projeto de Lei nº 3.741 apresentado em 08 de novembro de 2000 na Câmara dos Deputados já apresentava alterações na Lei nº 6.404/76, e tinha o objetivo de mudar as práticas contábeis brasileiras e tornar a Lei das Sociedades Anônimas mais receptiva à adoção do padrão IFRS no Brasil. Esse Projeto de Lei viria a se tornar na Lei Ordinária nº 11.638/07.

Dentre as finalidades que motivaram a alteração na Lei 6.404/76, através do Projeto de Lei nº 3.741/2000, de iniciativa desta CVM junto ao Executivo, que informou no seu Comunicado ao Mercado de 14 de janeiro de 2008, podem-se destacar, que a:

[...] finalidade maior era possibilitar a eliminação de algumas barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional, além de aumentar o grau de transparência das demonstrações financeiras em geral, inclusive em relação às chamadas sociedades de grande porte não constituídas sob a forma de sociedade por ações.

Originalmente, o Projeto de Lei nº 3.741, mediante proposta de alteração do art. 289, buscava ainda reduzir os custos de publicação dessas demonstrações, tendo em vista, inclusive, o expressivo aumento das informações complementares (notas explicativas e quadros suplementares) que deverá advir em função desse processo de convergência. Muito embora este último objetivo não tenha sido alcançado no final da tramitação do projeto, a Lei nº 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o benefício do acesso das empresas brasileiras a capitais externos a um custo e a uma taxa de risco menores (CVM, 2008, p. 1).

Assim, com o desenrolar do PL 3.741/00, a Resolução nº 1.055, de 2005 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a união dos esforços das entidades dos representantes dos usuários da informação contábil, Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional); B3 Bolsa Brasil Balcão (antiga Bovespa); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Entidades representativas de investidores do mercado de capitais, com o objetivo de estudar, preparar e emitir novos pronunciamentos técnicos que validam a convergência das IFRS nas práticas contábeis no Brasil (CPC, 2020).

No caso do Brasil, a adoção das IFRS esbarrou na falta de mão de obra qualificada para a sua implementação, pois como o processo de convergência exigia o entendimento de novos

procedimentos, as instituições de ensino, ainda não haviam formado contadores sob essa tendência, tendo poucos profissionais aptos à prática e ao ensino das normas internacionais (SOUZA, 2009).

Em resumo, os contadores formados nos últimos anos não estudaram as normas internacionais e, na prática exercida no mercado de trabalho, adaptaram-se totalmente ao modelo orientado por regras: acostumaram-se a ler e aplicar o que está escrito. Os auditores, responsáveis pela revisão das demonstrações das empresas, também foram formados para desempenhar tarefa relativamente mais simples, limitando-se a avaliar se as transações estavam ou não de acordo com as regras existentes. Entretanto, no novo cenário, no qual a intenção e a interpretação desempenham papel relevante devido à sua característica mais subjetiva, provavelmente os profissionais necessitarão adquirir novos conhecimentos e habilidades (SOUZA, 2009, p. 43).

O Processo de convergência ainda daria muita dor de cabeça aos profissionais contábeis brasileiros, lembrando que o problema do atendimento às leis vigentes e o Regime Tributário de Transição (RTT), sendo assim, na próxima seção serão apresentados os principais acontecimentos no desenvolvimento do Ensino de Contabilidade no Brasil.

1.3 Internacionalização da Educação Superior

Conforme abordado nas seções anteriores, 1.1 e 1.2, muitos fatores contribuíram e ainda contribuem para a internacionalização dos negócios, da contabilidade e da educação. A título de exemplo podem ser citadas as duas grandes guerras mundiais, a guerra fria, a queda do muro de Berlim em 1989, crises financeiras globais, como a de 2008, as reuniões entre ministros de Educação de países europeus que chegaram ao Processo de Bolonha em 1999, processo este que versa sobre a convergência da educação na Europa, entre tantos outros fatos históricos.

Considerando as passagens comentadas sobre alguns dos principais acontecimentos históricos sobre globalização dos negócios e das normas de contabilidade, a educação superior também foi impulsionada por tais vertentes na sociedade.

A facilidade atual no acesso à informação e das tecnologias utilizadas proporcionaram a disseminação do conhecimento global. A mobilidade das oportunidades de empregos também facilitou a internacionalização das culturas entre regiões e, atualmente, com a pandemia de Covid-19 houve a diminuição de encontros presenciais e aumento das videoconferências, que em muitos casos substituiu viagens internacionais.

Para que se possa ter o entendimento de internacionalização, de forma mais objetiva, ela não é um fim em si mesmo, e sim uma estratégia para a promoção e apoio na qualidade das

formações no sentido acadêmico, difusão do conhecimento e como instrumento agregador de culturas, em uma cidadania ativa, solidária e global (GACEL-ÁVILA, 2006), ela não existe ou ao menos não deve existir num vazio sociopolítico (CACHAPUZ, 2020). Cabe ressaltar ainda que, conforme discorre Dávila (2012, p. 19) “A internacionalização do ensino superior se manifesta por meio de fenômenos como a expansão da oferta educacional em nível transnacional e a crescente mobilidade entre países de estudantes, acadêmicos e profissionais”.

Conforme exposto, por ter em seu cerne o âmbito social e político, os eventos que abraçam a internacionalização, assim como ela mesmo em si, se alteram com o passar do tempo. Desta forma pôde-se verificar que a partir dos anos 1990 houve a intensificação do processo de internacionalização da educação superior, passando a ser incorporada na área de comércio internacional, controlada pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATTTS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) (BEZERRA, 2013).

A transição do século XX para o XXI envolveu mudanças transformações principalmente de ordem social, política e econômica. Essa transição seguiu algumas tendências, como a globalização da economia, que proporcionando fluxo transnacional de capitais e estabelecimento de novas relações e acordos comerciais entre países, com a criação de grupos e acordos que muitas vezes envolvem a quebra de barreiras e o livre trânsito de mercadorias entre grupos de países, favorecendo assim, a internacionalização do comércio (BURBULES; TORRES, 2004).

Diversos processos tornam a internacionalização cada vez mais complexa no século XXI. Além da produção acadêmica e de sua utilização para fomentos governamentais, Altbach e Knight (2007) evidenciam que o aumento da privatização de instituições de ensino, a comercialização, de forma geral, do ensino superior, o crescimento das IES com fins lucrativos, crescimento das agências reguladoras, novas garantias de qualidade, garantias essas que muitas vezes podem vir da produção acadêmica, sistema de rankings globais, redes internacionais de pesquisa e a ênfase crescente nos resultados da aprendizagem e no desenvolvimento de competências, corroboram para essa complexidade atualmente.

Com a economia globalizada, há novas demandas a serem verificadas, principalmente no que se diz respeito à mão de obra especializada internacionalmente, das relações de trabalho, e das negociações comerciais. Além das circunstâncias regionais, o conhecimento produtivo, e de inovação tecnológica, de cada nação, demanda profissionais especialistas e preparados para a atuação em outras nações.

Morosini (2006) evidencia que as relações de uma Instituição de Ensino Superior envolvem não só o âmbito regional, mas também países, e esses esforços sistemáticos podem

tornar a instituição e a Educação Superior em um país de forma geral, mais preparada e atenta às exigências e desafios que a globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho proporcionam e demandam.

É evidente que o crescente número de conflitos nacionais, regionais, internacionais e culturais está fazendo com que as instituições de ensino superior, principalmente o corpo docente, auxiliem os alunos a discutir questões globais e ajudando-os a entender sobre as novas relações internacionais e interculturais. Outro ponto a ser verificado reside na mobilidade do mercado de trabalho e da crescente diversidade cultural das comunidades, exigindo assim que estudantes e professores vislumbrem compreensões e habilidades para que possam trabalhar e viver em ambientes diferentes e culturalmente diversificados. (KNIGHT, 2004).

Pode-se entender que este processo de intercâmbio é um fenômeno recente, entretanto:

Revisitando o conceito universal de conhecimento e a origem das primeiras universidades, pode-se compreender que o intercâmbio entre estudantes e professores de diferentes países, buscando conhecimento e experiência, era muito comum. Desde o início, as características cosmopolitas formaram as universidades e estudantes como peregrinos, desenvolvendo seus estudos e obtendo seus diplomas de diferentes instituições no caminho de volta para casa. (STALLIVIERI, 2017, p. 17).

Em relação à convergência da educação superior, a Declaração de Bolonha, que se tornou um processo após a sua reunião em 19 de junho de 1999, pode ser considerada um marco sobre o tema. Os objetivos contidos nesta carta, a serem iniciados na primeira década do terceiro milênio, de forma a estabelecer o espaço europeu do Ensino Superior e a promover o sistema europeu do Ensino Superior em todo o mundo são:

Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação, também pela implementação do Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;

Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado. O acesso ao segundo ciclo vai requerer o termo com êxito dos estudos do primeiro ciclo, com a duração mínima de três anos. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado europeu do trabalho como nível apropriado de qualificação. O segundo ciclo deverá conduzir aos graus de mestre e/ou doutor como acontece em muitos países europeus;

Estabelecimento de um sistema de créditos – como, por exemplo, no sistema ECTS – como um correto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelas respectivas Universidades de acolhimento;

Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efetivo exercício da livre mobilidade, com particular atenção:

- aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlativos;
- aos professores, investigadores e pessoal administrativo, no reconhecimento e na valorização dos períodos passados num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários;

Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;
Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior, especialmente no que respeita ao desenvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação (BOLOGNA PROCESS, 1999, tradução livre).

Como pode se verificar dentre os objetivos há o destaque para a oportunidade ampliada de emprego aos cidadãos europeus, o desenvolvimento do continente europeu como um todo via Educação Superior. Cabe ressaltar que o processo de internacionalização está diretamente vinculado ao processo de integração, integração esta que também abrangia a política, a economia, a cultura, e a sociedade.

Após a Declaração de Bolonha em 1999 outras reuniões aconteceram e algumas as ações ganharam destaque como em 2000 com o desenvolvimento do projeto piloto para sintonizar as estruturas educativas da Europa (Projeto Tuning); em Praga em 2001, houve a indicação de três linhas de ação: 1) Aprendizagem ao longo da vida; 2) envolvimento dos estudantes na gestão; 3) promoção da atividade do espaço europeu de Ensino Superior. Já em 2003 na cidade de Berlim, foram reafirmados os objetivos de Bolonha e Praga e adicionando os vínculos mais estreitos entre Ensino Superior e pesquisa; ampliação do sistema de 2 ciclos, incluindo um terceiro, para doutoramento e cooperação pós-doutoramento. Defesa da diversidade dos perfis acadêmicos. Dilema – convergência x padronização. No ano de 2005 em Bergen, se desejava avançar até 2007 nos seguintes aspectos: Elaboração das referências e das linhas de orientação para a garantia da qualidade, tal como proposto pelo relatório da Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA); estabelecimento dos quadros nacionais de qualificações; emissão e reconhecimento de diplomas conjuntos, incluindo em nível de doutoramento; criação de oportunidades para percursos flexíveis de formação no ensino superior, incluindo existência de disposições para validação dos acervos. Em Londres no ano de 2007, os esforços estavam voltados para o avanço na questão de mobilidade e comparabilidade da certificação são reportados e reiterados; internacionalização ganha destaque tanto no relato como nos compromissos futuros; dimensões de qualidade da UNESCO e OCDE como parâmetro para diálogo internacional. Empregabilidade dos egressos como uma questão central; retomar a visão inicial do Processo como pauta para os desafios futuros, para além de estruturas e ferramentas; esforços de avanço na questão de mobilidade e comparabilidade da certificação são reportados e reiterados. Internacionalização ganha destaque tanto no relato como nos compromissos futuros. Em 2009 na cidade de Lovaina, fizeram o balanço positivo da primeira década do Processo; foram reiterados os fundamentos

do Processo de Bolonha como base para a pauta até 2020. Termos presentes (em contraposição à crise econômica atual): inovação, criatividade, modernização. Autonomia universitária indissociável de financiamento público à Educação Superior (WIELEWICKI; OLIVEIRA, 2010; EHEA, 2021).

Em 2010 no comunicado de Budapeste-Viena foi informado sobre Lançamento do *European Higher Education Area* (EHEA, 2021). Reforçaram a cooperação dos 47 países membros desde o início, que o ensino superior além de ser uma responsabilidade pública é o principal motor do desenvolvimento social e econômico e da inovação em um mundo cada vez mais orientado para o conhecimento. Dialogaram sobre política e cooperação entre países fora da Europa. Reforçaram o alinhamento para explicar e as críticas e protestos em alguns países e da liberdade Acadêmica. Destacaram a facilitação do ambiente de trabalho e aprendizagem e para promover a aprendizagem centrada no aluno para caminhos de aprendizagem sustentáveis e flexíveis. Solicitaram ao Grupo de Acompanhamento que proponha medidas para facilitar a implementação adequada e plena dos princípios e linhas de ação acordados de Bolonha em todo o EHEA.

Na cidade de Bucareste em 2012, foi relatado sobre a crise econômica e financeira na Europa com efeitos prejudiciais para a sociedade, o que pode afetar as disponibilidades de financiamento adequado do ensino superior e com isso, tornando as perspectivas de emprego dos graduados mais incertas. Buscaram os seguintes objetivos: Fornecer ensino superior de qualidade para todos, aumentar a empregabilidade dos graduados e fortalecer a mobilidade como um meio para uma melhor aprendizagem. Reiteraram a aprendizagem centrada no aluno no ensino superior, através de métodos inovadores de ensino que envolvem os alunos como participantes ativos em sua própria aprendizagem. Agradeceram a avaliação externa do Rede Europeia de Certificação da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) e encorajaram as agências de garantia de qualidade a se inscreverem (EHEA, 2021).

Em 2015, na cidade de Yerevan os Ministros comentaram sobre as ações para enfrentar a crise na Europa. Novos objetivos: melhorar a qualidade e a relevância da aprendizagem e do ensino; promover a empregabilidade dos graduados ao longo da vida profissional em mercados de trabalho em rápida mudança; tornar os sistemas mais inclusivos; implementar reformas estruturais acordadas. Em Paris, em 2018, reforçaram os objetivos e ações, dentre elas: implementar a Convenção de Reconhecimento de Lisboa do Conselho da Europa / UNESCO e suas Recomendações, em particular sobre o reconhecimento das qualificações detidas por refugiados, pessoas deslocadas e pessoas em situação semelhante à de refugiado. Em 2018-2020, os grupos temáticos de pares se concentrarão em três compromissos essenciais para

reforçar e apoiar a qualidade e a cooperação dentro do EHEA: - um sistema de três ciclos compatível com o quadro geral de qualificações do EHEA e graus de primeiro e segundo ciclo escalonados pelo Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) – em conformidade com a Convenção de Reconhecimento de Lisboa – e a garantia da qualidade em conformidade com as Normas e Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior. Medidas adotadas: Abordagem estruturada de apoio de pares para a implementação dos três principais compromissos de Bolonha; Estratégia da Bielorrússia para 2018-2020; qualificações de ciclo curto como um nível de qualificação independente dentro do Quadro de Qualificações abrangente do Espaço Europeu de Educação Superior (QF-EHEA); suporte ao Diploma Revisto ou revalidado, com recomendação para a sua adoção de forma idêntica nos respectivos enquadramentos da Convenção de Reconhecimento de Lisboa e Europass (EHEA, 2021).

E na última reunião até então, realizada na cidade de Roma, em 2020, os ministros se comprometeram novamente com o diálogo internacional sobre valores, políticas e reformas do ensino superior, com base nas experiências do EHEA e de outras áreas do mundo, e pedindo ao Grupo de Acompanhamento do Processo de Bolonha (BFUG) que desenvolva e fortaleça o Diálogo Global no próximo período de trabalho. Para concretizar essa visão, comprometeram-se em construir um Espaço Europeu de Ensino Superior (EHEA) inclusivo, inovador e interligado até 2030, capaz de sustentar uma Europa sustentável, coesa e pacífica: Inclusivo, porque todos os alunos terão acesso equitativo ao ensino superior e serão totalmente apoiados na conclusão de seus estudos e treinamento; Inovador, porque introduzirá novos e mais alinhados métodos e práticas de aprendizagem, ensino e avaliação, intimamente ligados à investigação; Interligados porque as estruturas e ferramentas compartilhadas continuarão a facilitar e aprimorar a cooperação internacional e a reforma, o intercâmbio de conhecimento e a mobilidade de funcionários e alunos. O ensino superior será um ator-chave no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas até 2030. Comprometeram-se a apoiar as instituições de ensino superior em trazer suas capacidades educacionais, de pesquisa e inovação para cumprir esses objetivos globais fundamentais e distribuir recursos garantir que nossos sistemas de ensino superior contribuam para o cumprimento dos ODS. (EHEA, 2021).

As ações e objetivos determinados pelos participantes das reuniões do Processo de Bolonha revelam o interesse em alinhar o conhecimento dos países participantes, podendo proporcionar uma vantagem competitiva tanto para as IES quanto para a nação em vários segmentos, como por exemplo, no econômico, no político, no comercial etc.

De Wit (2002) e Knight (1997) discorrem sobre as motivações ou causas para a internacionalização de uma IES, como por exemplo, razões políticas; razões econômicas; razões socioculturais e razões acadêmicas. E, é evidente, que cada nação terá a sua particularidade em relação a tais motivações.

Sendo assim, percebe-se o desafio que as IES têm em definir como os professores, estudantes e pesquisadores podem desenvolver uma consciência global, de forma mais específica, o desafio reside em como essas IES poderão promover o desenvolvimento de habilidades de comunicação intercultural, aprender sobre as culturas de outros países, melhorar as habilidades para trabalhar em ambientes multiculturais e transformando-se assim, em pessoas internacionais, preparadas para os desafios futuros (STALLIVIERI, 2017).

A comunicação assim, assume papel relevante para essa disseminação do conhecimento, pois os textos científicos podem ser localmente escritos no idioma de origem, entretanto, em âmbito internacional atualmente há versões em outras línguas, e como principais para a pesquisa científica podem ser verificadas a língua inglesa, preponderante às demais, espanhola e francesa. Mas nem sempre foi assim, o idioma alemão e francês até as primeiras décadas do século XX também dividiam as publicações (OLIVEIRA, 2019).

No Brasil, como reflexo dessa globalização do conhecimento, percebe-se que “[...] as instituições começam a pensar sobre o desenvolvimento de programas que são oferecidos em outras línguas de instrução, além do português, especialmente em inglês ou espanhol” (STALLIVIERI, 2017, p. 30).

Essa internacionalização do conhecimento, no entanto, vem contribuindo para o surgimento de um novo modelo de educação superior, onde há o compartilhamento do conhecimento, seja em participação em conferências, seminários, eventos ou programas de intercâmbio, seja na apresentação de estudos de natureza científica ou, ainda, pela publicação de artigos em revistas científicas internacionais, permitindo assim a criação de novos conhecimentos e já em ambiente internacional (BEZERRA, 2013; STALLIVIERI, 2017).

Para que as IES possam se internacionalizar de forma adequada, ou que esse procedimento ocorra de forma célere, se faz necessário que não só os docentes, mas também os gestores dessas instituições tenham treinamento em línguas estrangeiras para poder se comunicar eficazmente, além, evidentemente, dos discentes.

A oferta de cursos de línguas para todos os membros torna-se uma ação valiosa e necessária. Se houver um estímulo para a comunidade acadêmica e administrativa das instituições de ensino superior realizar uma experiência no exterior, para ser consistente com os requisitos de internacionalização da instituição, ela terá que

fornecer meios facilitadores para a qualificação de seus alunos, professores e funcionários. (STALLIVIERI, 2017, p. 30).

Atualmente, há um sem-número de indicadores e ranking internacionais com o intuito de aferir a produção acadêmica. É nesse cenário que uma IES busca metas e objetivos para fortalecer-se internacionalmente, e isso vai além da elaboração de currículos. A busca pela excelência das IES em termos globais, muito em função da competitividade atual fez surgir as denominadas Universidade de Classe Mundial (UCM) e Altbach (2004, p. 20) discorre e questiona sobre o termo classe mundial aplicado às IES que é entendido como um ranking envolvendo as principais instituições de ensino do mundo, ou seja “[...] um padrão internacional de excelência’. Justo, mas no ensino superior, quem decide? As características não foram, de modo algum, acordadas por equipes de especialistas – eles se entendem simplesmente como *benchmarks* para fornecer a base para debate e análise”. A criação de rankings ou outros critérios de avaliação é apenas um dos problemas elencados pela internacionalização que as IES devem atentar, pois sempre estará à mercê de critérios, políticas e interesses diversos.

Thiengo (2018) discorre sobre UCM, revelando que esta:

[...]Universidade de Excelência ou de Classe Mundial trata de um processo amplo e complexo de transformações da educação superior em âmbito global, que evoluem a expansão, a diferenciação e a internacionalização deste nível de ensino, em conformidade com as novas finalidades suscitadas pelo capital no âmbito do regime de acumulação de predominância financeira. Esse processo, além de apresentar diversas particularidades, também é recente e está em curso[...] (THIENGO, 2018, p. 393)

Esse desbravamento internacional, por outro lado, demanda que as IES realizem alterações sensíveis ou profundas em suas estruturas. O cenário econômico, a mercantilização do conhecimento, a competitividade e a visão do lucro, podem afetar os objetivos de uma instituição. Pode-se abrir mão do fomento ao conhecimento puro para se dar preferência ao que for mais competitivo e rentável, tanto para atendimento a editais quanto para a captação de alunos e possíveis ganhos que se poderão alcançar em função de determinada estratégia ou projeto.

A mudança que uma IES deve visar ampliar as suas capacidades, ir além da replicação do conhecimento. Essa tentativa pode ser feita através de esforços na alteração dos currículos e em programas que açambarcam a cultura de uma forma global, “[...] da atração de professores e de estudantes estrangeiros, do fomento de pesquisas compartilhadas entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, das atividades extracurriculares, de eventos internacionais e

interculturais, nos campi locais etc.” (NEVES; BARBOSA, 2020, p. 150), ampliando assim o seu entendimento cultural.

O aumento da mobilidade acadêmica e a exploração de estudos no exterior também são dignos de nota. A flexibilidade curricular permite que um grupo crescente de jovens tenha uma experiência internacional. Essa flexibilidade assume diferentes formas, desde a colocação de eletivas até o reconhecimento em atividades complementares permitidas pela legislação nacional e respeitando a autonomia acadêmica e universitária garantida por cada instituição. (STALLIVIERI, 2017, p. 30).

Uma observação importante no que tange à internacionalização nas IES é que esta geralmente se dá através de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. No Brasil há agências de fomento que oferecem editais e bolsa para estudantes de graduação poderem realizar intercâmbio fora do país, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e as Fundações de Amparo à Pesquisa Locais, as denominadas FAPs, como é o caso da FAPERJ, no Rio de Janeiro, FAPESP em São Paulo, entre outras.

Cabe destacar também o programa governamental Ciências Sem Fronteiras, que foi um programa que objetivava promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa era um esforço conjunto que envolvia o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC) e as agências de fomento CNPq e CAPES, além das secretarias de ensino superior e de ensino tecnológico do MEC. Este projeto abrangia tanto alunos de graduação quanto de pós-graduação, permitindo que fizessem estágio no exterior, mantendo assim contato com sistemas educacionais competitivos e voltados à tecnologia e inovação. Também permitia que alunos ou pesquisadores estrangeiros pudessem se estabelecer no país (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2021). Como pode ser verificado, esse programa não existe mais, foi encerrado em abril de 2017.

Neves e Barbosa (2020) discorrem sobre o sistema de ensino superior brasileiro e sinalizam que este não é um polo de atração de estudantes estrangeiros e que mesmo assim o ensino superior brasileiro não depende desses estudantes para seu crescimento.

Não tem havido avanços nas políticas públicas de atração de estudantes estrangeiros em nome de concepções de diplomacia acadêmica ou científica. A formação profissional em nível superior ainda foca, majoritariamente, o mercado de trabalho local e nacional fortemente regulado por ingerência de corporações profissionais, o que destoa das tendências mundiais.

A pesquisa científica e tecnológica é predominantemente resultado do trabalho de docentes e discentes da pós-graduação. (NEVES; BARBOSA, 2020, p. 169).

O idioma também pode ser um fator limitante para que o Brasil não seja um polo de atração de estudantes, uma vez que, há mais indivíduos que falam a língua inglesa ou espanhola, por exemplo, do que a língua portuguesa. De acordo com os dados de Ethnologue (2021), a língua inglesa é a mais falada no mundo, seguida do idioma Mandarim Chinês, do idioma Hindi em 3º lugar e, da língua espanhola em 4º lugar. A língua Portuguesa aparece como a 9ª mais falada no mundo. Essa barreira linguística pode dificultar o compartilhamento do conhecimento criado e divulgado nas IES Brasileiras, afetando inclusive perspectivas econômicas e sociais no país.

O compartilhamento do saber, do conhecimento é algo imensurável diante das vantagens econômicas, sociais e políticas que se podem obter. Porém, não se podem negar as disparidades entre os graus de conhecimentos compartilhados pelos países do mundo, ou seja, o “normal” é que acadêmicos de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento busquem maior conhecimento em países desenvolvidos, pois se acreditam que estes têm mais a oferecer. (BEZERRA, 2013, p. 12)

Diante do exposto a internacionalização em IES se dá pela troca de conhecimento entre agentes educacionais, e isso afeta nações na esfera política, econômica, social, cultural e, evidentemente, educacional. O intercâmbio do conhecimento seja ele realizado pelo envio de estudantes em outras nações, pelo recebimento de pesquisadores, cooperações em pesquisas, associações internacionais ou através de produções e parcerias acadêmicas, torna-se elemento essencial para o crescimento científico e da cultura entre nações no mundo.

A internacionalização do ensino voltado para a Contabilidade é algo inseparável, visto a globalização, os fluxos de capitais entre nações atualmente, as normas técnicas, os procedimentos contábeis adotados mundialmente etc. A internacionalização é relevante, pois permite a troca de informações e conhecimento entre estudantes, docentes e profissionais contábeis, e, amplia a discussão sobre normas e procedimentos contábeis, tanto em âmbito local como global.

O alto índice de reprovação no Exame de Suficiência Contábil (ESC), apresentada na Introdução (Tabela 1, página 22) desta pesquisa, impossibilita a atuação dos recém-formados no Brasil, de forma regular e oficial, na área contábil, entretanto permite a atuação em outros países, desde que atenda às exigências de cada nação. A autorização para atuação no Brasil, oriunda da aprovação no Exame de Suficiência Contábil, da conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis, e do respectivo registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), não é suficiente para atuação em outra nação, pois geralmente esse ingresso para atuação em

outro país requererá validação de diploma, nova certificação ou realização de curso específico. Infelizmente não há dados oficiais sobre contabilistas brasileiros que atuam no exterior.

Para a atuação em Portugal, por exemplo, se faz necessária a validação do diploma e o registro, ou como Contabilistas Certificados (CC), ou como Revisores Oficiais de Contas (ROC)/auditor, dependendo da forma em que for atuar. Em relação aos Contabilistas Certificados, o Regulamento nº 160/2020 discorre, em seu artigo 2º, que:

1 — Podem inscrever-se na Ordem como contabilistas certificados os candidatos que reúnam as seguintes condições:

- a) Possuam como habilitação o grau académico de licenciado, mestre ou doutor na área de contabilidade, gestão, economia, ciências empresariais ou fiscalidade, conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa e acreditado para o efeito pela correspondente autoridade competente, ou um grau académico superior estrangeiro obtido em uma das áreas acima mencionadas, que tenha, através de autoridade competente em Portugal, sido declarado reconhecido ou equivalente como produzindo os efeitos de um dos graus de licenciado, mestre ou doutor;
- b) Possuam formação reconhecida como suficiente para o acesso à profissão de contabilista certificado;
- c) Efetuem formação e verificação dos conhecimentos relativos às regras aplicáveis à profissão, designadamente quanto ao Estatuto e ao Código Deontológico dos contabilistas certificados, adiante Código Deontológico;
- d) Efetuem, nos termos do presente regulamento e com aproveitamento, estágio profissional ou curricular;
- e) Obtenham aprovação em exame profissional, em língua portuguesa, a definir pela Ordem, a organizar e realizar no mínimo semestralmente, nos termos definidos no presente regulamento.

2 — O reconhecimento da formação referida na alínea b) do número anterior obedece aos critérios constantes em anexo ao presente regulamento, definidos pela Ordem, considerando as normas internacionais estabelecidas para a qualificação de profissionais contabilistas.

3 — Aos cidadãos pertencentes à União Europeia, que satisfaçam as restantes condições referidas nos números anteriores, pode ser exigida a realização de estágio ou prova de aptidão, enquanto medida de compensação nos termos previstos na Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.os 41/2012, de 28 de Agosto, e 25/2014, de 2 de Maio e 26/2017 de 30 de maio e no presente regulamento.

4 — É admitida a inscrição aos cidadãos não pertencentes à União Europeia que estejam domiciliados em Portugal e que satisfaçam as restantes condições referidas nos números anteriores, desde que haja tratamento recíproco por parte do seu país de origem. (OCC, 2020, p. 149)

Até mesmo para a atuação em países vizinhos, como os dos Mercosul, há requisitos para a atuação de contabilistas brasileiros. Na Argentina, por exemplo, A Lei nº 20.488 de 23 de maio de 1973, prescreve para todo o país as normas legais que regem a atuação dos profissionais em Ciências Econômicas. Em seu Artigo 2º, alínea c, de forma específica, discorre sobre a atuação de contabilistas com titulação em instituições estrangeiras:

- c) pessoas titulares de diplomas expedidos por universidades e instituições profissionais estrangeiras, revalidados por uma universidade nacional, sempre que reunirem os seguintes requisitos:

- Que o diploma estrangeiro tenha sido outorgado, desde que completado o ciclo de ensino médio e que tenha preenchido os requisitos e conhecimentos não inferiores em extensão e profundidade aos distribuídos nas respectivas disciplinas nas universidades nacionais.
- Ter uma residência continuada no país não menos que 2 anos, salvo que o titular do diploma seja argentino. (ARGENTINA, 1973)

Já no Paraguai, a Lei nº 371 de 06 de dezembro de 1971, que versa sobre o exercício profissional dos graduados em Ciências Contábeis, não abrange a titulação oriunda de países estrangeiros e tampouco regulamenta a profissão do Contador de forma específica, ficando a cargo do Colegio De Contadores Del Paraguay maiores diretrizes e a sua matrícula neste órgão não é obrigatória para o exercício da profissão (POHLMANN, 1995).

Como nesta seção foi dada ênfase à internacionalização do ensino, a próxima seção terá o alcance mais restrito no âmbito geográfico, apresentado um breve histórico do desenvolvimento do ensino de contabilidade no Brasil.

1.4 Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Contabilidade no Brasil

Para se verificar o caminho percorrido no desenvolvimento de uma área do conhecimento é interessante procurar os seus registros históricos. Peleias et al. (2007) fazem um recorte sobre a evolução do ensino contábil no Brasil, separando em seis épocas. A primeira, no início do século XIX, contou com a colaboração da vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e em 1809, foram criadas as Aulas de Comércio iniciando-se o ensino comercial no Brasil. A segunda, ainda no século XIX, teve como marco a reforma da Aula de Comércio da capital imperial, por volta da década de 1850, a reforma permitiu a criação de curso de estudos denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro. A terceira já no século XX, após a Proclamação da República até a primeira década, 1910, teve como marco a declaração da Academia de Comércio do Rio de Janeiro como de utilidade pública, assim, oferecendo dois tipos de cursos, o de formação geral e o superior que considerava o curso geral como preparatório.

A quarta, na década de 1920 definiu os cursos profissionalizantes, dando sequência ao desenvolvimento na década anterior, estipulando o curso de formação geral com quatro anos e o superior com duração de três anos. O peculiar era que o curso de formação geral, que exigia idade mínima de treze anos, conferia o diploma de Contador e o curso superior, com idade mínima de dezessete de admissão, conferia o título de graduado em Ciências Econômicas. A

quinta, na década de 1940 teve como fato relevante a criação do curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais em 1945, com duração de quatro anos. E por fim, a sexta, que é considerada a partir da década de 1970 e que teve como marco, dentre outros, a criação do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) (PELEIAS et al., 2007).

Laffin (2002) já abordava a interação na formação do professor de contabilidade com profissionais de contabilidade e de atividades de pesquisa e extensão também. Destacou a relevância da formação do professor, da concepção do currículo e do ensino envolvendo diversas áreas do conhecimento.

É preciso articular a formação do professor de contabilidade com os profissionais de contabilidade, reiterando a integração entre ensino-pesquisa-extensão. O professor de contabilidade tem que se apropriar das atividades do contador, para incluir no seu trabalho a perspectiva do desenvolvimento científico da contabilidade, assim como a visualização de ações da cultura, da ética, da inclusão e da responsabilidade profissional. Assim, ao reunir e articular conhecimentos específicos e de formação humana, será capaz de refletir e de influenciar nas definições de políticas públicas no que se refere à legislação das organizações, como também para as políticas e recursos destinados aos direitos sociais de educação, saúde, segurança, trabalho e terra (LAFFIN, 2002, p. 17).

Considerando todo esse arcabouço no desenvolvimento das IFRS e da sua convergência e harmonia no Brasil, as instituições de Ensino Superior tem se adaptado na medida do possível.

O Quadro 3 apresenta alguns fatos relevantes na educação contábil no Brasil em ordem cronológica.

Quadro 3 – Acontecimentos Históricos na Educação Contábil no Brasil (1804-1978)

Período	Fato Ocorrido
1804	Publicação da obra de Visconde de Cairu, intitulada Princípios de Economia Política.
1808	Chegada da Família Real Portuguesa no Brasil.
1808	Publicado o alvará que criou a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.
1809	Promulgação do alvará criando oficialmente o ensino da contabilidade no Brasil, por meio das aulas de comércio.
1833	Estevão Rafael de Carvalho publica a obra Metafísica da Contabilidade Comercial, essa obra apresentava o método de partidas dobradas.
1856	Reforma a aula de comércio
1860	Tornou-se obrigatória publicar e remeter ao governo os balanços, demonstrações e documentos determinados pelo mesmo.
1860	A Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860 foi a primeira lei a regulamentar o funcionamento das Sociedades Anônimas no Brasil.
1863	Promulgação do Decreto nº 3.058, que reorganizou o ensino do comércio e definiu novos estatutos para o Instituto Comercial do Rio de Janeiro.
1905	Extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que foi substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. A academia foi declarada de utilidade pública e seus diplomas foram oficialmente reconhecidos.
1923	O Decreto nº 4.724 equiparava os diplomas expedidos pela Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições de ensino comercial aos expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.
1926	Decreto nº 17.329 instituiu os cursos de Ensino Técnico Comercial, esse decreto aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino para oferecer o curso de formação geral e superior.
1931	Regulamentação da profissão de Contador.
1931	Reorganização do ensino comercial, dividindo-o nos níveis técnico e superior.
1945	Criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais
1946	Criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP (FCEA), a qual instituiu os cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis e Atuariais. Atualmente a FCEA é a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA).
1964	Adotou-se na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da USP pela primeira vez a disciplina de Contabilidade Geral, o método didático norte-americano.
1970	Foi implantado o primeiro programa <i>Stricto Sensu</i> em Contabilidade no Brasil na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da FEA/USP.
1970	Criado o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.
1971	Professores da USP escreveram o livro Contabilidade Introdutória.
1978	Foi implantado o Programa de Doutorado em Ciências Contábeis na FEA/USP.

Fonte: Alves, 2014.

Percebe-se que as iniciativas para o avanço da pesquisa e na formação do docente no ensino superior se deu apenas após 1945 quando foi criado o curso superior de contabilidade e alguns anos mais tarde, na década de 1970 começaram a surgir os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Com a tendência de unificação dos procedimentos contábeis no mundo, tendo como forte catalisador a criação da União Europeia em 1993 e da adoção por este grupo em 2005 das IFRS, pesquisas começaram a ser desenvolvidas em diversos países, com o intuito de harmonizar as IFRS de acordo com os procedimentos e culturas de cada país, e tendo como um dentre diversos objetivos que cada nação poderia vislumbrar, atrair investimentos estrangeiros, principalmente, para os países em desenvolvimento.

Ao longo do levantamento bibliográfico desta pesquisa, foram encontrados seis estudos de pós-graduação nas bases da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que dão ênfase ao processo de análise do ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, frente ao desafio da convergência às IFRS, e estas obras serão comentadas a seguir.

Silva (2009); Souza (2009); Pereira (2011); Paris (2012) discorrem em suas pesquisas a influência da internacionalização nos fluxos de capitais nos mercados mundiais e da implementação e harmonização das IFRS no Brasil. Todos os autores levantaram dificuldades sobre o ensino de contabilidade à luz das novas normas, como por exemplo, a limitação da sala de aula, onde a distância entre o conhecimento e a prática podem ter influência na formação do profissional contábil (PEREIRA, 2011); a não incorporação da problemática sobre as normas internacionais no cotidiano dos cursos de graduação (SILVA, 2009); a influência da legislação fiscal no Brasil, a transição de um sistema baseado em leis para um baseado em princípios, e da necessidade da educação profissional continuada (SOUZA, 2009); e que não há um padrão em relação à adoção do conteúdo das IFRS na grade curricular das instituições pesquisadas e detectou que as instituições que também possuíam programa de pós-graduação na modalidade mestrado tinham maior alinhamento do conteúdo às novas normas (PARIS, 2012).

Em relação ao alinhamento dos conteúdos dos cursos de graduação aos CPCs, Alves (2014) verificou que das 105 instituições de ensino superior no Brasil pesquisadas, na modalidade presencial, a aderência aos conteúdos, foi de 37,3%, onde a média de aderência entre as instituições ficou entre 30% a 40% por região, e de 37,9% nas instituições públicas e de 37,2% nas instituições privadas pesquisadas, ou seja, possuíam baixa aderência ao conteúdo dos CPCs.

Lima (2010), analisando o processo de convergência das IFRS e da relevância da informação contábil no Brasil, constatou que as alterações nos valores contábeis oriundos de novas formas de mensuração de itens patrimoniais ou de resultado, alterações estas causadas por diferentes normas contábeis, alteram as expectativas dos investidores acerca, principalmente, dos lucros futuros das empresas e por consequência nos valores das empresas negociadas em bolsa no país.

Conforme pode-se perceber, dos estudos selecionados 3 pesquisas datam justamente do período de transição para a implementação das IFRS, antes de 2011, e os outros 3 estudos, após 2010 já apresentam a sensibilidade dos impactos após a obrigatoriedade das IFRS. Tem-se que as principais dificuldades abordadas versam sobre o ambiente de sala de aula, ou melhor, nas aulas e no conhecimento das mesmas pelos docentes na época em que os estudos foram

realizados, na aplicação das IFRS por meio dos CPCs, e na adoção das IFRS nos currículos das instituições pesquisadas (PARIS, 2012; PEREIRA, 2011; ALVES, 2014; SILVA, 2009).

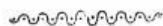
As percepções sobre a dificuldade e relevância na adoção das IFRS no Brasil foram destacadas nos estudos de Lima (2010) e Souza (2009), que dentre os achados podem ser destacados a pouca alteração no conteúdo informacional nas demonstrações contábeis e a relevância do impacto nas alterações de critérios em função das IFRS. Em relação às dificuldades a questão da legislação brasileira e da qualidade na formação dos profissionais contábeis àquele momento de transição e que foram elencados ao longo desta seção como parte das dificuldades em função da cultura, código legislativo (*code law* ou *common law*) e da educação e qualificação dos profissionais contábeis.

De acordo com a breve apresentação em relação ao desenvolvimento do ensino de contabilidade no Brasil no início desta seção, pôde-se afirmar que o desenvolvimento se deu após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil.

O ensino no país, no geral, ainda era precário, e de acordo com Silva (2005), com a chegada da família real portuguesa em 1808, e com a abertura dos portos, houve um incremento nas operações comerciais. Ressalta-se que algumas operações que antes eram intermediadas por Portugal, passaram a ser feitas no Brasil pela primeira companhia de seguros estatal e com a criação do Erário Régio em 1821 que futuramente se transformaria no Tesouro Público do Rio de Janeiro, o recolhimento e controle da arrecadação se intensificou. O aumento das operações comerciais, a criação do erário Régio foram alguns dos fatores que demandavam profissionais com conhecimentos contábeis.

Um fato curioso reside no Decreto de 27 de abril de 1818, que institui o termo “Guarda-livros” de forma oficial para os profissionais contábeis da época e de sua contratação pela Alfândega da Corte. A Figura 2 apresenta este recorte da época.

Figura 2 – Decreto de 27 de abril de 1818 – Guarda-Livros

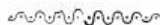


DECRETO — DE 27 DE ABRIL DE 1818

Crêa na Alfandega da Cidade do Rio de Janeiro o logar de Guarda-Livros.

Sendo necessario para exacção, clareza e regularidade do expediente da Alfandega desta Córte, que nella haja quem cuide especialmente do arranjamto dos seus livros, e registro das ordens, que lhe são expedidas: Hei por bem crear na mesma Alfandega o emprego de Guarda-Livros com o ordenado de 600\$000. E attendendo à intelligencia e mais partes que concorrem na pessoa de Domingos Cardoso Marques: Hei outrosim por bem fazer-lhe mercê do referido emprego com o vencimento sobredito, ficando obrigado a substituir o interprete da lingua ingleza no exame e conferencia dos cockets. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Abril de 1818.

Com a rubrica de Sua Magestade.



Fonte: Brasil, 1818.

O Surgimento de uma associação de classe contábil era questão de tempo, vide o aumento das transações comerciais. Assim, em 18 de fevereiro de 1870, foram aprovados os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros por meio do Decreto nº 4.475 (BRASIL, 1870).

Paris (2012) discorre sobre alguns aspectos da legislação nessa época:

No Brasil, desde o início houve uma grande influência da legislação. A primeira foi o Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral, evidenciando bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. Não houve, nesse período, uma normatização de procedimentos contábeis, se estabeleceu apenas uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração e a obrigatoriedade de livros para esse fim. (PARIS, 2012, p. 24).

De forma a sintetizar o avanço da legislação e das orientações sobre o ensino da Contabilidade no Brasil, no Quadro 4 são apresentados os principais fatos regulatórios ocorridos ao longo do tempo.

Quadro 4 – Cronologia de Acontecimentos e Legislação do Ensino de Contabilidade

Ano	Documento	Referência
1894		Instituição de Curso que confere o Diploma de Contador, pela Escola Politécnica do Estado de São Paulo.
1902		Fundação da Escola Prática de Comercio – FECAP
1931	Dec. 20.158	Primeira Escola Técnica – Guarda Livros e Perito em Contabilidade.
1945	Dec. Lei 7.988	Regulamenta o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais
1946	Dec. Lei 15.601	Institui a Faculdade de Ciências Econômicas, na USP.
1946	Dec. Lei 9.295	Regulamenta a Profissão Contábil.
1951	Dec. Lei 1.401	Desmembra os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais.
1961	Lei 4.024/61	Estabelece a Primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e cria o Conselho Federal de Educação.
1962	Parecer 397/62	Divide os cursos de Ciências Contábeis em Ciclos de Formação Básica e Profissional.
1971	Lei 5.692/71	Estabelece a Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1992	Res. 03/92	Institui o Currículo Pleno, que fixa a duração mínima.
1996	Dec. Lei 9.394	Estabelece a Terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1997	Parecer 776/97	Complementa a Lei de Diretrizes e Bases.
1997	Edital 04/97	Da Secretaria de Educação Superior, discute as novas Diretrizes Curriculares, adaptando-os à lei.
2002	Par. 146/2002 CES/CNE	Define as Diretrizes Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.
2003	Par. 067/2003 CES/CNE	Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação.
2003	Par. 108/2003 CES/CNE	Define as audiências para discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado.
2003	Par. 289/2003 CES/CNE	Aprova as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis.
2004	Res. CNE/CES 6/04	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.
2004	Res. CNE/CES 10 de dez/04	Revoga a resolução CNE/CES 6/04 e Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.
2004	Par. 269/2004 CES/CNE	Altera o Parecer CNE/CES nº 289/2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004, relativa a Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis
2007	Res. CNE/CES 2 de jul/07	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula.
2010	Lei 12.249/10	Alteração da Lei de Regência da Profissão Contábil.

Fonte: Adaptado de Sontag et al. (2007) e Paris (2012)

Percebe-se que apesar da contabilidade ser dinâmica e acompanhar o avanço da sociedade e do mercado, o seu ensino depende de legislação e instruções no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996 demandou novos ajustes e adaptações para o ensino de Contabilidade em instituições de Ensino Superior no país, o Parecer nº 146/2002 CES/CNE definiu as diretrizes para os cursos de graduação em Ciências Contábeis no país e os demais pareceres, resoluções e decretos foram atualizando as vertentes, frente ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em seu artigo 12, parágrafo segundo, determinou o fim da figura do técnico em contabilidade, permitindo o exercício da profissão

aos que já haviam sido diplomados e os que fossem aprovados no exame de suficiência até o ano de 2015. Após esse período apenas serão admitidos para exercer a profissão contábil, os graduados em curso superior em ciências contábeis (Bacharel) e aprovados no exame de suficiência contábil (CFC) (BRASIL, 2010).

Muito além da avaliação por meio de exame, a formação em qualquer profissão deve ser considerada no todo, tendo inclusive a participação de outras áreas e da prática da profissão. Com a Contabilidade não é diferente, e atualmente as diretrizes curriculares para o ensino de contabilidade no Brasil fica a cargo do MEC por meio dos Pareceres CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design; CNE/CES nº 289/2003, aprovado em 6 de novembro de 2003 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado; CNE/CES nº 269/2004, aprovado em 16 de setembro de 2004 – Alteração do Parecer CNE/CES 289/2003 e das Resoluções CNE/CES 6/2004, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis; CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências; por fim, CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências (MEC, 2020).

No Parecer CNE/CES nº 146/02 são apresentadas as competências e habilidades que o bacharel em Ciências Contábeis deverá ser capaz, além de contemplar o perfil que um curso de graduação em ciências contábeis deve possuir. Em relação ao perfil do curso, este deve ser capaz de revelar “[...] a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares” (MEC, 2002, p. 16).

Já em relação às competências e habilidades, os bacharéis em Ciências Contábeis devem ser capazes de:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

- exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

- desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;

- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (MEC, 2002, p. 16-17).

Além das características apresentadas, o Parecer também apresenta que deve constar no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II – Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III – Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade (MEC, 2002, p. 17).

A resolução CNE/CES nº 10 de 2004 vai além e, ainda específica alguns detalhes para os cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil, como a admissão de Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais e com base no princípio de educação continuada, e a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional nos respectivos PPCs (MEC, 2004).

É curioso que na mesma resolução ainda é proferido no seu artigo 5º a relevância do alinhamento com entidades internacionais, inclusive a Organização Mundial do Comércio (OMC):

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais[...] (MEC, 2004).

Outro ponto interessante é que não é encontrado o termo “contabilidade internacional” nas resoluções e tampouco as IFRS, uma vez que estas só passaram a fazer parte do vocabulário contábil brasileiro, mais efusivamente, após 2004, com a Lei nº 11.638/07.

Além do MEC, há outros participantes no Ensino Contábil no Brasil, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a CAPES e os CRCs que são subordinados ao CFC e atuam localmente. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público, foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, sendo composto por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, totalizando de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes (Lei nº 11.160/05), “[...] e tem, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade” (CFC, 2020).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), teve a sua concepção em ações realizadas por uma comissão ao longo do ano de 1951, mas iniciou as atividades, de fato, em 1952. Com o foco no ensino na pós-graduação, a CAPES possui as seguintes linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2020).

Assim como o CFC avalia os bacharéis em contabilidade, por meio do exame de suficiência, a CAPES avalia os cursos de Pós-Graduação no Brasil.

Em síntese, neste capítulo foram apresentados alguns fatos históricos e relevantes do desenvolvimento da contabilidade no mundo e no Brasil. Observou-se que o surgimento da técnica das partidas dobradas, foi essencial para a contabilidade, divulgada por Frei Luca Pacioli, no auge da era do renascimento na Itália, ambiente propício ao comércio frente às grandes navegações que surgiam na Europa. Cabe destacar ainda, que o avanço na sociedade após a idade média culminou com a Revolução Industrial e nela a contabilidade também passou por transformações. A migração da sociedade rural para urbana foi um fato relevante desta época, devido à rápida expansão da industrialização no mundo. Após a Primeira Guerra Mundial, na segunda década do século XX, nova mudança aconteceu, entretanto, com a crise na grande depressão em 1929, o sistema financeiro que havia se desenvolvido de forma efusiva, viu-se num momento inoportuno.

Com a Segunda Guerra Mundial no final da década de 1930 e indo até meados da década 1940, o mundo foi dividido em um novo momento: a Guerra Fria. A partir daí, cada vez mais, se percebeu a internacionalização de empresas, corporações e serviços pelo mundo. O avanço das tecnologias de comunicação tornou o mundo pequeno, agora era possível acessar outros mercados. Iniciou-se assim o processo de globalização e suas variáveis, 2.0, 3.0 e atualmente a 4.0. Neste cenário surge a figura do contador mundial, que não mais se restringirá ao local geográfico onde tem raízes, a contabilidade tem se tornado global, mundial, internacional. Surgia assim a necessidade de um padrão global para a contabilidade, com os estudos de diversas entidades, como o IASC, IASB, FASB, IFAC, foram alinhados esforços para o desenvolvimento das IFRS. Como cada país tem seu sistema jurídico, *code law*, *common law*, cultura, e características particulares, emerge a dificuldade para a unificação dos padrões contábeis, havendo a necessidade assim, da harmonização para a convergência das normas internacionais de contabilidade.

No Brasil, a convergência se tornou realidade com a Lei nº 11.638/07 que exigiu a aplicação das IFRS no país a partir de 2010, e novos desafios e problemas surgiram tanto no mercado nacional quanto em relação ao ensino da contabilidade.

CAPÍTULO 2 – TEORIAS DE CURRÍCULO, O CURRÍCULO MUNDIAL DE CONTABILIDADE E AS DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO CONTÁBIL

Neste capítulo serão abordadas as Teorias de Currículo, o Currículo Mundial da ONU/UNCTAD/ISAR, as instruções IES do IAESB sobre Educação Contábil e ao final da seção serão apresentados os levantamentos bibliográficos verificados nesta pesquisa.

O levantamento envolveu buscas nas plataformas Portal Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, e também da base Scopus/Elsevier. Nesta última base foi realizado um estudo bibliométrico com o intuito de se verificar a literatura pertinente ao tema, de forma sistemática.

2.1 Currículo: Teorias E Interpretações

Antes de elencar as principais teorias que envolvem o campo de estudo do currículo, é interessante procurar entender o significado da sua palavra, ou melhor, da etimologia do termo Currículo. Sua origem varia da palavra em Latim *currere* que tem o significado de caminho, percurso ou trajeto (SILVA, 2011).

De acordo com o dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, o termo currículo pode ter cinco significados: 1) ato de correr; corrida, curso; 2) Pequena carreira; atalho; 3) Programação de um curso; 4) Conjunto de matérias incluídas em um curso de uma escola, de uma faculdade etc.; 5) Documento no qual se incluem dados pessoais, educacionais e profissionais e cargos anteriores de quem se candidata a um emprego, a um curso de pós-graduação etc.; curriculum vitae (MICHAELIS, 2021).

O significado em língua portuguesa ainda mantém o entendimento, mesmo que parcial, de sua língua de origem, e também pode-se perceber a sua relação com a educação, uma vez que esta pode ser entendida como uma parte, um caminho, um curso no desenvolvimento de um indivíduo.

De forma mais específica, na área de educação ainda pode-se ter diversos entendimentos sobre o verbete currículo, que está muito além de apenas representar a programação de um curso, um conjunto de matérias ou de um único documento educacional.

Sacristàn (1998) entende o currículo como um conjunto de conhecimentos, matérias, disciplinas ao qual o estudante transcorrerá no decorrer de um ciclo ou nível educativo ou em uma modalidade de ensino.

Lopes e Macedo (2011) vão além desse entendimento e discorrem que o currículo abrange uma série de entendimentos:

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino aquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

É perceptível que há muitas definições e entendimentos sobre o que é currículo, entretanto, dentro das concepções apresentadas, há a observância do currículo ser um conjunto de ações para que se possa transferir o conhecimento da sociedade aos estudantes.

Para Goodson (2008), relata sobre o processo de poder e controle atrelado ao currículo em sua concepção inicial, funcionando como um direcionador e controlador da autonomia e da liberdade do professor na sala de aula com fins de reprodução das relações de poder existentes.

Talla (2012), reuniu as definições de diversos pesquisadores indianos e de outras partes do mundo, corroborando com os significados já aqui apresentados e revelando novas, como por exemplo, a metáfora do currículo como uma ferramenta nas mãos do artista, no caso o professor, para moldar seu material, aqui representado pelo estudante, em seu ateliê, ou o local de trabalho, nesse caso a escola em norma geral. As demais definições encontradas podem ser verificadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Definições de Currículo

Definição	Autores(as)
É a totalidade das experiências que uma criança vivencia na escola. Consiste naquela série de coisas que crianças e jovens devem fazer, ajudar a experiência por meio do desenvolvimento da habilidade de fazer bem as coisas que constituem os assuntos da vida adulta	Franklin Bobbit
É o esforço total da escola para alcançar os resultados desejados dentro e fora da situação escolar	Alexander e Saylor
É uma sequência de experiências potenciais configuradas na escola com o objetivo de disciplinar crianças e jovens nas formas de pensar e agir em grupo.	Smith, Stanley e Shores
Seja qual for o modo de expressão, o assunto é o núcleo duro substantivo do currículo.	Beauchamp
O currículo não se preocupa com o que os alunos farão na situação de aprendizagem, mas com o que aprenderão como consequência do que fizeram.	Johnson
O currículo é uma ferramenta nas mãos do artista (professor) para moldar seu material (aluno) em seu ateliê (escola).	Cunningham
O currículo inclui todas as experiências de aprendizagem oferecidas a todos os alunos sob a direção da escola.	C. Ronald
Todas as experiências de aprendizagem planejadas e orientadas pela escola são chamadas de currículo.	Brown Fraser
A soma de todas as experiências educacionais que as crianças têm na escola com o objetivo de modificar o comportamento do aluno.	Kerth Lowell
O currículo é um corpo de experiências educativas prescritas sob supervisão escolar, destinadas a fornecer ao indivíduo o melhor treinamento e experiências possíveis para 74ualifi-lo para a sociedade da qual faz parte; e 74ualifica-lo para um comércio ou profissão	Carter V. Good
O currículo geralmente consiste em uma declaração de metas e objetivos, indicando a seleção e organização do conteúdo; ou implica ou manifesta certos padrões de aprendizagem e ensino. Porque o objetivo exige ou porque a organização do conteúdo exige, inclui um programa de avaliação dos resultados.	Hilda Taba
O currículo é uma pista que se deve percorrer para atingir um objetivo ou um curso de estudos.	Brubacher
O currículo é uma estratégia pela qual as escolas tentam cumprir os objetivos da educação.	Spalding
O currículo é definido como a totalidade de experiências que o aluno recebe nas múltiplas atividades que acontecem na escola, na sala de aula, na biblioteca, no laboratório, nas oficinas, no recreio e nos inúmeros contatos informais entre o professor e o aluno.	<i>Secondary Education Commission</i> ⁶
É um plano de ação ou um documento escrito que inclui estratégias para atingir os objetivos ou fins desejados.	Ralph Taylor e Hilda Taba
Como um plano para fornecer conjuntos de oportunidades de aprendizagem para as pessoas serem educadas.	J. Galen Saylor
O currículo é um conjunto organizado de educação formal e / ou intenções de treinamento.	David Prett
A discussão do currículo é geralmente acadêmica e teórica, não prática e preocupada com amplas questões históricas, filosóficas ou sociais.	M.C. Neil, Schubert e Tanner
Um plano, sistema e campo de estudo representam usos-chave ou legítimos da palavra currículo.	Beauchamp

Fonte: Talla (2012, p. 2-3). Elaborado pelo autor.

⁶ A Secondary Education Commission, em tradução livre, Comissão de Educação Secundária ou Comissão de Educação do Ensino Médio, é uma instituição governamental de educação na Índia.

Sobre a relação de poder, Young (2014a, p. 193) comenta que nos Estados Unidos, o desenvolvimento de teorias sobre currículo derivou do gerenciamento científico desenvolvido por F. W. Taylor e que este foi aplicada às escolas, “[...] de maneira que os teóricos do currículo podiam dizer aos professores o que ensinar, como se fossem trabalhadores manuais – é por isso que muitos departamentos de currículo nas universidades estadunidenses se chamam Departamento de Currículo e Instrução”. Já na Inglaterra havia uma visão elitista e complacente do que deveria ser ensinado nas escolas, que ficou conhecida como “educação liberal”. Essa vertente partia de “[...] duas premissas: a primeira, de que uma teoria não era necessária; e a segunda, de que se os alunos não aprendiam era porque lhes faltava inteligência”. (YOUNG, 2014a, p. 193).

Young (2014a) ainda complementa sobre essas visões:

Essas tradições perderam muito de sua credibilidade a partir das décadas de 1960 e 1970, embora a ideia de que as escolas precisam ser “mais eficientes”, como fábricas, nunca tenha desaparecido por completo em nenhum dos dois países. No entanto, é difícil, hoje, quando se olham as publicações acadêmicas, saber exatamente quais são os atuais limites do campo: não apenas o que é teoria do currículo, mas também o que não é a teoria do currículo. (YOUNG, 2014a, p. 193).

Passando pelas definições de currículo existentes, Fávero Sobrinho (1998, p. 46), em sua pesquisa, abordou a metodologia de percepção de currículos em sala de aula de Goodlad *et al.* (1979) e os dividiu em quatro categorias: 1) o Currículo Formal que consiste no que foi prescrito como desejável por alguma organização normativa; 2) o Currículo Percebido que abrange o que o professor diz que está fazendo, e o porquê desta ação; 3) o Currículo Experienciado, ou seja, o que os alunos percebem e como reagem ao que está sendo ensinado; e 4) o Currículo Operacional onde apresenta o que ocorre, de fato, na sala de aula através do olhar do observador/pesquisador presente em sala de aula.

Sendo assim, o currículo pode ter várias correntes e entendimentos, entretanto a frase abaixo exprime a sua importância para a Educação:

Vivemos o progresso tecnológico, mudanças no estilo de vida; vivemos uma crise política, econômica, ambiental [...], mas ainda é possível fazer escolhas, distinguir o bom do mau, podemos tornar-nos aquilo que quisermos ser [...] mas não sem educação, não sem escolhas, também nós curriculistas (professores, gestores) temos que escolher e lutar. (Hoppe, 1978 apud Domingues, 1986, p. 35).

Cada lapso temporal da sociedade tem a sua particularidade, entretanto, de acordo com Young (2014a) o currículo sempre versará sobre:

- um sistema de relações sociais e de poder com uma história específica; isso está relacionado com a ideia de que o currículo pode ser entendido como “conhecimento dos poderosos”;
- sempre é também um corpo complexo de conhecimento especializado e está relacionado a saber se e em que medida um currículo representa “conhecimento poderoso” – em outras palavras, é capaz de prover os alunos de recursos para explicações e para pensar alternativas, qualquer que seja a área de conhecimento e a etapa da escolarização. (YOUNG, 2014a, p. 201).

Assim como as relações sociais variam conforme os acontecimentos históricos e políticos de uma região, uma teoria é definida pelos conceitos que se utilizam para a concepção da realidade. Sendo assim, uma forma de se distinguir as teorias de currículo é através do exame dos diferentes conceitos que elas empregam. É nesta concepção que podem-se destacar três teorias principais de currículos: as denominadas tradicionais, críticas e, pós-críticas.

Neste sentido, as teorias críticas de currículo, ao deslocar a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de ideologia e poder, por exemplo, nos permitiram ver a educação de uma nova perspectiva. Da mesma forma, ao enfatizarem o conceito de discurso em vez do conceito de ideologia, as teorias pós-críticas de currículo efetuaram um outro importante deslocamento na nossa maneira de conceber o currículo (SILVA, 2005b, p. 17).

As teorias tradicionais têm como objetivo principal preparar para aquisição de habilidades intelectuais através de práticas de memorização. Esse tipo de currículo teve origem nos Estados Unidos e tem como base a tendência conservadora, baseada nos princípios de Taylor, esse que igualava o sistema educacional ao modelo organizacional e administrativo das empresas. Já as teorias críticas argumentam que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Isso está implícito nas disciplinas e nos conteúdos que reproduzem a desigualdade social que fazem com que muitos alunos saem da escola antes mesmo de aprender as habilidades das classes dominantes. Percebe o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas. E por fim, as teorias pós-críticas partem da perspectiva que o currículo é tido como algo que produz uma relação de gêneros, pois predomina a cultura patriarcal. Essa teoria critica a desvalorização do desenvolvimento cultural e histórico de alguns grupos étnicos e os conceitos da modernidade, como razão e ciência. Outra perspectiva desse currículo é a fundamentação no pós-estruturalismo, que acredita que o conhecimento é algo incerto e indeterminado. Questiona também o conceito de verdade, já que leva em consideração o processo pelo qual algo se tornou verdade. (MOREIRA, 1990; MOREIRA, 1999). O Quadro 6 apresenta uma síntese das concepções das três teorias.

Quadro 6 – Teorias de Currículo

Teorias Tradicionais	Teorias Críticas	Teorias Pós-críticas
Ensino	Ideologia	Identidade, Alteridade, Diferença
Aprendizagem	Reprodução Cultural e Social	Subjetividade
Avaliação	Poder	Significação e Discurso
Metodologia	Classe Social	Saber-poder
Didática	Capitalismo	Representação
Organização	Relações sociais de produção	Cultura
Planejamento	Conscientização	Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade
Eficiência	Emancipação e libertação	Multiculturalismo
Objetivos	Currículo Oculto	
	Resistência	

Fonte: SILVA, 2005b. Elaborado pelo autor.

As teorias de currículo ajudam a compreender não só a concepção de currículo, mas também o seu campo de estudo, variando conforme o tempo e local em que a sociedade estiver inserida.

Concebendo o currículo como um conjunto de normas e diretrizes que versam sobre os conhecimentos que devem ser ensinados, assim como das condutas e práticas para que a transmissão desses conhecimentos possa ser incorporada em cada área de conhecimento, há no Brasil um conjunto de diretrizes curriculares para todos os níveis de ensino.

Atualmente, o conjunto de diretrizes oriundo de diversas discussões no país sobre educação foi definido através de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida pela sigla LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, conseqüentemente, aborda questões curriculares.

Sobre o ensino superior, a LDB assegurou a autonomia das instituições de ensino superior em especial ao currículo, em seu artigo 53, inciso II: “[...] fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;” (BRASIL, 1996).

Para a área específica de ciências contábeis as alterações nas diretrizes proporcionadas pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, culminaram com a atual resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (MEC, 2004).

Como destaque no Parecer CNE/CES 776/97 está novamente figura da autonomia para as IES, evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos, entretanto, eliminou-se a figura dos currículos mínimos, que vinha se revelando “[...] ineficaz para garantir a qualidade

desejada, além de desencorajar a inovação e a benéfica diversificação da formação oferecida”. (CNE/CES, 1997, np).

Essas alterações são corroboradas por Catani, Oliveira e Dourado (2001) que destacam essas alterações e destacam a substituição dos currículos mínimos por uma maior flexibilidade à organização de cursos e carreiras profissionais, que envolve maior autonomia e liberdade na composição da carga horária e dos conteúdos a serem ministrados, das avaliações periódicas, por exemplo.

O perfil do profissional contábil, assim como a sociedade, varia devido ao tempo e às novas demandas, principalmente de ordem do mercado, político e social, e com isso novas adaptações e revisões curriculares devem ser realizadas rotineiramente pelas IES.

Soares et al. (2011) analisaram o conteúdo dos documentos relevantes e normativos para o curso de ciências contábeis, em relação ao currículo, e listam como principais: o Alvará de 15 de julho de 1809; o Decreto nº. 456 de 6 de julho de 1846; o Decreto nº. 1.763 de 14 de maio de 1856; o Decreto nº. 2.741 de 9 de fevereiro de 1861; o Decreto-Lei nº. 3.058 de 11 de março de 1863; o Decreto nº. 7.538 de 15 de novembro de 1879; o Decreto nº. 7.679 de 28 de fevereiro de 1880; o Decreto nº. 1.339 de 9 de janeiro de 1905; o Decreto nº. 17.329 de 28 de maio de 1926; o Decreto nº. 20.158 de 30 de junho de 1931; o Decreto-Lei nº. 1.535 de 23 de agosto de 1939; o Decreto-Lei nº. 6.141 de 28 de dezembro de 1943; o Decreto nº. 14.343 de 28 de dezembro de 1943; o Decreto-Lei nº. 7.988 de 22 de setembro de 1945; a Lei nº. 1.401 de 31 de julho de 1951; a Resolução CFE s/nº. 8 de fevereiro de 1963; a Resolução CFE nº. 3 de 3 de outubro de 1992; a Resolução CNE/CES nº. 10 de 16 de dezembro de 2004.

Com as análises dos documentos os autores concluíram que:

Analisando a legislação que regulou as aulas de comércio, posteriormente as aulas dos cursos de guarda-livros, peritos-contadores e, por fim, os cursos de nível superior de Ciências Contábeis, conclui-se que houve mudanças de conteúdos ao longo dos dois séculos de história analisados. Algumas disciplinas, como administração, auditoria, atuária, perícia, sistemas contábeis, teoria da contabilidade e análise das demonstrações contábeis foram incluídas nos currículos dos cursos. Outras, como caligrafia, datilografia, geografia, história e línguas estrangeiras foram eliminadas. Algumas das causas possíveis para tais mudanças são o avanço tecnológico, as mudanças do mercado de trabalho e o aumento do grau de especialização que a área exige atualmente. No entanto, foi percebido que algumas disciplinas se mantiveram constantemente ligadas ao curso, como as de direito comercial, direito processual, direito tributário, matemática financeira, estatística, economia, e escrituração mercantil.

Outro ponto verificado foi as mudanças acontecidas nas cargas horárias, conforme as alterações normativas ocorriam. A duração mínima do curso teve variação entre dois e quatro anos e em alguns momentos foi dividido em um curso preparatório e outro sequencial ou superior. Também se pode verificar que houve um aumento da variedade de disciplinas nos currículos da legislação mais recente (SOARES et al., 2011, p. 38-39).

Assim, com as mudanças na sociedade, o entendimento de currículo também elenca as experiências e vivências de aprendizagem planejadas e guiadas de todos os envolvidos e “[...] os resultados de aprendizagem não desejados formulados através da reconstrução sistemática do conhecimento e da experiência sob os auspícios da escola para o crescimento contínuo e deliberado da competência pessoal e social do aluno” (TANNER; TANNER, 1975, p. 45).

Em estudo realizado envolvendo uma instituição no Brasil e outra em Portugal, Silva e Quillici Neto (2018) perceberam que os currículos em ambas IES, buscavam desenvolver as competências e as habilidades do aluno para a interpretação de relatórios contábeis, e ao entendimento do processo de geração de informações para a tomada de decisão e também ao entendimento dos ‘para quês’ da Contabilidade, entretanto, pecam em oferecer uma base de sustentação prática do ‘como fazer’ e, com isso não conseguem auxiliar esse profissional em formação ao longo da graduação.

Para fins desta pesquisa, o currículo é entendido como um documento escrito, organizador e sistematizador das intenções que se pretende alcançar, objetivando a materialização da ação do ensinar e considera os objetivos dos órgãos oficiais, normatizadores e as Universidades; que acaba por ter reflexos na construção da identidade do aluno, razão pela qual se torna instrumento de poder. (PABIS, 2007, p. 38).

2.2 O Currículo Mundial de Contabilidade da ONU/UNCTAD/ISAR

Em âmbito de Educação Internacional para a formação de profissionais de contabilidade, conforme já apresentado, há as instruções emitidas por entidades globais. Entidades como *International Federation of Accountants* (IFAC), *International Accounting Standards Board* (IASB), *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) e *International Accounting Education Standards Board* (IAESB).

Ao longo do avanço das relações internacionais essas entidades somaram esforços para elaborar grupos de estudo e pesquisa sobre contabilidade. Um dos produtos dessas ações foi a criação do Currículo Mundial de Contabilidade (CMC) em parceria com a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), uma extensão da ONU. O CMC apresenta uma proposta curricular por meio da divisão entre módulos de conhecimento, com o intuito de orientar o ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior ao redor do mundo, buscando a convergência para uma contabilidade única no mundo.

Para atender a necessidade internacional, a *International Federation of Accountants Education Committee* (IFAC), além de emitir os *International Education Standards* (IES) que, atualmente, contém seis padrões emitidos, divulga os *International Education Guidelines for Professional Accountants* (IEG) e os *International Education Papers for Professional Accountants* (IEP). Nº IES 3 – Habilidades Profissionais, em vigor desde janeiro de 2005.

O IFAC – *International Federation Of Accountants* e o IASB – *International Accounting Standards Board* e a ONU – Organização das Nações Unidas, por meio de setor como ISAR – *International Standards of Accounting and Reporting* e UNCATD *United Nations Conference on Trade and Development*. Eles buscam adequar às mudanças provocadas pela globalização aos currículos de curso de ciências contábeis nos conhecimentos que devem ser aplicados aos futuros contadores, pois para existir uma harmonização se faz necessário relacionar a similaridades dos currículos adotados por um país e o currículo internacional.

A IFAC – Federação Nacional de contadores, composto pelo conjunto de organizações de contabilidade com 157 membros associados em 123 países, e representando algo em torno de 2,5 milhões de contadores, trabalha para o desenvolvimento da profissão contábil globalmente, estimulando a harmonização das práticas contábeis e descrevendo quais as habilidades o profissional contábil deve ter para atingir o sucesso profissional. Dentre as habilidades apontadas pela IFAC estão, boa formação intelectual e técnica, domínio de competências funcionais e interpessoais, além de boa capacidade de comunicação, de organização e de gerenciamento de negócios (SILVA, 2009, p. 65).

Com a proposta curricular global desenvolvida em parceria com o *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) foram definidos os primeiros conceitos na publicação em 1999 da primeira versão do CMC. A proposta inicial foi revisada no ano de 2003 e passou por uma segunda leitura no ano de 2011. No ano de 2011 foi publicada a segunda versão do CMC e teve a sua revisão no ano de 2014. O Quadro 7 elenca os principais módulos da proposta apresentada em 2011. A proposta com os terceiros níveis de detalhamento é evidenciada no APÊNDICE A – Currículo Mundial de Contabilidade – ONU/UNCTAD/ISAR (2011).

Pode-se perceber que o conteúdo do CMC foi dividido em quatro grandes módulos do conhecimento contábil. O primeiro aborda o Conhecimento Organizacional e Empresarial, o segundo Tecnologia da Informação, ou seja, foi destinado um módulo inteiro apenas para essa modalidade, o terceiro módulo é definido como Conhecimento (básico) de contabilidade, auditoria, tributação e contabilidade e elenca o conteúdo mais técnico da área contábil e que, pode abranger o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por fim, é apresentado o módulo de Conteúdos Eletivos de Contabilidade avançada, finanças e conhecimentos relacionados indo além da sala de aula, elencando estágio contábil também.

Dentre outras características curriculares e profissionais ressalta-se aqui que o fato de se pesquisar as nuances de cada nação no trâmite da harmonização contábil contribui para a aplicabilidade das normas contábeis internacionais e, por consequência, o desenvolvimento de procedimentos voltados ao Ensino Contábil.

Quadro 7 – Módulos Definidos no Currículo Mundial de Contabilidade (2011)

1. Conhecimento Organizacional e Empresarial
1.1 Módulo de economia
1.2 Módulo sobre métodos quantitativos e estatísticas para empresas
1.3 Módulo sobre políticas comerciais gerais, estrutura organizacional básica e comportamento
1.4 Módulo sobre funções e práticas de gerenciamento e gerenciamento de operações
1.5 Módulo sobre marketing
1.6 Módulo sobre negócios internacionais
2. Tecnologia da Informação
2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI)
3. Conhecimento (básico) de contabilidade, auditoria, tributação e contabilidade
3.1 Módulo sobre contabilidade básica
3.2 Módulo sobre contabilidade financeira
3.3 Módulo sobre contabilidade financeira avançada
3.4 Módulo sobre contabilidade gerencial – conceitos básicos
3.5 Módulo sobre tributação
3.6 Módulo sobre sistemas de informação contábil (SIC)
3.7 Módulo sobre direito empresarial
3.8 Módulo sobre fundamentos de <i>assurance</i> ⁷ e auditoria
3.9 Módulo sobre finanças empresariais e gestão financeira
3.10 Módulo sobre integração de conhecimento – <i>capstone</i> ⁸
4. Conteúdos Eletivos de Contabilidade avançada, finanças e conhecimentos relacionados
4.1 Módulo sobre contabilidade financeira avançada e relatórios para indústrias especializadas
4.2 Módulo sobre contabilidade gerencial avançada
4.3 Módulo sobre tributação avançada
4.4 Módulo sobre direito empresarial avançado
4.5 Módulo de auditoria avançada
4.6 Módulo sobre finanças empresariais avançadas e gestão financeira
4.7 Módulo de estágio contábil

Fonte: UNCTAD, 2011.

Com os estudos dos procedimentos que culminaram com a publicação de uma proposta mundial para o currículo em Ciências Contábeis surgem novas tendências, competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão. Atualmente, pode-se perceber, inclusive com a dedicação de um módulo específico para esse fim, a ênfase na tecnologia da informação e no uso dos sistemas de informações contábeis.

Um problema que pode surgir nos países em desenvolvimento em relação à tecnologia da informação reside na estrutura necessária para que tais tendências possam ser elencadas no ensino dos cursos de graduação, o que pode afetar o aluno, o docente e a instituição.

⁷ *Assurance* é um termo complexo que abrange diversos segmentos. Geralmente envolve serviços de atestação como a auditoria independente de demonstrações contábeis, entre outros, ou seja, da verificação independente, compreendendo também serviços direcionados ao incremento da utilidade da informação.

⁸ Um curso, módulo, projeto, assunto ou unidade do *capstone* no contexto do ensino superior também pode ser chamado de experiência *capstone*, seminário sênior (nos EUA) ou projeto ou dissertação do último ano (mais comum no Reino Unido), no Brasil também poderia abranger o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Com o surgimento das IFRS surgem novos procedimentos, termos, entendimentos e oportunidades. O profissional contábil não mais está sendo formado para atuar apenas no seu país de origem, mas também no mundo. O processo de convergência também apresenta outra realidade, o domínio da língua inglesa, a língua dos negócios. Difícil imaginar uma empresa de grande porte, ou multinacional com sede em diversos países, atualmente que não se utilize deste idioma para se comunicar e emitir os relatórios contábeis.

A atualização constante vai desde o conhecimento das IFRS, da legislação, dos sistemas de informação contábil e das novas maneiras de se comunicar no mundo. Reuniões que antes só poderiam ser feitas de forma presencial ou por telefone, hoje podem ser feitas à distância de forma deveras eficiente. As chamadas por videoconferência podem reunir gestores, investidores, contadores, entre outros profissionais ao mesmo tempo e em locais distintos no globo. Cardoso (2006, p. 50) sinaliza que, tanto contadores como auditores “[...] deverão, a cada dia, atualizar-se, adaptar-se às novas realidades e às exigências, antes únicas em seus países, passando mesmo a competir e a acompanhar questões de cunho internacional, como as normas internacionais[...]”.

Assim como existe a proposta de um currículo global, unificado, e de constante atualização por parte dos profissionais contábeis, há também instruções, diretrizes para o ensino de contabilidade para que os pressupostos defendidos internacionalmente possam ser aplicados. Na próxima seção serão abordadas essas diretrizes.

2.3 Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE)

As *International Education Standards* ou Normas Internacionais de Educação Contábil (NIE)⁹ em português, atualmente são estabelecidas pelo *International Accounting Education Standards Board* (IAESB) e tem a parceria da *International Federation of Accountants* (IFAC).

A IFAC dedica-se ao interesse público, apoiando a profissão contábil e contribuindo para o desenvolvimento de economias internacionais. Atualmente, a IFAC é composta por mais de 175 membros e associados em mais de 130 países e jurisdições, representando quase 3 milhões de contadores em práticas públicas, Educação, serviço governamental, indústria e comércio. O IAESB tem como objetivo desenvolver padrões de Educação, orientação e documentos informativos para uso das organizações membros da IFAC. (IAESB, 2019a).

⁹ Para não confundir o leitor com a sigla já utilizada para Instituição de Ensino Superior (IES), será utilizada a sigla (NIE) para abreviar o termo Normas Internacionais de Educação Contábil, mesmo para a denominação em língua inglesa.

O conjunto das NIE somam oito pronunciamentos e sofreram revisão recentemente, em 2019 quatro pronunciamentos foram revisados, e já há as alterações previstas para utilização em 2020 e 2021. As normas em seus títulos originais são descritas na sequência, seguidas do ano da sua respectiva atualização, revisão ou previsão: NIE 1, *Entry Requirements to Professional Accounting Education Programs* (2014); NIE 2, *Initial Professional Development – Technical Competence* (2021); NIE 3, *Initial Professional Development – Professional Skills* (2021); NIE 4, *Initial Professional Development – Professional Values, Ethics, and Attitudes* (2021); NIE 5, *Initial Professional Development – Practical Experience* (2015); NIE 6, *Initial Professional Development – Assessment of Professional Competence* (2015); NIE 7, *Continuing Professional Development* (2020); NIE 8, *Professional Competence for Engagement Partners Responsible for Audits of Financial Statements* (2021); além de possuir um glossário de termos atualizado para 2021¹⁰ (IFAC; IAESB, 2019).

As atualizações realizadas em 2019 e divulgadas em 2020 foram o resultado de estudos em parceria com o IFAC desde 2018 e têm como vertente, o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação (TIC) e ceticismo profissional. As IES devem ser incorporados aos membros do IFAC.

O ceticismo do profissional contábil envolve a postura na profissão, o qual nasce da necessidade de mitigar riscos e preservar o interesse público. Com o intuito de preservar as informações da deterioração

[...] do ambiente de negócios e a desonestidade de propósitos daqueles que buscam levar vantagens indevidas nas transações realizadas, motivadas por práticas criminosas em larga medida na lavagem de ativos, corrupção, crimes contra a ordem econômica, financeira e tributária, fraude em licitações, entre outros (CFC, 2019).

Dentre as atualizações, que apoiam o aprimoramento contínuo dos relatórios financeiros, sobretudo na qualidade informacional, podem ser destacados os seguintes objetivos: melhorar a relevância e a qualidade da educação contábil profissional oferecida pelas organizações profissionais de contabilidade, incluindo organizações membros da IFAC; Identificar atividades de aprendizado e desenvolvimento que aprimorem a competência profissional de aspirantes e atuais contadores profissionais; e apoiar a profissão contábil na

¹⁰ NIE 1, Requisitos para ingresso em programas profissionais de educação contábil; NIE 2, Desenvolvimento Profissional Inicial - Competência Técnica; NIE 3, Desenvolvimento Profissional Inicial - Habilidades Profissionais; NIE 4, Desenvolvimento Profissional Inicial - Valores, Ética e Atitudes Profissionais; NIE 5, Desenvolvimento Profissional Inicial - Experiência Prática; NIE 6, Desenvolvimento Profissional Inicial - Avaliação de Competência Profissional; NIE 7, Desenvolvimento profissional contínuo; NIE 8, Competência profissional para parceiros de trabalho responsáveis pelas auditorias das demonstrações financeiras. Em tradução livre.

prestação de relatórios financeiros, auditoria ou outros serviços financeiros e contábeis relacionados de alta qualidade na era digital (IAESB, 2019a).

Essas IES indicam a tendência de mudança dos paradigmas mundiais que versam sobre meios de produção, emprego e atividades. Cada vez mais, serviços de tecnologia precisam menos da presença humana para funcionarem. Produções podem ser controladas à distância, cirurgias médicas podem ser feitas por máquinas, bancos estão diminuindo o número e as operações em agências físicas. Há atualmente um sem número de aplicativos via telefones celulares, entre outras atividades, que fazem serviços que antes demandavam seres humanos, e com a educação também haverá mudanças e adaptações em função dessas novas tecnologias.

Na próxima seção serão apresentados os levantamentos bibliográficos realizados, tendo como objetivo levantar pesquisas sobre o currículo nos cursos de Ciências Contábeis.

2.4 Estudos Anteriores e Estudo Bibliográfico sobre Currículo em Ciências Contábeis

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira serão apresentados os resultados da pesquisa em plataformas nacionais, Portal Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTDC), mas que permitem o acesso a estudos publicados em todo o mundo. Na segunda seção é apresentado o levantamento realizado na plataforma Scopus/Elsevier, onde foi realizado um estudo bibliométrico da produção disponibilizada na base. Por fim, na terceira seção são apresentados os estudos relacionados diretamente à proposta de presente pesquisa, que envolve estudos sobre o currículo na área de Ciências Contábeis, currículo mundial e relações sobre o currículo e os exames da área.

2.4.1 Levantamento Bibliográfico das plataformas Portal Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações Capes

Nesta seção serão apresentados os procedimentos do levantamento bibliográfico da pesquisa através das plataformas: Portal Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

As buscas foram realizadas entre os anos de 2018 a 2020, sendo verificada a atualização de novos textos nas respectivas plataformas com frequência.

No Portal Periódicos Capes foi utilizado o acesso vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O acesso vinculado permite acessar bases e periódicos que não estão

disponíveis por meio de acesso livre. Além do tipo de consulta informada, foi utilizado o serviço “Meu Espaço” no referido portal para que fosse possível extrair o máximo das informações possíveis dos estudos ali aferidos. Esta ferramenta “Meu Espaço” permite salvar os resultados da busca, exportar referências, salvar páginas entre outras funcionalidades.

No Portal Periódicos Capes a busca foi dividida em quatro fases. Na primeira foram utilizados os descritores: currículo (com e sem acento); curricular; contabilidade e; contábeis (com e sem acento). As amálgamas dos descritores resultaram nas seguintes variáveis de pesquisa: currículo contabilidade; currículo contábeis; curricular contabilidade; curricular contábeis. A primeira busca visou os textos mais específicos sobre o tema de pesquisa, sendo assim, as amálgamas de descritores foram utilizadas no campo “título” e com os termos entre aspas para que só houvesse retorno da busca com os descritores exatamente grafados e que, sempre aparecessem juntos, no título dos estudos. Exemplos: “currículo contabilidade”; “curricular contabilidade”; “currículo contábeis” e; “curricular contábeis”.

Os resultados desta busca revelaram 41 estudos. Nesta segunda fase da busca, as informações desses 41 textos foram tabuladas em planilha eletrônica. A seguir foram analisados para se eliminar as duplicidades que poderiam ocorrer por se tratar de termos similares e de resultados de mesmo título, porém em idiomas distintos. Com a verificação das duplicidades restaram 21 textos e após a verificação do idioma dois textos foram excluídos por já estarem listados com o título em outro idioma. Por fim, mais dois textos foram excluídos por não apresentarem o assunto do escopo desta pesquisa, assim, 17 textos foram aferidos. No Apêndice G – Estudos Pesquisados, poderão ser verificadas todas as obras resultantes do levantamento bibliográfico realizado descrito nesta seção e nas seguintes.

Assim, do ponto de vista do ensino, e em relação ao Currículo Mundial de Contabilidade (CMC) e a sua aderência no Brasil, Mendes, Silva e Niyama (2011); Pinho e Rodrigues (2016); Faria e Leal (2016); Moraes e Campos (2015); Ferreira et al. (2017) discorrem sobre o baixo ou moderado alinhamento dos currículos das instituições de ensino superior pesquisadas com o CMC, devido, principalmente, à autonomia das Instituições de ensino, às diferenças regionais e do desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

Já Lay et al. (2016) verificaram que, nas Instituições de Ensino Superior analisadas no estado de Santa Catarina houve maior congruência com o CMC, principalmente do conteúdo de métodos quantitativos e estatística. Zonatto, Dani e Domingues (2017) também perceberam certo alinhamento com o CMC e destacaram que, a disciplina contabilidade internacional esteve presente em 25 instituições analisadas, do total de 47. Segantini et al. (2013) apresentam resultados satisfatórios de aderência do CMC em 4 instituições pesquisadas, tanto no Brasil,

quanto em outros países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), apontando semelhança em relação aos conteúdos em média 76,71% entre as matérias dos currículos. Kouloukoui et al. (2017) pesquisaram a aderência envolvendo 20 Instituições de Ensino Superior, sendo 10 no Brasil e 10 na França e verificaram que, as francesas possuem maior grau de aderência do CMC do que as brasileiras. A pesquisa dividiu os conteúdos das instituições nos quatro blocos do CMC, assim, em relação ao bloco de conhecimentos administrativos e organizacionais, houve destaque para as instituições França, atingindo 95%, enquanto o Brasil ficou em 45% de similaridade. Já em relação ao bloco de tecnologia de informação, novamente as instituições francesas estiveram mais próximas do CMC com um grau de similaridade de 80% contra 40% nas brasileiras. No bloco de contabilidade e assuntos afins, o Brasil destacou-se como mais próximo do documento da UNCTAD com 67% contra 36% de similaridade nas francesas. Por fim, em relação ao bloco de conhecimentos gerais, ambos países estão próximos.

No Brasil há algumas tentativas de elaboração de um currículo que possa atender às atuais demandas, como é o caso da proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) que não necessariamente está alinhada ao Currículo Mundial ou as Diretrizes Internacionais de Educação Contábil, mas sim foi pensada no atual desenvolvimento contábil no país e internacionalmente.

Silva, Miranda e Pereira (2017) verificaram que em relação à proposta de currículo do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), das instituições pesquisadas as que possuíam maior proximidade com a proposta eram as instituições públicas do tipo universidade e que isso impactava positivamente no desempenho do ENADE.

Em relação ao ENADE Quintana, Perazo e Fernandes (2013) analisaram a carga horária das disciplinas de contabilidade financeira e de orçamento em instituições de Ensino Superior no Rio grande do Sul e de sua correlação com o referido exame nos anos de 2006 e 2009, e concluíram que houve fraca correlação entre a carga horária das disciplinas e o conceito atribuído às instituições de Ensino Superior, mas ainda assim, havia correlação. Ainda com relação ao ENADE, Dallabona, Cunha e Raush (2012) verificaram o conteúdo das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis da região Sul do Brasil, 31 universidades no total, que tiveram os melhores conceitos no ENADE 2006 em relação à área da contabilidade ambiental. Concluíram que apenas 9 têm alguma disciplina voltada à contabilidade ambiental e a maioria encontra-se nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Sobre as pesquisas sobre Educação na área de Ciências Contábeis, Miranda et al. (2013) verificaram a produção científica de doutores no período de 2005 e 2009 e constaram que, os grupos e linhas de pesquisa em Educação Contábil representaram 8% e 6%, respectivamente, do total de pesquisas e que a linha de pesquisa Educação e pesquisa contábil representou o menor percentual dentre os estudos defendidos, totalizando apenas 8% das dissertações, e sobre Educação Contábil 4%. Destacaram ainda que, havia pouca pesquisa sobre questões pedagógicas e sobre o preparo dos doutores em contabilidade para a prática docente.

Duque-Roldán e Ospina-Zapata (2015) discorreram sobre a relevância no âmbito social e crítico reflexivo nos cursos de contabilidade pública na Colômbia e verificaram que as didáticas utilizadas pelos docentes são próprias de modelos pedagógicos instrucionais ou tradicionais, não conseguindo refletir na sala de aula o conteúdo planejado com a sua execução em sala de aula.

Soares et al. (2011) pesquisaram sobre a evolução da contabilidade no Brasil conseguindo destacar que algumas disciplinas, sempre estiveram presentes no currículo de contabilidade como as de direito comercial, direito tributário, matemática financeira, estatística e escrituração mercantil e destacaram o aumento da variedade de disciplinas nos currículos mais recentes. Ainda dentro do mesmo propósito de verificação histórica, do conteúdo do currículo dos cursos de Ciências Contábeis, Silva e Quillici Neto (2018) verificaram o currículo de duas Instituições de Ensino Superior, uma no Brasil e outra em Portugal e concluíram que em ambos países o currículo era o instrumento de disseminação do conteúdo e também para a formação do profissional aos moldes da cultura capitalista vigente, e que os currículos refletem determinações legais e influências políticas e econômicas.

A terceira fase da busca no Portal Periódicos Capes abrangeu a pesquisa das amálgamas já informadas, entretanto, sem o uso dos termos entre aspas e com busca em todos os campos de pesquisa do portal. Como resultados houve o acréscimo de 147 textos (curricular + contábeis); 195 textos (currículo + contábeis); 233 textos (curricular + contabilidade) e; 270 textos (currículo + contabilidade), totalizando 845 textos.

Os dados das pesquisas foram salvos no serviço “Meu Espaço” do portal foram tabulados em planilha eletrônica nesta quarta fase da busca para se excluir duplicidades e demais ações já descritas.

Na análise inicial de duplicidade nesta quarta fase da busca foram eliminados 317 textos por duplicidade. Na sequência houve a exclusão dos trabalhos que não possuíam relação com o tema desta pesquisa, muitos textos de áreas distintas como: Saúde, Direito e Educação Física,

por exemplo. Também foram excluídos os textos que não representavam pesquisas como, por exemplo, relatórios e divulgação de livros, chegando a um total de 91 textos.

Após, removeu-se as duplicidades em relação aos outros 17 textos evidenciados no Quadro 6 e aqueles que possuíam o mesmo título e autores, porém, estavam escritos em outro idioma o que evidencia duplicidade. Assim, o resultado da busca evidenciou 60 novos textos sobre o tema, de forma menos específica. A seguir são apresentadas as sínteses de algumas das obras analisadas. As obras consultadas poderão ser verificadas no Apêndice G – Estudos Pesquisados.

Jacomossi e Bivatti (2017) em estudo sobre as diretrizes internacionais de Educação Contábil afirmam que, a internacionalização dos padrões de Educação voltados para o Ensino Contábil pode proporcionar alterações em cada nação, desde as diretrizes curriculares, nas melhorias das habilidades interpessoais, meio de ingresso nos cursos, experiência prática até o desenvolvimento profissional contínuo. Perceberam que há mais similaridade nas NIE 2, NIE 3, NIE 6 e NIE 7. Para as NIE 1, NIE 4 e NIE 5 houve resultados heterogêneos. Ávila e Maldonado (2015) verificaram que, quatro variáveis da NIE 1 (taxas de aprovação, informações transparentes sobre expectativas e custos, mapas de competências e pontos de avaliação de entrada para programas de estudo de contabilidade) e dez variáveis do NIE 7 (periodicidade, estrutura de desenvolvimento, manutenção do profissionalismo, compromisso com conhecimento, promoção de compromissos, observação e reflexão, compromisso com a aprendizagem, processo sistemático de supervisão, processo sistemático de sanções e conhecimento autodirigido e não estruturado, em modelos de desenvolvimento profissional contínuo) apresentam importantes “brechas” acadêmico-profissionais, neste novo ambiente vinculado às diretrizes internacionais de Educação.

Ainda em relação ao contexto internacional, as instituições de Ensino Contábil dos diversos países são estimuladas a adequar-se às mudanças provocadas pela globalização. Riccio e Sakata (2004) analisaram o conteúdo do currículo mundial em contabilidade e compararam Instituições no Brasil e em Portugal. Analisaram 50 instituições de ensino, sendo 25 no Brasil e 25 em Portugal. Verificaram que o bloco de conhecimentos Administrativos e organizacionais foi o que apresentou maior aproximação, tanto no Brasil, quanto em Portugal, ao ponto que o bloco de conhecimentos gerais foi o que mais se distanciou. Perceberam a baixa quantidade de disciplinas de Tecnologia de Informação na maioria das grades curriculares.

Silva et al. (2014) pesquisaram sobre a formação acadêmica do profissional contábil e verificaram que, ela não foca na profissão do perito e do auditor e sim, em uma formação generalista. Isso pode ser verificado na pesquisa de Soares et al. (2012) que analisaram os cursos

de Ciências Contábeis em 6 instituições de Ensino Superior no Brasil para verificar se, a formação era da ordem de especialista ou generalista. Atentaram para o fato de que mesmo com a resolução CNE/CES 10/2004 e de suas diretrizes curriculares, permitem que cada instituição tenha autonomia para desenvolver um currículo alinhado com a realidade regional. Assim, verificaram que nas instituições pesquisadas os currículos tendem para a formação generalista. França e Barbosa (2015) corroboram esses resultados e sugerem que as instituições de Ensino Superior promovam adequação curricular para eliminar as deficiências evidenciadas em relação à profissão do perito contábil. Já Baraclado-Lozano e Daza-Giraldo (2015) defendem a auditoria forense como disciplina a serem incluídas nos currículos das instituições de ensino na Colômbia.

Cardoso e Riccio (2010) investigaram sobre competências a serem priorizadas no desenvolvimento do contador e indicam que, apesar das competências sobre Contabilidade e Finanças, ferramentas de controle e integridade e confiança serem as mais apontadas como importantes, entretanto, todas são mais fortes quando analisadas em conjunto. Laffin e Castro (2015) verificaram que possuir conhecimentos sobre a linguagem e a oralidade inerentes à prática contábil é importante para a atuação profissional e inclusive citam a pesquisa de Cardoso (2006) sobre as competências do Contador. Moreira, Costa e Melo (2016) que pesquisaram sobre comunicação contábil, também destacam essa relevância.

Trajano (2009) em estudo sobre as novas diretrizes curriculares e destacou o perfil do contabilista como um profissional crítico, ético, lúcido e solidamente capacitado para planejar, organizar, liderar e dirigir as atividades de controle e de gerenciamento contábil nos setores profissionais, com visão globalizada, mas sem desconsiderar as particularidades regionais.

Assim, para que o formando possa ter o seu desenvolvimento baseado no perfil do contabilista, o desenvolvimento do docente também é relevante para a formação do profissional contábil. Nganga et al. (2016) pesquisaram os programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis no Brasil e verificaram que há um baixo número de disciplinas relativas à formação de professores oferecidas pelos cursos, reforçando que tais programas têm ênfase na formação de pesquisadores e com baixa atenção para a consolidação dos saberes pedagógicos dos futuros professores.

Ainda sobre os docentes, Miranda, Casa Nova e Cornacchione Júnior (2012) analisaram os saberes predominantes nos docentes-referência em um curso de Ciências Contábeis em uma instituição pública de ensino e verificaram que as disciplinas responsáveis pelas experiências mais significativas de aprendizagem foram aquelas de base do curso, ou seja, contabilidade básica, intermediária e avançada e aquelas que apresentavam maior aplicação prática. E

concluíram também que os três saberes docentes por ordem foram: conhecimento didático, domínio do conteúdo e saberes experienciais, ressaltando a necessidade de preparação didática para o exercício da docência, a necessidade de formação continuada e das atualizações mercadológicas. De certa forma, isto está em alinhamento com os estudos de Rezende, Costa e Gomes (2016) que sugerem que as percepções dos docentes, acerca das disciplinas iniciais de contabilidade influenciam no desempenho do aluno, tendo relação positiva com a percepção dos docentes, ou seja, se os discentes têm percepção positiva em relação a um professor, principalmente sobre apreciação e motivação, tiveram desempenho final mais satisfatório. Lizote et al (2018) também chegaram a conclusões similares, pois verificaram que o envolvimento do professor e o interesse do estudante têm influência sobre a satisfação geral, e que os alunos de períodos iniciais se mostram mais satisfeitos.

Já em relação à satisfação dos professores de Contabilidade no Brasil, Araújo, Miranda e Pereira (2017) analisaram esta vertente através de 641 respostas válidas e os resultados, evidenciaram a satisfação do docente e que esta, é maior em docentes com tempo de experiência, tendo o menor índice de satisfação nos docentes entre 1 a 3 anos de experiência. A realização pessoal que inclui o trabalho docente e a relação com alunos foi o fator que mais impulsiona a satisfação. No total das respostas 67,3% tinham sentimentos positivos em relação à docência, contra 32,7% dos sentimentos negativos. Em contraponto a este estudo, Araújo et al. (2015) pesquisaram sobre problemas percebidos no exercício da docência em contabilidade no Brasil e como resultados elencaram a falta de motivação dos alunos, heterogeneidade das classes, quantidade de trabalho administrativo, sala com muitos alunos e falta de tempo. A falta de condições para se qualificar também foi verificada na pesquisa.

Weffort, Vanzo e Oliveira (2005) constataram que na percepção dos alunos, a inserção da disciplina Contabilidade Internacional mostrou ter um impacto positivo no conhecimento e desenvolvimento de habilidades para lidar com questões internacionais. Vale ressaltar que o perfil dos respondentes revelou pouco domínio de um segundo idioma e que estes têm consciência da importância do desenvolvimento de habilidades como capacidade de entendimento, comunicação, antecipação e adaptação às mudanças. Tais constatações podem servir de alerta para que, as instituições de ensino busquem aprimorar seus currículos. Leite Filho e Slomski (2003) analisaram o conteúdo sobre contabilidade governamental nos currículos das instituições de ensino, e perceberam que, apesar das diretrizes curriculares elaboradas pelo MEC no Brasil para os cursos de contabilidade que devem oferecer formação flexível e estimulem os alunos a buscar continuamente nos estudos após a sua conclusão, sendo o currículo o principal agente neste processo, perceberam que o conhecimento sobre

contabilidade governamental não é responsável para estimular o aluno sobre este conteúdo ao longo do curso, não alterando assim, esse perfil.

Silva (2015) verificou que as mudanças no currículo de dois cursos de Ciências Contábeis reproduzem as diretrizes curriculares nacionais, assim, perceberam que não ocorreram mudanças significativas na estrutura ao longo do tempo.

Silva, Cajaiba e Farias (2019) analisaram a proposta de currículo da FBC e verificaram que tal proposta está distante da sua concepção em 36 universidades públicas federais pesquisadas em relação ao conteúdo de contabilidade pública.

A evasão escolar também foi percebida nas pesquisas. Lopes et al. (2016) analisaram 128 Instituições de Ensino Superior na região Sul do Brasil. As principais causas dificuldades financeiras, falta de vocação para atuar na área contábil, problemas com a escolha do curso, motivação dos docentes. O fato do curso ser noturno, os alunos residirem distante do curso e problemas de relacionamento entre professores e alunos não foram verificados como causas para a evasão.

Benau e Grima (2012) pesquisaram sobre a utilização e combinações de metodologia no ensino de contabilidade com o intuito de motivar os alunos e discutiram sobre os resultados da pesquisa, que, mostram que a mudança de metodologia, seja ela qual for, palavras-cruzadas, quebra-cabeças, mapas conceituais, atividades virtuais etc., requer um tempo considerável de preparação de materiais. Por sua vez, os alunos também precisam de mais tempo para se dedicar a essas técnicas, entretanto, apesar desses esforços adicionais do nível educacional e do aluno, todas as opiniões indicam que vale a pena.

Rodrigues et al. (2018) analisaram o exame de suficiência contábil no segundo semestre de 2012, por meio de 18.948 candidatos e descobriram que, o sucesso na aprovação no exame de suficiência contábil está ligado à qualidade das instituições de Ensino Superior (avaliação no EANDE, corpo docente com doutores e mestres, por exemplo), a região geográfica do Brasil, homens têm desempenho melhor do que as mulheres e que os mais novos têm melhor desempenho do que os mais velhos. Por outro lado, Bugarim et al. (2014) analisaram que o exame de suficiência contábil não despertou o interesse nas instituições em alterar os seus respectivos currículos, em função dos baixos índices de aprovação. Esperava-se que o exame proporcionaria esse estímulo.

Sobre a vinculação da elaboração do currículo em função de exames e outros meios de avaliação, Laffin (2015) concluiu que a reificação do currículo por competências e submetido ao exame de suficiência não contribuem para uma sólida formação e impõe limites ao desenvolvimento do conhecimento contábil.

Rojas e Garcés (2015) discorrem sobre a relevância do conteúdo de ciências sociais e humanas no curso de ciências contábeis, de forma a impulsionar o aparecimento de contadores capazes de potencializar o tópos da profissão. Com a mesma percepção, o estudo de Cabral Siqueira e Batista (2011) analisaram a produção acadêmica do congresso USP de Controladoria e Contabilidade e EnANPAD entre os anos de 2004 a 2007 e compartilham que, a interdisciplinaridade praticada com outras áreas do conhecimento é praticamente nula em Contabilidade, apenas tendo maior ênfase apenas em áreas como Economia, Direito e Educação.

Kuhn, Machado e Machado (2014) investigaram o conhecimento dos docentes da região metropolitana da cidade de Goiânia acerca das IFRS e perceberam que o conhecimento dos docentes é baixo em relação às IFRS e que os docentes não estavam atualizados sobre a convergência que ocorreu em 2010. Já Bolzan et al. (2020) analisaram 21 artigos sobre o ensino e IFRS entre 2007 e 2018 e evidenciaram a preocupação com o currículo, os docentes e discentes no processo de ensino e da aquisição de conhecimentos.

Cana e Birk (2017) discorrem sobre a divulgação científica em contabilidade, e relatam que as instituições tendem a manter uma comunicação direcionada à população em geral, entretanto, apesar das instituições pesquisadas se utilizarem de sítios eletrônicos para essa comunicação para aproximar os saberes da contabilidade à população leiga, ainda há a utilização de muitos termos técnicos e temas que se caracterizam em torno de conceituações de contabilidade, mercado de trabalho, atuação profissional, perfil do contador e objetivo dos cursos.

Comentando sobre aplicações práticas, Santos et al. (2011) analisaram se a formação acadêmica oferecida pelas instituições de Ensino Superior na cidade de Curitiba, condiz com as necessidades do mercado de trabalho da área contábil. Verificaram que os conhecimentos relacionados às vagas de empregos para auxiliares e chefia abordam técnicas contábeis, legislação societária e tributária, já para os níveis de gerência são mais exigidos conhecimentos em administração, economia e finanças. Perceberam também que as instituições de ensino de Curitiba estão alinhando suas matrizes curriculares, com o intuito de oferecer melhor colocação no mercado de trabalho aos seus formandos.

Antunes et al. (2005, p. 1) abordaram o tema de tecnologia na pesquisa realizada e conceituaram-na, quando da sua aplicação ao ensino e aprendizagem, como “[...] todo o processo do currículo, desde sua construção, até a execução e avaliação”. Discorrem ainda que toda “[...] opção tecnológica é social [...]” e que “[...] novas tecnologias da informação possibilitaram o desenvolvimento acelerado do conhecimento na sociedade”. Essas tendências

acompanham as mudanças na economia mundial, tornando assim, um mercado global, e o conhecimento como principal capital. A contabilidade assim atualmente é um complexo sistema de informação que deve fornecer informações sobre o passado o presente e o futuro das organizações, considerando as diferentes necessidades dos usuários da contabilidade e dos diferentes relatórios financeiros.

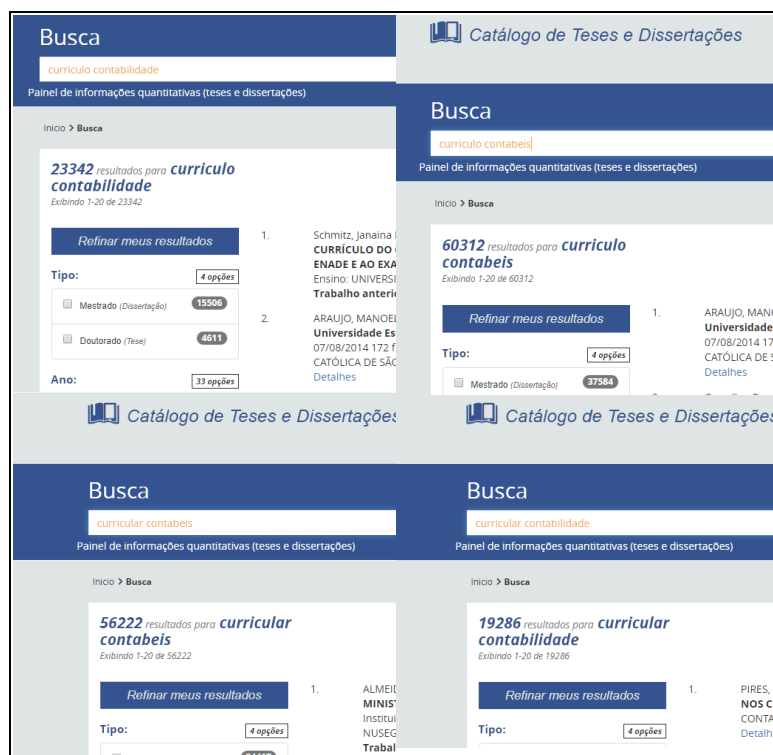
Nas pesquisas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações Capes, foram utilizados os mesmos descritores da busca anterior, ou seja, “currículo contabilidade”; “currículo contabilidade”; “currículo contábeis” e; “curricular contábeis”.

No Catálogo de Teses e Dissertações Capes foram encontradas apenas 4 pesquisas com os descritores entre aspas.

Quando da utilização dos descritores sem aspas, como esta plataforma não permite a busca detalhada ou avançada, o termo currículo contabilidade resultou em 23.342 textos, o termo currículo contábeis resultou em 60.312 textos, o termo curricular contábeis em 56.222 textos e, por fim, o termo curricular contabilidade proporcionou 19.286 textos. Como não há meios eficientes de se exportar os dados das pesquisas nessa plataforma foram considerados apenas as pesquisas com os descritores entre aspas, ou seja, 4 textos, uma vez que cada página só permite a consulta a 20 resultados por vez, o que ocasionaria a coleta manual acima de 4.000 páginas, apenas para tabulá-los numa planilha (Figura 3).

Como a pesquisa nessa plataforma não supriu as necessidades, foram verificadas as pesquisas na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Figura 3 – Pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações Capes



Fonte: CAPES, 2020.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados um total de 52 textos com os descritores pesquisados, já apresentados entre aspas. Após a verificação de duplicidade, os textos totalizaram 19 pesquisas.

Com a verificação dos descritores sem aspas, foram encontradas 474 pesquisas. Após a verificação de duplicidade restaram 154 textos. Com a verificação das pesquisas anteriores, dos 19 textos anteriores, e da análise em função do escopo e tema desta pesquisa, a busca resultou no total de 23 textos distintos. Os textos oriundos da pesquisa na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da Capes já estão contidos neste total, visto que também apareceram nos resultados da busca na BDTD. Esses 23 textos são apresentados no Apêndice G – Estudos Pesquisados.

Erfurth (2009) verificou a limitação do ensino de contabilidade em relação à normas, regulamentos e legislação nacionais pode representar um obstáculo para a integração na economia global, assim, por meio da análise dos conteúdos das matrizes curriculares e dos planos de ensino das disciplinas de 18 cursos de Ciências Contábeis no Brasil e em três cursos na Argentina, verificou que há similaridade e diferenças entre os currículos dos cursos com o CMC. No Brasil há maior similaridade nas áreas de conhecimento sobre gestão e administração das atividades, contabilidade gerencial, contabilidade básica e estágio. Na Argentina os

conteúdos que mais apresentaram similaridade foram sobre economia, contabilidade financeira, contabilidade avançada para indústrias especializadas e contabilidade tributária avançada. Não houve diferença significativa entre os currículos no Brasil e na Argentina em relação ao CMC.

Rodrigues (2011) analisou o conteúdo sobre governança corporativa, por meio de uma amostra com 46 professores no Brasil em comparação com o conteúdo do CMC, e constatou que, o conteúdo não está aderente ao currículo mundial de contabilidade.

Schindwein (2007) analisou a forma com que os formandos do último ano do curso de Ciências Contábeis em instituições de Ensino Superior no Vale do Itajaí em Santa Catarina avaliam as contribuições dos conteúdos curriculares da resolução CNE/CES nº 10/2004, através de 223 respostas, verificou que, os fatores que levaram a escolha do curso foram: as maiores oportunidades de trabalho e à valorização da profissão pela sociedade. Sobre os conteúdos da formação básica, os formandos relataram que, Português, Matemática, Administração Financeira, Direito e Administração foram os mais relevantes e que disciplinas como, Metodologia Científica, Psicologia, Sociologia e Filosofia como menos importantes. Relataram também que a aquisição de conhecimentos úteis à atividade profissional, ampliação de conhecimentos gerais e de habilidades relacionadas à comunicação oral e escrita contribuem para a formação do profissional contábil. Por fim, concluiu que, apesar do atendimento às diretrizes curriculares, ainda falta a conscientização por parte das instituições de ensino, nos cursos de contabilidade, pois estes não promovem mudanças nas habilidades e competências dos alunos.

Mulatinho (2007) analisou as grades curriculares os cursos de Ciências Contábeis em universidades federais localizadas em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte em relação ao CMC. Concluiu que as instituições estudadas contemplam as disciplinas propostas pelo CMC, exceto nas áreas de TI; Tópicos Internacionais; Contabilidade Social, Ambiental e Internacional além de línguas estrangeiras. Compreendeu que é necessário a obrigatoriedade do exame de suficiência para fortalecer a profissão e do programa de educação profissional continuada para todos os contadores, o que pode proporcionar currículos mais flexíveis.

Lima (2010) pesquisou sobre a formação do professor de Ensino Superior egresso dos programas de mestrado em Ciências Contábeis do Brasil, por meio da análise de conteúdo das ementas das disciplinas que forma a estrutura curricular destes programas. Verificou que, algumas das teorias da contabilidade, não são requisitadas na formação do professor e que, apesar dos programas estarem voltados para a habilitação de docentes, há carência de disciplinas de caráter didático-pedagógico nos programas, tornando a formação do docente deficiente.

Peres (2017) pesquisou sobre a integração entre as dimensões técnico-científicas e crítico-reflexiva e do currículo como construção social no currículo de formação profissional no curso de ciências contábeis em uma instituição de Ensino Superior no Ceará. Elencou que por parte dos docentes há a integração no desenvolvimento curricular já para os discentes não a identificaram como elemento e formação do profissional contábil e que na instituição analisada isto não se evidencia no currículo oficial, porém, aparece no currículo em ação.

Alexandre (2014) investigou como uma instituição de Ensino Superior de ensino localizada na região metropolitana da baixada santista, que incorpora a temática ambiental em seu currículo. Como temas encontrados ao longo da pesquisa estavam voltados para a contabilização e importância das contas do passivo ambiental, recuperação de solo, questões judiciais sobre poluição ambiental e seus reflexos na contabilidade. Sugeriu a incorporação da disciplina Responsabilidade Social com o uso do balanço social na matriz curricular da instituição.

Diel (2014) investigou o conhecimento dos coordenadores de curso de ciências contábeis através da colaboração de coordenadores de curso, sendo a população de 28 e amostra de 12 coordenadores, sobre as orientações de currículo presente nos documentos curriculares. Concluiu que, havia pouco conhecimento sobre as teorias de currículo por parte dos coordenadores e que, tanto os documentos curriculares, quanto as orientações dos coordenadores não se enquadram em apenas uma das teorias de currículo, acompanhando assim, a evolução histórica do currículo perante as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas de currículo.

Reis (2017) analisou o alinhamento entre a estrutura curricular de cursos e Ciências Contábeis presenciais no estado do Tocantins com a proposta curricular do CFC/FBC. Os resultados evidenciaram que os cursos analisados atendem a resolução CNE/CES 10/2004, alinhamento de 83% sobre os conteúdos de formação básica, formação profissional, e formação teórico-prática, sendo o de formação profissional o de menor percentual, não foi observado relação entre o alinhamento à proposta com os conceitos do ENADE nos referidos cursos.

Silva (2019) pesquisou sobre o alinhamento das matrizes curriculares de cinco instituições de Ensino Superior privadas no estado de São Paulo com a proposta curricular do CFC/FBC. Constatou que as instituições investem entre 13% a 48% acima da matriz curricular do CFC sobre o conteúdo de formação básica e que algumas instituições oferecem conteúdos diferenciais como Sociologia e Psicologia. Verificou também, que o alinhamento à proposta do CFC/FBC possui um índice de aprovação no exame de suficiência contábil 50% maior.

Oliveira (2015) verificou o grau de aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais em Ciências Contábeis em 23 instituições de Ensino Superior no estado do Ceará e a proposta do CFC/FBC, os resultados apurados revelaram uma aderência média de 67,2%, e que de modo geral, as instituições estão alinhadas com a proposta do CFC/FBC, com menor aderência sobre o eixo de formação profissional.

Schmitz (2008) analisou o currículo de uma instituição de Ensino Superior em Santa Catarina e pode concluir que o currículo da instituição atende às exigências legais e dos exames de suficiência e do ENADE.

Rocha (2012) em sua pesquisa, sobre a aderência das matrizes curriculares de instituições de Ensino Superior na capital paulista, com a proposta do CMC, constatou que a formação do profissional contábil em função da globalização, cada vez mais exige interdisciplinaridade, conhecimentos matemáticos e de informática, formação holística, raciocínio lógico e analítico, além da capacidade de tomar decisões e de comunicação. Verificou também que as instituições pesquisadas estão adequadas às necessidades do mercado e com a proposta do CMC.

Lima (2013) analisou as matrizes curriculares de 23 instituições de Ensino Superior no Brasil e constatou que os conteúdos curriculares estão em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais da Resolução CNE/CES nº 10/2004, porém destaca a necessidade que as instituições têm em adequar-se ao perfil do profissional contábil às novas demandas.

Vieira (2013) investigou as relações entre políticas locais e globais nos currículos do curso de Ciências Contábeis com a proposta do CMC, para isso se utilizou de uma Instituição de Ensino Superior no estado do Mato Grosso. Constatou que as diversas agências multilaterais influenciam nas políticas curriculares locais, porém não as determinam, e verificou que não há relação direta entre a política de currículo da instituição de ensino com a proposta do CMC, porém a influência é percebida nas diretrizes curriculares nacionais e no discurso dos professores entrevistados, por meio de um processo cíclico envolvendo textos e discursos.

Araújo (2009) comparou a estrutura curricular de uma Instituição Superior de Ensino no estado da Bahia de 1999 com a de 2007 e constatou que a estrutura de 2007 está mais ligada à realidade social e econômica vigente à época e que os estudos curriculares têm a função de organizar ideias que possam contribuir com a estrutura temática e proporcionar as mudanças constantes na sociedade, seja por ordem econômica, seja por ordem social.

Frosi (2013) analisou os currículos de 165 Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil com a proposta curricular do CFC/FBC e do CMC. Foi percebido, nos resultados que, houve alinhamento entre os currículos, não havendo diferenças significativas entre as médias

de alinhamento em relação à proposta do CMC, já em relação à proposta do CFC/FBC as médias tendem a ser iguais, entre o estado do Rio grande do Sul e Paraná, enquanto, as médias de Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de Santa Catarina e Paraná tendem a ser diferentes. Também podem ser verificadas diferenças em relação aos conceitos dos cursos no ENADE e do CMC, os cursos com conceito 4 e 5 (74,80%) estavam menos alinhados do que os de conceito 3 e 2 (77,05% e 78,54% respectivamente), em relação à proposta do CFC/FBC também houve menor alinhamento com o cursos com conceito 5 e 4 (75,78%), do que os de conceito 3 e 2 (77,62% e 81,57% respectivamente), havendo uma possibilidade de igualdade no alinhamento entre os cursos de conceito 3 com os de conceito 5 ou 4.

Dutra (2003) apresentou uma proposta de matriz curricular para o curso de Ciências Contábeis, por meio do levantamento e discussão, sobre conhecimento e das dimensões administrativa e pedagógica dos cursos, tendo como base a região da grande Florianópolis, que resultou em uma matriz curricular com 9 semestres e um total de 40 disciplinas, sendo 5 por semestre e no nono semestre o desenvolvimento do TCC ou do estágio supervisionado. Como o intuito da pesquisa era a elaboração da uma proposta em si e não da elaboração dos conteúdos das ementas, não houve nenhuma disciplina voltada à globalização ou internacionalização na matriz curricular proposta. Entretanto, o autor discorre sobre o currículo de forma geral:

primeiro, não existe um currículo ideal, cada situação, cada curso exige uma solução particular; segundo, os próprios pedagogos afirmam que o currículo não é algo pronto e acabado, mas, antes, é algo que se constrói no dia-a-dia do curso. E terceiro, cada Contador, cada professor, especificamente falando, possui sua própria noção de como deveria ser o currículo do Curso a que se referem (DUTRA, 2003, p. 140).

[...]

Pode-se inferir que, na construção do conhecimento, pelo educando, leva-se em consideração o Projeto Pedagógico e o currículo. O bom delineamento dessas duas peças pedagógicas vai influir, sobremaneira, nas competências que o educando vai adquirir na escola. Mas é importante também salientar que a qualificação do corpo docente é um fator que deve ser levado em consideração nesta construção. Isto no pressuposto de que não adianta existir um excelente planejamento pedagógico, representado pelo Projeto e pelo currículo, se o docente não possui a qualificação necessária para proporcionar ao educando a sua construção do conhecimento (DUTRA, 2003, p. 144).

Carvalho (2010) pesquisou sobre as alterações curriculares nos cursos de ciências contábeis em função do novo modelo contábil definido pela adoção nas IFRS no Brasil, e constataram que o currículo dos cursos superiores de Ciências Contábeis deve se adequar a estas novas exigências, não se limitando apenas ao conteúdo e sim, na forma como os conteúdos são abordados e ensinados. Destaca que as mudanças em função das IFRS no Brasil têm o impacto de alteração pelo fato destes novos pronunciamentos serem baseados em princípios e não em regras. Em relação às habilidades e competências, verificou que o desenvolvimento

destas devem ser estimulados, principalmente em relação à capacidade de comunicação, raciocínio lógico e visão de negócios, entre outras, além daquelas que classicamente fazem parte da formação deste profissional.

Pinho (2010) analisou os aspectos da racionalidade pedagógica do corpo docente do curso de Ciências Contábeis em uma Instituição de Ensino Superior do estado do Ceará, do ponto de vista de uma ação educativa em princípios de uma compreensão reflexiva e transformadora e concluiu, que a ação educativa reflexiva e transformadora será propiciada pelo projeto político pedagógico do curso, por meio do currículo e das práticas docentes.

Dos 23 textos aqui apresentados, 18 (dezoito) eram Dissertações e 5 (cinco) eram Teses. Das 18 dissertações 14 (quatorze) eram de programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Contabilidade ou Controladoria, 3 (três) de Educação e 1 (uma) de Administração. Em relação às Teses, das cinco apresentadas, 4 (quatro) eram de programas de Pós-Graduação em Educação e 1 (uma) de Administração, não havendo nenhuma Tese sobre o tema desenvolvida em Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Contabilidade ou Controladoria, o que evidencia a descontinuidade do tema nas pesquisas de doutorado. Miranda et al. (2013) já haviam verificado a baixa produção na área de Ciências Contábeis em relação à Educação.

Na próxima seção é apresentada a pesquisa realizada na base Scopus/Elsevier.

2.4.2 Levantamento Bibliográfico da Base Scopus/Elsevier e utilização do *Software Vosviewer*

Com o intuito de verificar a literatura internacional sobre o tema, já que o Portal Periódicos Capes não permite exportar dados em grande volume de forma eficiente, assim realizaram-se buscas na base Scopus/Elsevier. A base foi escolhida em função de possuir relevante conteúdo sobre o tema e pela possibilidade de se salvar e exportar os dados da pesquisa nos formatos *Comma Separated Values* (CSV), ou seja, um arquivo de valores separados por vírgula e no formato *Research Information Systems* (RIS), para que pudessem ser analisados no software *Vosviewer*.

O levantamento realizado na Base Scopus/Elsevier seguiu os mesmos parâmetros dos anteriores, e os resultados das buscas foram salvos na própria conta de acesso à plataforma. A Figura 4 apresenta as buscas realizadas.

Figura 4 – Buscas Salvas na Base Scopus/Elsevier

ID	Name	Query	Documents
#4	accounting curriculum título ...gos apenas	TITLE ("accounting curriculum") AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar"))	80
#3	accounting curriculum título apenas	TITLE ("accounting curriculum")	103
#2	accounting curriculum sem aspas	(TITLE-ABS-KEY (accounting) AND TITLE-ABS-KEY (curriculum))	1,493
#1	accounting curriculum 210420	TITLE-ABS-KEY ("accounting curriculum")	359

Fonte: Scopus, 2020.

O acesso à base Scopus/Elsevier e aos textos resultantes das buscas só foi possível, devido ao vínculo com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do acesso ao Portal Periódicos CAPES, pois a maioria dos estudos não possui acesso livre.

Como se percebe na Figura 4, foram realizadas quatro buscas na base Scopus/Elsevier. A primeira busca se utilizou da amálgama dos descritores em língua inglesa *accounting* (contabilidade) e *curriculum* (currículo) entre aspas, considerando os campos de busca: título (*title*), resumo (*abstract*) e palavras-chave (*100ustrali*). Nessa primeira busca foram encontrados 359 estudos. Percebeu-se que o termo *curriculum* também abrangia a variação *curricula*, contribuindo para mais resultados na busca.

A segunda busca foi realizada com os mesmos descritores, entretanto, optou-se por não mantê-los entre aspas, resultando assim, numa busca mais generalizada. Foram encontrados 1.493 textos. A terceira busca utilizou a amálgama dos descritores entre aspas apenas no campo de busca título (*title*) para que os resultados fossem mais específicos ao tema desta pesquisa. Como resultado foram encontrados 103 estudos. A quarta busca é uma variante da terceira, onde foi acrescentado apenas o filtro “ar” (*articles*), ou artigos, para que apenas os estudos que abordavam a amálgama fossem artigo científico. Essa busca apesar de mais específica não foi considerada, pois muitas publicações oriundas de livros ou outros tipos de publicações foram descartadas.

Como informado no início desta seção, os resultados das buscas foram salvos no formato *Comma Separated Values (CSV)*, ou seja, um arquivo de valores separados por vírgula e no formato *Research Information Systems (RIS)*, para que pudessem ser analisados no *software Vosviewer*.

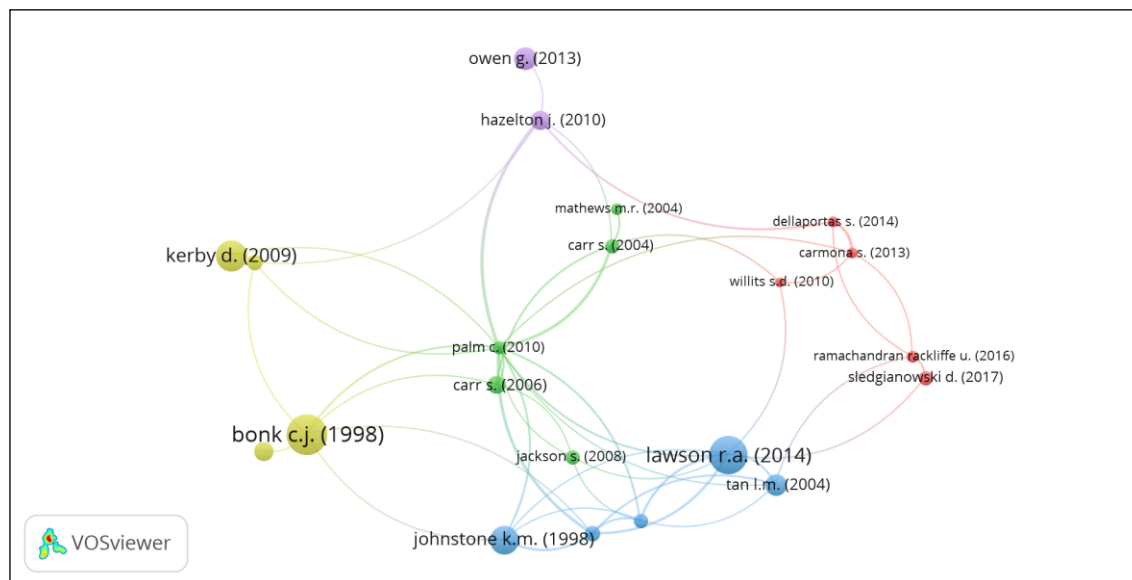
Optou-se pela utilização do *software Vosviewer* por ser de acesso livre (gratuito), de fácil utilização, e de se perceber a utilização do mesmo em congressos científicos e em outras pesquisas científicas sobre estudos bibliográficos. O referido *software* permite a visualização de mapas de rede bibliométricas através de certos critérios como, por exemplo, periódicos, autores, textos por si só, e as relações entre citações, autoria, acoplamento bibliográfico, entre outras possibilidades. As Figuras referentes à busca poderão ser verificadas no Anexo 1 – Figuras VOSviewer.

Inicialmente foi considerada a análise de autores, assim, na busca com 103 textos, foram encontrados 209 pesquisadores, sendo que, apenas 66 tiveram mais de 10 citações. Os 66 autores mais citados foram divididos em 28 *clusters*. Não houve muitas ligações, ou praticamente nenhuma, de cooperação entre os autores, apenas um estudo reuniu 9 autores.

Em relação às palavras-chave mais recorrentes nos 103 textos, foram encontradas 265 palavras-chave, sendo 34 com ocorrência mínima de duas vezes, onde 33 possuem ligação, ou seja, geralmente aparecem juntas, e uma foi excluída. Os termos “*accounting education*”; “*accounting curricula*”; “*technology*” têm recorrência recente, de 2015 em diante, e os termos “*artificial intelligence*”; “*cost accounting*” e “*skills*” têm recorrência mais antiga de 1995 a 2004. Outra informação interessante consiste na análise do termo “*accounting curriculum*” que está ligado com “*ethics education*”.

E por fim, utilizando os 103 textos pesquisados, verificou-se que 29 desses textos foram citados no mínimo 10 vezes, e foram divididos em 18 *clusters*. Houve pouca ligação entre as pesquisas, entretanto, apenas 5 textos possuíam mais ligações entre si, envolvendo outros *clusters*. Considerando os estudos mais citados, por meio do acoplamento bibliográfico, ou seja, sobre a semelhança do conteúdo, foram encontrados 29 estudos, sendo que, 21 possuíam ligação. A pesquisa de Lawson et. Al (2014) além de ser a segunda mais citada é também a mais recente e a pesquisa de Bonk e Smith (1998) apesar de ser a mais citada, é a mais antiga em relação às demais.

Figura 5 – Rede Bibliográfica 21 Estudos por Acoplamento Bibliográfico por *Cluster* (mínimo 10 vezes).



Fonte: dados da Pesquisa.

Na Figura 5 podem ser verificadas as relações entre os 21 textos que foram separados em cinco *clusters*. No Quadro 8 são apresentados os 29 textos, com destaque aos 21 textos com ligações e separados por *cluster*.

Quadro 8 – 29 Textos Mais Citados, Sendo 21 Com Relação Separados Por *Cluster*

(continua)

Título Original	Autor(es)	Ano	Citações	Cluster
Alternative instructional strategies for creative and critical thinking in the accounting curriculum	Bonk, C.J., Smith, G.S.	1998	66	x
Develop Oral Presentation Skills Through Accounting Curriculum Design and Course-Embedded Assessment	Kerby, D., Romine, J.	2009	47	x
Writing Across the Accounting Curriculum: Em Experiment	Riordan, D.A., Riordan, M.P., Sullivan, M.C.	2000	25	x
Using peer-reviewed writing in the accounting curriculum: A teaching note	Matherly, M., Burney, L.	2009	20	x
Focusing accounting curricula on students' long-run careers: Recommendations for em integrated competency-based framework for accounting education	Lawson, R.A., Blocher, E.J., Brewer, P.C., (...), Wolcott, S.K., Wouters, M.J.F.	2014	61	x
Problem-based learning: Introduction, analysis, and accounting curricula implications	Johnstone, K.M., Biggs, S.F.	1998	41	x
Management accounting curricula: Striking a balance between the views of educators and practitioners	Tan, L.M., Fowler, M.B., Hawkes, L.	2004	29	x

Quadro 8 – 29 Textos Mais Citados, Sendo 21 Com Relação Separados Por Cluster (continuação)

Changes in accounting curricula: Discussion and design	Ainsworth, P.	2001	19	x
XBRL in the accounting curriculum	Debreceeny, R., Farewell, S.	2010	17	x
Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum	Owen, G.	2013	31	x
Incorporating sustainability into accounting curricula: Lessons learnt from em action research study	Hazelton, J., Haigh, M.	2010	26	x
University accounting curricula: The perceptions of em alumni group	Carr, S., Chua, F., Perera, H.	2006	23	x
Incorporating information literacy into the accounting curriculum	Jackson, S., Durkee, D.	2008	17	x
Accounting curriculum change and iterative programme development: A case study	Carr, S., Mathews, M.R.	2004	17	x
Benchmarking introductory accounting curricula: Experience from Australia	Palm, C., Bisman, J.	2010	15	x
Accounting curricula: Does professional accreditation lead to uniformity within Australian bachelor's degree programmes?	Mathews, M.R.	2004	14	x
Toward integration of Big Data, technology and information systems competencies into the accounting curriculum	Sledgianowski, D., Gomaa, M., Tan, C.	2017	17	x
Excel in the accounting curriculum: perceptions from accounting professors	Ramachandran Rackliffe, U., Ragland, L.	2016	14	x
Ethics education in the 103ustralian accounting curriculum: A longitudinal study examining barriers and enablers	Dellaportas, S., Kanapathippillai, S., Khan, A., Leung, P.	2014	13	x
Accounting curriculum reform? The 103evi lis in the detail	Carmona, S.	2013	12	x
Will more liberal arts courses fix the accounting curriculum?	Willits, S.D.	2010	10	x
Personal skills development in the accounting curriculum	Gammie, B., Gammie, E., Cargill, E.	2002	57	
The incorporation of soft skills into accounting curricula: preparing accounting graduates for their unpredictable futures	de Villiers, R.	2019	46	
Em integrated approach to communication skills in em accounting curriculum	Hirsch Jr., M.L., Collins, J.D.	1988	36	
Integrating effective writing skills in the accounting curriculum	May, G.S., Arevalo, C.	1983	27	
Internationalizing the accounting curriculum	Richard Sherman, W.	1987	26	
IFRS and collegiate accounting curricula in the 103nited states: 2008 a survey of the current state of education conducted by KPMG and the education committee of the American accounting association	Munter, P. Reckers	2009	17	
Using Group Work to Develop Intercultural Skills in the Accounting Curriculum in Australia	Daly, A., Hoy, S., Hughes, M., Islam, J., Mak, A.S.	2015	14	
Knowledge-based learning within the accounting curriculum	Sangster, A., Wilson, R.A.	1991	13	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os cinco *clusters* aqui apresentados, possuem algumas particularidades interessantes. No *Cluster 1*, que envolve os quatro primeiros textos, percebe-se a relação sobre a comunicação na formação do futuro contador, passando, desde a formação de um modelo de ensino, até o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno e, ainda dentro da comunicação, o desenvolvimento da linguística, representada pelo incentivo da escrita desses futuros profissionais.

Continuando, no *Cluster 2*, representado por cinco textos, há a ênfase em temas que envolvam métodos de ensino, desenvolvimento de habilidades e competências, e com a utilização de ferramentas tecnológicas para o ensino prático em contabilidade.

O *Cluster 3*, composto por dois textos, tem a ênfase na sustentabilidade, ou melhor, no desenvolvimento sustentável, como visão empresarial e na abordagem no ensino dos estudantes.

O *Cluster 4*, representado por 5 textos, tem a sua ênfase voltada para temas que abordam o currículo na área de ciências contábeis de forma geral, abordando abordagens tradicionais e as alterações nas estruturas curriculares.

Por fim, o último *Cluster*, composto por 5 textos, abordam como tema principal a aplicação e uso de TICs no ensino de ciências contábeis e da ética profissional na formação do aluno e da atuação do futuro profissional contábil.

Os demais textos, que não possuem agrupamento em algum *cluster*, comentam sobre temas diversos sobre a educação contábil e em alguns casos, com certa semelhança aos assuntos abordados nos outros clusters, mas que não foram alocados.

Separação feita pelo sistema foi importante para a escolha dos textos, e com isso possível fazer um recorte das principais pesquisas sobre o descritor pesquisado, auxiliando assim, a futura comparação com as vertentes pesquisadas em publicações no Brasil.

Continuando com as parametrizações no sistema, e considerando-se a análise por co-citação dos 103 textos, dos 3.666 autores, os 20 autores com recorrência mínima de 10 vezes foram divididos em 4 clusters. O primeiro (vermelho) 7 itens; o segundo (verde) 5 itens; o terceiro (azul turquesa) 5 itens e o quarto (amarelo) 3 itens.

Os autores mais citados nos 103 textos foram: Stout, David E. com 21 citações; Jackling, Beverley F. com 20 citações; Gray, Rob com 19 citações; Sack, Robert J. com 18 citações; Albrecht, W. Steve com 17 citações; Watty, Kim com 17 citações; Bebbington, Jan com 16 citações; Amernic, Joel com 15 citações; Boyce, Gordon com 15 citações; Sorensen, James E. com 15 citações; Craig, Russell com 14 citações; Bernardi, Richard A. com 12 citações; Fisher, Dann G. com 12 citações; Sangster, Alan com 12 citações; Brewer, Peter C. com 11 citações;

Matthew, McGrail R. com 11 citações; Siegel, Gary com 11 citações; Vasarhelyi, Miklos A. com 11 citações; Armstrong, Mary Beth com 10 citações; Hancock, Phil com 10 citações.

Cabe ressaltar que alguns autores possuíam mais de uma obra citada, logo, o número total de citações de um autor, pode envolver estudos distintos.

Em relação aos termos mais recorrentes, foram considerados a recorrência mínima de 10 vezes, contagem completa. Sendo divididos em 5 *clusters*. O primeiro (vermelho) com 16 itens; o segundo (verde) com 10 itens; o terceiro (azul turquesa) com 9 itens; o quarto (amarelo) com 7 itens e o quinto (púrpura) com 4 itens. Foram encontrados 1.855 termos, sendo 46 deles com recorrência mínima de 10 vezes.

Considerando a contagem binária foram encontrados 1.855 termos, sendo 24 com recorrência mínima de 10 vezes.

Já em relação aos principais estudos, considerando a co-citação e contagem completa, foram encontradas 3.371 referências, sendo as 58 com no mínimo duas recorrências. Dessas 58 referências, apenas 50 mantinham alguma relação na rede. A Figura 16 apresenta essas relações.

Foram divididos em 8 *clusters*. O primeiro (vermelho) com 9 itens; o segundo (verde) com 8 itens; o terceiro (azul turquesa) com 7 itens; o quarto (amarelo) com 7 itens; o quinto (púrpura) com 6 itens; o sexto (azul ciano) com 5 itens; o sétimo (laranja) com 5 itens e o oitavo (magenta) com 3 itens.

Dentre as 58 obras citadas ao menos duas vezes, apenas 5 estudos apresentaram recorrência superior ao mínimo. As obras mais recorrentes foram citadas quatro vezes. São elas:

- Accounting Education, Research And Practice: After Enron, Where Do We Go? (2005) *European Accounting Review*, 14 (2), pp. 353-362, autor: Michael Diamond;
- Big Data In Accounting: Em Overview (2015) *Accounting Horizons*, 29 (2), pp. 381-396, autores: Miklos A. Vasarhelyi; Alexander Kogan; Brad M. Tuttle;
- Objectives Of Education For Accountants: Position Statement Number One (1990) *Issues In Accounting Education*, 5 (2), pp. 307-312, autor: Accounting Education Change Commission.

Já os estudos com recorrência de 3 vezes foram:

- Ethics And Professionalism In Accounting Education: A Sample Course (1993) *Journal Of Accounting Education*, 11, pp. 77-92, autor: Mary Beth Armstrong;
- XBRL In The Accounting Curriculum (2010) *Issues In Accounting Education*, 25 (3), pp. 379-403, autores: Roger Debreceeny; Stephanie Farewell.

Todas as demais 53 obras foram citadas duas vezes e, apenas a autora Mary Beth Armstrong apareceu em ambas listas: obras e autores mais citados.

Uma vez apresentada a metodologia escolhida para a seleção dos textos, a seguir é apresentada uma síntese das principais obras apontadas.

Bonk e Smith (1998) propõem a elaboração de um novo modelo de ensino para o curso de Ciências Contábeis do ponto de vista da globalização visto que as economias globais aumentaram a pressão sobre as universidades para o desenvolvimento de currículos de habilidades de alto nível. O modelo propõe um ambiente de aprendizagem, no qual as habilidades de pensamento criativo e crítico sejam estimuladas, em contraste com a recepção passiva da transmissão de conhecimento em salas de aula centradas no professor e sim, centrada na aprendizagem ativa centrada no aluno.

Lawson et al. (2014) pesquisaram sobre o desenvolvimento de competências dentro do currículo de contabilidade, pensando na carreira do profissional contábil em longo prazo, visto que, atualmente, os contadores trabalhando nos mais variados ambientes, agregam valor organizacional e isso, possibilita a integração de competências.

Johnstone e Biggs (1998) analisaram a aplicação do método de ensino baseada em problemas, *Problem-based Learning* (PBL), técnica esta, muito utilizada na Educação Médica por incorporar experiências realistas em sala de aula. O ensino de conceitos técnicos, em se tratando de casos realistas, permite que os alunos desenvolvam estruturas de conhecimento baseadas na experiência e apreciem a complexidade prática dos conceitos teóricos que aprendem. E tais habilidades gerais, voltadas para a resolução de problemas permitem que os alunos aprendam abordagens especializadas para o desafio dos mesmos. Em consonância com o método de ensino baseado em PBL, Tan, Fowler e Hawkes (2004) também verificaram a resolução de problemas em sua pesquisa, uma vez que, analisaram as técnicas, habilidades, conteúdos e características que são consideradas importantes na contabilidade gerencial. Verificaram que há controvérsia entre as prioridades entre docentes e profissionais. Os docentes destacam as implicações comportamentais, o custeio baseado em atividades (ABC), a avaliação de desempenho e o custeio do produto. Já os profissionais destacaram a gestão do fluxo de caixa, orçamento operacional, análise de variação e avaliação de desempenho. As empresas têm preferência no uso das técnicas tradicionais em relação às contemporâneas e, em relação às habilidades e características, tanto docentes, quanto profissionais abordaram a resolução de problemas, o pensamento, a capacidade de escutar e entender e habilidades quantitativas.

As pesquisas de Kerby e Romine (2009); Riordan, Riordan e Sullivan (2000); Matherly e Burney (2009); Hirsch Jr e Collins (1988); May e Arevalo (1983) destacam o desenvolvimento da comunicação oral e escrita, além das habilidades de apresentação como componentes importantes na educação contábil.

Houve também a atenção voltada para a inserção do tema de sustentabilidade nos currículos contábeis. Hazelton e Haigh (2010) destacam a dificuldade em se abordar a reflexão sobre sustentabilidade nas salas de aula e de sua incorporação nos currículos, principalmente de ordem tecnicista dos profissionais contábeis. Owen (2013) reforça que o foco estratégico, a visão de longo prazo, comentários qualitativos entre outras vertentes deveriam ganhar espaço no currículo ao invés de apenas se verificar os dados de relatórios financeiros externos mais restritos ou em conformidade com a Auditoria.

A utilização de sistemas e de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), também é uma vertente verificada na literatura sobre Educação Contábil. Sangster e Wilson (1991) discorrem sobre a sucessão de sistemas que outrora foram utilizados em demasia e que agora já estão sendo substituídos por novas possibilidades, a planilha eletrônica por exemplo, muito utilizada nos anos de 1990 passa a ceder espaço para sistemas especialistas em auxílio às finanças. Sledgianowski, Gomaa e Tan (2017) utilizaram disciplinas do curso de contabilidade destacando a importância da integração de *Big Data* nos currículos contábeis, e encontraram

[...] recursos de instrução muito limitados disponíveis para uso em cursos avançados de contabilidade financeira e tributação. Pode ser que os educadores de contabilidade estejam incluindo Big Data e competências tecnológicas de análise de negócios e sistemas de informação em seu currículo, mas o conteúdo não está sendo compartilhado em um fórum público com outros educadores (SLEDGIANOWSKI; GOMAA; TAN, 2017, p. 91).

Debreceny e Farewell (2010) também defendem a utilização de sistemas de informação no currículo de contabilidade e dão ênfase à linguagem de representação de metadados *eXtensible Business Reporting Language* (XBRL). O sistema XBRL permite a transferência automatizada de informações contábeis e metadados associados, e do ponto de vista financeiro supera o *eXtensible Markup Language* (XML), pois o XBRL elimina a necessidade da transformação de formato e permite trabalhar a informação com independência de tecnologia, o que permite a utilização em qualquer plataforma, e facilita o entendimento entre os sistemas que não se comunicam entre si, mesmo em outro idioma ou linguagem de programação.

Carr, Chua e Perera (2006) abordam sobre percepções de currículo, padronização e acompanhamento de ex-alunos. Elencam duas razões principais para os problemas associados à Educação em contabilidade, atenção inadequada dada ao desenho dos programas de contabilidade e a visão estreita da abordagem das partes interessadas, afetando com isso a qualidade de ensino. Assim defendem que não é mais apropriado que as instituições de Ensino Superior adotem uma abordagem de tamanho único ou padrão, destacando a perspectiva global, perspectiva local, profissionalismo, social e ambiental.

Jackson e Durkee (2008) discorrem sobre a relevância que os educadores contábeis incorporem em seus currículos o foco nas habilidades de aprendizagem ao longo da vida, principalmente com as constantes mudanças da sociedade contemporânea. Segundo os autores, a chave para essa ênfase é a compreensão da *Information Literacy*¹¹ e seu papel na Educação Contábil. Os resultados dessa abordagem integrativa revelaram que os alunos demonstram um nível elevado de competência em alfabetização informacional e uma apreciação aumentada do valor da informação em ambientes pessoais, de trabalho e acadêmicos.

Carr e Mathews (2004) verificaram as implicações de mudanças, frente às novas alterações curriculares na *School of Accountancy at Massey University*, localizada na Nova Zelândia. Os autores verificaram a falta de consistência, devido a um conjunto de circunstâncias particulares, entre as mudanças exigidas pelo *Institute of Chartered Accountants of New Zealand* (ICANZ) e as tentativas feitas pela instituição educacional para atender a esses requisitos. Devido à leitura equivocada das realidades “políticas” e “de mercado” pela universidade, resultou em um “falso começo” e subsequente “novo começo”. O custo para a universidade não pode ser estimado, mas pode ter sido considerável, reforçando o debate sobre alterações curriculares no país.

Palm e Bisman (2010) analisaram as disciplinas introdutórias nos cursos de contabilidade na Austrália e verificaram que as abordagens tradicionais continuam a dominar, com poucas inovações para aumentar a diversidade e a qualidade das experiências de aprendizagem e resultados de aprendizagem.

Mathews (2004) pesquisou sobre a teoria de contabilidade e percebeu que este conteúdo não tem padrão nas instituições e em muitas instituições não há nem a disciplina. “No entanto, há variação suficiente para sugerir que outros fatores também podem estar em ação. Por exemplo, embora a Teoria da Contabilidade seja um componente obrigatório, uma proporção significativa dos programas, não tem uma disciplina de Teoria da Contabilidade per se, preferindo localizar o material conceitual como parte de uma disciplina de contabilidade financeira (ou similar). Outro exemplo de falta de uniformidade, seria a ausência da Contabilidade Gerencial no terceiro ano”.

Rackliffe e Ragland (2016) comentam sobre as habilidades sobre o Microsoft Excel nos graduandos. Descobriram que muitos professores se utilizam o Excel em suas aulas de

¹¹ A *Information Literacy* ou competência em informação, “[...] surgiu na literatura em 1974 e basicamente pode ser definida como o domínio sobre o universo informacional, incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento” (DUDZIAK, 2002).

contabilidade e entendem a importância do Excel. Por outro lado, os alunos não são totalmente proficientes em Excel baseada na percepção dos docentes.

Dellaportas et al. (2014) abordaram a ética em contabilidade e fraudes. Evidenciam exemplos sobre fraudes contábeis como a Enron e WorldCom e medidas para combatê-las, como a lei Sabanes-Oxley (SOX) nos EUA, revelaram o aumento de intervenções éticas no currículo de contabilidade. Na pesquisa perceberam que há falta de pessoal qualificado e de oportunidades de pesquisa representam grandes obstáculos para o aprimoramento da educação ética do contador.

Carmona (2013) abordou a reforma curricular na área de contabilidade e sobre a abordagem individual do aluno, em função do desenvolvimento do pensamento crítico, e teve como ponto de partida o estudo de Chabrak e Craig de 2013 intitulado *Student imaginings, cognitive dissonance and critical thinking. Critical Perspectives on Accounting*. Sugere, aos professores de contabilidade, quatro ações que podem desenvolver em suas tentativas de inculcar o pensamento crítico em seus alunos: adotar uma abordagem abrangente para o pensamento “crítico” em vez de criar cursos autônomos; problematizar os objetivos do aluno para alcançar o sucesso em suas vidas profissionais; enquadrar as discussões ao longo do triângulo da fraude, baseado em incentivos, oportunidades e racionalização; e, por fim, discutir o efeito interativo do conhecimento técnico e das habilidades e valores gerenciais. Willits (2010) também aborda o pensamento crítico em sua pesquisa, e analisou a utilização de *Liberal Arts*¹² nos currículos de contabilidade, com o intuito para pensar criticamente e se comunicar de forma mais eficaz e com isso formar profissionais contábeis mais preparados para a profissão se a educação liberal realmente fosse aplicada.

Gammie, Gammie e Cargill (2002) discorrem sobre as habilidades que os alunos deverão desenvolver para aumentar suas perspectivas de emprego. E com o projeto desenvolvido chegaram ao modelo denominado Business Enterprise Skills.

Villiers (2019) discorreu sobre o desenvolvimento de habilidades técnicas e sociais como, habilidades de comunicação e habilidades de apresentação e outras habilidades interpessoais. Aborda as mudanças rápidas no mundo dos negócios e das suas regulamentações, como não sendo suficientes para que as escolas de negócios sejam as guardiãs e fontes das regras, mas apenas produzindo técnicos qualificados com um conhecimento profundo das

¹² As *Liberal Arts* ou artes liberais em tradução livre, “[...] são aquelas disciplinas ou habilidades que, na antiguidade clássica, eram consideradas essenciais para que uma pessoa livre conhecesse para participar ativamente da vida cívica, algo que incluía participação no debate público, defendendo-se no tribunal, servindo em júris e o mais importante, o serviço militar” (EDUCALINGO, 2021).

regras e procedimentos financeiros relatório, impostos e auditoria. Esses pressupostos, defende o autor, não se aplica mais na formação dos profissionais do futuro. Reforça que os alunos precisam desenvolver, não apenas habilidades interpessoais sólidas, mas, habilidades para administrar a si próprios e suas carreiras, e precisam estar preparados para uma carreira vitalícia, da qual a aprendizagem ao longo da vida faz parte.

Sherman (1987) analisou a internacionalização dos programas de contabilidade em instituições de ensino nos EUA e analisou, se o currículo seria o melhor meio de ajuste aos cursos vigentes ou se, a criação de um novo curso internacional, seria o melhor caminho. Assim, conclui que na fase inicial, as restrições de tempo causadas pela abundância de informações a serem apresentadas e o relativo desconhecimento dos alunos com os conceitos básicos de contabilidade, seriam impecílios para esse aprofundamento. Contudo, a integração da dimensão mundial nos cursos existentes não pode fornecer a profundidade de investigação, discussão e análise, o que corroboraria para a criação de um curso em separado.

Daly et al. (2015) investigou habilidades interculturais entre estudantes na Austrália através da construção de grupos culturais mistos. Os resultados mostraram que, os alunos participantes nas unidades de intervenção relataram níveis mais elevados de aprendizagem cultural, do que aqueles nas unidades de controle correspondentes. Essa abordagem pode ajudar os educadores contábeis a atender às demandas, feitas por empresas e organizações profissionais para graduados em contabilidade, e estes poderão estar mais preparados, sendo capazes de prosperar no mercado de trabalho contábil globalizado.

Ainsworth (2001) permite uma reflexão interessante sobre o ensino:

O ensino transforma e amplia o conhecimento e, portanto, a revisão curricular, o desenvolvimento pedagógico e a avaliação do curso são formas de bolsa de estudos. No entanto, se o ensino deve ser considerado igual à pesquisa, ele deve ser vigorosamente avaliado pelos alunos, pelos colegas e por meio de auto-reflexão. Parte desse processo de avaliação é a disseminação – como profissão, devemos continuar a discutir ensino, pedagogia e revisão curricular. Como educadores, devemos continuar a desenvolver novos programas, abordagens e pedagogias e avaliar seu sucesso ou fracasso em relação aos objetivos de aprendizagem estabelecidos por nossas instituições. Talvez, como educadores, passemos muito tempo tentando “provar” o que ensinamos, em vez de nos esforçarmos para “melhorar” o que e como ensinamos” (AINSWORTH, 2001, p. 294).

O levantamento bibliográfico prévio realizado via sistema, permitiu determinar os principais autores internacionais sobre o tema currículo em contabilidade, assim, a literatura oriunda deste levantamento permitiu verificar as tendências e os temas pesquisados em outras nações.

CAPÍTULO 3 – EXAMES NACIONAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Neste capítulo serão apresentados dois exames de cunho avaliativo na área de contabilidade. O primeiro será o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), na sequência será abordado o exame de Suficiência Contábil sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), tem como objetivo avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação no Brasil, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, é obrigatório aos concluintes e é avaliado o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial (INEP, 2020).

Havia a necessidade de se avaliar a educação no país para se decidir sobre investimentos e tendências à época. Neste contexto pode-se verificar a influência do Consenso de Washington, que incentiva os países a promoverem Reforma fiscal, Abertura comercial, Política de Privatizações e Redução fiscal do Estado. Caso os países se recusassem a cumprir essas normas, poderia haver consequências, pois estas nações encontrariam dificuldade de receber investimentos externos e ajuda internacional do FMI, por exemplo (SANTOS, 2002).

O exame passou a ser realizado com os alunos das Instituições de Ensino Superior no ano de 2004, entretanto, não abrangeu a área de Ciências Contábeis, visto que, houve separação entre grupos de avaliação.

O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que juntos com a avaliação de cursos de graduação e da avaliação institucional, formam a base de avaliação da graduação no Brasil. Os ciclos das avaliações giram em intervalos de três anos e são divididos em três grupos, denominados Ano I, Ano II e Ano III. Os cursos de Ciências Contábeis se enquadram no grupo Ano III e o último exame realizado foi no ano de 2018 e o próximo será em 2021 (INEP, 2020a).

Como marcos determinantes do ENADE tem-se: em 1993 começa a avaliação do Ensino Superior, por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub); em 1996 há a Implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC), antigo Provão, que contemplava as novas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/1996 da LDB; em 2001 é editado o Plano Nacional de Educação; em 2003 foi criada a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA) que propõe uma nova metodologia para a aferir o aprendizado nas graduações, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); em 2004 o Inep implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e aplica o ENADE pela primeira vez; em 2006 a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) é formada para observar os processos periódicos de avaliação do Ensino Superior, e também julgar recursos interpostos por instituições de Ensino Superior; em 2007 o Conceito ENADE, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) são os insumos fundamentais dos indicadores, que medem a qualidade dos cursos e das instituições do Ensino Superior; em 2017 o Enade passa a ser realizado de forma censitária; e por fim, em 2018 o ENADE tem mais de meio milhão de inscritos (INEP, 2020b).

Conforme apresentado, as definições de cada tipo de avaliação são assim definidas:

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes no Enade. Seu cálculo e divulgação ocorrem anualmente para os cursos com pelo menos dois estudantes concluintes participantes do Exame.

A partir da edição de 2015, o cálculo do Conceito Enade passou a ser realizado por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela IES no Sistema Enade.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Os cursos que não tiveram pelo menos dois estudantes concluintes participantes não têm seu CPC calculado, ficando Sem Conceito (SC).

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado. Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- possuir no mínimo dois estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os três anos anteriores;
- atingir 20% do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Esse indicador é calculado desde 2007, como componente do CPC. Em 2016, passou a ser divulgado separadamente, vinculado ao mesmo código de curso em que os estudantes concluintes foram inscritos no Enade.

O CPC, assim como o Conceito Enade, também passou a ser calculado, a partir da edição de 2015, por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela IES no Sistema Enade. O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

- média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
- média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;
- distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade INEP, 2020c).

O Conceito ENADE Faixa é assim denominado, pois considera a aproximação do valor calculado do conceito ENADE, por exemplo, para a faixa 1: $0 \leq NCc < 0,945$; Faixa 2: $0,945 \leq NCc < 1,945$; Faixa 3: $1,945 \leq NCc < 2,945$; Faixa 4: $2,945 \leq NCc < 3,945$ e Faixa 5: $3,945 \leq NCc \leq 5$. Onde a Abreviação NCc significa Nota dos Concluintes no Enade do curso de graduação c, que é calculada através da fórmula $NCc = 0,25 \times NP_{FGc} + 0,75 \times NP_{Cec}$, onde NP_{FGc} é a nota padronizada em Formação Geral (FG) do curso de graduação c; e NP_{Cec} é a nota padronizada em Componente Específico (CE) do curso de graduação. (INEP, 2020c).

Cabe ressaltar que o ENADE não tem como objetivo verificar a internacionalização dos cursos em seu escopo, apenas foi utilizado como meio de seleção dos respectivos cursos em contraponto ao Componente Específico de Contabilidade nele inserido.

Assim, considerando o resultado disponibilizado pelo INEP para a área de Ciências Contábeis em 2018, no Conceito ENADE (Faixa) são apresentadas as análises através dos Quadros 9 ao 13.

Quadro 9 – Total de Cursos Oferecidos por Região e Conceito ENADE – Faixa

IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral
	1	2	3	4	5	SC	
Centro-oeste	14	49	42	14	3	3	125
Nordeste	12	86	74	17	6	6	201
Norte	6	38	27	6			77
Sudeste	14	119	209	81	28	11	462
Sul	4	56	126	42	5	3	236
Total Geral	50	348	478	160	42	23	1101

Fonte: INEP, 2019.

Do total dos 1.101 cursos vale ressaltar que 766 IES (com 954 cursos) são classificadas como de Direito Privado (representando 86,67% do total dos 1.101 cursos) e 88 IES (com 145 cursos) são classificadas como de Direito Público (13,17% do total dos 1.101 cursos), e 2 IES são Fundações Públicas de Direito Privado, com dois cursos (0,18% do total dos 1.101 cursos). Devido à materialidade, esses 2 cursos das Fundações foram incluídos nas IES de Direito Privado, totalizando assim 956 cursos e 768 IES. A maioria das IES são instituições de Direito Privado, aferindo-se uma relação de quase 9 (8,7) para cada IES de direito público, ou seja, para cada IES de direito público.

No Quadro 9 é possível verificar que do total dos 1.101 cursos a maioria dos cursos possui conceito 3 (478 cursos ou 43,42% do total dos 1.101) e o conceito 2 também possui quantidade relevante de cursos, 348 ou 31,61% do total de 1.101 cursos. Verifica-se também a concentração de IES na região sudeste, o que pode estar relacionado com o desenvolvimento social e econômico desta região, e em contraponto, o menor número de IES está na região norte, provavelmente pelos mesmos motivos. Esta análise é bastante semelhante à análise das IES de Direito Privado, a qual ser verificada no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Cursos Oferecidos por IES de Direito Privado por Região e Conceito ENADE – Faixa

IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral
	1	2	3	4	5	SC	
Centro-oeste	11	46	31	10	1	3	102
Nordeste	10	73	56	10	2	5	156
Norte	5	33	20	3			61
Sudeste	13	114	202	68	23	11	431
Sul	4	54	113	31	1	3	206
Total Geral	43	320	422	122	27	22	956

Fonte: INEP, 2019.

Já em relação às IES de Direito Privado, apresentadas no Quadro 10, percebe-se que a maioria dos cursos também possui conceito 3 (422 cursos ou 44,14% do total de 956), entretanto, o número de cursos com conceito 2 também é significativo (320 cursos ou 33,47% do total de 956).

Pode-se perceber analisando os Quadros 11 e 12 que, enquanto nas IES de Direito Público há tendência do conceito 3 para o 4, nas IES de direito privado há tendência do conceito 3 para o 2.

Quadro 11 – Cursos Oferecidos por IES de Direito Público por Região e Conceito

ENADE – Faixa

IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral
	1	2	3	4	5	SC	
Centro-oeste	3	3	11	4	2		23
Nordeste	2	13	18	7	4	1	45
Norte	1	5	7	3			16
Sudeste	1	5	7	13	5		31
Sul		2	13	11	4		30
Total Geral	7	28	56	38	15	1	145

Fonte: INEP, 2019.

Como pode ser verificado no Quadro 11, dos 145 cursos a maioria encontra-se na região Nordeste. A maioria dos cursos possuem conceito 3 (56 cursos ou 38,62% do total de 145), e o conceito 4 abrange 38 cursos ou 26,21% do total dos 145. A região Norte não possui nenhum curso com conceito 5 e em contraponto, a região Sul não possui nenhum curso com conceito 1.

**Quadro 12 – Total de cursos por Região, Unidade Federativa e Conceito ENADE –
Faixa**

IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral
	1	2	3	4	5	SC	
Centro-oeste	14	49	42	14	3	3	125
DF	3	8	8	6	3		28
GO	7	16	16	4		1	44
MS	3	7	8	2		2	22
MT	1	18	10	2			31
Nordeste	12	86	74	17	6	6	201
AL	3	6	1	1			11
BA	4	22	21	2	2	2	53
CE		6	13	5	1	1	26
MA	1	7	6	1	1	1	17
PB		8	4	1		1	14
PE	2	19	10	3		1	35
PI		7	8	1	1		17
RN	2	8	5	3	1		19
SE		3	6				9
Norte	6	38	27	6			77
AC		2	2				4
AM	1	6	5	1			13
AP		2	2				4
PA	2	11	10	2			25
RO	2	6	6	3			17
RR	1	2	1				4
TO		9	1				10
Sudeste	14	119	209	81	28	11	462
ES	1	6	9	6	6		28
MG	2	30	61	19	9	2	123
RJ		19	31	15	4		69
SP	11	64	108	41	9	9	242
Sul	4	56	126	42	5	3	236
PR	1	27	44	17	3	1	93
RS	3	17	43	13	2	1	79
SC		12	39	12		1	64
Total Geral	50	348	478	160	42	23	1101

Fonte: INEP, 2019.

Quadro 13 – Cursos Oferecidos por IES de Direito Privado e Público por Região, Unidade Federativa e Conceito ENADE – Faixa

IES de Direito Privado								IES de Direito Público							
IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral	IES por Região	Conceito ENADE (Faixa)						Total Geral
	1	2	3	4	5	SC			1	2	3	4	5	SC	
Centro-oeste	11	46	31	10	1	3	102	Centro-oeste	3	3	11	4	2		23
DF	3	8	8	6	1		26	DF					2		2
GO	4	15	12	2		1	34	GO	3	1	4	2			10
MS	3	7	4	1		2	17	MS			4	1			5
MT	1	16	7	1			25	MT		2	3	1			6
Nordeste	10	73	56	10	2	5	156	Nordeste	2	13	18	7	4	1	45
AL	2	4	1				7	AL	1	2		1			4
BA	4	18	16	2		2	42	BA		4	5		2		11
CE		6	11	3	1	1	22	CE			2	2			4
MA	1	7	5		1	1	15	MA			1	1			2
PB		5	3			1	9	PB		3	1	1			5
PE	2	16	9	3			30	PE		3	1			1	5
PI		7	5				12	PI			3	1	1		5
RN	1	7	2	2			12	RN	1	1	3	1	1		7
SE		3	4				7	SE			2				2
Norte	5	33	20	3			61	Norte	1	5	7	3			16
AC		2	2				4	AM			1	1			2
AM	1	6	4				11	PA			3	1			4
AP		2	2				4	RO			2	1			3
PA	2	11	7	1			21	RR	1		1				2
RO	2	6	4	2			14	TO		5					5
RR		2					2	Sudeste	1	5	7	13	5		31
TO		4	1				5	ES				2			2
Sudeste	13	114	202	68	23	11	431	MG		2	5	3	4		14
ES	1	6	9	4	6		26	RJ				7			7
MG	2	28	56	16	5	2	109	SP	1	3	2	1	1		8
RJ		19	31	8	4		62	Sul		2	13	11	4		30
SP	10	61	106	40	8	9	234	PR		2	9	8	2		21
Sul	4	54	113	31	1	3	206	RS			1	1	2		4
PR	1	25	35	9	1	1	72	SC			3	2			5
RS	3	17	42	12		1	75	Total Geral	7	28	56	38	15	1	145
SC		12	36	10		1	59								
Total Geral	43	320	422	122	27	22	956								

Fonte: INEP, 2019.

Pode-se perceber no Quadro 13 que, Acre e Amapá não possuem IES de Direito Público que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis. Verifica-se também que todas as IES de Direito Público no Distrito Federal possuem Conceito Máximo, já Rio de Janeiro e no Espírito Santo possuem Conceito 4 e no Tocantins possuem conceito 2. Em relação às IES de Direito Privado verifica-se que na Região Centro-Oeste, Nordeste e Norte a maioria das IES foi

avaliada com o conceito 2 e que, a Região Sudeste possui a maioria das IES, sendo São Paulo a Unidade federativa com mais cursos (234), ao contrário das IES de Direito Público, onde, na região Sudeste, Minas Gerais possui mais cursos que São Paulo (14 cursos contra 8) e que a Unidade Federativa do Paraná é a maior possuidora de cursos oferecidos por IES de Direito Público, com 21 cursos.

Considerando a quantidade de cursos oferecidos por uma mesma Instituição de Ensino Superior e que foram avaliados no ENADE em 2018, usando como base o código da instituição, também há o predomínio das instituições de Direito Privado. O Quadro 14 apresenta as IES com cinco ou mais cursos sob o mesmo código de instituição junto ao MEC.

Quadro 14 – IES por Quantidade de Cursos de Graduação em Ciências Contábeis

CÓDIGO DA IES	IES	SIGLA	FORMA JURÍDICA	UF	TOTAL
322	Universidade Paulista	UNIP	Privada	SP	22
163	Universidade Estácio De Sá	UNESA	Privada	RJ	12
1153	Universidade Cândido Mendes	UCAM	Privada	RJ	8
13	Universidade De Caxias Do Sul	UCS	Privada	RS	7
20	Universidade De Passo Fundo	UPF	Privada	RS	6
316	Universidade Nove De Julho	UNINOVE	Privada	SP	6
40	Universidade Do Estado Da Bahia	UNEB	Pública	BA	6
423	Univ. Reg. Int. Do Alto Uruguai E Das Missões	URI	Privada	RS	6
437	Universidade Paranaense	UNIPAR	Privada	PR	6
82	Universidade Do Oeste De Santa Catarina	UNOESC	Privada	SC	6
338	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais	PUC MINAS	Privada	MG	5
376	Centro Universitário Anhanguera De São Paulo		Privada	SP	5
441	Universidade Do Contestado	UNC	Privada	SC	5
47	Universidade Estadual De Goiás	UEG	Pública	GO	5
494	Universidade Do Sul De Santa Catarina	UNISUL	Privada	SC	5
823	Universidade Do Ceuma	UNICEUMA	Privada	MA	5
			TOTAL		115

Fonte: INEP, 2020.

Pode-se perceber o domínio da UNIP e da UNESA com 22 e 12 cursos respectivamente. Há apenas duas instituições de Direito Público, UNEB e UEG, entre as IES que mais oferecem cursos sob o mesmo código da IES junto ao MEC.

Até aqui foram apresentadas informações sobre o ENADE e a seguir, será apresentado o Exame de Suficiência Contábil (ESC) sob a responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.2 Exame de Suficiência Contábil

O Exame de Suficiência Contábil (ESC) sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é exigido a todos os pretendentes a atuar na profissão contábil desde 2011. Exige-se o curso de graduação em Ciências Contábeis, uma vez que, desde 2015, não é mais permitida emissão de novos certificados para a atuação como técnico em contabilidade.

Importante verificar que, além do exame de suficiência contábil, com o progresso da convergência das IFRS no Brasil, houve a necessidade da formação de profissionais capacitados para atuar no mercado, fazendo com que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovasse a regulamentação NBC PG 12 (CFC, 2017b) de Educação Profissional Continuada (EPC) para os contadores. Com o surgimento de novas obrigações acessórias, como o e-social¹³, na área tributária e na vertente da ética do profissional, pois este deve relatar ao Conselho de Controle de Administração Financeiro (COAF) possíveis irregularidades ou atividades suspeitas, como por exemplo, lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.

A educação continuada não parte do pressuposto de uma graduação deficitária, mas da necessidade de aperfeiçoamento constante do profissional de contabilidade. A indispensabilidade de profissionais qualificados não é apenas uma exigibilidade do CFC, mas uma necessidade de mercado que depende de informações para a tomada de decisão.

Conforme Koliver (1997), mesmo o profissional que se formou numa ótima instituição de ensino e que teve um excelente aproveitamento, não ficará com o conhecimento no patamar já alcançado, se não se esforçar. Niveiros, Nascimento e Arenhardt (2009) esclarecem que o ESC é um processo de qualificação para atender as demandas do mercado e as necessidades que o profissional sente no decorrer dos procedimentos de trabalho. Os profissionais que estão obrigados a cumprir a NBC PG 12 deverão cumprir no ano 40 pontos de atividades de aquisição de conhecimento, docência, atuações como participante em eventos e/ou produção intelectual, através de agentes credenciados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Moraes, Martins e Alberton (2017) apresentam que o ESC é a maneira pela qual, os profissionais podem atualizar e aprimorar os conhecimentos necessários para o exercício profissional.

Dentre as opções para compor a pontuação necessária de atividades, encontram-se: cursos, treinamentos e reuniões técnicas; seminários, conferências, fóruns, debates, congressos

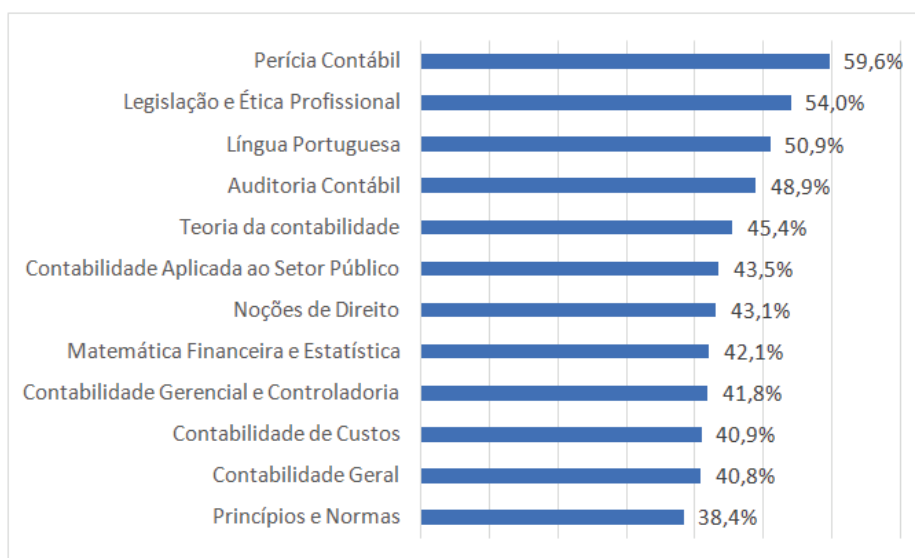
¹³ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi instituído pelo Decreto nº 8373/2014, e através deste sistema, os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS (BRASIL, 2014).

e entre outros; e cursos de Pós-Graduação e extensão. Além da EPC do profissional contábil, existe a mesma necessidade na formação do docente, que contemple conhecimentos pedagógicos e didáticos.

O ESC é composto por 50 questões específicas de conteúdo técnico e também exige conhecimentos de Língua Portuguesa. A Tabela 1 – Exame de Suficiência – Brasil (2011-2020) na introdução (página 22) desta pesquisa apresenta os resultados de 2011 a 2020 data do último exame aplicado, uma vez que em 2020 o exame do primeiro semestre foi adiado em função da pandemia da Covid-19 e aplicado à distância no dia 16 de agosto de 2020.

Vale destacar que o ESC aborda informações que versam sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e muitos autores da literatura contábil, baseiam suas obras nos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Figura 6 – Acertos por Área de Conhecimento no ESC – Acumulado 2011 a 2017



Fonte: Bugarim et al. (2018).

Pode-se perceber na Figura 6 que a área de conhecimento que possui o menor percentual de acerto acumulado (38,4%), é justamente sobre o conteúdo de Princípios e Normas.

Cabe ressaltar que o ESC não tem como objetivo verificar qualquer informação sobre internacionalização ou conhecimentos contábeis em outros países, ele apenas apresenta um retrato momentâneo do desempenho dos candidatos a contadores no Brasil em relação às teorias, normas e práticas adotadas.

O intuito dessa seção era fazer uma breve apresentação sobre o ESC para que este possa ser contextualizado ao longo da pesquisa. Na próxima seção serão abordados os procedimentos e métodos da pesquisa, assim como os resultados e discussões da pesquisa.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSÕES

Além da revisão de literatura, pretendeu-se analisar a matriz curricular de todas as 19 Instituições de Ensino Superior (IES) de Direito Público (21 cursos) que oferecem o curso de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil, que estão em atividade no ano de 2020 e que foram avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em 2018, último exame da área, com conceito 1 ou 5. Para que a pesquisa pudesse alcançar o objetivo proposto, foram verificadas as matrizes curriculares disponibilizadas pelas instituições de forma eletrônica. As informações das IES foram verificadas, por meio da ferramenta eletrônica governamental “e-mec¹⁴” de acesso livre.

Em relação à revisão de literatura, a pesquisa utilizou-se da revisão da literatura sobre o desenvolvimento da Contabilidade, além dos temas: Normas Internacionais de Contabilidade; Currículo Mundial; Educação/Ensino Superior no Brasil; Educação/Ensino Superior em Ciências Contábeis; Exames Nacionais na Área de Ciências Contábeis; Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

As bases científicas consultadas abrangeram o Portal de Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scopus (Elsevier).

De posse das informações, as matrizes foram analisadas e comparadas com a proposta do currículo mundial da ONU/UNCTAD/ISAR com o intuito de verificar se as matrizes curriculares das IES brasileiras estão alinhadas com a proposta da ONU/UNCTAD/ISAR e se há relação com o desempenho no ENADE e no Exame de Suficiência Contábil (CFC). A relação aos exames se dá entre si, ou seja, procurou-se identificar se um bom desempenho em um exame representaria um bom desempenho no outro exame e vice-versa.

Os conteúdos das respectivas matrizes foram analisados qualitativamente, manualmente, através da leitura dos conteúdos por parte do autor, em relação à descrição e ao conteúdo e agrupadas nos módulos correspondentes do CMC mediante semelhança e conteúdo das disciplinas.

Os conteúdos das matrizes curriculares foram analisados em conjunto com os respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), e a síntese das informações foram

¹⁴ O acesso à ferramenta e-mec pode ser verificado no endereço eletrônico <https://emec.mec.gov.br/>.

apresentadas em quadros descritivos com o objetivo de evidenciar as disciplinas elencadas nas respectivas matrizes.

Além das análises específicas das matrizes curriculares, também foi observada a qualidade da informação, ou seja, se foi possível ter acesso aos conteúdos das IES, se as informações são claras e se, estas permitem análises.

4.1 Procedimentos para o levantamento de dados

A revisão de literatura foi realizada e descrita na seção 2 tendo como base estudos em Língua Portuguesa, Espanhola e Inglesa. Os estudos resultantes deste levantamento foram analisados em função dos seus resultados, metodologia, contribuições e sugestões.

Os dados referentes às matrizes curriculares e aos projetos pedagógicos de curso (PPC) foram coletados, por meio dos sítios eletrônicos de todos os cursos de Ciências Contábeis avaliados do ENADE em 2018, e que estavam em atividade na data da verificação na plataforma eletrônica “e-mec” em março de 2020, em suas respectivas instituições, tendo sido localizadas, informações de 19 Instituições de Ensino Superior de Direito Público.

4.2 Procedimentos para a análise dos dados

A análise dos dados foi feita, por meio da vertente qualitativa. A análise qualitativa abrange a qualidade da informação conseguida (facilidade de acesso à informação, informações contidas na matriz curricular ou PPC, descrições detalhadas dos objetivos das matrizes, e etc.) e da similaridade entre as matrizes curriculares das IES de Direito Público e do Currículo Mundial.

As informações contidas nas Matrizes Curriculares dos cursos foram tabuladas em planilhas eletrônicas e agrupadas conforme a similaridade do conteúdo dos módulos do CMC. Apenas as disciplinas obrigatórias fazem parte dessa análise. As disciplinas eletivas compõem outra base, com informações auxiliares.

As disciplinas obrigatórias foram o escopo da análise, sendo assim, após a definição das mesmas em suas respectivas matrizes curriculares ou PPCs, as disciplinas foram inseridas no respectivo grupo do CMC conforme descrição e conteúdo, e tabulado em planilhas eletrônicas. Os resultados desses agrupamentos podem ser verificados com maior detalhamento no Apêndice H.

Após a análise comparativa foi verificado se houve relação, ou não, com o desempenho dos respectivos cursos em relação ao ENADE e ao ESC.

4.3 Análise dos Resultados e Discussões

Nesta subseção serão apresentadas as análises e resultados da pesquisa. Iniciar-se-á pela apresentação dos cursos de Ciências Contábeis analisados, além de se fazer um breve histórico das IES analisadas. Os cursos foram analisados, num primeiro momento, de forma individualizada com o intuito de se verificar as informações referentes aos objetivos e ações de internacionalização. A seguir foram analisadas as respectivas matrizes curriculares com o intuito de se detectar disciplinas voltadas para o ambiente exterior, principalmente pra se detectar a existência da disciplina Contabilidade internacional nas suas matrizes curriculares.

Após a apresentação dessas análises, são informados os desempenhos nos últimos exames da área, o ENADE e ESC. Realizou-se também, a análise da disponibilidade das informações sobre o curso, principalmente sobre as Matrizes Curriculares e o PPC, nos respectivos endereços eletrônicos das instituições.

Por fim, foram analisadas as disciplinas dos cursos em relação aos módulos propostos pelo CMC, para que se possa verificar similaridades e diferenças e ao final da seção é feita a síntese dos resultados e análises.

Ressalta-se que todos os cursos e as IES foram verificadas na plataforma eletrônica governamental “E-mec” e o resultado dessa consulta revelou que, todos os cursos analisados estavam com a informação “Em Atividade” referente à Situação de Funcionamento e todas as IES encontravam-se na situação “Ativa”.

Assim, para que as matrizes curriculares pudessem ser analisadas, realizou-se a seleção de 19 IES Públicas Brasileiras, que totalizaram 21 cursos de graduação em Ciências Contábeis. Foram selecionadas as IES Públicas Brasileiras em função das avaliações mais altas e mais baixas no Conceito ENADE Faixa, realizado em 2018, que vai de 1 (pior) a 5 (melhor). Logo foram selecionadas 7 IES Brasileiras Públicas com Avaliação 1 no Conceito ENADE Faixa, totalizando 7 cursos e, 12 IES Brasileiras Públicas com Avaliação 5 no Conceito ENADE Faixa, totalizando 15 cursos. Apenas os cursos inscritos na modalidade Presencial foram analisados.

A seguir, no Quadro 15, são apresentadas as IES e as suas respectivas informações, começando pelas avaliações mais altas no Conceito ENADE Faixa; serão apresentados também o desempenho das IES no ESC entre os anos de 2017 e 2020.

Quadro 15 – Relação de IES Analisadas

Código IES	IES	Sigla	Região Geográfica	Conceito ENADE
4396	Centro Universitário De Mineiros	UNIFIMES	Centro-oeste	1
843	Faculdade De Ciências E Tecnologia De Birigui	FATEB	Sudeste	1
824	Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas De Goiatuba	FAFICH	Centro-oeste	1
71	Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	UERN	Nordeste	1
5242	Universidade Estadual De Alagoas – Uneal	UNEAL	Nordeste	1
47	Universidade Estadual De Goiás	UEG	Centro-oeste	1
5077	Universidade Estadual De Roraima	UERR	Norte	1
2	Universidade De Brasília	UNB	Centro-oeste	5
57	Universidade Estadual De Maringá	UEM	Sul	5
578	Universidade Federal Da Bahia	UFBA	Nordeste	5
578	Universidade Federal De Juiz De Fora	UFJF	Sudeste	5
576	Universidade Federal De Minas Gerais	UFMG	Sudeste	5
576	Universidade Federal De Santa Maria	UFSM	Sul	5
575	Universidade Federal De São Paulo	UNIFESP	Sudeste	5
582	Universidade Federal De Viçosa	UFV	Sudeste	5
591	Universidade Federal Do Piauí	UFPI	Nordeste	5
8	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	UFRGS	Sul	5
5	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido	UFERSA	Nordeste	5
581	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	UTFPR	Sul	5

Fonte: INEP, 2020. Elaborado pelo autor.

Uma vez apresentado o escopo desta seção, a primeira IES a ser analisada será a Universidade de Brasília (UNB), que oferece o curso de Ciências Contábeis em dois turnos: Diurno e Noturno, sendo o diurno ofertado desde 1977 com algumas interrupções entre os anos de 1994 e 1995 e o noturno desde o primeiro semestre de 1994. Em relação aos semestres, o curso diurno possui nove semestres e o noturno onze, entretanto há, em média, o término por parte dos discentes em nove semestres, e ainda há a possibilidade dos discentes cursarem disciplinas através dos denominados “cursos de verão” da instituição. Sobre os professores, o quadro docente atende aos dois cursos (UNB, 2021).

A UNB, inaugurada em 21 de abril de 1962, é constituída por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisa especializados, além do Hospital Universitário, da Biblioteca Central, do Hospital Veterinário e da Fazenda Água Limpa através de órgãos complementares. A UNB oferece também educação à distância pelo Brasil e o núcleo UNB Cerrado na Chapada dos Veadeiros, interior de Goiás. A missão da UNB versa sobre “Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social”. Já a visão de futuro da instituição elenca “Estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida **internacionalmente**, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão”. (UNB, 2016, p. 10, grifo do autor).

Atualmente o curso de ciências contábeis está inserido na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) que foi instituída em 2003, porém a sua origem está na antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados (FA) composta, em sua fase inicial, pelos departamentos de Administração (ADM), Ciência da Informação e Documentação (CID) que permaneceu nesta estrutura até o ano de 2010, Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) e Economia (ECO). Outro ponto relevante foi a instituição do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas (GPP), em 2009, ofertado no formato de consórcio entre os departamentos de Administração e Economia com o Instituto de Ciência Política (IPOL) da UnB, sendo que em 2015, o GPP foi elevado a condição de departamento (UNB, 2016).

O curso de graduação em Ciências Contábeis (bacharelado) foi autorizado a funcionar em 20 de janeiro de 1976, mesmo ano que ocorreu o seu primeiro vestibular e a primeira turma no ano de 1977. Durante essa fase inicial o curso pertencia à estrutura orgânica do Departamento de Administração e as turmas iniciais foram compostas de quinze alunos, com ingresso semestralmente, e o quadro docente era composto por cinco professores, devido a um currículo com poucas disciplinas específicas, se comparado com o curso de Administração, por exemplo (UNB, 2016).

Com o passar do tempo, o curso de graduação em Ciências Contábeis da UNB passou por várias reformulações curriculares, sendo as principais as ocorridas em 1988 e em 1994. Essas reformulações acadêmicas introduzidas em 1988, e mantidas em 1994, proporcionaram ingressos de conhecimentos necessários à formação de um profissional eclético e também voltado para a gestão de sistemas de informação, evidenciando a proximidade entre o gestor de uma organização e o responsável pela estrutura do sistema de informação da mesma. “Desde então, o curso passou a oferecer as disciplinas de Modelos de Ajustamentos Contábeis, Análise de Liquidez, Teoria Contábil, Auditoria de Sistemas Computadorizados, Contabilidade de Companhias Abertas, dentre outras” (UNB, 2016, p. 12).

Com a mudança da estrutura curricular houve também o aumento no número de vagas ofertadas e dos docentes vinculados ao curso e isso culminou com a criação, no dia 13 de março de 1991, do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA). A partir do dia 13 de março de 1992, o curso de graduação em Ciências Contábeis passou a ser vinculado a este departamento (UNB, 2016).

Em 1992, essa nova unidade administrativa conseguiu formar a primeira turma seguindo um currículo implementado em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 3/92. Esta resolução alterava o currículo mínimo do

curso de Ciências Contábeis nas instituições de ensino superior no País, com a incorporação de diversos conteúdos. É importante notar que a estrutura curricular da Universidade de Brasília foi utilizada como um dos parâmetros nos estudos de alteração do currículo mínimo. Tanto é assim que o departamento necessitou apenas de fazer pequenas alterações no seu currículo para adequá-lo às novas normas (UNB, 2016, p. 12-13).

Foi no ano de 1994 que o CCA passou a oferecer o curso noturno, dobrando assim o número de vagas ofertadas, e com a consolidação do curso, o CCA dedicou-se a implantação do curso de pós-graduação na modalidade *lato sensu*. Assim, o primeiro curso de especialização em Ciências Contábeis foi lançado em 1996 em parceria com o então Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, e desde então os cursos de especialização oferecidos visam atender às demandas de mercado e também há a atenção para ofertar cursos para órgão públicos na modalidade *in company*¹⁵(UNB, 2016).

No ano 2000 foi criada a Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis que culminou com a oferta do primeiro Curso de Mestrado Multiinstitucional em Contabilidade (Multi) no Brasil em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com o desenvolvimento da parceria, em 2007, o Programa Multiinstitucional, passou a ofertar o Curso de Doutorado em Ciências Contábeis, que recebeu alunos até o ano de 2015 e encerrou as suas atividades em 2018. Neste intervalo de tempo houve a criação, a partir do ano de 2016, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT), independente, ofertando a partir de então, cursos de Mestrado e de Doutorado na modalidade *stricto sensu*, e atualmente os referidos cursos oferecem 15 vagas para doutorado e 26 vagas para o mestrado, incluindo a seleção regular de alunos estrangeiros para ingressarem no programa, a liberação de docentes para a realização de pós-doutorado no exterior, a contratação de professores estrangeiros (visitantes) e da participação em congressos e eventos internacionais. Há também a integração com os alunos dos cursos de graduação através de atividades de pesquisa, ensino e extensão com os professores dos dois colegiados (UNB, 2016).

Voltando ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, atualmente são autorizadas 260 vagas para ingresso anual, havendo, em média, 1.200 alunos por ano matriculados nos dois turnos. “O curso tem atualmente estabelecido como requisito mínimo um total de 3.000 horas/aulas, tendo como referência de tempo máximo para concluir o curso em 12 semestres (Curso Diurno) e de 14 semestres (Curso Noturno)” (UNB, 2016, p. 14).

¹⁵ *In company*, em tradução literal do inglês, significa “em companhia”, “em empresa”, ou seja, é uma modalidade de curso onde se utiliza a estrutura do contratante para a realização do curso, fora da estrutura da instituição de ensino, por exemplo.

O Quadro 16 apresenta a Matriz Curricular do curso da UNB.

Quadro 16 – Matriz Curricular Universidade De Brasília (UNB) (Diurno E Noturno)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Cálculo 1	90
1º	Contabilidade Geral 1	60
1º	Introdução à Economia	60
1º	Matemática Financeira Aplicada à Contabilidade	60
2º	Contabilidade Geral 2	60
2º	Instituições de Direito Público e Privado	60
2º	Introdução à Administração	60
2º	Metodologia de Pesquisa em Contabilidade	30
2º	Probabilidade e Estatística	90
3º	Contabilidade Geral 3	60
3º	Introdução a Sociologia	60
3º	Legislação Social	60
3º	Métodos Quantitativos Aplicados a Contabilidade	60
3º	Teoria Contábil	60
4º	Contabilidade Empresarial	60
4º	Contabilidade Nacional	60
4º	Finanças Corporativas 1	60
4º	Legislação Comercial	60
5º	Contabilidade de Cias Abertas	60
5º	Custos	60
5º	Finanças Corporativas 2	60
5º	Finanças do Setor Público	60
5º	Legislação Tributária	60
6º	Auditoria 1	60
6º	Contabilidade Tributária	60
6º	Finanças Corporativas 3	60
6º	Sistemas de Informações Contábeis	60
6º	Orçamento do Setor Público	60
7º	Auditoria 2	60
7º	Contabilidade do Setor Público	60
7º	Perícia Contábil	30
7º	Sistemas de Controle Gerencial	60
7º	Teoria do Lucro	60
8º	Filosofia e Ética Profissional	30
8º	Introdução à Atuária	30
9º	Laboratório Contábil-Empresarial	60
9º	Pesquisa em Contabilidade 1 (TCC)	30
10º	Pesquisa em Contabilidade 2 (TCC)	30

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UNB, que conta com a carga horária total de 3.060 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 7 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Introdução ao Estudo Das Relações Internacionais; Relações Econômicas Internacionais; Sistema Financeiro Internacional; Teoria Das Relações Internacionais I; Globalização E

Relações Interculturais; Política Externa Brasileira, todas essas com carga horária de 60 horas e, por fim, Comércio Exterior com carga horária de 45 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UNB é apresentada a sua Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), que tem como objetivo atuar juntos ao curso de graduação da UnB, e também junto ao curso de ciências Contábeis. Dentre as ações que podem ser destacadas tem-se: Função Estratégica de realizar a internacionalização da UnB; Articulação externa com as Embaixadas Estrangeiras no Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Presidência da República, Universidade Estrangeiras e as agências de fomento; promover visitas técnicas a Universidades parceiras em países de diversos continentes. Cabe aqui um adendo que é justamente através desta Assessoria (INT) que permite à UNB possuir um grande número de acordos e termos de cooperação técnico-científica com várias universidades em nível nacional e internacional, permitindo mobilidade e intercâmbio de seus alunos e, em alguns casos, até a dupla titulação (UNB, 2016).

A seguir são informados os dados da UNB em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Centro-oeste; UF: DF; Cidade: BRASILIA; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 89,77% de Aprovados, totalizando 79 Bacharéis Aprovados; 2017.2 85,84% de aprovados, totalizando 97 bacharéis aprovados; 2018.1: 85,00% de aprovados, totalizando 67 bacharéis aprovados; 2018.2: 88,00% de aprovados, totalizando 44 bacharéis aprovados; 2019.1: 92,50% de aprovados, totalizando 74 bacharéis aprovados; 2019.2: 91,53% de aprovados, totalizando 59 bacharéis aprovados; 2020.1: 92,86% de aprovados, totalizando 65 bacharéis aprovados.

A IES UNB disponibiliza em seu endereço eletrônico, uma breve apresentação do curso, da Matriz Curricular, do fluxo do curso e do calendário acadêmico. O PPC não foi encontrado no mesmo local do endereço eletrônico do curso, conseguido através de outro caminho pela instituição. Não foram encontradas informações sobre o corpo docente.

A criação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) se deu no ano de 1969, antes desse período as necessidades de ensino superior eram supridas por três estabelecimentos estaduais, sendo eles a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, a Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. Os cursos de graduação oferecidos por essas três instituições elencavam o de Ciências Econômicas, de Direito, de História, de Geografia, de Ciências do 1º Grau, de Letras Anglo-Portuguesas e de Letras Franco-Portuguesas, totalizando sete cursos oferecidos no total (UEM, 2021).

De 1970 a 1976 a UEM implantou 15 cursos de graduação, em 1971 foram incluídos os cursos de Matemática, de Química e de Administração, em 1972 foi a vez dos cursos de Engenharia Química e de Engenharia Civil, em 1973 os cursos de Estudos Sociais, de Educação Física, de Pedagogia, de Ciências Biológicas, de Ciências Contábeis e de Física, em 1974 o curso de Farmácia-Bioquímica, em 1975 os cursos de Processamento de Dados e de Zootecnia, e por fim em 1977 o curso de Agronomia. Atualmente são oferecidos 36 cursos de graduação na UEM distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê (UEM 2021).

A partir de 1978 houve o desenvolvimento e foco para as atividades-fim da Universidade, ou seja, atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e das atividades administrativas. Com isso as atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e da necessidade de se estender suas bases a outros lugares, assim, surgiram os campi de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, e atualmente, a UEM conta com 98 grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq. Dentro desse contexto de pesquisa, houve a criação da editora da Universidade Estadual de Maringá cujo objetivo é facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na UEM e a editoração da revista científica Unimar (UEM, 2021).

Com esse plano de expansão, em 1986, a UEM criou e implantou a atividade de extensão na cidade de Cianorte, através de dois cursos, o de Pedagogia e o de Ciências Contábeis. O regime seriado para os cursos de graduação foi implementado em 1992, e com isso novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição visa oferecer. Os alunos que já estavam em fase final do curso continuaram no antigo regime até o término dos seus estudos os demais estudantes houve a adaptação para o novo regime seriado e no ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto (UEM, 2021).

Retornando sobre o curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que foi criado em 30 de outubro de 1972, e foi reconhecido através do Decreto nº 78.440 do Conselho Federal de Educação em 20 de setembro de 1976. Durante o período inicial do curso, entre 1972 a 1982 o curso estava vinculado ao Departamento de Administração, sendo desmembrado em 28 de abril de 1982 criando assim o Departamento de Ciências Contábeis. As turmas iniciais do curso noturno entre 1973 a 1979 contavam 40 vagas semestrais, a partir de 1980, no segundo semestre, o curso passou a ser oferecido no período matutino que passou a conceber mais 40 vagas. Com a alteração para o regime anual, a partir

de 1985, o curso passou a oferecer 80 vagas anuais para ambos cursos. A partir do ano de 1986 o curso também passou a ser oferecido no período noturno, no Campus Regional de Cianorte. Em 1991 foi aprovado o currículo do curso de Ciências Contábeis do Regime Seriado Anual, cuja implantação deu-se em 1992. Ao longo dos anos de 1973 a 2003 as vagas ofertadas totalizaram 5.000 vagas, sendo 4.120 ao Campus de Maringá e 880 ao Campus de Cianorte, totalizando nesse mesmo período 1.772 bacharéis formados, sendo 1.488 em Maringá e 284 em Cianorte (UEM, 2021).

No Quadro 17 é apresentada a Matriz Curricular do curso.

Quadro 17 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Maringá (UEM)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Geral I (Anual)	68
1º	Teoria da Contabilidade	68
1º	Economia	68
1º	Administração	68
1º	Direito Empresarial	68
2º	Contabilidade Geral I (Anual)	68
2º	Iniciação à Pesquisa em Contabilidade	68
2º	Matemática	68
2º	Sociologia	68
2º	Economia Brasileira	68
3º	Contabilidade Geral II (Anual)	68
3º	Contabilidade e Análise de Custos (Anual)	68
3º	Estatística (Anual)	68
3º	Sistema de Informação Contábil	68
3º	Matemática Financeira	68
4º	Contabilidade Geral II (Anual)	68
4º	Contabilidade e Análise de Custos (Anual)	68
4º	Estatística (Anual)	68
4º	Contabilidade e Orçamento Governamental I	68
4º	Legislação Trabalhista e Tributária	68
5º	Laboratório Contábil (Anual)	68
5º	Elaboração das Demonstrações Contábeis	68
5º	Contabilidade e Orçamento Governamental II	68
5º	Filosofia	68
5º	Optativa I	68
6º	Laboratório Contábil (Anual)	68
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	68
6º	Contabilidade Gerencial	68
6º	Contabilidade Avançada I	68
6º	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	68
7º	Auditoria e Perícia Contábil (Anual)	68
7º	Contabilidade e Planejamento Tributário (Anual)	68
7º	Trabalho de Conclusão de Curso (Anual)	136
7º	Contabilidade Avançada II	68
7º	Psicologia no Contexto do Trabalho	68
7º	Optativa II	68
8º	Auditoria e Perícia Contábil (Anual)	68
8º	Contabilidade e Planejamento Tributário (Anual)	68

Quadro 17 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Maringá (UEM)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
8º	Trabalho de Conclusão de Curso (Anual)	136
8º	Controladoria	68
8º	Ética Profissional em Contabilidade	68
8º	Finanças Empresariais	68
8º	Estágio Curricular Supervisionado	540
	Atividades Complementares	180

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UEM, que conta com a carga horária total de 3.712 horas, distribuídas em 2.448 horas para as disciplinas Obrigatórias e Complementares, 272 horas para as disciplinas Optativas Obrigatórias, 540 horas para o Estágio Curricular Supervisionado, 272 horas para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, 180 horas a título de Atividades Acadêmicas Complementares. Não foi verificada nenhuma disciplina obrigatória ou eletiva que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização. Percebe-se pouco interação sobre internacionalização no curso.

Não foi possível ter acesso ao PPC do curso, sendo assim, não há maiores detalhes sobre ações de internacionalização por parte da instituição.

A seguir são informados os dados da UEM em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sul; UF: PR; Cidade: CIANORTE; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 57,14%, totalizando 8 bacharéis aprovados; 2017.2: 82,35% de aprovados, totalizando 14 bacharéis aprovados; 2018.1: 40,00% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados; 2018.2: 100,00% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados; 2019.1: 86,67% de aprovados, totalizando 13 bacharéis aprovados; 2019.2: 83,33% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados; 2020.1: 100,0% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados.

A IES UEM disponibiliza em seu endereço eletrônico, um histórico sobre o curso e a instituição, dados sobre a chefia e coordenação do curso. A Matriz curricular é disponibilizada, entretanto não há informações sobre o PPC do curso. Há informações de apoio ao aluno, como por exemplo, o critério de avaliação das disciplinas. Houve dificuldade de conexão devido ao bloqueio por parte do software antivírus que não reconhecia a autenticidade do certificado do endereço eletrônico.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) iniciou as suas atividades em 18 de fevereiro de 1808, quando da instituição da escola de Cirurgia da Bahia pelo Príncipe Regente Dom João

VI, sendo este o primeiro curso universitário do Brasil. Até o término do século XIX foram incorporados os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). No início do século XX, Isaías Alves cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941) (UFBA, 2021).

O primeiro reitor da Universidade, Edgard Rego Santos, em seu período de reitorado (1946-1961), liderou o processo de federalização e implantando assim a infraestrutura física e de pessoal, tornando uma universidade integrada: Artes, Letras, Humanidades e Ciências. Em 1950, passa a Universidade Federal da Bahia, integrando as escolas isoladas e instituindo outros cursos. (UFBA, 2021a).

Em relação ao curso de ciências contábeis, fora criado na Escola Comercial da Bahia, escola essa que iniciou as suas atividades em 12 de março de 1905, e que se transformou na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, inaugurada em 07 de agosto de 1934 e que também foi posteriormente incorporada à Universidade Federal da Bahia através da Lei nº 9.155 de 08 de abril de 1946 durante o reitorado de Edgard Rego Santos. (UFBA, 2008).

Com a incorporação das instituições o curso de Ciências Contábeis foi criado pelo Decreto-Lei n.º 7.988, de 22.09.45, com o nome de curso de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos e extinguiu o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário. Houve nova segregação no ano de 1951, dessa vez o curso de Ciências Contábeis e atuariais foi desmembrado em dois, surgindo assim o de Ciências Contábeis e o curso de Ciências Atuariais. Vale destacar que o curso de Ciências Contábeis funcionou de 1945 até fins de 1994, como um departamento da Faculdade de Ciências Econômicas, após esse período foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis, onde atualmente o curso está inserido (UFBA, 2021b).

Sobre o currículo do curso diurno de Ciências Contábeis:

A última reforma curricular do curso de Ciências Contábeis da UFBA foi aprovada pela egrégia Câmara de Ensino de Graduação em 02.12.2003 através do parecer nº. 260/03, estando seus componentes curriculares atualizados no que se refere às exigências do mercado para o profissional da área contábil (UFBA, 2006).

Entretanto, o currículo atual do curso não está em conformidade com o Parecer CNE/CES nº. 329, de 11.11.2004, que apesar de sujeito a homologação ministerial, determina a carga horária mínima de 3.026 (três mil e vinte e seis) horas para os cursos de Ciências Contábeis, retratando a posição do Conselho Federal de Contabilidade que sugere tal número de horas como necessário para uma completa formação do profissional contábil; bem como com a Resolução CNE/CES nº. 10, de 16.12.2004, que define, entre as diretrizes curriculares, a necessidade de realização de atividades complementares como componente obrigatório para a formação do Bacharel em Ciências Contábeis.

Por conseguinte, a presente proposta não se trata de uma reformulação ou alteração curricular, mas sim de uma adaptação às exigências do parecer e resolução

supracitadas. Tal adaptação refere-se apenas a inclusão de 68 (sessenta e oito) horas de atividades complementares que somadas a carga horária constante do atual currículo, 2.958 (duas mil, novecentos e cinquenta e oito) horas perfaz a nova carga horária total de 3.026 (três mil e vinte e seis) horas que deverá vigorar para os alunos ingressantes a partir do semestre 2006.1 (UFBA, 2006, p. 4)

Apesar das dificuldades em relação ao currículo e outros fatores, a busca da excelência tem sido uma das premissas básicas norteadoras de todos os planos de ação da Unidade, pois a Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA visa não apenas a formação de especialistas, mas, cidadãos éticos capazes de investigar a realidade e de interagir com outros setores da sociedade, conscientes da responsabilidade social da sua prática profissional. As ações com esse intuito abrangem a implementação de um programa de qualificação do corpo docente, a instalação de Laboratórios de Informática, de Ensino à Distância e de Práticas Contábeis, e, por último, “[...] uma reforma curricular orientada para o atendimento das necessidades de um mercado em contínuo processo de mudança e para a formação de um profissional portador de cultura geral e humanística elevada, ao lado de conhecimentos técnicos e específicos” (UFBA, 2008, p. 3).

A partir do dia 24 de março de 2014 a Faculdade de Ciências Contábeis iniciou suas atividades em sua nova unidade no Vale do Canela (UFBA, 2021b).

Nos Quadros 18 e 19 são apresentadas as Matrizes Curriculares dos respectivos cursos.

Quadro 18 – Matriz Curricular – Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Diurno)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Introdução À Administração	68
1º	Instituição De Direito Público E Privado	68
1º	Introdução As Teorias Econômicas	102
1º	Contabilidade Introdutória I	68
1º	Met. Pesq. Aplic. Contabilidade	68
1º	Matemática I	102
2º	Legislação Tributária	68
2º	Direito Comercial VII	51
2º	Contabilidade Introdutória II	68
2º	Economia Das Organizações	68
2º	Língua Portuguesa – Instrumento De Comunicação	68
2º	Estatística I A	68
3º	Legislação Social E Direito Do Trabalho	68
3º	Contabilidade De Custos	68
3º	Contabilidade Intermediaria	68
3º	Estatística II A	68
3º	Matemática Financeira	68
4º	Economia Brasileira	51
4º	Contabilidade Avançada	68
4º	Orçamento E Fin. Governamental	68
4º	Inform. Aplicada Contabilidade	68
4º	Macroeconomia	68
5º	Teoria Da Contabilidade	68

Quadro 18 – Matriz Curricular – Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Diurno)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
5º	Análise De Custos	68
5º	Contabilidade Tributaria	68
5º	Contabilidade Governamental	68
5º	Inst. Finan. Mercado De Capitais	68
6º	Auditoria I	68
6º	Análise Das Demonst. Contábeis	68
6º	Ética Geral E Profissional	68
6º	Orçamento Emp. Plan. Estratégico	68
6º	Optativa	68
7º	Auditoria II	68
7º	Sistema Informação Gerencial	68
7º	Perícia Contábil E Arbitragem	68
7º	Auditoria Governamental	68
8º	Estágio Em Contabilidade	204
8º	Introdução à Controladoria	68
8º	Optativa	68
8º	Optativa	68
8º	Optativa	68

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 19 – Matriz Curricular – Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Noturno)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Introdução À Administração	68
1º	Instituição De Direito Público E Privado	68
1º	Contabilidade Introdutória I	68
1º	Matemática I	102
2º	Introdução As Teorias Econômicas	102
2º	Contabilidade Introdutória II	68
2º	Met. Pesq. Aplic. Contabilidade	68
2º	Estatística I A	68
3º	Direito Comercial VII	51
3º	Contabilidade Intermediária	68
3º	Economia Das Organizações	68
3º	Estatística II A	68
3º	Matemática Financeira	68
4º	Legislação Tributária	68
4º	Contabilidade De Custos	68
4º	Contabilidade Avançada	68
4º	Inform. Aplicada Contabilidade	68
4º	Macroeconomia	68
5º	Economia Brasileira	51
5º	Teoria Da Contabilidade	68
5º	Análise De Custos	68
5º	Contabilidade Tributaria	68
5º	Orçamento E Fin. Governamental	68
6º	Auditoria I	68
6º	Análise Das Demonst. Contábeis	68
6º	Orçamento Emp. Plan. Estratégico	68
6º	Contabilidade Governamental	68
6º	Inst. Finan. Mercado De Capitais	68
7º	Auditoria II	68

Quadro 19 – Matriz Curricular – Universidade Federal Da Bahia (UFBA) (Noturno)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
7º	Ética Geral E Profissional	68
7º	Sistema Informação Gerencial	68
7º	Língua Portuguesa Como Instrumento De Comunicação	68
7º	Optativa	68
8º	Introdução A Controladoria	68
8º	Perícia Contábil E Arbitragem	68
8º	Auditoria Governamental	68
8º	Optativa	68
8º	Optativa	68
9º	Estágio Em Contabilidade	204
9º	Optativa	68
9º	Optativa	68

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFBA, em ambos os turnos, diurno e noturno, conta com a carga horária total de 3.077 horas, sendo 2958 horas de disciplinas e 119 horas a título de atividades complementares. Não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 2 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Comércio Exterior, com carga horária de 51 horas e Contabilidade Internacional, com carga horária de 68 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFBA não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UFBA em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Nordeste; UF: BA; Cidade: SALVADOR; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 53,12% de aprovados, totalizando 34 bacharéis aprovados; 2017.2: 57,14% de aprovados, totalizando 40 aprovados; 2018.1: 69,00% de aprovados, totalizando 50 bacharéis aprovados; 2018.2: 69,44% de aprovados, totalizando 25 bacharéis aprovados; 2019.1: 83,64% de aprovados, totalizando 46 bacharéis aprovados; 2019.2: 84,21% de aprovados, totalizando 38 bacharéis aprovados; 2020.1: 75,00% de aprovados, totalizando 21 bacharéis aprovados. A IES UFBA disponibiliza em seu endereço eletrônico, um breve histórico sobre a instituição e sobre o curso, há informações sobre o corpo docente, corpo diretivo e corpo técnico. Tanto a Matriz curricular quanto o PPC são disponibilizados, além dos programas das disciplinas. As Informações são claras e objetivas. Não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso, uma vez que nada consta no seu respectivo PPC.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi criada em 23 de dezembro de 1960, por ato do então presidente da república Juscelino Kubitschek. Já a Cidade Universitária foi construída no ano de 1969, local onde permanece até os dias atuais. Foi a segunda universidade federal do interior do país a ser criada, atrás apenas da Universidade Federal de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (UFSM), a instituição se formou a partir da agregação de estabelecimentos de Ensino Superior de Juiz de Fora, reconhecidos e federalizados. Os primeiros cursos da UFJF foram: Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia, seguidos pelos cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História. O curso de Jornalismo também foi criado e se constituiu em um dos departamentos da faculdade de Direito. Na década de 1970, com a Reforma Universitária, a UFJF passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Já em 1999, uma nova unidade foi criada: o Centro de Ciências da Saúde, onde passaram a funcionar os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. Por fim, em 2006, foram criados o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras (Fale) (UFJF, 2021a).

A UFJF é uma universidade pública, sediada em Juiz de Fora nas Minas Gerais, com um campus avançado na cidade de Governador Valadares, também localizado nas Minas Gerais, nesta pesquisa esse campus avançado receberá a sigla de (UFJFGV). A UFJF investe na qualificação de seu corpo docente e dos técnico-administrativos em educação, busca a atualização constante de laboratórios e salas de aula e prioriza o diálogo com a sociedade, atendendo a todos os preceitos do tripé ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, a UFJF possui 93 opções de cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado, em todas as áreas do conhecimento, além de oferecer cursos na modalidade de educação a distância (UFJF, 2021b).

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF teve início em outra faculdade, na Faculdade de Economia entre os anos de 1941 a 1943, sendo suas aulas ministradas no turno da noite. O curso ministrado nessa época tinha duração de três anos e conferia o grau de bacharel em Ciências Econômicas, e, em 1944, o recente curso passa por dificuldades, com o ingresso de poucos discentes, perdurando até os anos de 1954 com o aumento do número de matrículas e, conseqüentemente, de graduados. Entre os anos de 1954 e 1955, com o recebimento de recursos federais, foi possível vislumbrar a aquisição de um imóvel para as acomodações da unidade. Nos anos de 1956 há a transferência para a sede própria e em 1959, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora aprova o anteprojeto para a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 23 de dezembro de

1960, é sancionada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek a Lei nº 3858, que criava a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJFGV, 2015).

Após a metade da década de 1980, a Faculdade cria e já inicia o curso de Administração, tornando-se Faculdade de Economia e Administração (FEA), e na sequência, no final da década de 1990, são iniciados cursos no nível de especialização na área gerencial. Em 2004, é criado, o mestrado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração, e em final de 2009, ocorre a separação das Faculdades de Economia e de Administração e, criando assim, no ano de 2010, a Faculdade de Administração que, imediatamente, propôs a criação do curso de Ciências Contábeis, de acordo com o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Ainda em 2010 é aprovada, por unanimidade, a mudança do nome para Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), e na sequência há a criação do Campus Avançado da UFJF, e os cursos de Administração e Ciências Contábeis também passam a ser oferecidos em Governador Valadares com um total de 150 vagas anuais, das quais cinquenta destinadas ao curso de Ciências Contábeis (UFJFGV, 2015).

Sobre o curso de Ciências Contábeis, vale ressaltar que em 1999 a Organização das Nações Unidas (ONU), em publicação específica, demonstrou o que se deve admitir por uma linha geral da educação dos Contadores, ou seja, uma educação global. Para que esse objetivo pudesse ser alcançado a ONU ofereceu um currículo vasto, que deve formar a base educacional de um profissional da Contabilidade e considerando a nova realidade do mundo, que, pela dilatação dos mercados, requeria uma preparação especial para essa importante profissão, destacando ainda a importância da consultoria e assessoria às empresas por parte dos contadores, afirmando assim, que tais profissionais devem ter visão além das fronteiras de seu país e que todo mundo hoje precisa de cada vez mais qualidade nos serviços especializados da área contábil (UFJFGV, 2015).

Dentro dessas premissas percebe-se que a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado Governador Valadares (UFJFGV):

[...] foi elaborada visando contemplar a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Plano de Estudo Mundial para Formação de Contadores Profissionais, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do International Standards of Accounting and Reporting / United Nations Conference on Trade and Development (ISAR/UNCTAD), que recomenda conhecimentos relacionados à formação profissional contábil, conhecimentos administrativos e organizacionais e de tecnologia da informação (UFJFGV, 2015, p. 33).

Ainda dentro dessa perspectiva, o perfil do egresso ou bacharel em Ciências Contábeis formado no curso de Ciências Contábeis da UFJGV deve estar atento com as necessidades do mundo contemporâneo, sabendo não apenas reagir em conformidade a essa realidade, mas sim de ser capaz de transformá-la. Pode-se perceber assim que o perfil desejável para esse egresso é o do profissional com visão global e multidisciplinar, permitindo que o futuro contador possa ter a capacidade de compreender questões técnicas, científicas e socioeconômicas nas várias áreas de conhecimento relacionadas ao exercício da profissão, estando apto assim a exercer com zelo, distinção, ética e responsabilidade social as atribuições e prerrogativas do contador, seja como profissional liberal, ou vinculado a entidades públicas ou privadas (UFJF, 2021c).

A compreensão de questões de ordem ética, tecnológica, evolutivas, socioambientais e culturais, disciplinares e interdisciplinares, e dos vetores contábeis, administrativos e financeiros em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização, também fazem parte do perfil do contador atual. Dentro desse contexto, o curso de Ciências Contábeis da UFJGV procura a formação desejada para a formação de um profissional ético, empreendedor, de ampla visão do mundo e de sólida formação técnica, inserindo na sociedade um sujeito com todas as características necessárias a um profissional contábil (UFJF, 2021c).

Sobre o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis no Campi de Juiz de Fora, são oferecidas 80 vagas, com entrada apenas no primeiro semestre nos períodos diurno e noturno e têm duração de quatro anos e meio (diurno), cinco anos (noturno) e a formação do aluno proposta pelo curso busca preencher a demanda através de disciplinas com conteúdo prático, de disciplinas com conteúdo teórico e das atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFJF, 2021d).

Nos Quadros 20 e 21 são apresentadas as Matrizes Curriculares dos respectivos cursos.

Quadro 20 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF GV)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Básica I	60
1º	Economia	60
1º	Matemática Básica	60
1º	Instituições de Direito	75
1º	Teoria Geral da Administração I	60
2º	Contabilidade Básica II	60
2º	Microeconomia	60
2º	Cálculo Diferencial e Integral	60
2º	Sistemas de Informação Gerencial	60
2º	Teoria Geral da Administração II	60
3º	Estrutura das Demonstrações Contábeis	60
3º	Contabilidade de Custos	60
3º	Metodologia da Pesquisa	60

Quadro 20 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF GV)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
3º	Matemática Financeira	60
3º	Estatística Básica	60
4º	Teoria da Contabilidade	60
4º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
4º	Gestão Financeira I	60
4º	Estatística Aplicada	60
4º	Gestão e Legislação Tributária	60
5º	Contabilidade Gerencial	60
5º	Gestão Financeira II	60
5º	Gestão e Legislação Comercial e Societária	60
5º	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
5º	Álgebra Matricial	60
6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60
6º	Controladoria	60
6º	Gestão e Legislação do Trabalho e Social	60
6º	Contabilidade Avançada I	60
6º	Auditoria	60
7º	Contabilidade Avançada II	60
7º	Prática Contábil I	60
7º	Mercado de Capitais	60
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
7º	Eletiva	60
7º	Eletiva	60
8º	Contabilidade Atuarial	60
8º	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
8º	Prática Contábil II	60
8º	Ética e Legislação Profissional	30
8º	Eletiva	60
8º	Eletiva	60
8º	Eletiva	30
9º	Trabalho de Conclusão de Curso II	60
9º	Eletiva	60
9º	Eletiva	60
9º	Optativa	60
9º	Optativa	60
10º	Optativa	60
10º	Flexibilização Curricular	120

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFJF GV, que conta com a carga horária total de 3.015 horas, sendo 2.595 horas de disciplinas obrigatórias e eletivas, 180 horas de disciplinas opcionais, 120 horas para elaboração do TCC e, 120 horas a título de flexibilização curricular. Não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui apenas 1 disciplina que pode ser classificada com conteúdo em ambiente externo. A disciplina que se refere é Contabilidade Internacional, com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFJF GV não aborda ações ou parcerias referentes à internacionalização do curso ou da IES.

A seguir são informados os dados da UFJFGV em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJFGV) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sudeste; UF: MG; Cidade: GOVERNADOR VALADARES; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: - - - - 2018.1: 78,00% de aprovados, totalizando 7 bacharéis aprovados; 2018.2: 75,00% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados; 2019.1: 60,00% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2019.2: 87,50% de aprovados, totalizando 8 bacharéis aprovados; 2020.1: 62,50% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados.

A IES UFJF GV disponibiliza em seu endereço eletrônico, um breve histórico sobre o curso, o perfil do egresso no curso, Matriz curricular e o PPC. Há informações sobre a coordenação, corpo docente, plano departamental, horários e outros serviços de apoio aos estudantes. Não foram encontradas informações sobre internacionalização do endereço eletrônico do curso.

Quadro 21 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Básica I	60
1º	Economia	60
1º	Elementos de Cálculo I	60
1º	Introdução a Sistemas de Informação	60
1º	Princípios de Administração I	60
2º	Contabilidade Básica II	60
2º	Microeconomia	60
2º	Elementos de Cálculo II	60
2º	Instituições de Direito	60
2º	Princípios de Administração II	60
3º	Estrutura das Demonstrações Contábeis	60
3º	Contabilidade de Custos	60
3º	Teoria da Contabilidade	60
3º	Matemática Financeira	60
3º	Estatística Econômica I	60
4º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
4º	Gestão Financeira I	60
4º	Contabilidade Gerencial	60
4º	Estatística Econômica II	60
4º	Gestão e Legislação Tributária	60
5º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60
5º	Gestão Financeira II	60
5º	Gestão e Legislação Comercial e Societária	60
5º	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
5º	Álgebra Matricial	60
6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	60

Quadro 21 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
6º	Controladoria	60
6º	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	60
6º	Mercado de Capitais	60
6º	Gestão e Legislação do Trabalho e Social	60
7º	Auditoria	60
7º	Contabilidade Avançada I	60
7º	Contabilidade Informatizada	60
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
7º	Eletiva	60
7º	Eletiva	60
8º	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
8º	Contabilidade Avançada II	60
8º	Ética e Legislação Profissional	30
8º	Tópicos em Contabilidade Avançada	30
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	60
8º	Eletiva	60
8º	Eletiva	60
9º	Eletiva	60
9º	Eletiva	60
9º	Eletiva	60
9º	Optativa	60
9º	Optativa	60
10º	Optativa	60
10º	Atividades complementares	120

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFJF, que conta com a carga horária total de 3.000 horas, sendo 2.580 horas de disciplinas obrigatórias e eletivas, 180 horas de disciplinas opcionais, 120 horas para elaboração do TCC e, 120 horas a título de flexibilização curricular. Não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui apenas uma disciplina que pode ser classificada com conteúdo em ambiente externo. A disciplina é Contabilidade Internacional, com carga horária de 60 horas.

Assim, como no PPC do curso de Ciências Contábeis da UFJF GV, o PPC da UFJF não aborda ações ou parcerias referentes à internacionalização do curso ou da IES.

A seguir são informados os dados da UFJF em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sudeste UF: MG; Cidade: JUIZ DE FORA; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 70,97% de aprovados, totalizando 22 bacharéis aprovados; 2017.2: 64,00% de aprovados, totalizando 16 bacharéis aprovados; 2018.1: 78,00% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2018.2: 89,29% de aprovados, totalizando 25

bacharéis aprovados; 2019.1: 91,18% de aprovados, totalizando 31 bacharéis aprovados; 2019.2: 92,86% de aprovados, totalizando 28 bacharéis aprovados; 2020.1: 93,75% de aprovados, totalizando 15 bacharéis aprovados.

A IES UFJF disponibiliza em seu endereço eletrônico, um breve histórico sobre o curso, Matriz curricular, que é direcionado para outro endereço, e o PPC. Há informações sobre a coordenação e secretaria e, serviço de solicitação de documentos para os alunos, como histórico e ementas. Não foram encontradas informações sobre internacionalização do endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) teve a sua fundação em 7 de setembro de 1927 com o nome Universidade de Minas Gerais (UMG) e atualmente sua comunidade reúne cerca de 72 mil pessoas nas cidades de Belo Horizonte, Montes Claros, Diamantina e Tiradentes, que se organizam em torno de 91 cursos de graduação, 87 programas de pós-graduação e 753 núcleos de pesquisa. Em 2020, a UFMG alcançou 1.582 registros de patentes, o que lhe rende posição de liderança entre as instituições de ensino superior do país. Atualmente, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida e tem como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais (UFMG, 2021a).

Sobre o curso de Ciências Contábeis da UFMG:

[...] ele é um dos primeiros cursos superiores em contabilidade do Brasil, já que, somente em 1945, foi inaugurado o ensino universitário na área. Tem origem no curso de Administração e Finanças, que funcionou, em Belo Horizonte, no período de 1942 a 1945. Com a extinção desse curso e do de Atuária, em 1945, foi criado o de Ciências Contábeis e Atuariais, que começou a funcionar no mesmo ano. Em 1953, passou a se chamar Ciências Contábeis. Desde então, o curso moderniza-se para acompanhar as transformações econômicas e sociais do mundo atual (UFMG, 2021b, s/n).

O curso oferece um total de 80 vagas, sendo 40 por semestre, no período noturno e tem duração de cinco anos. O intuito do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG é formar profissionais capazes de gerenciar a contabilidade de entidades, de tomar decisões adequadas e oportunas ao destino das organizações e de prestar contas da gestão perante a sociedade. Possui currículo é flexível, permitindo aos alunos buscar o conhecimento de acordo com suas necessidades e aspirações, em qualquer Unidade da Universidade (UFMG, 2021b).

O curso elenca disciplinas humanísticas, como filosofia, sociologia, política e economia, que oferecem fundamentos para as matérias específicas da Contabilidade, além das disciplinas básicas de formação técnica contábil e de administração, de estatística, de matemática financeira, de língua portuguesa e do direito. Na fase avançada do curso, são ensinados os “[...] aspectos da contabilidade avançada, tributária, pública, custos, análise econômico-financeira, auditoria, perícia contábil, orçamento, sistemas de informações e controladoria, além de conteúdos optativos escolhidos pelos alunos, segundo as próprias aspirações” (UFMG, 2021b, np).

O curso incentiva os alunos a realizar pesquisas, projetos acadêmicos e estágios supervisionados, com o objetivo de promover o conhecimento contábil e de despertar a vocação de pesquisadores e docentes e conta com docentes de diferentes departamentos da UFMG, inclusive ligados a programas de pós-graduação (UFMG, 2021b).

No Quadro 22 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 22 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Administração TGA	60
1º	Contabilidade I	60
1º	Instituições de Direito Privado I	60
1º	Matemática A	60
1º	Geometria Analítica e Álgebra Linear	60
2º	Contabilidade II	60
2º	Estado Moderno e Capitalismo	60
2º	Instituições de Direito Privado II	60
2º	Microeconomia A-I	60
2º	Cálculo de Várias Variáveis	60
3º	Contabilidade III	60
3º	Matemática Financeira	60
3º	Macroeconomia I	60
3º	Microeconomia A-II	60
3º	Estatística I	60
3º	Carga Optativa – Grupos	60
3º	Carga Optativa – Grupos	30
4º	Administração Financeira I	90
4º	Contabilidade IV	60
4º	Métodos de Pesquisa em contabilidade	30
4º	Laboratório Contábil	60
4º	Estatística II	60
4º	Carga Optativa – Grupos	60
4º	Carga Optativa – Grupos	30
5º	Métodos Quantitativos Aplicados em Contab. E Finanças	60
5º	Teoria Normativa da Contabilidade	60
5º	Análise das Demonstrações Financeiras	60
5º	Contabilidade Internacional	30
5º	Direito Tributário	60
5º	Carga Eletiva	60

Quadro 22 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
6º	Mercado de Capitais	60
6º	Contabilidade de Custos	60
6º	Contabilidade Tributária I	60
6º	Legislação Social	60
6º	Carga Eletiva	60
6º	Carga Optativa – Grupos	120
6º	Carga Optativa – Grupos	30
6º	Carga Optativa – Grupos	60
7º	Análise de Custos	60
7º	Teoria Positiva da Contabilidade	60
7º	Contabilidade Tributária II	60
7º	Sistemas de Informações Contábeis	60
7º	Carga Eletiva	60
7º	Carga Optativa – Grupos	60
7º	Carga Optativa – Grupos	120
8º	Auditoria	60
8º	Análise Avançada das demonstrações Financeiras	60
8º	Orçamento Empresarial	60
8º	Carga Eletiva	60
8º	Carga Optativa – Grupos	120
8º	Carga Optativa – Grupos	30
8º	Carga Optativa – Grupos	90
9º	Contabilidade das Instituições Públicas	60
9º	Contabilidade Gerencial A	60
9º	Carga Eletiva	60
9º	Carga Optativa – Grupos	120
9º	Carga Optativa – Grupos	60
10º	Introdução a Perícia Contábil	30
10º	Contabilidade Social e Ambiental	60
10º	Carga Eletiva	60
10º	Carga Optativa – Grupos	120
10º	Carga Optativa – Grupos	180

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFMG, que conta com a carga horária total de 3.060 horas, possui uma disciplina obrigatória denominada contabilidade internacional, com carga horária de 30 horas, de forma específica. Sobre outras disciplinas voltadas à internacionalização, além dessa, possui mais 2 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Finanças Internacionais e Desenvolvimento e; Economia Internacional, ambas com carga horária de 60 horas.

Não foi possível ter acesso ao PPC do curso de Ciências Contábeis da UFMG, sendo assim, as informações sobre internacionalização da IES ou do curso não puderam ser verificadas.

A seguir são informados os dados da UFMG em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE

FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sudeste; UF: MG; Cidade: BELO HORIZONTE; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 89,29% de aprovados, totalizando 25 bacharéis aprovados; 2017.2: 92,59% de aprovados, totalizando 25 bacharéis aprovados; 2018.1: 97,00% de aprovados, totalizando 37 bacharéis aprovados; 2018.2: 96,55% de aprovados, totalizando 28 bacharéis aprovados; 2019.1: 81,82% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2019.2: 94,44% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2020.1: 92,86% de aprovados, totalizando 13 bacharéis aprovados.

A IES UFMG disponibiliza em seu endereço eletrônico, um breve histórico sobre o curso, o perfil do egresso no curso, Matriz curricular. Há informações sobre a coordenação, corpo docente, colegiado, horários e outros serviços de apoio aos estudantes. Não está disponível através do endereço eletrônico o acesso ao PPC do curso. Não foram encontradas informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho. Sua criação se deu pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, originalmente recebeu a denominação de Universidade de Santa Maria (USM). A cerimônia de instalação da Universidade em Santa Maria ocorreu em 18 de março de 1961. No início das suas atividades, em 1960, a UFSM, que ainda era denominada USM, contava com a Faculdade de Farmácia, de Medicina, de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. Já em 1962, o Estatuto da USM instituiu os seguintes órgãos: Administração Universitária, composta de Assembleia Universitária, Conselho Universitário e Reitoria; oito Faculdades Federais (Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Agronomia, Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras); e vinte Institutos (Física, Matemática, Química, Anatomia, Fisiologia, Patologia, Farmacologia, Ciências Naturais, Pesquisas Bioquímicas, Parasitologia e Micologia, Microbiologia e Imunologia, Medicina Preventiva, Histologia, Embriologia e Genética, Zootecnia, Mecânica, Tecnologia, Solos e Cultura, Fala e Nutrologia e Bromatologia). A federalização da universidade se deu no ano de 1965, passando a ter nova denominação Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (UFSM, 2021a).

Além do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), criado em 1970, houve nova estruturação apresentada no Estatuto UFSM/1978, nos Centros de Ensino, criando, transformando ou alterando a denominação das oito Unidades de Ensino para Centros e criando as Pró-Reitorias e subunidades. No ano de 2004 a UFSM incorporou a modalidade de Ensino à Distância (EaD) no seu escopo, e em 2005 foi realizada a Audiência Pública que confirmou a

instalação de uma extensão da UFSM em Palmeira das Missões e Frederico Westphalen (UFSM, 2021a).

Na história da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) há outra informação relevante, pois, a UFSM foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira, contribuindo assim para o processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil, e permitiu assim que o estado do Rio Grande do Sul fosse a primeira unidade federativa a possuir duas universidades federais. Além do campi localizado na cidade de Santa Maria, possui, outros três campi fora de sede, um na cidade de Frederico Westphalen, um na cidade de Palmeira das Missões e outro na cidade de Cachoeira do Sul, todos localizados no Rio Grande do Sul (UFSM, 2020).

A atual estrutura da Universidade é composta por doze Unidades Universitárias: Centro de Artes e Letras, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Colégio Politécnico, Centro de Tecnologia, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Espaço Multidisciplinar da UFSM em Silveira Martins, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UFSM, 2020).

A UFSM tem como missão “Construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável.” E como visão “Ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável.” (UFSM, 2020, np)

O Curso de Ciências Contábeis da UFSM foi concebido em 9 de setembro de 1966, sendo organizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e a sua primeira turma teve a matrícula de trinta e quatro alunos, o regime era semestral e o curso tinha a duração de quatro anos. Em 1970 o curso foi integrado ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas e, no período de 17 a 23 de outubro do mesmo ano, foi alvo de avaliação procedida pelo Ministério da Educação (MEC), para efeito de reconhecimento, sendo reconhecido em 1971. Em 1978, o Curso de Ciências Contábeis passou a integrar o atual Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) (UFSM, 2020).

Em relação às constantes demandas profissionais:

O Curso de Ciências Contábeis da UFSM tem, historicamente, vivido a realidade da demanda profissional desde o aluno graduando, com grande parte dos alunos realizando estágios extracurriculares ou empregados no mercado de trabalho desde os anos iniciais da graduação.

A aprendizagem é uma arte que envolve estratégias, decidindo sobre um conjunto de disposições favoráveis ao alcance dos objetivos concretos que cada disciplina contém. O perfil atual do educador ativo, consciente de sua capacidade criativa e responsável pelo gerenciamento das relações interativas entre o educando e o mundo que o cerca, é aquele preocupado em alcançar objetivos pré-determinados, mas que apareçam como algo novo, desejável e extremamente motivador, pois sua meta é a orientação do profissional para o mundo futuro.

A realidade impõe que haja uma reestruturação no ensino da contabilidade, iniciando pelo presente Projeto Pedagógico, devendo incluir espírito de pesquisa, consciência crítica, liderança, desenvoltura tecnológica, conscientização sobre a necessidade de manutenção do meio ambiente, da internacionalização das normas, entre outros, seguindo-se da atualização do seu quadro docente. Estas questões são frequentemente debatidas nos órgãos profissionais da classe contábil, dos quais vêm surgindo propostas e contribuições em matéria de conteúdo, carga horária e inovação tecnológica (UFSM, 2020).

O curso de Ciências Contábeis permite o ingresso de 42 (quarenta e dois) alunos, no primeiro semestre letivo de cada ano, sendo 10 o número de períodos indicados para sua conclusão e está localizado em Campus Camobi da UFSM na modalidade Bacharelado Presencial sendo noturno o seu turno de funcionamento, e classificado na área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas (UFSM, 2021b).

No Quadro 23 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 23 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Santa Maria (UFSM)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Introdução à Administração	60
1º	Introdução à Contabilidade “A”	120
1º	Matemática “A”	90
1º	Sociologia “A”	30
2º	Contabilidade “A”	60
2º	Custos I	60
2º	Direito Empresarial “A”	60
2º	Estatística “A”	60
2º	Matemática Financeira “A”	60
3º	Contabilidade “B”	60
3º	Custos II	60
3º	Direito Tributário “A”	60
3º	Introdução à Economia “A”	60
3º	Metodologia da Pesquisa “A”	60
4º	Análise de Custos “A”	60
4º	Contabilidade Pública I	60
4º	Direito do Trabalho “A”	60
4º	Gestão Tributária I	60
4º	Métodos de Pesquisa Aplicáveis à Contabilidade	60
5º	Contabilidade “C”	60
5º	Contabilidade Pública II	60
5º	Gestão Tributária II	60
5º	Práticas Trabalhistas “A”	60
5º	Teoria da Contabilidade	60
6º	Constituição e Legalização de Empresas	60
6º	Contabilidade da Atividade Rural	60
6º	Contabilidade Socioambiental	60

Quadro 23 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Santa Maria (UFSM)**(continuação)**

Período	Disciplina	C.H.
6º	Orçamento Empresarial “A”	60
6º	Práticas Contábeis I	60
7º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
7º	Ética Geral e Profissional “A”	60
7º	Noções Atuariais “A”	30
7º	Perícia e Arbitragem “A”	60
7º	Relações Humanas no Trabalho “A”	30
7º	Sistemas de Informação	30
8º	Auditoria I	60
8º	Controladoria “A”	60
8º	Finanças Empresariais “A”	60
9º	Auditoria II	60
9º	Práticas Contábeis II	60
9º	Projeto de Trabalho de Conclusão em Ciências Contábeis	60
10º	Trabalho de Conclusão em Ciências Contábeis	195

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFSM, que conta com a carga horária total de 3.000 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória ou eletiva que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFSM não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso ou da IES.

A seguir são informados os dados da UFSM em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sul; UF: RS; Cidade: SANTA MARIA; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 75,00% de aprovados, totalizando 24 bacharéis aprovados; 2017.2: 62,50% de aprovados, totalizando 15 bacharéis aprovados; 2018.1: 72,00% de aprovados, totalizando 21 bacharéis aprovados; 2018.2: 75,00% de aprovados, totalizando 24 bacharéis aprovados; 2019.1: 80,00% de aprovados, totalizando 20 bacharéis aprovados; 2019.2: 90,91% de aprovados, totalizando 20 bacharéis aprovados; 2020.1: 74,07% de aprovados, totalizando 20 bacharéis aprovados.

A IES UFSM disponibiliza em seu endereço eletrônico, algumas informações técnicas sobre o curso, a Matriz curricular, o PPC, editais e, há um guia acadêmico em formato de vídeo. Há informações sobre a coordenação, corpo docente, colegiado, horários e outros serviços de apoio aos estudantes. Não foram encontradas informações sobre a internacionalização do curso ou da IES no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) foi criada em 1994, oriunda da Escola Paulista de Medicina (EPM) fundada em 1933, e é uma universidade pública, mantida pela União, vinculada ao Ministério da Educação, e até 2005 tinha por objetivo desenvolver, em nível de excelência, atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase no campo específico das ciências da saúde. A partir de 2006, esse compromisso é ampliado para outras áreas do conhecimento humano, tais como: ciências sociais aplicadas, ciências sociais, ciências exatas, entre outras. Além dos cursos de graduação a UNIFESP ainda oferece, na modalidade de extensão universitária, a prestação de serviços à comunidade por meio do desenvolvimento de programas e projetos sociais e da realização de cursos, eventos e campanhas públicas que envolvam, sempre que possível, parcerias com outras instituições, públicas ou privadas, e/ou movimentos sociais organizados. A Instituição também propaga a difusão de conhecimentos culturais, científicos, técnicos e do saber através das atividades inerentes à Universidade. (UNIFESP, 2019).

Sobre a criação do Curso de Ciências Contábeis da Escola Paulista De Política, Economia e Negócios (EPPEN-UNIFESP), em 2011 no Campus Osasco, este:

[...] ocorre num momento histórico, profundamente transformador da contabilidade brasileira, que se encontra em processo de convergência para o padrão internacional IFRS (International Financial Reporting Standards) desde a promulgação da Lei n. 11.638, de 2008.

A partir de então, as empresas passaram a ser obrigadas a reportar seus resultados nos padrões internacionais, cuja versão brasileira desses padrões está organizada nas publicações dos CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis nas normas.

Assim sendo, uma nova forma de atuação e olhar da contabilidade tem sido implementada desde então, cresce o espaço para o julgamento profissional, ensejando uma evolução do perfil do contador para além do até então denominado tradicional conhecimento técnico-científico; integrando necessariamente conhecimento interdisciplinar (economia, direito, gestão, marketing e comunicação pessoal, formação humanística, métodos quantitativos e atuariais), além de conhecimentos sobre um horizonte de interação global (domínio de línguas estrangeiras, intercâmbio com o exterior) (UNIFESP, 2019, np).

Pode-se perceber a inserção no ambiente internacional como uma das demandas atuais na formação do bacharel em ciências contábeis. Assim, partindo do atendimento às demandas oriundas da sociedade contemporânea, o Curso de Ciências Contábeis da UNIFESP visa fornecer o domínio de técnicas ligadas ao exercício profissional; entretanto, seus princípios norteadores devem privilegiar o conhecimento científico, a formação generalista e o exercício da cidadania, bem como a preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico sustentável nacional. E essa formação técnica e científica, unida a uma percepção global da realidade tem sua premissa na diversidade histórica e cultural, presente na sociedade contemporânea, como base filosófica e norteadora (UNIFESP, 2021).

O desenvolvimento de um profissional contábil capaz de efetuar julgamentos contábeis consistentes e com embasamento teórico-técnico e a aplicar a linguagem contábil de forma competente e responsável para produzir e divulgar informações contábeis, além de analisar, implementar e controlar sistemas de informações contábeis nas diversas entidades, exercendo de maneira ética o seu papel, determinado por regulamentação específica de caráter profissional, é um dos objetivos do curso. Para que esse objetivo possa ser alcançado, a tarefa do docente vai além do papel clássico de provimento das bases teórico-científicas e de formação técnica, pois com a nova abordagem contábil orientada a princípios, o docente deve estimular e promover as habilidades de julgamento profissional embasadas nos princípios e teorias que norteiam as Ciências Contábeis. Além disso, prover o conhecimento necessário para a solução de problemas técnicos e de comunicação com os diversos *stakeholders*¹⁶ da Contabilidade, ensejando novas abordagens de ensino-aprendizagem (UNIFESP, 2019).

Além da formação do profissional, curso objetiva formar indivíduos comprometidos com a ética e cidadania, para isso, busca capacitar os alunos no entendimento e utilização da linguagem contábil de forma adequada; na elaboração de relatórios, divulgação e interpretação dos eventos econômicos passíveis de registro contábil; na divulgação e interpretação dos eventos econômicos, ainda que não passíveis de registro contábil, em função da sua importância para a entidade ou sociedade de uma forma geral; na análise crítica dos fenômenos econômicos em sua mensuração contínua, forma de registro e, sobretudo, avaliar os impactos dos mesmos na situação econômico-financeira das entidades e seus reflexos na sociedade e por fim, contribuir para a formação de gestores capacitados a interpretar a legislação pertinente à sua área de atuação, comprometido com a ética profissional e acima de tudo, respeitar os mais altos valores morais e éticos que a sociedade tanto necessita (UNIFESP, 2019).

A visão internacional e tecnológica também é verificada no âmbito do curso, uma vez que o curso de Ciências Contábeis da UNIFESP visa formar um futuro contabilista capacitado a:

4. Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II. Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III. Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais, bem como com o advento da tecnologia da informação. (UNIFESP, 2019).

¹⁶ Stakeholders, termo em língua inglesa que, em tradução livre, denota a “partes interessadas”, ou seja, usuários da informação contábil.

O curso de Ciências Contábeis da UNIFESP oferece 80 vagas para ingresso, sendo (40 para o curso Integral e 40 o noturno) por semestre, divididos em dois turnos, integral (Manhã e Tarde) e noturno e com tempo de integralização 8 semestres (integral) e 10 semestres (noturno) (UNIFESP, 2021).

No Quadro 24 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 24 – Matriz Curricular – Universidade Federal De São Paulo (UNIFESP)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Financeira I	60
1º	Matemática Financeira	60
1º	Introdução ao Direito	60
1º	Introdução à Economia I	60
1º	Fundamentos de Administração e Modelos de Gestão	60
1º	CRB II: Formação Econômica e Desigualdades Sociais	60
2º	FC I: Cálculo I	60
2º	Introdução à Economia II	60
2º	Contabilidade Financeira II	60
2º	Contabilidade Social e Ambiental	60
2º	FC II: Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar	60
2º	Direito Tributário	60
3º	FC III: Estatística I	60
3º	Mercado Financeiro e de Capitais	60
3º	Contabilidade Financeira III	60
3º	Contabilidade e Análise de Custos I	60
3º	Sistemas de Informações Contábeis	60
4º	Contabilidade Financeira IV	60
4º	Contabilidade, Orçamento e Auditoria Governamental	60
4º	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade	60
4º	Finanças – Produtos Financeiros	60
4º	Contabilidade e Análise de Custos II	60
5º	Finanças Corporativas para Contabilidade	60
5º	Teoria da Contabilidade	60
5º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
5º	Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial	60
5º	Auditoria	60
6º	Controladoria	60
6º	Introdução aos Estudos Atuariais e Contábeis	60
6º	Contabilidade Tributária	60
6º	Perícia Contábil, Mediação e Arbitragem	60
7º	Projetos de Extensão Universitária	60
7º	Estágio Curricular Supervisionado	30
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
8º	Ética Contábil	60
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	30
8º	Atividades Complementares	30

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UNIFESP, que conta com a carga horária total de 3.070 horas, sendo 2.830 horas para unidades curriculares fixas e 240 horas para unidades curriculares

eletivas. Não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 38 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Governança Global Do Desenvolvimento; Constitucionalização Global Dos Direitos Humanos; Análise De Política Externa; História Da Política Externa Brasileira; Política Externa Brasileira Contemporânea; Os Estados Unidos: Política Interna E Externa; Pensamento Social E Política Externa Brasileira; Comércio Exterior E Desenvolvimento Regional; Compreensão da Realidade Brasileira (CRB) III: O Brasil E Suas Relações Internacionais; Política Internacional Contemporânea; Comércio Internacional; Economia Internacional; História Das Relações Internacionais II; Relações Internacionais Da América Latina Contemporânea; Segurança Internacional; Sistemas De Direito Internacional; Teoria Das Relações Internacionais I; Teoria Das Relações Internacionais II; Teoria Das Relações Internacionais III; Introdução À Política Internacional; História Das Relações Internacionais I; Princípios De Direito Para Relações Internacionais; Temas Sociais Nas Relações Internacionais; Organizações Internacionais Governamentais E Não Governamentais; Direito Do Comércio Internacional; Estudos Estratégicos: Guerra E Política Em Relações Internacionais; Direito Internacional Dos Refugiados; Direito Internacional; Economia Política Internacional; Negociações Comerciais Internacionais; Regimes Econômicos Internacionais; Materialismo Dialético, Histórico E Relações Internacionais; Difusão Internacional De Políticas Públicas; Direitos Humanos E Justiça Internacional; Proteção Internacional Dos Direitos Humanos: O Sistema Interamericano; Teoria Geral Do Direito E Do Direito Internacional; Prática De Gestão Municipal E Redes Internacionais De Cidades, todas com carga horária de 60 horas e; Regimes Econômicos Internacionais E Crise No Sistema De Comércio, com carga horária de 30 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UNIFESP não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UNIFESP em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sudeste; UF: SP; Cidade: OSASCO; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 81,82% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2017.2: -; -; 2018.1: 92,00% de aprovados, totalizando 11 bacharéis aprovados; 2018.2: 100,00% de aprovados, totalizando 4 bacharéis aprovados; 2019.1: 76,47% de aprovados, totalizando 13 bacharéis

aprovados; 2019.2: 92,86% de aprovados, totalizando 13 bacharéis aprovados; 2020.1: 85,71% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados.

A IES UNIFESP disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre o curso, coordenação do curso, secretaria, a Matriz curricular, e o PPC. Há informações sobre o corpo docente disponibilizado com fotos e endereços do currículo Lattes, horários e outros serviços de apoio aos estudantes, como manuais de estágio e formulários. Não foram encontradas informações sobre ações e internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi inaugurada no ano de 1926 e inicialmente começou suas atividades como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), sendo nomeada como Universidade Federal de Viçosa (UFV) a partir de 1969. A UFV atualmente possui três campi: Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. O campus Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), criada em março de 1922, do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, sendo inaugurada em 1926, e em 1927, foram iniciadas as atividades didáticas, com a instalação dos cursos Fundamental e Médio e, no ano seguinte, do Curso Superior de Agricultura. Em 1932, foi a vez do Curso Superior de Veterinária. Em 1948, o Governo do Estado a transformou em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), que era composta pela Escola Superior de Agricultura, pela Escola Superior de Veterinária, pela Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (Pós-Graduação), pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão (UFV, 2021).

O Campus Florestal originou-se da Fazenda Escola de Florestal fundada em 1939, com o objetivo de formar capatazes e ministrar cursos rápidos aos fazendeiros. Quatro anos depois, a fazenda passou a abrigar menores e a oferecer o ensino primário e profissional-agrícola. Em maio de 1948, ela foi rebatizada para Escola Média de Agricultura (Emaf) que, em 1955, incorporou-se à extinta Universidade Rural de Minas Gerais (Uremg) e, em 1969, à Universidade Federal de Viçosa. O campus Rio Paranaíba (CRP) foi criado em 2006, e as suas atividades acadêmicas tiveram início no segundo semestre de 2007, com o oferecimento dos cursos de Administração (Integral e Noturno) e Agronomia (Integral). A partir do segundo semestre de 2008, passaram a ser oferecidos dois novos cursos, Sistemas de Informação (Integral e Noturno) e Ciências de Alimentos (Integral). (UFV, 2021)

A apresentação do curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFV em seu PPC faz uma breve contextualização do ambiente contábil contemporâneo abordando alguns fatos relevantes como: o aprofundamento dos processos de interação e dependências política, econômica e cultural entre as nações, o qual é comumente denominado de Globalização; os

avanços dos meios de transporte e comunicação e, principalmente com o advento da tecnologia da Internet e das novas mídias digitais. E complementa relatando que esses fatos produziram consequências nas estruturas e formas de gestão de organizações públicas e privadas e nas relações que elas passaram a estabelecer com os diferentes agentes sociais (UFV, 2018).

A processo de harmonização das normas contábeis também é abordado em seu PPC como um processo de compreensão da diversidade da Contabilidade e da sua importância no processo de expansão de fluxos de capitais, destacando o surgimento da organização Mundial de Comércio (OMC), da privatização e desregulação da economia e do desenvolvimento de órgãos como o *Internacional Accounting Standard Committee* (IASC), *International Accounting Standard Board* (IASB), além de citar a participação do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), no Brasil destaca a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e das alterações oriundas da Lei nº 11.638/07 responsável pela adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) no Brasil, assuntos esses que já foram discorridos no Capítulo 1 desta pesquisa.

Assim, tendo em vista os diferentes fatos econômicos, políticos e legais que marcaram mudanças do ambiente onde a Contabilidade está inserida, se espera que estes profissionais contábeis, em seu período de formação, possam ter uma visão crítica e construtiva das Ciências Contábeis dentro do processo de interação entre empresas, Estado e sociedade, em um mundo em constante transformação. Dessa perspectiva, o Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UFV definiu ações e objetivos e com isso se espera que possa: atender as diretrizes do Ministério da Educação (MEC); formar profissionais que, além de estarem tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, tenham consciência da sua responsabilidade na construção de uma ordem social mais justa e solidária; promover a pesquisa contábil dentro da UFV e, conseqüentemente, seu desenvolvimento e crescimento nacional e internacionalmente; preparar os alunos e possibilitar o seu bom desempenho em processos de avaliação institucional e nacional na área (UFV, 2018).

Dessa forma o Curso de Ciências Contábeis da UFV:

[...] foi concebido para formar profissionais com competências generalistas e habilidades para o exercício ético-profissional das atribuições que lhes são prescritas por meio de legislação específica. Com as rápidas mudanças da sociedade e, conseqüentemente, das Ciências Contábeis, principalmente com a adoção das IFRS, o curso vem sendo adaptado e, atualmente, além das atribuições legais conferidas ao contador, pretende-se despertar e preparar o discente para atuar como colaborador imprescindível no processo de gestão, munindo os gestores de informações relevantes e precisas, função maior da Contabilidade como sistema de informações.

O atual processo de evolução das atividades econômicas como um todo tem modificado sobremaneira a vida das instituições, independentemente de seu tamanho ou do seu nível de organização administrativa, trazendo com isto substancial evolução aos profissionais da área contábil (UFV, 2018, p. 12).

Há relevância do ponto de vista local e regional do curso, visto que o município de Viçosa, nas Minas gerais, pois há reconhecidas organizações de outras atividades econômicas em segmentos como o de cosméticos, supermercados, incubadoras, fundações de gerenciamento de recursos públicos, dentre outras, que necessitam de controle, gestão e divulgação contábil. Ressalta-se ainda que próximo à cidade de Viçosa há cidades adjacentes que possuem polos de segmentos produtivos de destaques estadual e nacional, incluindo-se também, como demanda contábil, as atividades para as quantidades representativas de pequenas e médias empresas (ou microempreendedores) que são responsáveis pela geração de renda, emprego e melhores condições sociais para a população (UFV, 2018).

No Quadro 25 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 25 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Viçosa (UFV)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Introdução à Administração	60
1º	Contabilidade I	60
1º	Instituições de Direito	60
1º	Introdução à Economia	60
1º	Cálculo I	60
2º	Fundamentos de Administração Financeira	60
2º	Contabilidade II	60
2º	Direito de Empresa	60
2º	Contabilidade Nacional	60
2º	Oficina de Leitura e Produção de Gêneros	60
3º	Metodologia de Pesquisa em Administração e Ciências Contábeis	60
3º	Contabilidade III	60
3º	Contabilidade de Custos I	60
3º	Legislação Tributária	60
3º	Iniciação à Estatística	60
4º	Contabilidade IV	60
4º	Contabilidade de Custos II	60
4º	Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras	60
4º	Métodos Quantitativos em Administração e Ciências Contábeis	60
4º	Legislação Social	60
5º	Finanças de Curto e Longo Prazo	60
5º	Teoria da Contabilidade	60
5º	Contabilidade Gerencial	60
5º	Contabilidade Tributária I	60
5º	Sociologia	60
6º	Orçamento Empresarial	60
6º	Análise de Projetos de Investimento	60
6º	Contabilidade Tributária II	60
6º	Auditoria de Demonstrações Contábeis	60
6º	Prática Contábil I	60

Quadro 25 – Matriz Curricular – Universidade Federal De Viçosa (UFV)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
7º	Perícia Contábil	60
7º	Contabilidade Pública	60
7º	Prática Contábil II	60
8º	Estágio Supervisionado	360
9º	Trabalho de Conclusão de Curso	120

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFV, que conta com a carga horária total de 3.120 horas, sendo 960 horas destinada à formação básica, 900 horas destinadas à formação profissional, 360 horas em estágio supervisionado, 120 horas para a elaboração do TCC e 120 horas em Práticas Contábeis direcionadas em laboratório. O curso não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 2 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Contabilidade aplicada em Ambientes Internacionais e; Marketing Internacional, ambas com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFV não foram encontradas informações sobre a internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UFV em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sudeste; UF: MG; Cidade: VICOSA; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 100,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2017.2: 83,33% de aprovados, totalizando 15 bacharéis aprovados; 2018.1: 89,00% de aprovados, totalizando 8 bacharéis aprovados; 2018.2: 73,33% de aprovados, totalizando 11 bacharéis aprovados; 2019.1: 66,67% de aprovados, totalizando 12 bacharéis aprovados; 2019.2: 87,50% de aprovados, totalizando 14 bacharéis aprovados; 2020.1: 85,00% de aprovados, totalizando 17 bacharéis aprovados.

A IES UFV disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre o curso, coordenação do curso, a Matriz curricular, e o PPC. Há informações sobre o corpo docente disponibilizado com endereços do currículo Lattes, comissão coordenadora, infraestrutura, horários e outros serviços de apoio aos estudantes, como oportunidades profissionais e orientação acadêmica. Não foram encontradas informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma instituição federal de Ensino Superior sediada na cidade de Teresina no Estado do Piauí e possui campi nas cidades de Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus. A Instituição é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) e é financiada com recursos do Governo Federal. A UFPI foi instalada no ano de 1971 a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado, a Faculdade de Direito, a Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Administração (Parnaíba) e a Faculdade de Medicina (UFPI, 2021).

A UFPI tem como Missão definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos anos de 2010 a 2014 que versa sobre “Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”(UFPI, 2021, np).

A UFPI tem como objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado e visa:

- [...] a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científica e do pensamento reflexivo;
- b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive;
- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação;
- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (UFPI, 2021, np).

Dentro dessas premissas e objetivos, o Curso de Ciências Contábeis do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) da UFPI foi criado em 1976 e teve o reconhecimento no ano de 1981. O Curso de Ciências Contábeis procedeu à sua reforma curricular no ano de 2006 contemplando os itens exigidos nas alterações das diretrizes da educação superior ocorridas até o ano de 2004. Fez-se necessário ajustes, em razão das grandes mudanças pelas quais a contabilidade passou a partir de 2007 face a sua convergência para os padrões internacionais, o

que gerou mudanças significativas na legislação brasileira referente a forma de evidenciação, mensuração dos elementos patrimoniais bem como trouxe inovações na estrutura dos relatórios usados para evidenciar tais alterações (UFPI, 2014).

O Curso de Ciências Contábeis do CMRV da UFPI tem como Missão:

[...] formar profissionais e pesquisadores capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira através de sua atuação junto às entidades contábeis e promover a competitividade dos agentes econômicos, com a produção e disseminação de conhecimentos nas áreas específicas de mensuração contábil e de modelos de gestão econômica (UFPI, 2014, p. 13).

O objetivo geral do curso busca formar um profissional de contabilidade comprometido com os valores éticos e morais da sociedade, sendo capaz de identificar, entender, explicar, criticar, aprimorar e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos, com vistas ao desenvolvimento das Ciências Contábeis e da sociedade através das organizações, com as competências e habilidades inerentes a profissão. E de forma específica objetiva formar profissionais que exerçam com proficiência suas atribuições, que tenham uma visão sistêmica holística e interdisciplinar da atividade contábil; contribuir para o desenvolvimento e uso de raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas; habilitar profissionais que sejam proficientes na elaboração de relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários; capacitar o profissional para interpretação das tendências de mercado nacional e internacional; estimular o aluno na busca do autodesenvolvimento como fundamento de sua realização pessoal e profissional. (UFPI, 2014)

No Quadro 26 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 26 – Matriz Curricular – Universidade Federal Do Piauí (UFPI)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Seminário de Introdução ao Curso	15
1º	Matemática Financeira	60
1º	Metodologia Científica	60
1º	Introdução à Contabilidade	60
1º	Teoria Geral da Administração	60
1º	Comunicação Empresarial	60
2º	Inst. De Direito Público e Privado	60
2º	Contabilidade Geral I	60
2º	Métodos Quantitativos	60
2º	Economia	60
2º	Sociologia Organizacional	60
3º	Direito Tributário	60
3º	Estrutura das Dem. Contábeis	60
3º	Contabilidade Geral II	60
3º	Ética Profissional	30

Quadro 26 – Matriz Curricular – Universidade Federal Do Piauí (UFPI)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
3º	Estatística	30
3º	Psicologia Organizacional	60
4º	Direito Empresarial	60
4º	Análise das Dem. Contábeis	60
4º	Contabilidade de Custos I	60
4º	Contabilidade Societária	60
4º	Gestão de Finanças Públicas	60
4º	Optativa	60
5º	Direito do Trabalho	60
5º	Contab. Aplic. ao Agronegócio	60
5º	Contabilidade de Custos II	60
5º	Contabilidade Atuarial	30
5º	CASP I	60
5º	Sist. De Inf. Gerencial – SIG	30
5º	Optativa	60
6º	Direito Administrativo	60
6º	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60
6º	Planej. Contábil e Tributário	60
6º	Análise de Custos	60
6º	CASP II	60
6º	Optativa	60
7º	TCC I	60
7º	Auditoria Contábil I	60
7º	Planej. E Orçamento Empresarial	60
7º	Contabilidade Avançada	60
7º	Estágio Superv. Obrig. – Pública	195
7º	Teoria da Contabilidade	60
8º	TCC II	60
8º	Auditoria Contábil II	60
8º	Estágio Superv. Obrig. – Privada	195
8º	Controladoria	60
8º	Perícia Contábil e Arbitragem	60

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFPI, que conta com a carga horária total de 3.045 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 2 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Contabilidade Internacional e; Economia Internacional, ambas com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFPI não foram encontradas informações sobre ações que visam a internacionalização.

A seguir são informados os dados da UFPI em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica:

Nordeste; UF: PI; Cidade: TERESINA; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 67,39% de aprovados, totalizando 31 bacharéis aprovados; 2017.2: 74,07% de aprovados, totalizando 40 bacharéis aprovados; 2018.1: 81,00% de aprovados, totalizando 21 bacharéis aprovados; 2018.2: 85,71% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2019.1: 81,40% de aprovados, totalizando 35 bacharéis aprovados; 2019.2: 84,62% de aprovados, totalizando 22 bacharéis aprovados; 2020.1: 83,87% de aprovados, totalizando 26 bacharéis aprovados.

A IES UFPI disponibiliza em seu endereço eletrônico, poucas informações sobre o curso, a Matriz curricular e calendário. Não há informações sobre o corpo docente, apenas da coordenação do curso. Há serviços de apoio aos estudantes, como monografias, e direcionamento para o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Não há informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem a sua história iniciada com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia, e com isso também se iniciava, de forma geral, a educação superior no Rio Grande do Sul. Na sequência, ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, em 1900 e, em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes (UFRGS, 2021).

No ano de 1947 passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, mais tarde essas unidades foram desincorporadas da URGS, com a criação, da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Com a federalização da URGS, em 1950, passando à esfera administrativa da União e ter a denominação utilizada até hoje UFRGS (UFRGS, 2021).

O curso de Ciências Contábeis da UFRGS tem duração de 8 semestres, no turno noturno e oferece 140 vagas anuais, e foi criado oficialmente em 1945, obtendo reconhecimento no mesmo ano. A concepção do curso é alicerçada nos seguintes pressupostos:

OBJETO: Graduação em Ciências Contábeis, com competências e habilidades para atender, na plenitude, as demandas das funções do profissional de contabilidade.
MISSÃO: Servir a sociedade e as organizações, desenvolvendo e empreendendo o conhecimento da linguagem das Ciências Contábeis e afins, na formação profissional e cidadã.

VISÃO: Formar profissionais multidisciplinares para atuação num mercado globalizado.

PRINCÍPIOS: Respeito aos seres humanos, com atuação ética entre toda a comunidade acadêmica e sociedade, busca de excelência na prática de suas atividades profissionais e sociais.

OBJETIVO: Formar cidadãos com habilidades, competências e senso crítico suficientes para interagir nos ambientes de aplicação do conhecimento contábil.

ESTRATÉGIA: Desenvolvimento teórico, técnico, crítico, ético e cidadão da linguagem das ciências contábeis e áreas afins, no contexto das atividades e do patrimônio das organizações.

QUALIDADE DO CURSO: A qualidade do curso será objeto de avaliação regular, cujo resultado será direcionado à melhoria da formação dos nossos alunos.

BENEFÍCIOS ESPERADOS: Habilitação de pessoas para as funções próprias do profissional contábil, compromissadas com a criação de valores econômicos e sociais nas organizações (UFRGS, 2018).

Seguindo as premissas dessas concepções, o curso visa a formação ampla, crítica e reflexiva e, que garanta a autonomia e discernimento do aluno. Dentro desta percepção o curso de ciências contábeis da UFRGS tem como objetivos continuar sendo reconhecido como um curso de excelência na área contábil com inserção regional, nacional e internacional e ser capaz de formar profissionais globalizados aptos a atuar nos diversos setores econômicos, capazes de gerar informações que contribuam para o processo de gestão em todos os seus níveis, com participação no desenvolvimento da sociedade brasileira de forma sustentável (UFRGS, 2018).

O curso ainda aborda a sua estrutura dinâmica e completamente adaptada às mais recentes exigências do mundo dos negócios, como por exemplo, o atendimento a demandas empresariais na produção e divulgação de informações que facilitem a tomada de decisões por parte da vasta gama de partes relacionadas à organização (*stakeholders*), sendo eles gestores, empresários, investidores, acionistas, fornecedores, clientes, governos, instituições financeiras, empregados, concorrentes e comunidade. Como a contabilidade segue rígidos padrões técnicos internacionais e legais na elaboração e apresentação de demonstrações financeiras, o universo contábil tem uma necessidade constante de profissionais preparados e qualificados para o atendimento das exigências técnicas, legais e mercadológicas que afetam o ambiente econômico mundial (UFRGS, 2021b).

O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil e a conceção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) também são revelados no PPC do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS, que em ação a esta convergência busca preparar e oferecer ao mercado esse profissional com perfil técnico, dinâmico, ético e adaptável às mudanças constantes do ambiente dos negócios. Além disso, a matriz curricular do curso procura contemplar disciplinas e conteúdos que forneçam aos alunos os meios de desenvolverem suas habilidades sociais e políticas para que possam

assumir posições de liderança no mercado de trabalho e na sociedade. As habilidades de comunicação, cidadania corporativa, inteligência emocional, educação ambiental, postura e ética profissional, também são mencionadas, pois são competências constantemente estimuladas na formação acadêmica dos alunos de Ciências Contábeis e extremamente valorizadas no perfil do profissional moderno (UFRGS, 2021b).

Dada a abrangência das possibilidades de atuação do profissional contábil, o exercício da profissão pode ser realizado em quaisquer setores econômicos, bem como em diferentes níveis hierárquicos, não se esgotando com as atividades mencionadas. “O contador do terceiro milênio deverá dispor de larga base cultural, visão de tendências sociais e do mercado, facilidade de expressão, espírito empreendedor, liderança e ética em todas as suas atividades profissionais em âmbito nacional e internacional” (UFRGS, 2021b, np).

Assim, de forma resumida, o Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (DCCA) da UFRGS visa formar profissionais com sólidos conhecimentos financeiros, patrimoniais e governamentais, com plena utilização de inovações tecnológicas. E com isso prepará-los para a atuação no mercado de trabalho globalizado, com o conhecimento das Normas Internacionais de Contabilidade, ou no termo em inglês, *International Financial Report Standards* (IFRS), e para atuar de forma polivalente e interligado às diferentes áreas do saber, adquirindo e desenvolvendo habilidades e competências. (UFRGS, 2018).

No Quadro 27 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 27 – Matriz Curricular – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Álgebra Linear E Geometria Analítica	60
1º	Contabilidade Introdutória	60
1º	Instituições De Direito	60
1º	Introdução À Administração	60
1º	Matemática Financeira – A	60
1º	Produção De Textos	60
2º	Cálculo Diferencial E Integral	60
2º	Contabilidade Intermediária	60
2º	Direito Comercial	60
2º	Organização Da Produção	60
2º	Teoria Econômica	60
3º	Análise Microeconômica I	60
3º	Contabilidade Para Pequenas E Médias Empresas	60
3º	Contabilidade Societária I	60
3º	Estatística Geral I	60
3º	Introdução Ao Direito Do Trabalho	60
4º	Administração Financeira	60
4º	Análise Macroeconômica	60
4º	Contabilidade De Seguro Privado	60
4º	Contabilidade Governamental I	60

Quadro 27 – Matriz Curricular – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
4º	Contabilidade Societária II	60
4º	História Da Contabilidade	60
5º	Contabilidade Governamental II	60
5º	Contabilidade Societária III	60
5º	Direito Tributário I – A	60
5º	Metodologia Básica De Custos	60
5º	Planejamento Contábil	60
5º	Profissão Contábil E Contemporaneidade	60
6º	Análise De Demonstrações Contábeis	60
6º	Contabilidade E Planejamento Tributário I	60
6º	Estágio Curricular Supervisionado	60
6º	Gestão Estratégica De Custos	60
6º	Metodologia De Pesquisa Em Contabilidade E Atuária	60
6º	Teoria Da Contabilidade	60
7º	Auditoria I	60
7º	Contabilidade E Planejamento Tributário II	60
7º	Contabilidade Orçamentária	60
7º	Projeto De Pesquisa Em Ciências Contábeis	60
7º	Sistema De Informações Gerenciais	60
8º	Auditoria II	60
8º	Controladoria	60
8º	Perícia Contábil	60
8º	Sistema De Informações Gerenciais II	60
8º	Trabalho De Conclusão De Curso – SÃO	60

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFRGS, que conta com a carga horária total de 3.000 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória, nem eletiva, que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFRGS não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UFRGS em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sul; UF: RS; Cidade: PORTO ALEGRE; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 82,05% de aprovados, totalizando 32 bacharéis aprovados; 2017.2: 90,57% de aprovados, totalizando 48 bacharéis aprovados; 2018.1: 89,00% de aprovados, totalizando 39 bacharéis aprovados; 2018.2: 92,86% de aprovados, totalizando 52 bacharéis aprovados; 2019.1: 86,54% de aprovados, totalizando 45 aprovados; 2019.2: 89,66% de aprovados, totalizando 26 bacharéis aprovados; 2020.1: 88,46% de aprovados, totalizando 46 bacharéis aprovados.

A IES UFRGS disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a instituição e o curso, a Matriz curricular, o PPC e calendário. Há informações sobre o corpo docente, técnicos administrativos e egressos, abas que direcionam para pesquisa, extensão, publicações, notícias, eventos e serviços. Em relação aos docentes as informações são completas, contendo, além dos currículos Lattes, formas de contato com os mesmos. Não foram encontradas informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) também é uma universidade que deriva de outra instituição, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), criada em 1967. A partir do ano de 1994, foi requerida a transformação da ESAM em Universidade Federal Especializada de Mossoró e no mesmo ano, consegue a aprovação do Curso de Medicina Veterinária, aumentando para dois, o número de cursos de graduação. Várias ações foram realizadas ao longo do tempo com o intuito de transformar a ESAM em Universidade especializada e federalizada. Os esforços começam a dar frutos com a aprovação pela CAPES, em 2004, do primeiro curso de doutorado da Instituição, extremamente necessário para a transformação da ESAM em Universidade Especializada e em 2005 é finalmente a ESAM é transformada em Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA, 2021).

O curso de graduação em Ciências Contábeis da UFERSA foi autorizado em 2007, na modalidade de ensino presencial, tendo ingressado a primeira turma de alunos no período letivo do primeiro semestre do ano de 2009, cujo prazo de integralização corresponde a nove semestres. E em cada semestre, 40 novos alunos ingressam através de processo seletivo vigente na UFERSA, caracterizando, portanto, o regime acadêmico por meio de créditos e com característica multidisciplinar (UFERSA, 2012).

O curso de Ciências Contábeis tem como a missão produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade. Desse modo, o curso assume os princípios institucionais da UFERSA de:

- Observância dos princípios da ética, da gestão democrática, transparência e participação, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, planejamento, avaliação e sustentabilidade;
 - Natureza pública e gratuita do ensino sob a responsabilidade da União;
 - Liberdade de ensino, pesquisa e extensão, da difusão e socialização do saber;
 - Dissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - Democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade e à oportunidade de acesso e socialização de seus benefícios.
- Além disso, busca junto aos integrantes da comunidade universitária, atingir os objetivos institucionais da UFERSA, que consistem em:

- Ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e socioambiental, desenvolvendo pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária estabelecendo uma relação aberta e recíproca com a sociedade, garantindo a sua sustentabilidade;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, a contribuição ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e a difusão da cultura, adequando em nível superior o entendimento do homem em relação ao meio em que vive;
- Contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira, visando à elevação do índice de desenvolvimento humano por meio de pesquisas e extensão, realizadas em seu âmbito;
- Estender à comunidade, sob todos os meios possíveis, o ensino, a pesquisa e a extensão (UFERSA, 2012, p. 19-20).

De forma mais específica o curso de Ciências Contábeis da UFERSA busca formar profissionais capazes de atuarem em entidades públicas, privadas e do terceiro setor, considerando aspectos científicos, tecnológicos, econômicos, financeiros, sociais, ambientais e do semiárido, exercendo “[...] a profissão de forma inovadora, crítica e analítica nos diversos setores da economia e da sociedade, em conformidades com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (Resolução CNE/CES n.º 10/2004) e a filosofia da UFERSA” (UFERSA, 2021b, np).

O PPC do curso elenca as recentes mudanças na sociedade e nas normas contábeis destacando as Leis n.º 11.638/2007 e a n.º 11.941/2009, a criação do CPC e dos procedimentos e normas brasileiros de contabilidade têm dado os seus primeiros passos no sentido de permitir que haja a convergência as demandas internacionais (UFERSA, 2012).

No Quadro 28 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 28 – Matriz Curricular – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Fundamentos de Administração	60
1º	Contabilidade Introdutória	60
1º	Fundamentos de Economia	60
1º	Fundamentos de Matemática	60
1º	Tópicos de Informática	60
2º	Sociologia das Organizações	60
2º	Direito Empresarial	60
2º	Contabilidade Intermediária I	60
2º	Mercado Financeiro	60
2º	Matemática Financeira	60
3º	Ética e Legislação Profissional	30
3º	Contabilidade Intermediária II	60
3º	Legislação Social e Trabalhista	60
3º	Liderança e Comportamento Humano	60
3º	História do Pensamento Contábil	30
3º	Estatística	60
4º	Metodologia Científica	60

Quadro 28 – Matriz Curricular – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
4º	Contabilidade de Custos	60
4º	Teoria da Contabilidade	60
4º	Administração Financeira	60
4º	Direito Tributário	60
5º	Orçamento Público	60
5º	Prática Contábil I	60
5º	Contabilidade Avançada	60
5º	Análise de Custos	60
5º	Contabilidade e Planejamento Tributário	60
6º	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	60
6º	Contabilidade Pública	60
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
6º	Prática Contábil II	60
6º	Auditoria I	60
7º	Finanças Corporativas	60
7º	Prática Contábil III	60
7º	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60
7º	Auditoria II	60
7º	ELETIVA I	30
7º	ELETIVA II	30
8º	Controladoria Empresarial	60
8º	Perícia Contábil e Arbitragem	60
8º	Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social	60
8º	Elaboração de Projeto de Pesquisa	30
8º	ELETIVA III	60
8º	ELETIVA IV	30
9º	Orçamento Empresarial	60
9º	Noções de Contabilidade Atuarial	60
9º	ELETIVA V	60
9º	Trabalho de Conclusão de Curso	120
	Atividades Complementares	300
	Há 55 disciplinas eletivas.	

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UFERSA, que conta com a carga horária total de 3.000 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 4 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Mercados E Relações Internacionais No Agronegócio; Direito Internacional; Direito do Comércio Internacional; Comércio Exterior todas com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UFERSA não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UFERSA em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE

FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA) Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Nordeste; UF: RN; Cidade: MOSSORO; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: 58,06% de aprovados, totalizando 18 bacharéis aprovados; 2017.2: 86,96% de aprovados, totalizando 20 bacharéis aprovados; 2018.1: 55,00% de aprovados, totalizando 17 bacharéis aprovados; 2018.2: 76,19% de aprovados, totalizando 16 bacharéis aprovados; 2019.1: 62,50% de aprovados, totalizando 10 bacharéis aprovados; 2019.2: 77,27% de aprovados, totalizando 17 bacharéis aprovados; 2020.1: 52,63% de aprovados, totalizando 10 bacharéis aprovados.

A IES UFERSA disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a instituição e o curso, a Matriz curricular, o PPC, e calendário. Há informações sobre o corpo docente, membros do colegiada, centro acadêmico, e abas que direcionam para extensão, publicações, notícias, eventos, internacionalização e serviços. Em relação aos docentes, além dos currículos Lattes, há formas de contato com os mesmos. Há ainda um núcleo de práticas contábeis (NPC). Não foram encontradas informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) tem a sua origem na Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909 e que originou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) e por fim transformou-se na UTFPR, e é a primeira Universidade Tecnológica Federal denominada no Brasil. A UTFPR tem como principal foco a graduação, a pós-graduação e a extensão, oferecendo 100 cursos superiores de tecnologia, bacharelados (entre eles engenharias) e licenciaturas, além da oferta de 19 cursos técnicos em diversas áreas do mercado, como técnicos de nível médio integrado e cursos técnicos de nível médio subsequentes na modalidade a distância, com polos distribuídos pelos estados do Paraná e de São Paulo. Em relação à pós-graduação, a Universidade também oferece mais de 90 cursos de especialização, 40 programas de pós-graduação stricto sensu, com cursos de mestrado e doutorado, além de centenas de grupos de pesquisa (UTFPR, 2021).

A UTFPR também atua através de relações empresariais e comunitárias, por meio do desenvolvimento de pesquisa aplicada, da cultura empreendedora, de atividades sociais e extraclasse, entre outros. Possui 13 câmpus no Estado do Paraná e pretende ampliar essa atuação, atendendo a necessidade de cada região. Conta com a força de trabalho de 2.549 professores e 1.176 técnicos-administrativos, sendo o número de estudantes regulares nos cursos técnicos, graduação e pós-graduação ultrapassando 32 mil. Tanto a missão quanto a visão da UTFPR é, de certa forma, voltada à educação tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade,

com isso pretender ser um modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica (UTFPR, 2021).

O Curso Superior de Ciências Contábeis foi criado em 1975, pela Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Pato Branco (FACICON), oferecendo 65 vagas no seu início. O curso foi reconhecido em 1979 e ratificado pelo MEC em 1980, e prioriza a contabilidade gerencial, voltada para a tomada de decisão e a contabilidade financeira, voltada à informação dos usuários externos. Com duração de 4 anos e tem como os principais eixos de formação: Contábil/Gerencial, Aplicadas, Legal, Humanas, Tecnológico e Complementar. Para completar a formação, o acadêmico desenvolve o Estágio Curricular, o Trabalho de Conclusão do Curso, além de Atividades Complementares. (UTFPR, 2020; UTFPR, 2021b).

A estrutura de laboratórios da Universidade também é apresentada, onde podem ser feitas simulações de negócios, utilização de softwares comerciais, possibilitando assim a realização de atividades práticas. O Curso de Ciências Contábeis da UTFPR é dentre os cursos oferecidos pela UTFPR, o que apresenta a maior taxa de empregabilidade, sinal de reconhecimento da sociedade e do mercado de trabalho quanto alto nível técnico e científico de nossos alunos e egressos. Também possui acordo de Dupla Diplomação, assim, os alunos podem realizar intercâmbio internacional em Portugal durante um ano e obter os diplomas de Licenciatura e Mestrado em Portugal e o Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis no Brasil (UTFPR, 2021b).

No PPC do curso é informado sobre a relevância do profissional contábil na sociedade contemporânea, como um agente ativo no processo decisório, tendo visão estratégica e compromisso com otimização dos resultados e auxiliando no processo de planejamento, controle, tomada de decisão, das obrigações fiscais em que as empresas estão envolvidas e que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico. Assim, o Curso Superior de Ciências Contábeis tem agido de forma a propiciar que seus bacharéis sejam capazes de reagir aos desafios permanentes e mutáveis que a competição crescente e a velocidade das mudanças têm trazido aos gestores de negócios. O curso destaca ainda as áreas emergentes para a contabilidade, tais como: Contabilidade societária de acordo com as normas internacionais; Contabilidade ambiental; Contabilidade social; Contabilidade para tomada de decisão; Contabilidade internacional (UTFPR, 2020).

Como missão, o curso de Ciências Contábeis da UTFPR visa produzir e disseminar o conhecimento científico contábil, formando profissionais contábeis que atendam às necessidades e expectativas da sociedade, considerando os aspectos inovadores, sustentáveis e tecnológicos. Já em relação à visão vislumbra em ser um curso de graduação de referência na

Contabilidade, sendo reconhecido como um dos melhores cursos do Brasil. Lastreando tanto a missão quanto a visão nos seguintes valores: Humanismo, Ética, Responsabilidade Social e Comprometimento (UTFPR, 2020).

Sobre o perfil do egresso e do desenvolvimento do currículo do curso:

[...] o novo perfil do egresso, a partir das perspectivas do currículo por competências, passa a ser: O curso de Ciências Contábeis visa a formar contadores socialmente responsáveis, que se caracterizam pelo raciocínio lógico, crítico e analítico, capazes de compor equipes multidisciplinares para avaliar os fenômenos patrimoniais numa visão sistêmica, holística, inovadora e sustentável. Poderão atuar em diferentes entidades e contextos organizacionais locais e globais. Para tanto, são capazes de: (i) gerenciar os sistemas de informação contábil conforme a legislação pertinente; (ii) desenvolver soluções contábeis de forma ética para a gestão das organizações; e (iii) validar soluções contábeis estratégicas personalizadas com os responsáveis pelo processo decisório adequado as recomendações viáveis, de forma ética (UTFPR, 2020, p. 43).

Conforme apresentado anteriormente o curso possui acordos de Internacionalização e de Dupla Diplomação e isso faz parte das políticas da UTFPR para os cursos de graduação. Dentre os acordos firmados podem ser destacados o primeiro acordo de dupla diplomação com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), pertencente ao Instituto Politécnico do Porto (IPP) em 2015. No ano de 2016 houve acordo realizado com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). Esses acordos e demais ações sobre a mesma perspectiva de internacionalização, possibilitam aos acadêmicos, oportunidades no mercado de trabalho e projeção no mercado internacional (UTFPR, 2020).

O curso mantém e amplia o projeto de internacionalização do curso, alinhando-se com as diretrizes políticas e institucionais da UTFPR. Para isso, pretende nos próximos anos realizar intercâmbio de professores, trazendo professores de instituições estrangeiras parceiras para ministrarem disciplinas no Brasil e enviando professores da UTFPR para ministrarem cursos e disciplinas em outros países.

Da mesma forma, é de interesse do curso estabelecer parcerias na pesquisa acadêmica, buscando parceiros que possam contribuir para execução de pesquisas relevantes na área da Ciência Contábil a nível internacional. (UTFPR, 2020, p. 33)

No Quadro 29 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 29 – Matriz Curricular – Universidade Técnica Federal Do Paraná (UTFPR)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Leitura e produção de textos acadêmicos	30
1º	Contabilidade Introdutória I	60
1º	Matemática financeira	60
1º	Metodologia da pesquisa	30
1º	Fundamentos da gestão organizacional	30

Quadro 29 – Matriz Curricular – Universidade Técnica Federal Do Paraná (UTFPR)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Psicologia organizacional	30
1º	Instituições de direito	60
2º	Microeconomia	60
2º	Leitura e produção de textos empresariais	30
2º	Contabilidade Introdutória II	60
2º	Estatística básica	30
2º	Filosofia	30
2º	Análise de investimentos	30
2º	Empreendedorismo	30
3º	Contabilidade intermediária I	60
3º	Macroeconomia	60
3º	Métodos quantitativos aplicados à contabilidade	30
3º	Ética aplicada à contabilidade	30
3º	Direito empresarial e societário	60
3º	Comportamento organizacional	30
4º	Contabilidade de custos	60
4º	Contabilidade intermediária II	60
4º	Mercado de capitais	60
4º	Direito do trabalho	60
4º	Laboratório contábil	30
4º	Oficina de Projeto integrador	30
5º	Teoria da contabilidade	60
5º	Análise de custos	60
5º	Contabilidade avançada I	60
5º	Simulação contábil operacional	30
5º	Análise das demonstrações contábeis	60
5º	Metodologia do trabalho científico I	30
6º	Contabilidade aplicada ao setor público	60
6º	Contabilidade avançada II	60
6º	Avaliação de desempenho organizacional	60
6º	Metodologia do trabalho científico II	30
6º	Finanças empresariais	60
7º	Auditoria contábil I	30
7º	Introdução à legislação tributária	60
7º	Controladoria I	30
7º	Contabilidade aplicada ao setor público II	30
7º	Simulação contábil gerencial	60
7º	Perícia	30
7º	TCC I	30
8º	Análise de projetos e orçamento empresarial	60
8º	Auditoria contábil II	60
8º	Controladoria II	30
8º	Contabilidade tributária	60
8º	TCC II	30

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UTFPR, que conta com a carga horária total de 3.460 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui uma

disciplina que pode ser classificada com conteúdo em ambiente externo. A disciplinas é: Contabilidade Internacional, com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UTFPR é apresentado o foco que a instituição tem sobre a internacionalização e isso é evidenciado com os acordos de dupla certificação firmados com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pertencente ao Instituto Politécnico do Porto (IPP).

A seguir são informados os dados da UTFPR em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Sul; UF: PR; Cidade: PATO BRANCO; Conceito ENADE Faixa: 5; Desempenho no ESC: 2017.1: -; -; 2017.2: -; -; 2018.1: 67,00% de aprovados, totalizando 12 bacharéis aprovados; 2018.2: 90,91% de aprovados, totalizando 10 bacharéis aprovados; 2019.1: 78,57% de aprovados, totalizando 11 bacharéis aprovados; 2019.2: 71,43% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2020.1: 88,24% de aprovados, totalizando 15 bacharéis aprovados.

A IES UTFPR disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a instituição e o curso, a Matriz curricular, o PPC entre outros documentos, como a política de Licenciamento de Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs). Há informações sobre o corpo docente, membros do colegiada, centro acadêmico, e abas que direcionam para extensão, acesso às publicações dos TCCs do curso, sistema de avaliação e internacionalização. Os docentes apenas são informados quando da consulta a uma disciplina em específico, não detalhes sobre os docentes no endereço eletrônico. Há informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso.

O Centro Universitário De Mineiros (UNIFIMES) teve a sua origem na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES) que teve o início da sua concepção no ano de 1984, sendo de fato instituída em 1985 através da Lei Municipal nº 278. Assim, a FIMES, com as Faculdades Isoladas conseguiu implantar os cursos superiores através das respectivas faculdades: Faculdade de Administração em 1986; Faculdade de Pedagogia em 1991; Faculdade de Ciência da Computação em 1994; Faculdade de Agronomia em 1994; Faculdade de Engenharia Florestal em 2002; Faculdade de Zootecnia em 2002; Faculdade de Ciências Contábeis em 2002 e; a Faculdade de Sistemas de Informação em 2002. Após autorização em 2004, e credenciamento como Faculdades Integradas de Mineiros em 2005, a FIMES implantou a Licenciatura Plena Parcelada em Matemática e três cursos superiores tecnológicos:

Administração Pública, Gestão em Agronegócio e Gestão em Marketing e Venda. Em 2006, a Licenciatura Plena Parcelada em Arte Educação. A partir de 2007 implantou o ensino à distância, por meio de convênio com a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) localizada em Salvador, na Bahia, para oferecer os cursos daquela Instituição: Tecnólogo em Segurança do Trabalho e as Licenciaturas de Biologia, História, Matemática e Letras. Em 2008, duas Licenciaturas Plenas Parceladas: Letras e Pedagogia, ambas na cidade de Anápolis, em Goiás. Em 2009, deu início ao Curso de Direito (UNIFIMES, 2021a).

Ainda como Faculdades Integradas consta a oferta das Pós-Graduações lato sensu Gestão em Tecnologia da Informação (GTI) e Psicopedagogia Institucional e Clínica em 2007; Gestão Sucro Alcooleira (FEF); Gestão de Pessoas e Gestão Tributária, Auditoria e Controladoria em 2009. Os dois primeiros cursos são próprios da FIMES e os outros dois são produtos da parceria com a Fundação Educacional de Fernandópolis em São Paulo. Em 2010 a FIMES foi autorizada a transformar as Faculdades Integradas de Mineiros em Centro Universitário de Mineiros, e em 2011 o Conselho Estadual de Educação validou a transformação das Faculdades Integradas de Mineiros em Centro Universitário (UNIFIMES, 2021a).

O curso de Ciências contábeis da UNIFIMES tem prazo previsto para a conclusão entre 48 e 72 meses, são oferecidas 35 vagas por turma no período noturno e busca o desenvolvimento de competências e habilidades que proporcionem a formação de um profissional da Contabilidade. O desenvolvimento desse profissional contábil está inserido em ações que permitam a sua atuação em condições de complexidade e competitividade, com elevado senso ético e ciente de suas responsabilidades sociais, gerando resultados positivos e sustentáveis para as organizações e sociedade promovendo o desenvolvimento econômico e social (UNIFIMES, 2021b).

Os objetivos específicos do curso versam sobre dotar o estudante de raciocínio lógico, crítico e analítico para a solução de problemas de natureza contábil, despertando sua capacidade para a construção e reconstrução do conhecimento contábil em ambientes de constantes mudanças e complementa com as ações necessárias para a formação do aluno:

- Capacitá-lo para a elaboração, interpretação e análise das demonstrações financeiras e contábeis, e para a execução das atividades de auditoria, perícia, arbitragens, quantificação de acervos patrimoniais em organizações públicas e privadas e a criação e implantação de controles internos em qualquer segmento produtivo ou institucional;
- Desenvolver no estudante habilidades para o uso dos instrumentos contábeis, visando o estabelecimento de estratégias administrativas, como capacidade de comunicação e liderança e atitudes para promover a realização de trabalhos em equipe;

- Formar profissionais dotados de conhecimentos e visão empreendedora e integradora no âmbito das Ciências Contábeis, para atuar como gestores e/ou empresários da contabilidade ou, ainda, de forma autônoma, como consultores, auditores, peritos e/ou analistas;
- Proporcionar ao estudante a compreensão das normas e princípios contábeis de maneira sistêmica, promovendo estudos e interpretações dos dados quantitativos das empresas, com o objetivo de informar, orientar e guiar a administração em termos de gestão e tomada de decisões;
- Formar profissionais habilitados para analisar e auxiliar na decisão sobre os investimentos a serem realizados pelas empresas, em recursos financeiros e produtivos deles decorrentes;
- Realizar estudos e registros necessários ao atendimento dinâmico das diversas áreas da legislação fiscal e tributária, que afetam e provocam modificações no patrimônio das entidades;
- Estimular a pesquisa na área contábil, com a finalidade de difundir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de suas teorias e técnicas (UNIFIMES, 2021b, np).

Ainda é destacado dentro Perfil do Egresso no curso que este possua uma combinação de aptidões, como sólida formação, raciocínio lógico, capacidade de liderança e sociabilidade, senso ético-profissional e humanístico abrangente, associado a uma visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido. O uso de tecnologias também é destacado, além da formação técnica e científica para enfrentar os avanços tecnológicos e atuar na área contábil das organizações (UNIFIMES, 2021b).

No Quadro 30 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 30 – Matriz Curricular – Centro Universitário De Mineiros (UNIFIMES)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Atividades Complementares	36
1º	Fundamentos de Administração	72
1º	Introdução à Contabilidade	72
1º	Leitura e Compreensão de Textos	72
1º	Lógica	36
1º	Matemática Básica	72
1º	Sociologia	36
2º	Atividades Complementares	36
2º	Contabilidade Básica	72
2º	Estruturas das Demonstrações Contábeis I	36
2º	Introdução à Economia	72
2º	Introdução ao Direito	36
2º	Matemática Financeira	72
2º	Teoria Geral da Contabilidade	72
3º	Atividades Complementares	36
3º	Contabilidade das Sociedades Cooperativas	36
3º	Contabilidade e Orçamento Público	72
3º	Contabilidade Intermediária I	72
3º	Direito e Legislação Tributária	72
3º	Estruturas das Demonstrações Contábeis II	36
3º	Psicologia Organizacional	72
4º	Atividades Complementares	36

Quadro 30 – Matriz Curricular – Centro Universitário De Mineiros (UNIFIMES)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
4º	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	72
4º	Contabilidade de Custos	72
4º	Contabilidade Intermediária II	72
4º	Direito Trabalhista e Legislação Social	72
4º	Finanças Empresariais	72
5º	Análise de Custos	72
5º	Atividades Complementares	36
5º	Contabilidade e Gestão de Serviços	72
5º	Direito Empresarial	72
5º	Estatística	72
5º	Metodologia da Pesquisa Científica	72
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	72
6º	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	72
6º	Atividades Complementares	36
6º	Auditoria Contábil	72
6º	Gestão de Novos Negócios	72
6º	Prática Contábil I	72
7º	Atividades Complementares	36
7º	Contabilidade Fiscal e Planejamento Tributário	72
7º	Controladoria	72
7º	Perícia, Avaliação e Arbitragem	72
7º	Planejamento de TCC	36
7º	Prática Contábil II	72
7º	Ética – Legislação Profissional Aplicada	36
8º	Atividades Complementares	36
8º	Contabilidade Avançada	36
8º	Contabilidade e Responsabilidade Social	36
8º	Contabilidade Rural	72
8º	Estágio Supervisionado	306
8º	Gestão de Tecnologia da Informação	72
8º	Leitura e Produção de Textos	72
8º	Mercado de Capitais	72
8º	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	216

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UNIFIMES, que conta com a carga horária total de 3.000 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória, nem eletiva, que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

Não foi possível ter acesso ao PPC do curso de Ciências Contábeis da UNIFIMES, sendo assim, não há informações sobre ações de internacionalização do curso. Há informações no endereço eletrônico do curso, assim, essa análise será realizada mais à frente.

A seguir são informados os dados do UNIFIMES em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS (UNIFIMES); Organização Acadêmica: Centro Universitário; Região Geográfica: Centro-oeste; UF: GO; Cidade: MINEIROS; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: 20,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel

aprovado; 2017.2: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharel aprovado; 2018.1: 13,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2018.2: 30,00% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2019.1: 20,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2019.2: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharéis aprovados; 2020.1: 55,56% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados.

A IES UNIFIMES disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a Matriz curricular, perfil do egresso, objetivos, visão geral do curso, além de possuir um quadro com notícias da área contábil. O PPC não foi disponibilizado através do endereço eletrônico e as informações disponíveis não aprofundam o detalhamento do curso. Não há informações também sobre o quadro docente. Há informações sobre internacionalização no endereço eletrônico do curso, destacando a Coordenação de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica (CIMA) que tem programa voltado a esse fim.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) foi autorizada ao funcionamento em 1987, entretanto, iniciou as suas atividades em 1988 através de dois cursos noturnos e com 60 vagas cada e que foram reconhecidos em 1991: Tecnologia em processamento de Dados e Desenho industrial (habilitação em projeto do produto). A FATEB está localizada na cidade de Birigui, Noroeste do Estado de São Paulo, a 521 Km da Capital Paulista. Em 1995, foi autorizado o funcionamento do curso de Análise de Sistemas oferecendo com 60 vagas para funcionamento no período diurno, e o reconhecimento do curso se deu o ano de 1999. Outros cursos foram autorizados como o curso de Administração em 1995, com 60 vagas, para funcionamento no período noturno, e no ano de 2000 mais dois novos cursos: Pedagogia e Ciências Contábeis, ambos noturnos e com 100 (cem) vagas cada (FATEB, 2021a).

Ao longo do ano de 2000, a FATEB implementou o seu novo Plano Desenvolvimento Institucional, e com isso desenvolveu projetos de novos cursos com Licenciaturas em Pedagogia, Matemática, Letras e Ciências Biológicas. Recentemente, em 2009, a FATEB teve aprovado seu projeto de Pós-Graduação Lato Sensu: A Produção de Textos na Escola, o qual teve sua primeira turma concluída em 2011, assim, a FATEB além de seus cursos de Graduação e Pós Graduação Lato Sensu tem oferecido cursos de Complementação Pedagógica e Extensão em Libras (Língua Brasileira de Sinais) (FATEB, 2021a).

Sobre o curso de graduação em ciências contábeis da FATEB, há o destaque na formação de contadores com pensamento de gestores e não somente operacionais, e com isso formar profissionais da Contabilidade capazes de gerar informações relevantes para que seus diversos usuários possam tomar as melhores decisões. Por fim há o destaque ao mercado de trabalho do contabilista que é amplo e que está em crescimento em virtude do crescimento das

necessidades organizacionais e econômicas, revela também que a globalização da economia torna imperativo a necessidade de elevados índices de qualidade e eficiência para a obtenção de vantagens competitivas. Assim, o curso espera que o profissional formado pela FATEB seja dotado de competências e habilidades que viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade (FATEB, 2021b).

No Quadro 31 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

**Quadro 31 – Matriz Curricular – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
(FATEB)**

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Introdutória I	80
1º	Economia I	40
1º	Introdução à Administração	80
1º	Instituições de Direito	80
1º	Matemática	80
1º	Português – Gramática	40
2º	Contabilidade Introdutória II	80
2º	Economia II	40
2º	Matemática Financeira	80
2º	Direito Empresarial	80
2º	Português – Leitura	40
2º	Teoria Geral da Administração	80
3º	Economia Brasileira	40
3º	Metodologia da Pesquisa Científica	40
3º	Sociologia Educacional	40
3º	Contabilidade de Custos	80
3º	Sistemas de Informação	80
3º	Mercado Financeiro e de Capitais	80
3º	Psicologia Organizacional	40
4º	Economia Internacional	40
4º	Direito Tributário	40
4º	Gestão de Pessoas	40
4º	Estatística	80
4º	Administração Mercadológica	80
4º	Contabilidade Gerencial	80
5º	Filosofia e Ética Profissional	40
5º	Normal Contábil Nacional e Internacional	40
5º	Contabilidade Social	40
5º	Contabilidade das S.A.	80
5º	Planejamento Tributário	80
5º	Direito Trabalhista	40
5º	Administração Financeira	80
6º	Planejamento e Orçamento Empresarial	40
6º	Direito Previdenciário	40
6º	Contabilidade Avançada I	80
6º	Controladoria	80
6º	Contabilidade Bancária	40
6º	Contabilidade Rural	40
6º	Práticas de Departamento Fiscal	80

**Quadro 31 – Matriz Curricular – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
(FATEB)**

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
7º	Contabilidade Avançada II	80
7º	Gestão Finanças Públicas	40
7º	Auditoria Contábil	80
7º	Empreendedorismo	80
7º	Práticas de Departamento Pessoal	80
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	40
8º	Perícia Contábil	80
8º	Contabilidade Pública	80
8º	Contabilidade Internacional	80
8º	Responsabilidade Socioambiental	40
8º	Governança Corporativa	40
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	80

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela FATEB, que conta com a carga horária total de 3.600 horas, possui 3 disciplinas obrigatórias que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, não possui nenhuma disciplina eletiva que possa ser classificada com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas obrigatórias são: Contabilidade Internacional, com carga horária de 80 horas; Economia Internacional e; Normal Contábil Nacional e Internacional, ambas com carga horária de 40 horas.

Não foi possível acessar o PPC do curso de Ciências Contábeis da FATEB, pois o mesmo não se encontra disponível no sítio eletrônico do curso, sendo assim, não há informações sobre internacionalização.

A seguir são informados os dados da FATEB em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI (FATEB); Organização Acadêmica: Faculdade; Região Geográfica: Sudeste; UF: SP; Cidade: BIRIGUI; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: -; -; 2017.2: 100,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2018.1: 14,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2018.2: 57,14% de aprovados, totalizando 4 bacharéis aprovados; 2019.1: 50,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2019.2: 100,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2020.1: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharéis aprovados.

A IES FATEB A IES UNIFIMES disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a Matriz curricular, objetivo do curso, perfil profissional e sobre o mercado de trabalho da área contábil. As informações sobre a Matriz curricular, atualmente, estão

limitadas aos 3^a, 5^a e 7^a etapas, não houve acesso ao PPC do curso, tampouco sobre o quadro docente. Não há informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas De Goiatuba (FAFICH) atual Centro Universitário de Goiatuba (UNICERRADO), iniciou seu funcionamento no ano de 1989 oferecendo dois cursos de graduação: o de Pedagogia, com habilitação em supervisão escolar de 1º e 2º graus e magistério das disciplinas de 2º grau, e o curso de Administração. Além destes cursos nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias e Linguística também foram oferecidos com o passar do tempo. Com sede no município de Goiatuba, o UNICERRADO na Região Sul do Estado de Goiás. O município está localizado na mesorregião do Sul Goiano e constitui-se em um dos dezoito municípios da microrregião da Bacia do Meia Ponte (UNICERRADO, 2021a).

Em 2001, teve início o curso de Ciências Contábeis e a partir de 2002 reestruturou o curso de Pedagogia, passando a oferecer a habilitação em docência das séries iniciais do ensino fundamental e gestão escolar, e fez o mesmo com o curso de Administração passando a oferecer opções diferenciadas segundo as necessidades da região e passou a oferecer cursos com habilitação em Gestão de Agronegócios, Gestão Ambiental e Gestão Empresarial. Já no ano de 2003, passou a funcionar o curso de Educação Física e Letras, em 2004, os cursos do Programa Especial de Formação Inicial e Continuada de Professores em Arte e Educação, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras e Matemática. O curso de Direito foi implantado em 2005 e, a partir do ano 2007, o curso de Engenharia Agrônoma. Em 2009 foi a vez do curso de Enfermagem e, posteriormente, foram implantados os cursos de Fisioterapia, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, nos anos de 2010, 2012 e 2013, respectivamente (UNICERRADO, 2021a).

Como avanço no planejamento de expansão, em 2014 foi criado o curso de Engenharia Civil, em 2016, a Instituição lançou o primeiro Vestibular do curso de Odontologia, com a abertura de 80 vagas, e em 2018, lança o primeiro Vestibular para o curso de Medicina, com a oferta de 60 vagas. Atualmente, a instituição conta com aproximadamente, 2.800 alunos regularmente matriculados nos seus diversos cursos de graduação, oriundos de 24 municípios do Estado de Goiás (UNICERRADO, 2021a).

Sobre o curso de Ciências Contábeis da UNICERRADO, este tem como objetivo geral a valorização da profissão e da qualidade das informações contábeis no Brasil, formando profissionais capacitados e qualificados ao exercício da profissão, com senso analítico, crítico, e comprometido com os valores éticos e com sua função social, além de contar com habilidades

e competências necessárias para o exercício das funções na área de Finanças e Controladoria. O Curso oferece 100 vagas por ano no período noturno ao longo de 8 períodos (semestres). O Curso permite que o futuro profissional de Ciências Contábeis possa optar pela especialização em áreas como Contabilidade Rural, Industrial e Previdenciária (UNICERRADO, 2021b).

Em relação à proposta da matriz curricular do curso:

O curso de Ciências Contábeis da UNICERRADO tem como proposta de matriz curricular um rol de disciplinas com forte característica multidisciplinar, mas com um aprofundamento na área de contabilidade e finanças, o que permitirá ao discente uma formação técnica elevada. Isto irá possibilitar o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para exercer suas funções em ambiente local e global tanto em atividades no campo da Contabilidade Financeira, Gerencial e Fiscal.

Em conformidade com a Lei 9.394 de dezembro de 1997 (Lei de Diretrizes e Bases do Ensino) e de acordo com o que dispõe a resolução CNE/CES 10, de dezembro de 2004, o Curso de Ciências Contábeis da FAFICH terá as seguintes finalidades explicitadas:

- a) Formar diplomados em Ciências Contábeis, aptos à inserção nos setores profissionais públicos e privados e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- b) Estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo na área de Ciências Contábeis;
- c) Direcionar o trabalho de investigação científica no âmbito das Ciências Contábeis para a compreensão e valorização do homem e do meio sócio-econômico em que vive;
- d) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e sua influência nas operações e no processo de gestão das empresas;
- e) Promover a difusão das conquistas e benefícios resultantes do conhecimento adquirido pelo ensino e pesquisa no âmbito das Ciências Contábeis (UNICERRADO, 2021b, np).

Dessa forma, o curso de Ciências Contábeis da UNICERRADO busca desenvolverem seus alunos os conhecimentos nas áreas de Contabilidade Financeira, Gerencial e Fiscal, e conta com o conjunto de disciplinas das áreas de Finanças e Métodos Quantitativos com aplicações para decisões gerenciais; conhecimento correlatos às áreas de Administração, Economia e Direito; o mesmo na área de Tecnologia da Informação, orientados para as funções gerenciais que serão desenvolvidas pelo profissional; e por fim o desenvolvimento de habilidades e competências para que o profissional possa desenvolver suas atividades com ênfase na área de Finanças e Controladoria (UNICERRADO, 2021b).

No Quadro 32 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 32 – Matriz Curricular – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Introdutória I	80
1º	Cálculo	80
1º	Comunicação Empresarial	80
1º	Sociologia	40
1º	Ética e Filosofia	40
1º	Metodologia da Pesquisa	80
2º	Contabilidade Introdutória II	80
2º	Contabilidade Introdutória I Instituição do Direito Público e Privado	80
2º	Introdução à Administração	80
2º	Economia	80
2º	Matemática Financeira	80
3º	Estatística	80
3º	Contabilidade Intermediária I	80
3º	Contabilidade de Custos	80
3º	Contabilidade Governamental I	80
3º	Direito Trabalhista e Previdenciário	80
4º	Contabilidade Intermediária II	80
4º	Análise de Custos	80
4º	Métodos Quantitativos	80
4º	Direito Empresarial	80
4º	Contabilidade Governamental II	80
5º	Contabilidade Avançada I	80
5º	Direito Tributário	80
5º	Empreendedorismo e Marketing	80
5º	Noções de Atuária	40
5º	Administração Financeira	80
5º	Teoria da Contabilidade	40
6º	Pesquisa Aplicada à Contabilidade	40
6º	Contabilidade Avançada II	80
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	80
6º	Prática e Estágio Contábil I	80
6º	Orçamento Empresarial	40
6º	Contabilidade Tributária	80
7º	Controladoria	80
7º	Normas e Relatórios de Auditoria	80
7º	Prática e Estágio Contábil II	80
7º	Contabilidade e Gestão do Agronegócio	80
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	40
7º	Optativa	40
7º	Atividades Complementares	20
8º	Auditoria das Demonstrações Contábeis	80
8º	Perícia e Arbitragem	80
8º	Prática e Estágio Contábil III	80
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	40
8º	Contabilidade de Seguros e Previdência	40
8º	Sistemas de Informações Contábeis	40
8º	Optativa	40

Fonte: dados da pesquisa.

O curso oferecido pela FAFICH, que conta com a carga horária total de 3.300 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória, nem eletiva, que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da FAFICH, que possui muitas informações, e tem um dos PPC mais completos em relação às IES pesquisadas, não foram encontradas ações de internacionalização.

A seguir são informados os dados da FAFICH em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DE GOIATUBA (FAFICH); Organização Acadêmica: Faculdade; Região Geográfica: Centro-oeste; UF: GO; Cidade: GOIATUBA; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: 26,92% de aprovados, totalizando 7 bacharéis aprovados; 2017.2: 15,38% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados; 2018.1: 18,00% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados; 2018.2: 25,00% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados; 2019.1: 33,33% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2019.2: 38,46% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2020.1: 33,33% de aprovados, totalizando 1 bacharéis aprovados.

A IES FAFICH, atualmente UNICERRADO, disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a Matriz curricular, PPC, perfil do curso, do desempenho do curso em avaliações externas, incluindo o ENADE, da agenda do curso contendo a grade de horário e, informações sobre a direção do curso. Não há informações sobre o quadro docente, existe uma seção dedicada a esta informação, entretanto, está vazia. Não há informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi criada em 1968, originalmente com o nome de Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Duas outras instituições também participaram do processo de concepção da UERN, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, criada em 1943 pela Sociedade União Caixeiral, que já mantinha uma escola técnica de comércio, mas passando a funcionar, de fato, apenas em 1960, e a segunda é a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC), que fora fundada em 1963. Sob a coordenação da FUNCITEC, são criadas a Faculdade de Serviço Social de Mossoró, em 1965, e o Instituto de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró, no mesmo ano, com os cursos de Pedagogia, Letras, História e Ciências Sociais, e, em 1968, a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (UERN, 2021a).

Assim, no ano de 1968 as quatro faculdades são agregadas e com isso a FUNCITEC é transformada em universidade. A estadualização da UERN se deu no ano de 1987. Desde a sua criação pode-se constatar que três eventos marcam a sua fase inicial: a criação, em 1968; a estadualização, em 1987; e o reconhecimento como universidade, em 1993, pelo MEC. Antes da sua estadualização, ainda como universidade municipal, o ensino era pago e não havia um corpo docente profissionalizado; estadualizada, ele se tornou gratuito e pôde-se organizar uma carreira docente, com concursos e plano de carreira; antes do reconhecimento, o registro dos diplomas expedidos pela UERN era feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); reconhecida, ela ganhou autonomia didático-científica. É neste período de tempo, entre 1974 e 1980, que ocorre a sua primeira expansão, que possibilita a criação de campi avançados de Assu em 1974), Pau dos Ferros em 1977 e Patu em 1980. A segunda fase de expansão se dá em 2002, e dessa vez há além da geográfica, uma expansão acadêmica com a criação de novos cursos de graduação e o início da pós-graduação stricto-sensu. Com isso é instalado o primeiro Núcleo Avançado de Educação Superior, em Macau, ao qual se seguem, até 2005, mais 10 dessas unidades. A partir de 2000, foram criados os cursos de Ciência da Religião, Comunicação Social, Turismo, Gestão Ambiental, Medicina e Odontologia. Em março de 2008, iniciam-se os mestrados acadêmicos em Física e em Ciência da Computação; e em junho, o de Letras, com funcionamento no Campus de Pau dos Ferros (UERN, 2021a).

O curso de Ciências Contábeis da UERN tem como objetivo formar profissionais com capacidade crítico-analítica para reconhecer, mensurar, registrar e divulgar eventos econômicos relativos à dinâmica patrimonial de empresas e organizações, a fim de subsidiar os diversos usuários da informação contábil em seus processos decisórios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade (UERN, 2012b).

Os objetivos específicos do cursos elencam desde a formação de profissionais capazes de utilizar as técnicas contábeis no sentido de contribuir com a administração das empresas no processo de gestão, passando pela capacitação dos mesmos para averiguação da fidedignidade das informações contábeis através das análises, interpretações, perícias e auditorias internas e externas das empresas privadas e organizações governamentais e não governamentais e, para execução de trabalhos de assessoria contábil a entidades (pessoas físicas e jurídicas), até a formação de profissionais capacitados ao desenvolvimento de pesquisa técnica e científica em contabilidade. O Ambiente internacional também é mencionado no perfil desejado do profissional de contabilidade no curso, de modo que este profissional seja capaz de compreender os eventos econômicos, sociais, científicos, técnicos e políticos que afetam as empresas e organizações governamentais e não governamentais, no âmbito regional, nacional

e internacional, na observância das técnicas, da estrutura conceitual e dos princípios e das normas da contabilidade e da legislação pertinente para a plena execução de suas competências funcionais, pautando-se no código de ética do profissional em contabilidade (UERN, 2021b).

Após esses pressupostos, é desejável que ao final do curso, o Bacharel em Ciências Contábeis deva apresentar as competências e habilidades, em consonância com o artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 10/2004:

- * Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- * Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- * Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- * Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- * Articular equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- * Exercer suas atividades com expressivo domínio das funções contábeis, utilizando-se de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais que viabilizem aos agentes econômicos e administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e ao processo decisório, viabilizando a prestação de contas de sua gestão perante a sociedade de forma ética e exata.
- * Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- * Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UERN, 2021b, np).

No Quadro 33 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

**Quadro 33 – Matriz Curricular – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(UERN)**

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Básica I	60
1º	Introdução à Administração	60
1º	Introdução à Economia	60
1º	Matemática Básica	60
1º	Metodologia do Trabalho Científico	60
2º	Contabilidade Básica II	60
2º	Estatística I	60
2º	Instituição do Direito Público e Privado	60
2º	Legislação e Ética em Contabilidade	60
2º	Psicologia Social	60
3º	Contabilidade Intermediária I	60
3º	Contabilometria	60
3º	Direito do Trabalho I	60
3º	Matemática Comercial e Financeira	60
3º	Teoria da Contabilidade I	60

Quadro 33 – Matriz Curricular – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
4º	Contabilidade de Custos I	60
4º	Contabilidade e Orçamento Empresarial	60
4º	Contabilidade Intermediária II	60
4º	Finanças Corporativas	60
4º	Legislação Tributária aplicada à contabilidade	60
5º	Contabilidade e Planejamento Tributário	60
5º	Direito Empresarial I	60
5º	Finanças e Orçamento das Instituições Públicas	60
5º	Gestão Estratégica de Custos	60
5º	Prática de Contabilidade Empresarial	60
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
6º	Contabilidade Avançada	60
6º	Contabilidade Gerencial	60
6º	Contabilidade Socioambiental	60
7º	Auditoria I	60
7º	Contabilidade e gestão de Pequenas e médias Empresas	60
7º	Controle Interno na Gestão Pública	60
7º	Estágio Supervisionado I	180
7º	Prática de Contabilidade aplicada ao setor público	60
8º	Auditoria II	60
8º	Contabilidade Atuarial	60
8º	Controladoria	60
8º	Estágio Supervisionado II	180
8º	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
9º	Perícia Contábil	60
9º	Trabalho de Conclusão de Curso II	60

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UERN, que conta com a carga horária total de 3.480 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização, entretanto, possui um total de 2 disciplinas que podem ser classificadas com conteúdo em ambiente externo. As disciplinas são: Contabilidade Internacional e; Comércio Exterior, ambas com carga horária de 60 horas.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UERN não são apresentadas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UERN em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Nordeste; UF: RN; Cidade: São MIGUEL; Conceito ENADE Faixa:1; Desempenho no ESC: 2017.1: -; -; 2017.2: -; -; 2018.1: 26,00% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2018.2: 45,45% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2019.1:

0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharel aprovado; 2019.2: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharéis aprovados; 2020.1: 33,33% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados.

A IES UERN disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre a Matriz curricular dos Campi Mossoró e Patu, objetivo do curso, perfil do formando, campo de atuação do profissional contábil e atribuições sobre o profissional formado. Não há informações sobre o quadro docente, nem sobre o PPC do curso. Não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) tem a sua origem vinculada a outras instituições, assim, em 1970 surge a Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC), com sede em Arapiraca, constituindo-se como mantenedora da Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA) que surge em 1971. Em 1978 recebe como doação o prédio da Escola Estadual Costa Rêgo à FUNEC, onde hoje funcionam a Reitoria e o Campus I. No ano de 1985 são autorizadas as licenciaturas plenas em Letras, Estudos Sociais, e em Ciências, com habilitação em Biologia, Física, Matemática e Química. No ano de 1990 a FUNEC é estatizada e em 1992 é criada a Escola Superior de Administração e Negócios do Agreste (ESAG), com o curso de Administração de Negócios. Na sequência, em 1993, há a extinção do Curso de Estudos Sociais e criação, em seu lugar, das licenciaturas plenas em História e Geografia. A criação da Escola Superior de Ciências Humanas Físicas e Biológicas do Sertão (ESSER), com os Cursos de Pedagogia e Zootecnia e a criação da Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios (ESPI) são realizadas no ano de 1994, surgindo assim os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, com habilitações em Biologia, Química e Matemática (UNEAL, 2021a; UNEAL, 2021b).

No ano de 1995 ocorrem dois fatos relevantes: a emissão de autorização de funcionamento do curso de Pedagogia à Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA) e recebe o nome Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA). Já no ano de 1998 a ESAG torna-se Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Jurídicas e Sociais do Estado de Alagoas (FAJEAL). Outros fatos relevantes ocorrem no decorrer do tempo, e por fim houve a alteração de Fundação à Autarquia, sendo, por isso, necessário alterar sua denominação para Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), denominação esta que é mantida até então (UNEAL, 2021a; UNEAL, 2021b).

O curso de Ciências Contábeis da UNEAL através de sua função sócio-educacional de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo formar profissionais na área de Ciências Contábeis, em condições de intervir de maneira crítica e sustentável em ações que possibilitem modificar e/ou informar à sociedade, Estado e empresas acerca das condições patrimoniais de

entidades públicas e privadas. E indo além, visa também dotar o formando de competências e habilidades inter e multidisciplinares para que possa atuar com ética, em áreas privadas e públicas em matéria técnico-contábil, articulada com outros ramos do saber, tais como economia, administração, direito e informática e; construir uma identidade cultural no curso de Ciências Contábeis por meio de princípios éticos, racionais e solidários (UNEAL, 2010).

Sobre a estrutura curricular do curso:

Observando-se a estrutura curricular deste curso percebe-se uma tomada de consciência do papel que o profissional contábil deve assumir hoje, quando se elegem componentes curriculares como Administração Financeira e Orçamento Empresarial, Sistema de Informação Gerencial e Contábil, Contabilidade Pública, Pesquisa em Contabilidade, Contabilidade Avançada, Tópicos de Controladoria, Introdução à Atuária, para fazer parte das componentes curriculares obrigatórias. É imprescindível que o profissional contábil esteja apto a atender necessidades dos diversos usuários da informação contábil, tais como, proprietários de empresas, gerentes, diretores, investidores, fornecedores, clientes, instituições financeiras, sindicatos de empregados, entidades governamentais, dentre outros (UNEAL, 2010, p. 13).

É percebido no PPC do curso que o perfil do egresso é mencionado a abrangência global e internacional da profissão, sendo este profissional crítico, e, acima de tudo, ético, dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, capacitado a compreender o cenário social, político, econômico e cultural em âmbito regional, nacional e internacional. Assim, o curso, favorece a viabilidade de sua inserção numa sociedade globalizada, com constantes alterações no mundo do trabalho, e com isso o profissional contábil, embasado nesses conhecimentos apresentados, terá melhores condições de atuar nas diversas áreas da Contabilidade (UNEAL, 2010).

Em relação às competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso há o destaque da ética profissional, da natureza profissional, como por exemplo, exercer por meio do domínio das funções contábeis o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, de natureza Geral, ou seja, ter uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil, além de desenvolver a liderança entre equipes multidisciplinares. Incluso ainda as competências e habilidades de natureza contábil que abrangem o conhecimento técnico da área do conhecimento, e, por fim, as de áreas afins à contabilidade, como por exemplo, ter conhecimentos básicos de Economia, de Administração; de Estatística; de Direito Empresarial, Legislação Social, Legislação Societária, Legislação Tributária; usando a Informática aplicada à solução de problemas contábeis; conhecimentos de Administração Financeira e Orçamento Empresarial (UNEAL, 2010).

No Quadro 34 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 34 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Alagoas (UNEAL)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Básica I	60
1º	Comunicação Empresarial	60
1º	Metodologia da Pesquisa I	60
1º	Matemática Aplicada à Contabilidade e Administração	60
1º	Sociologia das Organizações	60
1º	Seminário Interdisciplinar I	60
2º	Contabilidade Básica II	60
2º	Instituição de Direito Público e Privado	60
2º	Fundamentos de Economia	60
2º	Psicologia Organizacional	60
2º	Elementos de Estatística	60
2º	Seminário Interdisciplinar II	60
3º	Contabilidade Comercial I	60
3º	Informática Aplicada à Contabilidade	60
3º	Direito Empresarial	60
3º	Fundamentos de Administração	60
3º	Flexível I	60
3º	Seminário Interdisciplinar III	60
4º	Contabilidade Comercial II	60
4º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60
4º	Análise das Demonstrações Contábeis I	60
4º	Matemática Financeira	60
4º	Legislação Social	60
4º	Seminário Interdisciplinar IV	60
5º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	60
5º	Análise das Demonstrações Contábeis II	30
5º	Contabilidade e Análise de Custos I	60
5º	Teoria da Contabilidade	60
5º	Legislação Tributária	30
5º	Flexível II	60
5º	Seminário Interdisciplinar V	60
6º	Contabilidade e Análise de Custos II	60
6º	Sistema de Informação Gerencial	60
6º	Planejamento Tributário	60
6º	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	60
6º	Ética Profissional	60
6º	Seminário Interdisciplinar VI	60
7º	Auditoria	60
7º	Contabilidade Gerencial	60
7º	Laboratório Contábil	60
7º	Metodologia da Pesquisa II	60
7º	Contabilidade Avançada	60
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I	40
8º	Introdução à Atuária	30
8º	Perícia Contábil e Arbitragem	60
8º	Tópicos em Controladoria	30
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	40

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UNEAL, que conta com a carga horária total de 3.100 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória, nem eletiva, que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UNEAL, também não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UNEAL em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Nordeste; UF: AL Cidade: EM MIGUEL DO CAMPOS; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharel aprovado; 2017.2: 6,67% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2018.1: 25,00% de aprovados, totalizando 4 bacharéis aprovados; 2018.2: 9,09% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2019.1: 18,75% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2019.2: 5,26% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2020.1: 40,00% de aprovados, totalizando 6 bacharéis aprovados.

A IES UNEAL disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre o curso, da coordenação e faz uma breve apresentação sobre o Campus de São Miguel dos Campos, além de disponibilizar o PPC do referido curso. Não há informações sobre o quadro docente, tampouco das matrizes curriculares de forma explícita, apenas há as informações contidas no PPC. Não foram encontradas informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Estadual De Goiás (UEG) foi criada em 1999 e está organizada como uma Universidade multicampi, com sede em Anápolis, a UEG é resultado do processo de transformação e incorporação de importantes instituições de ensino superior como a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFEGO) e outras Instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo poder público. Dentre as ações realizadas em relação aos cursos de licenciatura, a UEG implementou Programas Especiais como o Programa de Licenciatura Plena Parcelada que proporcionou a formação, em nível de graduação, a milhares de professores das redes estadual, municipal e privada. A UEG define a sua missão na ação de produzir e socializar o conhecimento científico e o saber além de desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do país. (UEG, 2021a).

O curso de Ciências Contábeis da UEG visa formar profissionais com habilidades e competências voltadas para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa de direito público, tais

como: Estado, município, união, autarquia etc. Além de agir para preparar os contadores para que estes sejam capazes de suprir as exigências dos centros de custos, logística e processos contábeis, existentes nas organizações públicas e privadas, e, também, nas famílias (UEG, 2021b).

Além das competências técnicas, o profissional das Ciências Contábeis formado pela UEG deve ser capaz de compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização, com domínio das responsabilidades funcionais que envolvem apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, e, ainda, deve desenvolver plena utilização de inovações tecnológicas, revelando capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (UEG, 2021b).

No Quadro 35 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 35 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Goiás (UEG)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Contabilidade Introdutória I	60
1º	Fundamentos Da Matemática	60
1º	Instituições De Direito Público E Privado	60
1º	Introdução À Teoria Da Contabilidade	30
1º	Linguagem, Tecnologias E Produção Textual	60
1º	Psicologia Organizacional	30
2º	Contabilidade Introdutória II	60
2º	Direito Empresarial	60
2º	Diversidade, Cidadania E Direitos	60
2º	Fundamentos Da Administração	60
2º	Matemática Aplicada	60
3º	Contabilidade Intermediária I	60
3º	Direito Trabalhista E Previdenciário	60
3º	Economia I	60
3º	Fundamentos Da Estatística	60
3º	Metodologia Científica	60
4º	Contabilidade Intermediária II	60
4º	Direito Tributário	60
4º	Estatística Aplicada	60
4º	Ética E Legislação Profissional	60
4º	Matemática Financeira	60
5º	Administração Financeira E Orçamentária I	60
5º	Contabilidade Avançada I	60
5º	Contabilidade E Análise De Custos I	60
5º	Contabilidade E Orçamento Aplicada Ao Setor Público I	60
6º	Administração Financeira E Orçamentária II	60
6º	Contabilidade Avançada II	60
6º	Contabilidade E Análise De Custos II	60
6º	Contabilidade E Orçamento Aplicada Ao Setor Público II	60
6º	Organização, Sistemas E Métodos	60

Quadro 35 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Goiás (UEG)**(continuação)**

Período	Disciplina	C.H.
7º	Contabilidade Tributária	60
7º	Estrutura E Análise Das Demonstrações Contábeis	60
7º	Laboratório Contábil I	60
7º	Prática De Estágio I	60
8º	Auditoria Contábil	60
8º	Laboratório Contábil II	60
8º	Prática De Estágio II	60
8º	Seminários E Projetos	60
8º	Sistema De Informações Gerenciais	60
8º	Teoria Da Contabilidade	60
9º	Arbitragem E Perícia Contábil	60
9º	Contabilidade De Serviços	60
9º	Controladoria	60
9º	Prática De Estágio III	60
9º	Trabalho De Curso I	60
10º	Contabilidade E Gestão Do Agronegócio	60
10º	Governança Corporativa	60
10º	Prática De Estágio IV	60
10º	Trabalho De Curso II	60

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UEG, que conta com a carga horária total de 3.360 horas, não possui nenhuma disciplina obrigatória, nem eletiva, que contenha o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

Não foi possível ter acesso ao PPC do curso de Ciências Contábeis da UEG, pois este não se encontrava disponível no endereço eletrônico do curso, assim, não foram conseguidas informações sobre ações de internacionalização no curso.

A seguir são informados os dados da UEG em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Centro-oeste; UF: GO; Cidade: URUACU; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: 29,41% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados; 2017.2: 33,33% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2018.1: 18,00% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2018.2: 47,62% de aprovados, totalizando 10 bacharéis aprovados; 2019.1: 80,00% de aprovados, totalizando 4 bacharéis aprovados; 2019.2: 25,00% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2020.1: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharéis aprovados.

A IES UEG disponibiliza em seu endereço eletrônico, informações sobre o perfil do curso e do campus onde se deseja estudar e da Matriz Curricular. Não há informações sobre o

PPC do curso, nem sobre os docentes, nem informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

A Universidade Estadual De Roraima (UERR) foi criada em 2005 por meio de uma lei estadual, a Universidade Estadual de Roraima está presente em cinco Campi. Os Campi estão localizados em Boa Vista (Canarinho), Excelência Aplicada à Educação, Caracaráí, Rorainópolis e São João da Baliza. A UERR, atualmente, possui 24 cursos de graduação, 15 cursos de pós-graduação, sendo 8 especializações, 4 mestrados e 3 doutorados, possui em torno de 2000 alunos cursando graduação, segunda licenciatura (PARFOR) e pós-graduação, além de contar com 186 professores, 128 servidores técnico administrativos, possui 48 projetos de pesquisa cadastrados e 487 bolsas para alunos e professores (UERR, 2021a).

O curso de Ciências contábeis da UERR oferece 35 vagas anuais, com duração de 4 anos nos turnos vespertino e noturno e tem como objetivo proporcionar a formação de um profissional da contabilidade com capacidade para usar a linguagem contábil de forma competente e responsável. Para que este profissional seja capaz de analisar, implementar e controlar sistemas de informações contábeis nas empresas e órgãos públicos, exercendo de maneira ética o papel determinado por meio de regulamentação profissional (UERR, 2021b).

Para que esses objetivos possam ser alcançados os docentes do curso de ciências contábeis deverão proporcionar ao discente o conhecimento sobre formação técnica, bases científicas e formação crítica capacitando o discente para a realização das atividades pertinentes à profissão, para que o mesmo contribua com desenvolvimento econômico regional e nacional (UERR,2017).

O PPC do curso aborda as constantes mudanças no ambiente econômico, social e ambiental do mundo contemporâneo e apresenta as diversas vertentes de atuação do profissional contábil, tanto na esfera governamental como na privada e em empresas sem fins lucrativos. Reforça o objetivo de oferecer ao mercado um profissional dotado de competências e habilidades para avaliar as transformações contemporâneas, capaz de tomar decisões no âmbito de sua responsabilidade nas organizações, com elevado senso crítico, com sensibilidade social e ambiental, capacidade de aprendizagem e facilidade de comunicação (UERR, 2017).

Sobre o currículo do curso:

[...] a UERR assume as premissas discutidas pela Comissão de Especialistas do Ministério da Educação e Cultura – MEC para os cursos de Ciências Contábeis e orientam um currículo com atividades que coloquem o estudante frente à realidade do mercado, articulando teoria e a prática. A proposta curricular considera fundamental aproximar essas duas esferas, inter-relacionando-as com a pesquisa quando for possível (UERR, 2017, p. 7).

As diretrizes foram questionadas com o intuito de proporcionar ações para o atendimento ao objetivo do curso, assim, as questões norteadoras desenvolvidas pela UERR abrangiam os investimentos que a universidade precisa realizar para atender às demandas do mercado de trabalho e, em particular, da sociedade em geral, os profissionais que se pretende formar, e, por fim, as habilitações e habilidades esses profissionais deverão possuir. Para implementar as ações em função dessas diretrizes a UERR visa aliar a consciência social à consciência profissional. A internalização de valores de responsabilidade social, ambiental, justiça e ética profissional são fundamentais, uma vez que o exercício profissional do Contador pressupõe envolvimento com cifras, apuração de resultados, levantamento de modelos decisórios, entre outras atividades que afetam diretamente investidores, governo, fornecedores, clientes e funcionários (UERR, 2017).

Sobre o perfil do egresso do curso, o PPC do curso revela que o futuro contador precisa adquirir conhecimentos para a plena utilização de inovações tecnológicas que os capacitem para uma efetiva atuação em um ambiente econômico globalizado, tornando-se profissionais facilitadores de negociações. Dentre as características elencadas, há o destaque para a capacidade de compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e para o conhecimento do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, em harmonia com os padrões e normas internacionais de contabilidade exigidos pela Organização Mundial do Comércio (UERR, 2017).

No Quadro 36 é apresentada a Matriz Curricular do respectivo curso.

Quadro 36 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Roraima (UERR)

(continua)

Período	Disciplina	C.H.
1º	Introdução à Filosofia	60
1º	Leitura e Produção Textual	60
1º	Matemática Básica	60
1º	Contabilidade Geral I	75
1º	Metodologia do Trabalho Científico	60
2º	Teoria Geral da Administração	60
2º	Matemática Aplicada	60
2º	Contabilidade Geral II	75
2º	Introdução ao Estudo do Direito	60
2º	Teoria Econômica	60
3º	Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial	75
3º	Teoria da Contabilidade	75
3º	Estatística Básica	60
3º	Direito Empresarial	30
3º	Direito do Trabalho	30
3º	Matemática Financeira	60
4º	Contabilidade das Instituições Financeiras	75

Quadro 36 – Matriz Curricular – Universidade Estadual De Roraima (UERR)

(continuação)

Período	Disciplina	C.H.
4º	Contabilidade Pública I	75
4º	Contabilidade de Custos	75
4º	Direito Tributário	60
4º	Contabilidade Empresarial	60
5º	Contabilidade Pública II	75
5º	Contabilidade Fiscal e Tributária	75
5º	Contabilidade e Gestão Atuarial	60
5º	Contabilidade Avançada	75
5º	Análise e Gestão de Estratégia de Custos	75
6º	Sistema de Informação Contábeis	75
6º	Administração Financeira	75
6º	Auditoria Contábil	75
6º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
6º	Contabilidade Ambiental	60
6º	Estagio Supervisionado I	150
7º	Metodologia Aplicada	30
7º	Contabilidade Rural e Agronegócios	60
7º	Ética Geral e Profissional	60
7º	Prática Profissional	75
7º	Perícia Contábil	75
7º	Estagio Supervisionado II	150
8º	Auditoria Pública	75
8º	Controladoria	60
8º	Contabilidade Gerencial	60
8º	Contabilidade Internacional	60
8º	Trabalho de Conclusão de Curso	75

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso oferecido pela UERR, que conta com a carga horária total de 3.215 horas, possui apenas uma disciplina obrigatória, contabilidade internacional, e não tem disciplinas eletivas sobre o tema contabilidade internacional, de forma específica, ou demais temas voltados à internacionalização.

No PPC do curso de Ciências Contábeis da UERR não são apresentadas informações sobre ações de internacionalização do curso.

A seguir são informados os dados da UERR em relação ao desempenho nos últimos exames, ENADE de 2018 e ESC nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR); Organização Acadêmica: Universidade; Região Geográfica: Norte; UF: RR; Cidade: BOA VISTA; Conceito ENADE Faixa: 1; Desempenho no ESC: 2017.1: 4,35% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2017.2: 11,54% de aprovados, totalizando 3 bacharéis aprovados; 2018.1: 25,00% de aprovados, totalizando 2 bacharéis aprovados; 2018.2: 0,00% de aprovados, totalizando 0 bacharel aprovado; 2019.1: 25,00% de aprovados, totalizando 1 bacharel aprovado; 2019.2: 12,50% de aprovados,

totalizando 1 bacharel aprovado; 2020.1: 35,71% de aprovados, totalizando 5 bacharéis aprovados.

A IES UERR disponibiliza em seu endereço eletrônico, uma breve apresentação do curso, da Matriz Curricular e do PPC do curso. Além dessas informações, é comentado sobre a área de atuação do profissional contábil e, também são disponibilizadas informações sobre os docentes e do currículo Lattes dos mesmos. Não há informações sobre ações de internacionalização no endereço eletrônico do curso.

Como foi possível verificar, as informações dos respectivos cursos variam bastante entre si. Há a tendência de cursos que possuem interesse e ações de internacionalização, como no caso dos cursos das IES UNB, UTFPR e UNIFIMES, e cursos com bastante ofertas de disciplinas com a visão internacional, como no caso dos cursos das IES UNIFESP, UNB e UFERSA.

Para fins de esclarecimentos, no Quadro 37 é apresentado um resumo das informações conseguidas para a realização das referidas análises por meio dos sítios eletrônicos das referidas IES.

Quadro 37 – Resumo da Disponibilidade de Documentos

Instituição	Sigla	Matriz	PPC
Centro Universitário De Mineiros	UNIFIMES	Sim	Não
Faculdade De Ciências E Tecnologia De Birigui	FATEB	Parcial	Não
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas De Goiatuba	FAFICH	Sim	Sim
Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	UERN	Sim	Não
Universidade Estadual De Alagoas	UNEAL	Não	Sim
Universidade Estadual De Goiás	UEG	Sim	Não
Universidade Estadual De Roraima	UERR	Sim	Sim
Universidade De Brasília	UNB	Sim	Não
Universidade Estadual De Maringá	UEM	Sim	Não
Universidade Federal Da Bahia	UFBA	Sim	Sim
Universidade Federal De Juiz De Fora	UFJF	Sim	Sim
Universidade Federal De Juiz De Fora	UFJF GV	Sim	Sim
Universidade Federal De Minas Gerais	UFMG	Sim	Não
Universidade Federal De Santa Maria	UFSM	Sim	Sim
Universidade Federal De São Paulo	UNIFESP	Sim	Sim
Universidade Federal De Viçosa	UFV	Sim	Sim
Universidade Federal Do Piauí	UFPI	Sim	Não
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	UFRGS	Sim	Sim
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido	UFERSA	Sim	Sim
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	UTFPR	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se no Quadro 37, que as informações não estão disponíveis de forma fácil e transparente em todos os sítios eletrônicos dos referidos cursos.

Já em relação ao desempenho dos cursos dessas IES no ENADE e no ESC, são sintetizados na Tabela 5 e aferida a média de alunos aprovados para cada IES nos respectivos exames. Cabe ressaltar que os cursos da UFJF apesar de pertencerem à mesma IES, possuem

resultados distintos no ESC, ou seja, a UFJF e UFJF GV foram classificadas separadamente, por esse motivo são apresentadas as aferições de 20 cursos, ao invés de 19 em relação às respectivas IES.

Tabela 5 – Total e Média de Aprovados no ESC por IES e Conceito ENADE

IES	Total de Aprovados (2017.1-2020.1)	Média de Aprovados (2017.1-2020.1)
Centro Universitário De Mineiros	11	19,79%
Faculdade De Ciências E Tecnologia De Birigui	8	53,52%
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas De Goiatuba	24	27,20%
Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	12	20,96%
Universidade Estadual De Alagoas – Uneal	16	14,97%
Universidade Estadual De Goiás	28	33,34%
Universidade Estadual De Roraima	13	16,30%
Universidade De Brasília	485	89,33%
Universidade Estadual De Maringá	55	78,50%
Universidade Federal Da Bahia	254	70,22%
Universidade Federal De Juiz De Fora (Governador Valadares)	29	72,60%
Universidade Federal De Juiz De Fora (Juiz De Fora)	155	82,86%
Universidade Federal De Minas Gerais	164	92,08%
Universidade Federal De Santa Maria	144	75,64%
Universidade Federal De São Paulo	65	88,14%
Universidade Federal De Viçosa	78	83,55%
Universidade Federal Do Piauí	193	79,72%
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	288	88,45%
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido	108	66,94%
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	53	79,23%
Média Geral de Aprovados (ENADE CONCEITO 1)		25,86%
Média Geral de Aprovados (ENADE CONCEITO 5)		80,47%

Fonte: CFC, 2021. Elaborado pelo autor.

Conforme pode ser verificado na Tabela 5, as IES que possuíam conceito 5 no ENADE, também tiveram os maiores percentuais de aprovação no exame de suficiência.

A relação entre o ENADE e o ESC é perceptível, pois os cursos que possuem maior grau no ENADE, também têm maior média de aprovação no ESC. A maior média de aprovação no ESC entre os cursos que receberam o conceito 1 no ENADE é de 53,52%, e a menor, 14,97%. Já em relação aos cursos que foram aferidos com o conceito 5 no ENADE, a maior média de aprovação no ESC foi de 92,08%, e a menor, 66,94%.

É evidente, que não foi possível verificar a relação entre a tendência de internacionalização de um curso com os resultados dos exames, entretanto, duas IES que apresentaram em seus PPCs ou deixaram essas informações claras no seu sítio eletrônico, tiveram desempenho melhor nos dois exames. Essas duas instituições são a UNB e a UTFPR, que foram aferidas com média 89,33% e 79,23% no ESC e, ambas possuem os cursos com o

conceito 5 do EANDE atribuídos a eles. A outra instituição que não informou as intenções ou ações de internacionalização no seu PPC, mas ao menos deixou essa informação clara no seu sítio eletrônico foi a IES UNIFIMES, e teve o conceito 1 no ENADE e média de aprovação no ESC de 19,79%. Importante vislumbrar que as IES podem ter acordos de cooperação internacional, entretanto, o curso, de forma específica, não o destaca. Como o intuito é analisar os cursos de ciências contábeis nas respectivas IES e não o contrário, verificou-se que caso as IES tenham estes acordos, os cursos não os evidenciam. A análise aqui se limitou aos documentos informados e consultados e de páginas eletrônicas.

Em relação a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis, na categoria de mestrado e doutorado, foi verificado que apenas 5 IES dentre as 19 os ofereciam: UEM, UFBA, UFRGS, UNB e UFMG, na modalidade Mestrado e, apenas as IES UNB e UFMG ofereciam cursos na modalidade Doutorado. Destaque para a informação que todas as IES que oferecem os cursos *Stricto Sensu* estão classificadas com conceito 5 no ENADE. Para essa informação foram considerados apenas os cursos que continham o termo Ciências Contábeis no nome do programa.

A seguir, são apresentadas outras análises em relação à verificação das Matrizes Curriculares, e na sequência são apresentadas as análises das disciplinas dos cursos em relação aos módulos do CMC e, por fim, faz-se a síntese das análises realizadas nesta seção.

As matrizes curriculares das respectivas IES foram analisadas sob duas perspectivas: potencial de internacionalização, que consiste em disciplinas voltadas ao contexto internacional, como por exemplo, contabilidade internacional, comércio exterior e globalização, dentre as disciplinas obrigatórias ao curso e posteriormente em consulta às disciplinas eletivas ou optativas. A segunda perspectiva versa sobre a análise à luz do CMC.

Interessante constatar que das 20 maiores economias do mundo, segundo o FMI (2021), que em junho de 2021 apresentaram a seguinte ordem: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, Índia, France, Itália, Canadá, Coreia do Sul, Rússia, Austrália, Brasil, Espanha, México, Indonésia, Países Baixos, Suíça, Arábia Saudita e Turquia, seis dessas nações ainda não adotam (obrigam) as IFRS para empresas de capital aberto. As seis nações que ainda não exigem as IFRS são, pela mesma ordem de grandeza econômica apresentada: Estados Unidos, China, Japão, Índia, Indonésia e Suíça. Como pode-se verificar, economias relevantes, que podem ter especificidades contábeis não elencadas nas IFRS (2021). Do ponto de vista da educação, essas especificidades podem ser desenvolvidas em disciplinas como Contabilidade Internacional, justamente para poder passar as peculiaridades de alguns países sobre os

procedimentos contábeis utilizados que diferem das IFRS, considerando a sua relevância econômica.

Em relação às disciplinas obrigatórias, apenas três cursos oferecem conteúdos voltados à internacionalização, o curso da UFMG (1 disciplina), o curso da UERR (1 disciplina) e, o curso da FATEB (3 disciplinas).

Considerando as disciplinas obrigatórias e eletivas, no total, 75 compõem o conteúdo selecionado sob a temática de ambiente internacional, global ou externo. Dessas 75 disciplinas, 6 estão contidas nos cursos com conceito 1 no ENADE e, o restante, 69 disciplinas estão vinculadas aos cursos com conceito ENADE 5. O Quadro 38 evidencia essas informações.

De acordo com a primeira premissa, ou seja, do ponto de vista de internacionalização, percebeu-se que das 7 IES com conceito 1 no ENADE, apenas 3 IES (42,86%) ofereciam disciplinas com este intuito, sendo que, em 1 isso só foi percebido em disciplinas eletivas. Já em relação às IES com conceito 5 no ENADE, das 13 instituições, 9 IES (69,23%) apresentaram disciplinas voltadas ao contexto internacional. As Matrizes Curriculares de todas as IES pesquisadas foram apresentadas no decorrer desta seção.

Quadro 38 – IES com Disciplinas Voltadas ao Ambiente Internacional

IES	Sigla	ENADE	Obrigatórias	Eletivas
Faculdade De Ciências E Tecnologia De Birigui	FATEB	1	3	
Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	UERN	1		2
Universidade Estadual De Roraima	UERR	1	1	
Universidade De Brasília – Diurno*	UNB	5		7
Universidade De Brasília – Noturno*	UNB	5		7
Universidade Federal Da Bahia – Diurno*	UFBA	5		2
Universidade Federal Da Bahia – Noturno*	UFBA	5		2
Universidade Federal De Juiz De Fora – Juiz De Fora	UFJF	5		1
Universidade Federal De Minas Gerais	UFMG	5	1	2
Universidade Federal De São Paulo	UNIFESP	5		38
Universidade Federal De Viçosa	UFV	5		2
Universidade Federal Do Piauí	UFPI	5		2
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido	UFERSA	5		4
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	UTFPR	5		1

Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos com asterisco representam que ambas as matrizes possuem as mesmas disciplinas.

Dentre as Instituições de Ensino Superior, a UNIFESP foi a IES que possui a maior quantidade de disciplinas com essa temática, 38 no total, e em contraponto, UEM, UFSM,

UFRGS, UNIFIMES, FAFICH, UNEAL e, UEG não apresentaram nenhuma disciplina sob os critérios adotados.

A disciplina “Contabilidade Internacional” aparece apenas 9 vezes, ou seja, do total de 21 cursos, apenas 9 oferecem a disciplina. Os cursos que oferecem esta disciplina, em consideração às informações coletadas, são: UERN, UERR, FATEB, UFBA, UFV, UFMG, UFJF, UFPI E UTFPR. Desses 9 cursos, 6 disponibilizaram as referências bibliográficas nas respectivas ementas das disciplinas, assim, dentre os autores e obras mais recorrentes nas referências bibliográficas das disciplinas, tem-se:

Com 4 recorrências:

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC.

Com 3 recorrências:

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. Manual de contabilidade internacional: IFRS, US Gaap e BR Gaap – teoria e prática. São Paulo: Cengage learning, 2012.

Com duas recorrências:

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Nelson Luiz de; LEMES, Sirlei. Contabilidade intenacional para graduação: textos, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Contabilidade Internacional para Graduação: Textos, Estudos de Casos e Questões de Múltipla Escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Jose Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. Contabilidade internacional: equivalência patrimonial. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHERER, Luciano Márcio; CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues; MULLER, Aderbal. Contabilidade avançada e internacional. 4. Ed. São Paulo: Saraivauni, 2019.

SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves; SANTOS, Jose Luiz dos. Contabilidade internacional avançada. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis também aparecem nas referências por duas vezes.

Passando agora para as análises com relação ao CMC. Conforme apresentado na seção 2.2 desta pesquisa, especificamente no Quadro 6, a sugestão do Currículo Mundial de Contabilidade (CMC) está dividida em 4 grandes módulos: 1. Conhecimento organizacional e

empresarial, com 6 submódulos e 46 seções; 2. Tecnologia da Informação, com 1 submódulo e 6 seções; 3. Conhecimento Básico de Contabilidade, Auditoria, Tributação e Relacionado à Contabilidade com 10 submódulos e 77 seções e 4. Eletivas de Contabilidade (avançada), finanças e conhecimentos relacionados com 7 submódulos e 43 seções. A ordenação completa do CMC pode ser verificada no Apêndice A – Currículo Mundial de Contabilidade 2020.

Cabe destacar que o CMC destina uma parte do conteúdo do Módulo Conhecimento Organizacional e Empresarial para a área de negócios internacionais.

Para fins de análise, foram consideradas as disciplinas de caráter obrigatório dos respectivos cursos já apresentados e, as disciplinas em que não foi possível realizar a sua classificação, projetos, atividades complementares e demais conteúdos não identificáveis foram excluídos dessas análises. Do total de 960 disciplinas disponíveis, 89 delas (ou 9,27% do total), estão relacionadas com o mencionado anteriormente. Houve ainda 36 disciplinas em que não foi possível agrupar nos módulos do CMC, sendo classificadas como “Exo-CMC” (3,75% do total), assim, foi possível classificar 835 disciplinas ou 86,98% do total. A totalidade da classificação pode ser verificada no Apêndice E – Disciplinas dos Cursos Agrupadas aos Módulos do CMC. A seguir serão apresentadas as análises pelo grande módulo correspondente, iniciando-se, evidentemente, pelo 1. Conhecimento organizacional e empresarial.

O primeiro grande módulo possui os temas agrupados em 6 partes: 1.1. Módulo de economia; 1.2. Módulo sobre métodos quantitativos e estatísticas para negócios; 1.3. Módulo sobre políticas gerais de negócios, estrutura organizacional básica e comportamento organizacional; 1.4. Módulo sobre funções e práticas de gestão e gestão de operações; 1.5. Módulo de marketing e; 1.6. Módulo de negócios internacionais. O resultado do agrupamento das disciplinas pode ser verificado no Quadro 39.

Quadro 39 – Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 1 do CMC

Módulo	Cursos	Total
1.1	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
1.2	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
1.3	FAFICH; FATEB; UEG; UERR; UFPI; UNEAL; UNIFESP; UTFPR.	8
1.4	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
1.5	FAFICH.	1
1.6	-	0
Total de Disciplinas agrupadas no Módulo 1: 167 disciplinas		

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se perceber no Quadro 39 que o módulo 1.6. Módulo de negócios internacionais, não recebeu nenhuma disciplina específica voltada a esse tema e, o 1.5. Módulo de marketing se aproximou do mesmo resultado, onde apenas a IES FAFICH disponibiliza uma disciplina voltada a esse tema de forma específica. Já o 1.3. Módulo sobre políticas gerais de negócios, estrutura organizacional básica e comportamento organizacional, apenas 8 IES disponibilizaram disciplinas sobre essa vertente.

No demais módulos, houve unanimidade, todos os cursos disponibilizaram disciplinas para cada módulo.

O segundo grande módulo possui os temas agrupados em apenas 1 parte: 2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI). O resultado do agrupamento das disciplinas pode ser verificado no Quadro 40.

Quadro 40 – Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 2 do CMC

Módulo	Cursos	Total
2.1	UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UNEAL; UNIFIMES.	6
Total de Disciplinas agrupadas no Módulo 1: 6 disciplinas		

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se perceber que do total de 21 cursos, apenas 6 deles tiveram suas disciplinas alocadas nesse módulo, evidenciando que há carência dessa área nos currículos dos cursos analisados.

O terceiro grande módulo possui os temas agrupados em 10 partes: 3.1 Módulo sobre contabilidade básica; 3.2 Módulo de contabilidade financeira; 3.3 Módulo sobre contabilidade financeira avançada; 3.4 Módulo de contabilidade gerencial – conceitos básicos; 3.5 Módulo sobre tributação; 3.6 Módulo sobre sistemas de informação contábil (SIC); 3.7 Módulo sobre direito empresarial; 3.8 Módulo sobre os fundamentos de garantia (testes de auditoria) e auditoria; 3.9 Módulo sobre finanças empresariais e gestão financeira; 3.10 Módulo sobre integração de conhecimento – finalização de um projeto (aplicado a um projeto específico ou similar a um TCC, com ênfase na aplicação prática). O resultado do agrupamento das disciplinas pode ser verificado no Quadro 41.

Quadro 41 – Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 3 do CMC

Módulo	Cursos	Total
3.1	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
3.2	FAFICH; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	20
3.3	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFPI; UFRGS; UFSM; UNEAL; UNIFIMES; UTFPR.	17
3.4	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
3.5	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
3.6	FAFICH; FATEB; UEM; UERR; UFJF; UFMG; UFSM; UNB; UNIFESP.	9
3.7	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
3.8	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
3.9	FATEB; UEM; UERN; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFSM; UFV; UNB; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	15
3.10	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	21
Total de Disciplinas agrupadas no Módulo 1: 530 disciplinas		

Fonte: Dados da pesquisa.

Para este grande módulo era esperado que a maioria dos cursos tivesse disciplinas alocadas neste rol de conteúdos e, a expectativa foi mantida. Por se tratar de conhecimentos técnicos e específico da área, é possível inferir que os conteúdos dessa área estão alinhados, salvo algumas exceções.

O conteúdo elencado no 3.6 Módulo sobre sistemas de informação contábil (SIC) foi o que teve menos cursos com disciplinas agrupadas nesse neste grande módulo, o que, de certa forma, corrobora o item 2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI), pois dependendo da didática utilizada, um pode estar ligado ao outro.

O quarto grande módulo possui os temas agrupados em 7 partes: 4.1 Módulo sobre contabilidade e relatórios financeiros avançados para indústrias especializadas; 4.2 Módulo sobre gestão contábil avançada; 4.3 Módulo sobre tributação avançada; 4.4 Módulo sobre direito empresarial avançado; 4.5 Módulo de auditoria avançada; 4.6 Módulo sobre finanças empresariais avançadas e gestão financeira; 4.7 Módulo de estágio de contabilidade. O resultado do agrupamento das disciplinas pode ser verificado no Quadro 42.

Quadro 42 – Agrupamento de Disciplinas e Cursos ao Módulo 4 do CMC

Módulo	Cursos	Total
4.1	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFPI; UFRGS; UFSM; UFV; UNB; UNEAL; UNIFIMES; UTFPR.	20
4.2	FAFICH; FATEB; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFPI; UFRGS; UFSM; UNB; UNEAL; UNIFESP; UNIFIMES; UTFPR.	19
4.3	-	0
4.4	UNIFIMES.	1
4.5	-	0
4.6	FAFICH; FATEB; UEG; UERR; UFERSA; UFJF; UFJFGV; UFMG; UFRGS; UNEAL.	10
4.7	FAFICH; UEG; UEM; UERN; UERR; UFBA DIU; UFBA NOT; UFPI; UFRGS; UFV; UNIFESP; UNIFIMES.	12
Total de Disciplinas agrupadas no Módulo 1: 132 disciplinas		

Fonte: Dados da pesquisa.

As informações apresentadas no Quadro 42 evidenciam a deficiência nos módulos 4.3 Módulo sobre tributação avançada; 4.4 Módulo sobre direito empresarial avançado; 4.5 Módulo de auditoria avançada. Por se tratar de um módulo com a intenção de conteúdo avançado, parte dessa brecha pode ser preenchido por disciplinas eletivas, mas que nessa pesquisa, não fizeram parte dessa análise, assim, esse resultado, de certa forma já era esperado.

Cabe ressaltar que as disciplinas que não foram agrupadas nos módulos do CMC versam sobre o conhecimento da área de humanas, como por exemplo, Filosofia, com 3 disciplinas; Sociologia, com 14 disciplinas, Psicologia, com 8 disciplinas e, por fim, Língua Portuguesa e Interpretação de textos, com 11 disciplinas no total.

Considerando o agrupamento das disciplinas, e que não houve preenchimento de disciplinas nos módulos 1.6, 4.3 e 4.4 por nenhuma IES, a IES FAFICH foi a instituição que com maior abrangência do conteúdo do CMC, tendo disciplinas agrupadas em todos os módulos, exceto por três módulos 2.1, 3.9 e 4.4.

Já a UFV foi a IES que teve o menos agrupamento de disciplinas nos módulos do CMC, ficando ausente de 8 deles, sendo: 1.3, 1.5, 2.1, 3.3, 3.6, 4.2, 4.4 e 4.6.

Os demais cursos tiveram ausência entre 4 a 7 módulos, o que representa que os cursos estão, de certa forma, com razoável alocação de conteúdo nos módulos do CMC. Ressalta-se que muitos dos conteúdos dos módulos do CMC não possuem disciplinas, de forma satisfatória, por parte dos cursos das IES pesquisadas. Os módulos 1.6. Módulo de negócios internacionais e o 2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI) foram os menos prestigiados, uma vez que os módulos do grupo 4 são mais voltados ao conteúdo eletivo ou avançado.

Esse resultado está em sintonia com os estudos internacionais consultados nesta pesquisa, onde há sinalização do desenvolvimento de estudos sobre ferramentas de TICs, do

comércio, ou negócio, internacional e da comunicação para a formação do futuro contador. Apenas 4 dos cursos analisados possuíam em suas respectivas matrizes curriculares disciplinas voltadas para a Comunicação, UFPI, FAFICH e UNEAL, bem específicas possuindo a disciplina denominada Comunicação Empresarial, ressalta-se que essa temática foi abordada em alguns estudos internacionais levantados na pesquisa que podem ser consultados na seção 2.4.2 desta pesquisa.

Como pode ser verificado ao longo desta seção, os resultados revelaram os seguintes detalhes:

- Os exames de avaliação da área, tanto o ENADE, quanto o ESC, ponto de partida para a seleção dos cursos e, por conseguinte, das IES, não necessariamente avaliam os cursos do âmbito do conteúdo internacional sobre negócios e contabilidade.

- Apesar dos exames não serem uma medida precisa para esta avaliação, foi percebido que as IES com maior grau atribuído nos referidos exames possuem mais alunos e maior estrutura em relação as com avaliação com menor grau atribuído. Duas IES com conceito 5 ENADE e com média de aprovação no ESC de 79,23% e 89,33%, UTFPR e UNB respectivamente, apresentaram programa de internacionalização em seus respectivos PPCs.

- A verificação dos PPC e das informações através da consulta aos endereços eletrônicos dos cursos evidenciou que ainda há muito o que melhorar, entretanto, as IES com maior grau aferido nos exames avaliativos apresentaram, na maioria das vezes, mais qualidade nas informações do conteúdo dos cursos e das suas matrizes curriculares.

- Foi possível constatar que apenas 5 IES possuíam programa de Pós-graduação na modalidade *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis, sendo oferecidos na modalidade Mestrado nas IES UEM, UFBA, UFRGS, UFMG e UNB, e na modalidade Doutorado as duas últimas, ou seja, UFMG e UNB, todas feridas com conceito 5 no ENADE.

- Em relação às informações somente nos endereços eletrônicos, houve destaque para as seguintes instituições: UFBA, UFRGS e UFERSA. Essas IES apresentaram informação claras e intuitivas dos conteúdos. Em contrapartida as IES FATEB, UERN e UEG não possuíam informações com fácil acesso.

- Em relação às disciplinas obrigatórias, base do curso, as matrizes curriculares analisadas revelaram que, há pouco desenvolvimento da área tecnológica, de comunicação e de vertentes internacionais nos cursos. As disciplinas na área de ciências humanas, como por exemplo, filosofia, sociologia e psicologia, quase não aparecem nas mesmas, raras são as IES que as oferecem.

- O alinhamento dos conteúdos das matrizes curriculares com os temas abordados no CMC é apenas satisfatório, não foi percebido nenhum grande alinhamento e nem um pequeno alinhamento. Considerando essa evidência, pode-se constatar que nenhuma IES atendeu a todos os conteúdos dos módulos, entretanto, o conteúdo referente ao conhecimento técnico de contabilidade foi o que mais teve disciplinas elencadas, o que pode ser considerado positivo.

- O fato de disciplinas da área de ciências humanas no CMC também foi percebido nas IES analisadas, conforme já apresentado anteriormente, poucas oferecem este conteúdo. Pode-se dizer que, nesse ponto negativo, ambos estão alinhados, o CMC e os cursos.

- As matrizes curriculares apresentaram bastante variedade nas disciplinas listadas, quando comparadas entre si pelos cursos, assim, pode-se perceber a autonomia das IES na elaboração dos seus conteúdos, não houve matriz curricular idêntica entre IES.

- Verificou-se também a ausência de disciplinas obrigatórias de idiomas. Em nenhum curso foi detectado essa possibilidade. Os cursos, quando as oferecem, apresentam apenas como disciplinas eletivas, e isso foi percebido apenas em poucas instituições, a oferta de conteúdo sobre língua inglesa, por exemplo, foi verificada nas disciplinas eletivas nos cursos das seguintes IES: UFSM, UFPI, UFV, UNB, UFBA, UERN. Os resultados encontrados reforçam os entendimentos de Weffort, Vanzo e Oliveira (2005), sobre a relevância do conteúdo de contabilidade internacional e do conhecimento de outro idioma.

- Em relação a literatura verifica nas ementas da disciplina “Contabilidade Internacional” nos cursos verificados, percebeu-se que os manuais técnicos e pronunciamentos têm norteado o conteúdo.

A pouca literatura sobre educação contábil no Brasil foi verificada também nessa pesquisa, corroborando com o texto de Miranda et al. (2013). A percepção dos estudos realizados no Brasil leva a entender que a preocupação da área reside em relação aos termos e técnicas contábeis, deixando a educação em segundo plano.

Entretanto, os estudos de Moreira, Costa e Melo (2016) atentaram para os pontos que, não só foram evidenciados em outros textos internacionais, como também foi constatado nesta pesquisa, a falta de disciplinas de Comunicação no curso de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas. Até mesmo pode ser considerado neste embasamento a pesquisa de Cana e Birk (2017) sobre divulgação científica na área contábil que de certa forma também está ligada à comunicação.

Achados nesta pesquisa possuem resultados similares aos estudos de Quintana, Perazo, Fernandes (2013); Pinho e Rodrigues (2016), Kouloukoui et al. (2017); Mendes, Silva e Niyama (2011); Pinho (2010); Carvalho (2010); Frosi (2013); Araújo (2014); Lima (2013); Schmitz

(2008) que abordaram, por meio de diversas vertentes, o currículo dos cursos de Ciências Contábeis.

Sledgianowski, Goma e Tan (2017); Debreceeny e Farewell (2010) também corroboram os achados nesta pesquisa, principalmente do âmbito do tema de TI.

Assim, com a síntese dos resultados apurados, esta seção encerra-se aqui. Na próxima seção são feitas as considerações finais da pesquisa, abrangendo também as limitações e sugestões para novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve a sua idealização dentro do ambiente de ensino, ou seja, dentro de uma sala de aula. A experiência vivenciada, e esse termo é bem propício nesta parte, pois a educação pode ser percebida como uma coisa viva e em constante mudança.

O questionamento sobre o alto índice de reprovação no Exame de Suficiência Contábil (ESC) e do desempenho, igualmente preocupante, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) continuaram a inflamar a motivação para a pesquisa.

Entretanto, foi somente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (PPGE-UNIMEP) que a sua concepção, de fato, foi possível e assim, os estudos foram iniciados.

O Currículo Mundial de Contabilidade (CMC), elaborado pelas instituições ONU/UNCTAD/ISAR, foi uma descoberta proporcionada pela decisão de pesquisar sobre educação na área contábil, motivo para o ingresso no PPGE-UNIMEP.

A introdução deste estudo já evidenciava o desempenho abaixo da média nos dois exames da área, o ENADE e o ESC, inclusive destacando o desempenho mediano, tanto de IES de Direito Público, quanto de IES de Direito Privado, pois a maioria das instituições avaliadas pelo último ENADE, realizado em 2018, concentravam-se na faixa de conceito 3, sendo que, 38,62% das IES de Direito Público avaliadas, encontram-se nessa faixa, e 44,14% nas IES de Direito Privado. Se fosse levado em consideração o ENADE de 2015, a maioria das IES de Direito Público ainda se concentravam na Faixa de Conceito 4, não havendo alteração em relação as IES de Direito Privado, indicando piora nesse indicador em relação às IES de Direito Público.

Tanto o ENADE quanto o ESC não possuem o caráter de avaliar o conhecimento contábil internacional, tampouco sobre internacionalização, apenas representam um retrato do contexto da educação contábil em determinado momento no Brasil. O ENADE foi usado como parâmetro para seleção dos cursos a serem analisados, justamente para que se pudesse verificar se havia relação entre boa avaliação no ENADE e programas e/ou disciplinas voltadas para a internacionalização.

O fato do ESC ter certa relação com o desempenho no ENADE, tem um viés ainda mais preocupante, visto que a aprovação neste permite a atuação profissional, e com este alto índice de reprovação, muitos recém-formados ficam à margem de exercer a profissão de forma legal. Até mesmo a atuação em outros países requererá determinados procedimentos, como a

validação do diploma, certificados ou cursos para que se possa atuar, mesmo sem ter sido aprovado no ESC no Brasil, pois cada nação é soberana para determinar quais procedimentos exigir.

Na contextualização do ambiente atual da profissão contábil, fez-se necessário apresentar um breve histórico do seu desenvolvimento, com a apresentação do início da sua divulgação das partidas dobradas, difundida pelo Frei Luca Pacioli, na Itália, passando pelas grandes navegações, pela revolução industrial, pelo período de guerras mundiais, que envolveu o início do século XX e o pós-guerra, entre outros fatos históricos apresentados, até chegar na criação de diversos órgãos e instituições que atualmente normatizam as normas profissionais da área, com destaque para o FASB, IASB, IASC e das emissões das IFRS em atenção ao movimento de globalização de mercados no mundo.

Com a proposta de normas internacionais, certamente haveria impacto não somente nos mercados, como também no ensino da contabilidade. Somado a este contexto de globalização, começam a se desenvolver o processo de internacionalização de IES no mundo, onde a Declaração de Bolonha, em 1999, foi determinante para a educação na Europa, e das declarações posteriores. Com a evolução deste processo passaram a surgir as denominadas Universidades de Classe Mundial.

A essa altura como estaria o Brasil neste cenário internacional da Contabilidade e ensino? Para procurar entender este contexto, fez-se necessário realizar um breve levantamento histórico do ensino da Contabilidade no Brasil, iniciando com a chegada da Família Real Portuguesa ao país, passando pela década de 1920 com a criação dos cursos profissionalizantes, pela criação do curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais em 1945, pela criação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Controladoria e Contabilidade em 1970 e demais Leis, Decretos e Pareceres que normatizaram o ensino no país. Dentre as normas sobre ensino superior no país, o destaque pode ficar para as recentes resoluções CNE/CES nº 6 de 2004 e nº 2 de 2007 que atualmente norteiam o ensino superior em ciências contábeis.

Com a globalização dos mercados e do ensino, houve as iniciativas do país em fazer parte desse ambiente, com isso o Brasil passou a adotar as IFRS com a Lei 11.638 de 2007, que alterava de forma significativa a lei anterior, a Lei nº 6.404 de 1976, e para que tal processo fosse o menos sofrível possível, a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de realizar a harmonização das IFRS no país.

Com a tendência de unificação das normas no mundo, foram feitas diversas tentativas para se tentar definir um plano de ensino que pudesse ser aplicado em todos os países. Com

esse objetivo, surgiu o Currículo Mundial de Contabilidade, desenvolvido em parceria da ONU, UNCTAD e ISAR e também das Normas Internacionais de Educação Contábil.

Entretanto, países como os Estados Unidos, China, Japão, Índia, Indonésia e Suíça ainda não exigem as IFRS em seus territórios de forma obrigatória, assim, muitas empresas de capital aberto nesses países não divulgam demonstrações financeiras seguindo essas premissas, o que permite o desenvolvimento de conteúdo educacional voltado para essa finalidade. A disciplina de Contabilidade Internacional poderia abordar essas particularidades, vista a relevância dos países elencados na economia global.

Partindo desta contextualização, e resumindo-se a motivação para o desenvolvimento da pesquisa, o presente estudo teve como objetivo analisar as matrizes curriculares nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil em 19 IES de Direito Público que obtiveram os conceitos extremos, ou seja 1 e 5, no último ENADE da área, realizado em 2018, e este objetivo foi alcançado.

Com a leitura prévia das pesquisas correlatas percebeu-se certo distanciamento entre as diretrizes das matrizes curriculares das IES no Brasil em relação ao Currículo Mundial de Contabilidade da ONU/UNCTAD/ISAR.

E com essa premissa, os resultados da pesquisa foram desenvolvidos, entretanto, houve constatações e contradições sobre a afirmativa do parágrafo anterior. Como os resultados já apresentados na seção 5, de forma completa, aqui são apresentados os principais destaques:

- Há pouco desenvolvimento da temática de negócios internacionais, em específico, sobre contabilidade internacional nos cursos pesquisados;
- As IES que possuíam programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis tiveram melhor desempenhos nos exames, e apenas 2 IES ofereciam cursos na modalidade Doutorado e 5 IES ofereciam na modalidade Mestrado;
- O grau de aderência aos conteúdos dos módulos do CMC em relação às disciplinas obrigatórias, pode ser classificado como mediano, pois nenhuma instituição ficou muito distante dos principais temas abordados, e também nenhuma teve plena assimilação.

Os cursos de graduação em Ciências contábeis oferecidos pelas 19 IES apresentaram deficiência em conteúdos voltados para comunicação, línguas estrangeiras, TICs, negócios internacionais e em ciências humanas. Apenas algumas IES ofereciam disciplinas sobre essas temáticas e na maioria das vezes, como disciplinas eletivas, em relação à língua estrangeira, apenas como eletiva.

A IES que teve mais disciplinas agregadas ao CMC foi a FAFICH, que obteve o conceito 1 no ENADE, e isso serviu para verificar que a aferição do conceito ENADE não foi

determinante para que se pudesse verificar alto índice de internacionalização de uma IES. Esperava-se que as instituições com maior grau no referido exame tivessem programas voltados a esse assunto, entretanto, percebeu-se que apenas duas IES apresentaram essas informações nos seus respectivos PPCs, inclusive, 1 IES com Conceito 1 no ENADE possuía programa de internacionalização, a UNIFIMES.

A constatação da relevância dos exames da área, revelaram a fragilidade ou a precariedade na qualidade do ensino contábil no Brasil, entretanto, sua existência não pode, e nem se deve, ser levada a ferro e fogo, pois há outras vertentes que os exames não alcançam em suas avaliações.

A revisão de literatura realizada através de pesquisas no país e internacionalmente apresentaram resultados distintos, semelhantes e complementares, e isso contribuiu para o enriquecimento da formação do desenvolvimento da presente pesquisa.

A pouca literatura sobre educação contábil no Brasil foi verificada também nessa pesquisa, corroborando com o texto de Miranda et al. (2013). A percepção dos estudos realizados no Brasil leva a entender que a preocupação da área reside em relação aos termos e técnicas contábeis, deixando a educação em segundo plano.

Entretanto, os estudos de Moreira, Costa e Melo (2016) atentaram para os pontos que, não só foram evidenciados em outros textos internacionais, como também foi constatado nesta pesquisa, a falta de disciplinas de Comunicação no curso de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas. Até mesmo pode ser considerado neste embasamento a pesquisa de Cana e Birk (2017) sobre divulgação científica na área contábil que de certa forma também está ligada à comunicação.

As limitações da pesquisa podem ser evidenciadas a seguir:

- abrangência da análise ou regionalização do estudo;
- o acesso às informações;
- utilização de disciplinas eletivas para análises.

Em relação à abrangência da pesquisa, poderia ter se estendido a todas as IES avaliadas pelo ENADE em 2018, entretanto, haveria aumento no volume de dados e com isso mais tempo de pesquisa e análise, não sendo viável a sua aplicação no período em que este estudo foi escrito.

Não se pode contar com todas as informações necessárias que se desejava, assim, foi realizado o estudo com as informações disponíveis, o que acabou sendo mais um ponto do resultado do estudo.

A utilização das disciplinas eletivas, também foi uma limitação, visto o apontado no parágrafo anterior, e, indo além, muitas vezes as disciplinas eletivas estão na grade do curso,

porém não são oferecidas pelos mais diversos motivos, desde a falta de docente, quanto do interesse dos alunos.

Como sugestão para pesquisas futuras, tem-se:

- utilização de mais IES;
- análise das disciplinas eletivas;
- utilização de outra vertente para o estudo, como a área tributária ou de gestão.

A utilização de maior número de IES pode levar a constatação de informações sobre uma região ou até mesmo sobre estados e municípios, o que não foi o escopo desse estudo.

A análise de disciplinas eletivas em mais IES poderia funcionar como um complemento à Matriz das Disciplinas Obrigatórias e seria interessante verificar quais áreas estariam cobertas nestes conteúdos.

Como o intuito da pesquisa era verificar as matrizes curriculares do ponto de vista da internacionalização, partindo assim, para a área de contabilidade internacional, pode-se sugerir que outras áreas da contabilidade possam ser alcançadas, como a área tributária ou gerencial.

Da percepção pessoal do autor, esta pesquisa proporcionou o desenvolvimento do conhecimento que antes não era percebida. A atuação na área de Educação permitiu vislumbrar um novo mundo através de novos olhos.

REFERÊNCIAS

AINSWORTH, Penne. Changes in accounting curricula: discussion and design. *Accounting Education*, v. 10, n. 3, p. 279-297, 2001.

ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. *A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular*. 2014. 245 f. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2014.

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007.

ALTBACH, P. The costs and benefits of world-class universities. *Academe*, v.90, n.1, p-20-23, 2004.

ALVES, Diego Saldo. *Alinhamento entre os conteúdos de contabilidade nos Cursos de Ciências Contábeis no Brasil com os pronunciamentos técnicos do CPC harmonizados com as normas internacionais de contabilidade*, 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2014.

AMARAL, C. X. Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais. *Gestão e Desenvolvimento*. V. 10, p. 33-58, 2001.

AMENABAR, Ana Maria Hinojosa. *Harmonização Contábil em Cinco Países da América do Sul. 2001*. Tese de Doutorado. Universidade De São Paulo Faculdade De Economia, Administração E Contabilidade Departamento De Contabilidade E Atuária. Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. Tecnologias Educacionais em Cursos de Contabilidade Avaliados no Exame Nacional de Cursos (ENC)/2003 com Conceitos A e B. *Journal of Accounting, Management and Governance*, v. 8, n. 1, 2009.

ARAÚJO, Manoel Antonio Oliveira. Avaliação curricular: um estudo do curso de ciências contábeis na Universidade estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). 2009. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2009.

ARAÚJO, Tamires Sousa; MIRANDA, Gilberto José; PEREIRA, Janser Moura. Satisfação dos professores de Contabilidade no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 28, n. 74, p. 264-281, 2017.

ARGENTINA. Lei nº 20.488 de 23 de maio de 1973. *Normas referentes al ejercicio de las profesiones relacionadas a las Ciencias Económicas*. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/38590/norma.htm>>. Acesso em: 15 jun, 2021.

ÁVILA, José Augusto Salas; MALDONADO, Nydia Marcela Reyes. ¿Aprobamos o reprobamos el trabajo em Normas Internacionales de Educación? Aplicación de las Normas Internacionales de Educación (NIE) para carreras de contador público em países 213ornal213cionales213s. *Contabilidad y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas*, v. 10, n. 20, p. 5-22, 2015.

BAKER, R. C.; BARBU, E. M. Research trends in harmonization International Accounting. *The International Journal Accounting*, v. 42, n. 3, p. 272-304, 2007.

BANCO MUNDIAL. *Investimento Direto Estrangeiro*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=2018&start=1970&view=chart>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BARACALDO-LOZANO, Natalia Andrea; DAZA-GIRALDO, Luis Eduardo. Panorama de los currículos de programas de contaduría pública em Colombia frente a contenidos de auditoría forense y prevención de delitos financeiros. *Cuadernos de Contabilidad*, v. 16, n. spe42, p. 733-759, 2015.

BARRETO, Pedro Henrique. História – Bretton Woods. *Desafios do Desenvolvimento*. Ano 6. Ed. 50. 21/05/2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BARROSO, Deivson Vinicius. *Teoria da Contabilidade*. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BENAU, María Antonia García; GRIMA, Ana Zorio. Experiencia sobre la utilización de em mix de metodologías docentes em la educación universitaria de la Contabilidad. *Cuadernos de Contabilidad*, v. 13, n. 33, 2012.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Ética Empresarial e Contabilidade: o Caso Enron. *Pensar Contábil*, v. 5, n. 16, 2015.

BEZERRA, Agnes Francisca Duarte. Internacionalização da educação superior no MERCOSUL: novas tendências nas universidades públicas de Brasil e Argentina. In: XIII Coloquio de Gestión Universitaria em Américas, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/113136/2013195%20-%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BOLOGNA PROCESS. *The Bologna Declaration of 19 June 1999*. European Higher Education Area and Bologna Process. Disponível em: <https://eha.info/Upload/document/ministerial_declarations/1999_Bologna_Declaration_English_553028.pdf>. Acesso em 22 abr. 2021.

BOLZAN, Giovana et al. Enseñanza de ciências contables y el processo de convergencia a las internacional financial reporting standards. *Revista Ambiente Contábil*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 12, n. 1, 2020.

BONK, Curtis Jay; SMITH, G. Stevenson. Alternative instructional strategies for creative and critical thinking in the accounting curriculum. *Journal of accounting education*, v. 16, n. 2, p. 261-293, 1998.

BORGES, Bárbara Johann; VERDU, Fabiane Cortez; RADAEL, Weber Henrique; IGARASHI, Deisy Cristina Correa; SEGATE, Flávia Mayara. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: uma revisão sistemática. In: II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. Naviraí, MS, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/7042/pdf_19>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto de 27 de Abril de 1818*. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18332/collecao_leis_1818_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 4.475 de 18 de fevereiro de 1870*. Approva os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta corte. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4475-18-fevereiro-1870-552838-publicacaooriginal-70394-pe.html>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014*. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. *Lei Nº 11.638 de 28 de Dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante et al. *Historical Analysis Of Sufficiency Exam Results Of Federal Accounting Council*. Revista de Contabilidade & Controladoria, v. 6, n. 1, p. 121, 2014.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; ALENCAR, Roberta Carvalho De; GARCIA, Editinete André Da Rocha; CADDAH NETO, Elias Dib. *Exame de suficiência: um requisito para a qualificação profissional*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018.

BURBULES, N.; TORRES, C. A. (Org.). *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

CABRAL, Isabel; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; BATISTA, Rodrigo Siqueira. O diálogo das ciências contábeis com as ciências humanas e demais ciências sociais: uma análise da produção acadêmica do congresso USP de controladoria e contabilidade e Enanpad (2004-2007). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 5, p. 100-125, 2011.

CACHAPUZ, António. O Processo de Bolonha e a internacionalização do ensino superior na Europa: uma experiência multicultural. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 53, p. 103-120, jan./abr. 2020.

CANAN, Ivan; BIRK, Grazielle. Divulgação Científica Da Contabilidade: Análise do Conteúdo dos Websites das Instituições De Ensino Superior Brasileiras. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 7, n. 3, p. 23, 2017.

CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e missão*. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CARDOSO, Ricardo Lopes. *Competências do contador: um estudo empírico*. 2006. Tese de Doutorado. Faculdade de economia, administração e contabilidade. Departamento de Contabilidade e Atuária. Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson Luiz. Existem competências a serem priorizadas no desenvolvimento do contador?: Um estudo sobre os contadores brasileiros. *REGE Revista de Gestão*, v. 17, n. 3, p. 353-367, 2010.

CARMONA, Salvador. Accounting curriculum reform? The devil is in the detail. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 24, n. 2, p. 113-119, 2013.

CARNEIRO, R. *A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas*. Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n. 90, out. 1999.

CARR, Shirley; CHUA, Frances; PERERA, Hector. University accounting curricula: the perceptions of an alumni group. *Accounting Education: an international journal*, v. 15, n. 4, p. 359-376, 2006.

CARR, Shirley; MATHEWS, M. R. Accounting curriculum change and iterative programme development: A case study. *Accounting Education*, v. 13, n. sup1, p. 91-116, 2004.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. *Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005*. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Ronaldo Frões de. *Currículo de Ciências Contábeis: desafios para adoção ao novo modelo contábil brasileiro*. São Paulo, p.145, 2010. Tese (Doutorado) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP) Programa: Educação: Currículo. 145 p. 2010.

CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F., DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 22 n. 75, 67-83. 2001. Doi: 10.1590/S0101-73302001000200006

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *GA NBC TSP*. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/area-publica/o-ga-nbctsp/>>. Acesso em: 12 mai. 2020b.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. NBC PG 12 2017b. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/NBCPG12R3_AUD.docx>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *O ceticismo profissional na Contabilidade e a mitigação de risco*. 18 ago. 2019. Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/o-ceticismo-profissional-na-contabilidade-e-a-mitigacao-de-risco/+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. O Conselho. Disponível em: <<https://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *Relatórios Estatísticos do Exame de Suficiência*. Disponível em: <<https://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC Nº 1.055 de 7 de Outubro de 2005*. Disponível em: <http://cfc.org.br/sisweb/em/docs/RES_1055.doc>. Acesso em: 01 out. 2016.

CHOI, F. D. S.; MEEK, G. K. *International accounting*. 5th. Ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2005.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. O Programa. Disponível em: <<http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Conheça o CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 01 out. 2016.

CVM. Comissão de valores Mobiliários. *Comunicado ao Mercado de 14 de janeiro de 2008*. Disponível em:

<http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/noticias/anexos/2008/20080114_press_1.pdf>. Acesso em: 10, jun, 2021.

DALLABONA, Lara Fabiana; DA CUNHA, Paulo Roberto; RAUSCH, Rita Buzzi.

Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 31, n. 3, p. 7-22, 2012.

DALY, Anne et al. Using group work to develop intercultural skills in the accounting curriculum in Australia. *Accounting Education*, v. 24, n. 1, p. 27-40, 2015.

DÁVILA, M. Tendencias Internacionales em posgrados. *Integración y Conocimiento*, v. 1, 2012. Disponível em:

<<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/5630>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DE WIT, Hans. *Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual analysis*. Greenwood Studies in Higher Education, 2002.

DEBRECENY, Roger; FAREWELL, Stephanie. XBRL in the accounting curriculum. *Issues in Accounting Education*, v. 25, n. 3, p. 379-403, 2010.

DELLAPORTAS, S., KANAPATHIPPILLAI, S., KHAN, A., LEUNG, P. Ethics education in the australian accounting curriculum: A longitudinal study examining barriers and enablers. *Accounting Education*, v. 23, n. 4, p. 362-382, 2014.

DIEL, Elisandra Henn. *Orientação curricular entre coordenadores de cursos de Ciências Contábeis e nos documentos orientativos*. 2014. 107 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

DOMINGUES, J. L. Interesses humanos e paradigmas curriculares. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 67 n. 156, p. 351-66, mai-ago, 1986.

DUDZIAK, Elisabeth. Information Literacy uma revolução silenciosa: diferentes concepções para a competência em informação. In: *II Jornadas Nacionales de Bibliotecas Universitarias*, 2002.

DUQUE-ROLDÁN, María Isabel; OSPINA-ZAPATA, Carlos Mario. Elementos para discusión sobre el estado actual de la propuesta curricular del programa de contaduría pública de la Universidad de Antioquia. *Cuadernos de Contabilidad*, v. 16, n. 41, p. 355-394, 2015.

DUTRA, Onei Tadeu. Proposta de uma matriz curricular para o curso de Ciências Contábeis na grande Florianópolis. 2003. Dissertação. Mestrado em Contabilidade. Universidade de São Paulo. 2003.

EDUCALINGO. Sobre *Liberal Arts*. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-en/liberal-arts>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

EHEA. *European Higher Education Area*. Disponível em: <<https://eha.info/page-ministerial-declarations-and-communicues>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ERFURTH, Alfredo Ernesto. *Currículo mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em ciências contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas*. 2009. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

ETHNOLOGUE. *Languages of the World*. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/guides/ethnologue200?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_8257cde8cc1150947b00763c82ecbdd7c5b4454a-1628078509-0-gqNtZGzNAeKjcnBszQjO>. Acesso em: 15 jun, 2021.

FARIA, Paula Mieko Oda; LEAL, Edvalda Araujo. Análise da temática Contabilidade Gerencial na formação em Ciências Contábeis de IES mineiras à luz do Currículo Mundial e da Proposta Nacional do CFC/FBC. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 10, n. 2, p. 163-180, 2016.

FATEB. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui. Instituição. Disponível em: <https://www.fateb.br/?p=pagina_exibir&cod_pagina=2>. Acesso em 13 mai. 2021a.

FATEB. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui. Instituição. Disponível em: <https://www.fateb.br/?p=pagina_exibir&cod_pagina=43>. Acesso em 13 mai. 2021b.

FÁVERO SOBRINHO, A. Ensino de contabilidade no Distrito Federal: uma abordagem crítico-reflexiva. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 1, n. 1, 45-60, 1998.

FERREIRA, Kamila Kelly Paiva de Miranda et al. Os conhecimentos básicos de contabilidade e áreas afins: um estudo nas universidades potiguares à luz do currículo mundial. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 10, n. 3, p. 248-271, 2017.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Ranking por PIB. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/>>. Acesso em: 10 jun, 2021.

FRANÇA, José Antônio de; BARBOSA, Aline Borges. O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 14, n. 43, p. 63-73, 2015.

FRIEDMAN, Thomas. *O Mundo é Plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FROSI, Miriam. *Um estudo sobre o alinhamento dos currículos dos cursos de ciências contábeis de IES da região sul do Brasil com as propostas de currículo da ONU/UNCTAD/ISAR e do Conselho Federal de Contabilidade*. 2013. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2013.

G20. *Grupo dos Vinte*. Disponível em: <<https://g20.org/en/about/Pages/whatis.aspx>>. Acesso em: 08/05/2020.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. *La dimensión internacional de las universidades. Contexto, procesos, estrategias*. Guadalajara: México, Universidad de Guadalajara, 2006.

GAMMIE, Bob; GAMMIE, Elizabeth; CARGILL, Erica. Personal skills development in the accounting curriculum. *Accounting Education*, v. 11, n. 1, p. 63-78, 2002.

GARRETÓN, Manuel Antoni; CAVAROZZI, Marcelo; CLEAVES, Peter S.; GEREFFI, Gary; HARTLYN, Jonathan. *América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica*. Tradução Ximena Simpson. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GARRIDO, Pascual; LEÓN, Ángel; ZORIO, Ana. Measurement of formal harmonization progress: The IASC experience. *The International Journal of Accounting*, v. 37, n. 1, p. 1-26, 2002.

GOODLAD, J. T., and Associates. *Curriculum inquiry: The study of curriculum practice*. New York: McGraw-Hill, 1979.

GOODSON, I. F. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAZELTON, James; HAIGH, Matthew. Incorporating sustainability into accounting curricula: Lessons learnt from an action research study. *Accounting Education: an international journal*, v. 19, n. 1-2, p. 159-178, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRSCH JR, Maurice L.; COLLINS, Janet Duthie. An integrated approach to communication skills in an accounting curriculum. *Journal of Accounting Education*, v. 6, n. 1, p. 15-31, 1988.

HORA, J. A.; TONDKAR, R. H.; ADHIKARI, A. International accounting standards in capital markets. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. V. 6, n. 2, p. 171-190, 1997.

IAESB. International Accounting Education Standards Board. Disponível em: <<https://www.iaesb.org/ews-events/2019-10/new-education-standards-focus-enhancing-accountancys-technology-and>>. Acesso em: 14 mai. 2020a.

IFAC, International Federation of Accountants. IAESB, International Accounting Education Standards Board. *Handbook of International Education Pronouncements 2019 Edition*. Disponível em: <<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Handbook-of-International-Education-Standards-2019.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

IFRS Foundation. History. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#history>>. Acesso em: 12 mai. 2020e.

IFRS Foundation. International Financial Reporting Standards. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/>> Acesso em: 08/05/2020a.

IFRS Foundation. International Financial Reporting Standards. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis>>. Acesso em: 08/05/2020b.

IFRS Foundation. International Financial Reporting Standards. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/why-global-accounting-standards/>>. Acesso em: 08/05/2020c.

IFRS Foundation. *Adoção das IFRS no Mundo*. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/>>. Acesso em: 10 jun, 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Sobre o ENADE*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 14 mai. 2020a.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Histórico do ENADE*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/enade/historico>>. Acesso em: 14 mai. 2020b.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Indicadores de Qualidade da Educação Superior*. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 jun, 2020c.

INEP/ENADE. *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes*. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

INEP/ENADE. *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 02 out. 2016.

INEP/MEC/ENADE. *Relatório Síntese da Área 2018: ciências contábeis*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Ciencias_Contabeis.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da Epopéia de sua evolução. *Revista de Contabilidade e Finanças da USP*. n. 38. p. 7 – 19. São Paulo: Maio/Agosto, 2005.

- JACKSON, Shaun; DURKEE, David. Incorporating information literacy into the accounting curriculum. *Accounting Education: an international journal*, v. 17, n. 1, p. 83-97, 2008.
- JACOMOSSI, Fellipe André; BIAVATTI, Vania Tanira. Normas internacionais de educação contábil propostas pelo international accounting education standards board. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 3, p. 57-78, 2017.
- JOHNSTONE, Karla M.; BIGGS, Stanley F. Problem-based learning: introduction, analysis, and accounting curricula implications. *Journal of Accounting Education*, v. 16, n. 3-4, p. 407-427, 1998.
- KASHIWAZAKI, Reiko; SATO, Shun; TAKEDA, Fumiko. Does IFRS adoption accelerate M&A? The consequences of different goodwill accounting in Japan. *International Advances in Economic Research*, v. 25, n. 4, p. 399-415, 2019.
- KERBY, Debra; ROMINE, Jeff. Develop oral presentation skills through accounting curriculum design and course-embedded assessment. *Journal of Education for business*, v. 85, n. 3, p. 172-179, 2009.
- KNIGHT, J. *Internationalization of higher education: a conceptual framework*. In Jane Knight and Hans de Wit (Eds), *Internationalization of higher education in Asia Pacific Countries*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.
- KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, 2004.
- KOLIVER, Olivio. O Ensino Universitário, os exames de competência e a educação continuada na busca da excelência e do exercício profissional pleno. In: *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. Out/Dez. RGS, 1997.
- KOULOUKOUI, Daniel et al. Currículo mundial e ensino de contabilidade: estudo comparativo da matriz curricular de ciências contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e francesas. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 15, n. 1, p. 62-83, 2017.
- KUHN, Jaqueline; MACHADO, Lúcio de Souza; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues. Conhecimento dos docentes de contabilidade sobre as normas internacionais. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 6, n. 1, 2014.
- LACERDA, Antonio C. de. Globalização e concentração de capitais. *O Estado de S.Paulo*. 24/07/2011. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,globalizacao-e-concentracao-de-capitais-imp-,749059>>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- LAFFIN, Marcos. Ensino da contabilidade: componentes e desafios. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 13, n. 3, p. 09-20, 2002.
- LAFFIN, Marcos. Graduação em Ciências Contábeis: A Ênfase Nas Competências: Contribuições ao Debate. *Education Policy Analysis Archives*, v. 23, 2015.

LAFFIN, Marcos; CASTRO, Caio Cezar Telles de. Perspectivas da Prática Profissional de Estudantes de Ciências Contábeis da UFSC. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, UNEB, Salvador, v. 5, n. 1, p. 58-76, Edição Especial: 5º ano da RGFC, 2015.

LAWSON, Raef A. et al. Focusing accounting curricula on students' long-run careers: Recommendations for an integrated competency-based framework for accounting education. *Issues in Accounting Education*, v. 29, n. 2, p. 295-317, 2014.

LAY, Luís Antonio et al. Nível de similaridade dos currículos dos cursos de ciências contábeis de instituições catarinenses em relação ao currículo mundial proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 4, n. 2, p. 68-81, 2016.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; SLOMSKI, Valmor. Opiniões dos alunos acerca da disciplina contabilidade governamental: Um estudo empírico em uma universidade pública. *Journal of Accounting, Management and Governance*, v. 6, n. 1, 2009.

LIMA, João Batista Nast de. *A Relevância da Informação Contábil e o Processo de Convergência para as Normas IFRS no Brasil*. São Paulo, 2010. 236 p. Tese (Doutorado) – Ciências Contábeis – Universidade de São Paulo, 2010.

LIMA, João Conceição Teixeira. *Comparação dos conteúdos curriculares no curso de Ciências Contábeis da PUC-SP com os melhores cursos das universidades brasileiras*. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP.

LIZOTE, Suzete Antonieta et al. Satisfação dos alunos com o curso de ciências contábeis: Uma análise em diferentes instituições de ensino superior. *Revista Ambiente Contábil*, v. 10, n. 1, p. 293-307, 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: FAPERJ.

LOPES, João Cleber de Souza et al. Evasão de Alunos nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. *RIC*, v. 10, n. 2, p. 38, 2016.

MARAGNO, Lucas Martins Dias; BORBA, José Alonso. *Mapeando as Origens das Contingências nas Empresas Estrangeiras Listadas na NYSE: Uma Abordagem por meio do Sistema Legal e da Governança*. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2016.

MARTINS, Orleans Silva; BRASIL, Antônio Marcos Soares. A Contabilidade Internacional e a Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB. *Qualitas Revista Eletrônica, [S.l.]*, v. 7, n. 2, jul. 2008. ISSN 1677-4280. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/151/199>>. Acesso em: 11 mai. 2020. Doi:<http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v7i2.151>.

MATHERLY, Michele; BURNEY, Laurie. Using Peer-Reviewed Writing in the Accounting Curriculum: A Teaching Note. *Issues in Accounting Education*, v. 24, n. 3, p. 393-413, 2009.

MATHEWS, M. R. Accounting curricula: does professional accreditation lead to uniformity within Australian bachelor's degree programmes?. *Accounting Education*, v. 13, n. sup1, p. 71-89, 2004.

MAY, Gordon S.; AREVALO, Claire. Integrating effective writing skills in the accounting curriculum. *Journal of Accounting Education*, v. 1, n. 1, p. 119-126, 1983.

MEC. MEC. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em; 13 mai. 2020.

MEC. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

MEC. Ministério da Educação. *Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MEC. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139531-pces146-02&category_slug=fevereiro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 mai. 2020.

MEC. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 776/1997*. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE776_97.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MELLO, Rita de Cassia; CIA, Joanilia Neide de Sales. *Análise da harmonização contábil: uma comparação entre indicadores contábeis calculados pelo BR GAAP e USGAAP dos Bancos com ADR listados em NYSE*. In: CONGRESSO USP FIPECAFI, 7., 2007, São Paulo. Anais. São Paulo: Fipecafi, p. 0 – 12, 2007.

MENDES, Paulo Cesar De Melo; SILVA, Antonio Batista; NIYAMA, Jorge Katsumi. A Aderência Do Conteúdo Da Disciplina Contabilidade Tributária Ministrada Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Do Brasil Ao Conteúdo Do Currículo Internacional Proposto Pela Onu. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2011.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Termo Currículo. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/curriculo/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

- MIRANDA, Gilberto José; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; CORNACCHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno. Os saberes dos professores-referência no ensino de contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 23, n. 59, p. 142-153, 2012.
- MIRANDA, Gilberto José; SANTOS, Luciana de Almeida Araújo; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; CORNACCHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno. A pesquisa em educação contábil: produção científica e preferências de doutores no período de 2005 a 2009. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 24, n. 61, p. 75-88, 2013.
- MIRZA, Abbas A.; ANKARATH, Nandakumar. *Wiley International trends in financial reporting under IFRS: Including comparisons with US GAAP, China GAAP, and India accounting standards*. John Wiley & Sons, 2012.
- MORAIS, M. L. S.; MARTINS, Z. B.; ALBERTON, L. Percepção dos Auditores Independentes quanto à Efetividade da Capacitação Realizada para o Cumprimento da Norma Brasileira de Contabilidade de Educação Profissional Continuada. *Pensar Contábil*, v. 19, n. 69, p. 4-17, 2017. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3179/2463>>. Acesso em: 22 Set. 2020.
- MORAIS, Mariana Melo de; CAMPOS, Gabriel Moreira. Nível de Aderência do Mercado Profissional Contábil da Região Metropolitana de Vitória-ES aos Padrões propostos pelo ISAR/UNCTAD. *RIC*, v. 9, n. 2, p. 1, 2015.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papyrus Editora, 1990.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Multiculturalismo, currículo e formação de professores*. Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papyrus Editora, 1999.
- MOREIRA, Felipe Silva; COSTA, Francisco Hedson; MELO, Clayton Levy Lima. Análise do processo de comunicação da informação contábil: um estudo com estudantes de graduação da cidade de Natal/RN. *RIC*, v. 10, n. 3, p. 21, 2016.
- MOROSINI, M. C. Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção? In: AUDY, Jorge L.N.; MOROSINI, Marília C. (orgs.) *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 189-210.
- MOST, Kenneth S. *Accounting theory*. 2. Ed. Columbus, Ohio: Grid, 1982.
- MULATINHO, Caio Eduardo Silva. *Educação contábil: um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de graduação das universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao programa mundial de estudos em Contabilidade proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU*. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis.(UnB/UFPE/UFPB/UFRN). Recife.
- NEPOMUCENO, Valério. Os interesses por detrás do IASC. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, MG, Ano XII, n. 42, p. 2, 2011.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 22, n. 54, maio-ago 2020, p. 144-175. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v22n54/pt_1517-4522-SOC-v22n54-p144.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NGANGA, Camilla Soueneta Nascimento; BOTINHA, Reiner Alves; MIRANDA Gilberto José; LEAL, Edvalda Araujo. Mestres e doutores em contabilidade no Brasil: uma análise dos componentes pedagógicos de sua formação inicial. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educación*, v. 14, n. 1, p. 83-99, 2016.

NIVEIROS, S. I.; NASCIMENTO, L. F. do; ARENHARDT, R. L. Educação continuada como instrumento de atualização permanente do profissional contábil em Rondonópolis – MT. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 3, 2009, Florianópolis/SC. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: 2009. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/585/20090816211052.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

O ESTADO DE MINAS. *A potência americana emerge dos escombros da Europa*. 26/06/2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/06/26/interna_internacional,542966/a-potencia-americana-emerge-dos-escombros-da-europa.shtml> Acesos em: 11 mai. 2020.

O GLOBO. *Bolha da Nasdaq estourou em 2000*. 30/07/2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/bolha-da-nasdaq-estourou-em-2000-9284094>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OCC. Ordem dos Contabilistas Certificados (Portugal). *Regulamento n.º 160/2020*, Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais. Disponível em: <<https://www.occ.pt/fotos/editor2/regulamentoinscricaoestagioexameprofissionais.pdf>>. Acesso em: 15 jun, 2021.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. *Glossary of Statistical Terms*. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1028>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

OI S.A. *Demonstrações Financeiras Consolidadas US GAAP 2018*. Disponível em: <<https://sec.report/Document/0001193125-20-128888/d910928d20f.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

OLIVEIRA, Fernando Ronny de Freitas. *A Aderência Das Matrizes Curriculares Dos Cursos De Ciências Contábeis à Proposta Do Conselho Federal De Contabilidade E Seu Reflexo Na Aprovação No Exame De Suficiência*. 2015. Dissertação (Mestrado) Mestrado Em Administração de Empresas. Universidade de Fortaleza.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; GRIKE, Fabiane; TODESCHINI, Isabela. Internacionalização da educação superior: uma análise dos Programas de Cooperação Internacional – CAPES. *Revista Espacios*. ISSN 0798 1015. V. 38, n. 10, 2017. Disponível em:

<<https://www.revistaespacios.com/a17v38n10/a17v38n10p17.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Sidnei Santos de. A língua da ciência. *Pesquisa Fapesp*. V. 20, n. 282, p. 96-97. Ago. 2019. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-edicao-282/>>. Acesso em 21 abr. 2021.

ONU NEWS. Portal de Notícias da Organização das Nações Unidas. *Saiba mais sobre o Fórum Económico Mundial de Davos*. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/01/1656222>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OWEN, Gareth. Integrated reporting: A review of developments and their implications for the accounting curriculum. *Accounting Education*, v. 22, n. 4, p. 340-356, 2013.

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Paraná: Unicentro, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/853/5/Escola%2C%20Curr%C3%ADculo%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PALM, Chrisann; BISMANN, Jayne. Benchmarking introductory accounting curricula: Experience from Australia. *Accounting Education: an international journal*, v. 19, n. 1-2, p. 179-201, 2010.

PARIS, Sérgio da Rocha. *Os Impactos das Normas Internacionais de Contabilidade no Ensino Superior de Ciências Contábeis no Município de São Paulo em 2012*. 101 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2012.

PELEIAS, I. R. et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*. Edição 30 anos de doutorado, p. 19-32, 2007.

PEREIRA, Ednei Moraes. *Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – uma análise nas Instituições de Ensino do Distrito Federal*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2011.

PERES, Danielle Augusto. A integração da dimensão técnico-científica à dimensão crítico-reflexiva no currículo de graduação em Ciências Contábeis: um estudo na Universidade Federal do Ceará. 2017. Tese de Doutorado em Educação. 2017.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. *Racionalidade e projeto político-pedagógico: um olhar a partir do currículo e do relato das práticas docentes de professores do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Ceará*. 2010. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2010.

PINHO, Ruth Carvalho De Santana; RODRIGUES, Maria Denise Nunes. Análise comparativa dos conteúdos das disciplinas de custos dos cursos de ciências contábeis das

universidades federais brasileiras com o currículo mundial. *Revista Ambiente Contábil- Universidade Federal do Rio Grande do Norte- ISSN 2176-9036*, v. 8, n. 2, p. 76-91, 2016.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Harmonização Contábil No Mercosul: A Profissão E O Processo De Emissão De Normas - Uma Contribuição. *Caderno de Estudos* n. 12, São Paulo, FIPECAFI, Set. 1995.

QUINTANA, Alexandre Costa; PERAZO, Ana Néles Chaves; FERNANDES, Vera Lucia Pinheiro. A grade curricular dos cursos de ciências contábeis e os resultados institucionais no ENADE: um estudo nas disciplinas da área da contabilidade financeira e de orçamento. *RI FURG Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande*, 2013.

RACKLIFFE, Usha R.; RAGLAND, Linda. Excel in the accounting curriculum: Perceptions from accounting professors. *Accounting Education*, v. 25, n. 2, p. 139-166, 2016.

REIS, Elizabeth Vieira dos. *Estudo sobre o alinhamento entre a estrutura curricular de cursos de Ciências Contábeis Tocantinenses e a proposta de currículo do Conselho Federal de Contabilidade*. 2017. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado Interinstitucional UNISINOS & UFT, São Leopoldo, RS, 2017.

REVOREDO, Márcia Maria Oliveira. *Brasil rumo aos padrões internacionais de contabilidade para o setor público: uma análise sob a ótica do Financial Management Reform Process Model de Lüder*. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

REZENDE, Sara Fonseca; DE SOUZA COSTA, Patrícia; DE SOUSA GOMES, Gilvania. Relação Entre O Desempenho dos Estudantes e a Percepção dos Professores Sobre as Disciplinas Iniciais de Contabilidade. *RIC*, v. 10, n. 2, p. 59, 2016.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Evidências da globalização na educação contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, n. 35, p. 35-44, 2004.

RIORDAN, Diane A.; RIORDAN, Michael P.; SULLIVAN, M. Cathy. Writing across the accounting curriculum: An experiment. *Business Communication Quarterly*, v. 63, n. 3, p. 49-58, 2000.

ROCHA, Jeanderson. *Um estudo comparativo entre a aderência das matrizes curriculares adotadas pelas IES da capital paulista com a proposta da ONU/UNCTAD/ISAR E MEC/CFC*. 2012. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012.

RODRIGUES, Angelo Antonio Davis de Oliveira et al. *O estudo do conteúdo de governança corporativa no ensino contábil no Brasil*. 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 108p. São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Lúcia Lima et al. Factors affecting success in the professional entry exam for accountants in Brazil. *Accounting Education*, v. 27, n. 1, p. 48-71, 2018.

ROJAS, J. El Mercantilismo. Teoría, política e historia. *Economia*, v. 30, n. 59-60, p. 76-96, 4 abr. 2007.

ROJAS, William Rojas; GERCÉS, Gregorio Giraldo. Humanidades y formación contable: una relación necesaria para otear una reorientación de la profesión contable. *Cuadernos de contabilidad*, v. 16, n. 40, 2015.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANGSTER, Alan; WILSON, R. A. Knowledge-based learning within the accounting curriculum. *The British Accounting Review*, v. 23, n. 3, p. 243-261, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Os Processos de Globalização. In: *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, Daniel Ferreira dos, et al. Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 8, n. 16, p. 137-152, 2011.

SCHLINDWEIN, Antônio Carlos. *O ensino de ciências contábeis nas instituições de ensino superior da mesorregião do vale do Itajaí/SC: uma análise das contribuições curriculares da resolução CNE/CES n. 10/2004*. 2007. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

SCHMITZ, Janaina Lopes. *Do currículo aos exames nacionais: uma análise da aderência do Currículo do Curso de Ciências Contábeis da UFSC às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao ENADE e ao Exame de Suficiência do CFC*. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SCOPUS. Base de dados de artigos científicos. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SEGANTINI, Giovanna Tonetto et al. Uma análise crítica entre os currículos dos Cursos de Ciências Contábeis nos Países do Mercosul e o Proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 1, n. 1, p. 85-98, 2013.

SHERMAN, W. Richard. Internationalizing the accounting curriculum. *Journal of Accounting Education*, v. 5, n. 2, p. 259-275, 1987.

SILVA, Alexandra Frias da. *Adequações Curriculares e Estratégias de Ensino em Turmas Inclusivas: um estudo exploratório no 1º ciclo*. 2011. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Ciências da Educação. Escola Superior de Educação de Lisboa, Portugal, 2011.

SILVA, Amado Francisco da. *A Contabilidade brasileira do século XIX – leis, ensino e literatura*, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005a.

SILVA, Edilma Pinheiro da. *O impacto da adoção das normas contábeis internacionais no ensino superior de Contabilidade, segundo a percepção dos docentes*. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Euclides Bezerra da. *Análise comparativa das instituições privadas de ensino: estudo sobre as matrizes curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis Do Estado De São Paulo com maior aprovação no Exame de Suficiência do Conselho Federal De Contabilidade*. 2019. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2019.

SILVA, Géssica Israele Alves; CAJAIBA, Kleber da Silva; FARIAS, Raissa Silveira de. Conteúdos programáticos versus proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP: similaridade ou dissimilitude? *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 18, p. 1-18, 2019.

SILVA, Marli Auxiliadora Da; QUILLICI NETO, Armindo. O currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, 2018.

SILVA, Sidnei Celerino da. Currículos dos cursos de contabilidade: discussão em uma perspectiva educacional moderna e pós-moderna. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 34, n. 2, p. 15-36, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Vanderléia Aparecida et al. A profissão do auditor e o perito contábil na visão dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis de universidade pública e privada de Tangará da Serra/MT. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 3, n. 6, 2014.

SILVA, Vanessa Ramos da Silva; MIRANDA, Gilberto José; PEREIRA, Janser Moura. ENADE e Proposta Curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 11, n. 3, p. 261-275, 2017.

SLEDGIANOWSKI, Deb; GOMAA, Mohamed; TAN, Christine. Toward integration of Big Data, technology and information systems competencies into the accounting curriculum. *Journal of Accounting Education*, v. 38, p. 81-93, 2017.

SOARES, Sandro Vieira et al. O Currículo dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais da Região Sul do Brasil: formação especialista ou generalista? *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 31, n. 2, p. 7-21, 2012.

SOARES, Sandro Vieira; RICHARTZ, Fernando; VOSS, Barbara de Lima; FREITAS, Claudio Luiz de. Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809. *Revista Catarinense da Ciência Contábil (CRCSC)*. Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 27-42, ago./nov. 2011.

SONTAG, Anderson Giovane; HUFF, Giovane; HOFER, Elza; LANGARO, Jerri Antonio. Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis. *VI Seminário de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel*. Cascavel: UNIOESTE, 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>>. Acesso em 29 Abr. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. “Os EUA na Primeira Guerra Mundial”; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/os-eua-na-primeira-guerra-mundial.htm>>. Acesso em 11 de maio de 2020.

SOUZA, Ricardo Garcia De. *Normas Internacionais de Contabilidade: Percepções dos Profissionais Quanto às Barreiras para sua Adoção no Brasil*. Dissertação (MPA) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getulio Vargas, 2009.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de Educação do COGEIME*, v. 26, n. 50, jan-jun. 2017.

TALLA, Mrunalini. *Curriculum Development: perspectives, principles and issues*. Pearson Education India, 2012.

TANNER, Daniel; TANNER, Laurel. *Curriculum development*. New York: Mcmillan, 1975.

THIENGO, Lara Carlette. *Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. 449 p.

TRAJANO, Patricia Dantas. Ciências contábeis, novos rumos, novas diretrizes curriculares. *Journal of Accounting, Management and Governance*, v. 1, n. 2, 2009.

UEG. Universidade Estadual de Goiás. *Sobre a UEG*. Disponível em: <<http://www.ueg.br/conteudo/13645>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UEG. Universidade Estadual de Goiás. *Sobre a UEG*. Disponível em: <http://www.ueg.br/exec/consulta_cursos/?funcao=dados_v2&variavel=6&mod=1>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UEM. Universidade de Maringá. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.dcc.uem.br/historico>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. *História*. Disponível em: <<http://portal.uern.br/historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. *Sobre o Curso*. Disponível em: <http://www.uern.br/cursos/servico.asp?fac=CAPATU&cur_cd=1012100&item=curso>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UERR. Universidade Estadual de Roraima. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Boa Vista, 2017.

UERR. Universidade Estadual de Roraima. *Sobre a Instituição*. Disponível em: <<https://www.uerr.edu.br/sobre/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UERR. Universidade Estadual de Roraima. *Sobre o Curso*. Disponível em: <<https://www.uerr.edu.br/ciencias-contabeis/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. *Histórico*. Disponível em: <<https://www.ufba.br/historico>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis Diurno*. Salvador, 2006.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis Noturno*. Salvador, 2008.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. *Sobre o curso*. Disponível em: <<https://contabeis.ufba.br/about-us/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFERSA. Universidade Federal Rural do Semi-árido. *Dados do Curso*. Disponível em: <<https://contabeis.ufersa.edu.br/objetivo-e-dados-do-curso/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFERSA. Universidade Federal Rural do Semi-árido. *Nossa História*. Disponível em: <<https://reitoria.ufersa.edu.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFERSA. Universidade Federal Rural do Semi-árido. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Mossoró, 2012.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. *Apresentação*. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. *Ciências Contábeis*. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/ciencias-contabeis/>>. Acesso em: 13 mai. 2021d.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. *História*. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. *Sobre o Curso de Ciências Contábeis*. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/contabeisgv/institucional/o-curso/>>. Acesso em: 13 mai. 2021c.

UFJFGV. Universidade Federal de Juiz de Fora Governador Valadares. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Março, 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *A universidade*. Disponível em: <<https://ufmg.br/a-universidade>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFMG. Universidade federal de Minas Gerais. *Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)*. Disponível em: <<https://www.face.ufmg.br/graduacao/ciencias-contabeis/o-curso.html>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. *Institucional*. Disponível em: <<https://www.ufpi.br/institucional-ufpi>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Parnaíba, 2014.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Porto Alegre, 2018.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Sobre o curso*. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/ensino/graduacao/ciencias-contabeis/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFSM. Universidade federal de Santa Maria. *História*. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis: noturno*. Santa Maria: 2020.

UFSM. Universidade federal de Santa Maria. *Sobre o curso de Ciências Contábeis*. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/ciencias-contabeis>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. *História*. Disponível em: <<https://www.ufv.br/historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Viçosa, 2018.

UN. União Europeia. *Financial Reporting Strategy: the way forward*. 13/06/2000. Parágrafo 7. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52000DC0359&from=en>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

UNB. Universidade de Brasília. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Brasília, 2016.

UNB. Universidade de Brasília. *Sobre o curso*. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=661>. Acesso em: 13 mai. 2021.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. *Model Accounting Curriculum* (Currículo Mundial). 2011. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaemisc2011d1_en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. *Sobre a UNCTAD*. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/aboutus.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

UNEAL. Universidade Estadual de Alagoas. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.uneal.edu.br/institucional/historico/breve-historico>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UNEAL. Universidade Estadual de Alagoas. *Linha do Tempo*. Disponível em: <<http://www.uneal.edu.br/institucional/historico/linha-do-tempo>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UNEAL. Universidade Estadual de Alagoas. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. 2010.

UNICERRADO. Centro Universitário de Goiatuba. *A Instituição*. Disponível em: <<https://www.unicerrado.edu.br/site/o-unicerrado/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UNICERRADO. Centro Universitário de Goiatuba. *Sobre o Curso de Ciências Contábeis*. Disponível em: <<http://www.unicerrado.edu.br/site/graduacao-cursos/ciencias-contabeis-2/>>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis: noturno*. Osasco, 2019

UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. *Sobre o curso*. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/osa2/graduacao/cursos-de-graduacao/ciencias-contabeis>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

UNIFIMES. Centro Universitário De Mineiros. *História*. Disponível em: <<https://unifimes.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 13 mai. 2021a.

UNIFIMES. Centro Universitário De Mineiros. *História*. Disponível em: <https://unifimes.edu.br/avada_portfolio/ciencias-contabeis/>. Acesso em: 13 mai. 2021b.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *Sobre a UTFPR*. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/institucional/sobre-a-utfpr-1>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

VIEIRA, Maila Karling. *Políticas de currículo para o curso de Ciências Contábeis: relações entre a proposta da UNEMAT e a proposta de currículo mundial*. 2013. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. 2013.

VILLIERS, Rouxelle de. The incorporation of soft skills into accounting curricula: preparing accounting graduates for their unpredictable futures. *Meditari Accountancy Research*, 2010.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige; VANZO, Geni Francisca dos Santos; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Conhecimentos e Habilidades para Atuar no Ambiente Internacional de Negócios: a relevância do ensino de contabilidade internacional na percepção de alunos do curso de graduação em ciências contábeis. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN*, v. 7, n. 18, p. 7-20, 2005.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, abr./jun. 2010.

WILLITS, Stephen D. Will more liberal arts courses fix the accounting curriculum? *Journal of Accounting Education*, v. 28, n. 1, p. 13-25, 2010.

YOUNG, Michael. Teoria Do Currículo: O Que É E Por Que É Importante. *Cadernos de Pesquisa* v.44 n.151 p.190-202 jan./mar. 2014a.

ZEFF, Stephen A. Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. *The British Accounting Review*, v. 39, n. 4, p.290-302, 2007.

ZONATTO, Vinícius Costa da Silva; DANI, Andréia Carpes; DOMINGUES, Maria Maria José Carvalho de Souza. Relação Entre Isomorfismo Coercitivo E Desempenho Discente No Enade Em IES Gaúchas: A Não Influência Do Currículo Mundial Proposto Pela ONU/UNCTAD/ISAR. *Sinergia-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 21, n. 2, p. 47-70, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Currículo Mundial de Contabilidade – ONU/UNCTAD/ISAR (2011)

Original	Tradução Livre
1. Organizational and Business Knowledge	1. Conhecimento organizacional e empresarial
1.1. Module on economics	1.1. Módulo de economia
1.1.1 Economics questions, economic methods and the market	1.1.1 Questões econômicas, métodos econômicos e o mercado
1.1.2 Elasticity, price regulation and consumer choice	1.1.2 Elasticidade, regulação de preços e escolha do consumidor
1.1.3 Production and the enterprise's economic policies	1.1.3 Produção e as políticas econômicas da empresa
1.1.4 Market structures: competition and monopoly	1.1.4 Estruturas de mercado: competição e monopólio
1.1.5 Market structures: monopolistic competition and oligopoly	1.1.5 Estruturas de mercado: concorrência monopolística e oligopólio
1.1.6 National economic issues and measure of performance	1.1.6 Questões econômicas nacionais e medida de desempenho
1.1.7 Expenditure decisions	1.1.7 Decisões de despesas
1.1.8 Money, banking and interest rates	1.1.8 Dinheiro, taxas bancárias e de juros
1.1.9 Unemployment and inflation	1.1.9 Desemprego e inflação
1.1.10 The global environment	1.1.10 O ambiente global
1.2. Module on quantitative methods and statistics for business	1.2. Módulo sobre métodos quantitativos e estatísticas para negócios
1.2.1 Basic arithmetic operations with implications to accounting	1.2.1 Operações aritméticas básicas com implicações para a contabilidade
1.2.2 Basic concepts of statistics - The measurement of uncertainty	1.2.2 Conceitos básicos de estatística - A medição da incerteza
1.2.3 Statistical presentation as an aid to reporting information, such as histograms, pie charts, ogives, pictograms, frequency polygons and the Lorenz curve;	1.2.3 Apresentação estatística para auxiliar no reporte de informações, como histogramas, gráficos de setores, ogivas, pictogramas, polígonos de frequência e curva de Lorenz;
1.2.4 The use of computer to generate statistical presentations of data and in generating and showing these presentations;	1.2.4 O uso de computador para gerar apresentações estatísticas de dados e na geração e exibição dessas apresentações;
1.2.5 Mathematical decision models to represent the relationship among elements relevant to a given situation and to determine the effects in external and internal conditions;	1.2.5 Modelos matemáticos de decisão para representar a relação entre os elementos relevantes para uma dada situação e determinar os efeitos nas condições externas e internas;
1.2.6 Fundamentals of probability	1.2.6 Fundamentos de probabilidade
1.2.7 Probability distribution	1.2.7 Distribuição de probabilidade
1.2.8. Sampling and sampling distributions	1.2.8. Amostragem e distribuições de amostragem
1.2.9 Statistical estimation	1.2.9 Estimativa estatística
1.2.10 Hypothesis testing	1.2.10 Teste de hipótese
1.2.11 Regression, correlation, multiple regression, index numbers, and time series	1.2.11 Regressão, correlação, regressão múltipla, números de índice e séries temporais
1.2.12 Statistical decision theory	1.2.12 Teoria da decisão estatística
1.2.13 Matrices and linear programming	1.2.13 Matrizes e programação linear

Original	Tradução Livre
1.3. Module on general business policies, basic organizational structure, and organizational behavior	1.3. Módulo sobre políticas gerais de negócios, estrutura organizacional básica e comportamento organizacional
1.3.1 General business policies	1.3.1 Políticas gerais de negócios
1.3.2 Structure, function and objectives of diferente types of organizations	1.3.2 Estrutura, função e objetivos dos diferentes tipos de organizações
1.3.3 The corporation and corporate governance	1.3.3 A corporação e governança corporativa
1.3.4 Organizations and their structural and political environment	1.3.4 Organizações e seu ambiente estrutural e político
1.3.5 Strategic management and planning	1.3.5 Gestão e planejamento estratégico
1.3.6 Organizations and technology: changes in technology and their implications for economic efficiency and growth, methods of production, types of products ad organizational structure.	1.3.6 Organizações e tecnologia: mudanças na tecnologia e suas implicações para a eficiência econômica e crescimento, métodos de produção, tipos de produtos e estrutura organizacional.
1.3.7 Special challenge faced by small enterprises	1.3.7 Desafio especial enfrentado por pequenas empresas
1.3.8 Not-for-profit organizations and governmental organizations	1.3.8 Organizações sem fins lucrativos e organizações governamentais
1.4. Module on management functions and practices and operations management	1.4. Módulo sobre funções e práticas de gestão e gestão de operações
1.4.1 The roles, functions and styles of management	1.4.1 Os papéis (atuação), funções e estilos de gestão
1.4.2 The role of the accountant in the management team in providing information and assisting in the analysis, interpretation and forecasting of business operations	1.4.2 O papel do contador na equipe de gestão em fornecer informações e auxiliar na análise, interpretação e previsão das operações de negócios
1.4.3 Managing operation and services	1.4.3 Gerenciando operação e serviços
1.4.4 Human resources management	1.4.4 Gestão de recursos humanos
1.4.5 Management of the working environment	1.4.5 Gestão do ambiente de trabalho
1.5. Module on marketing	1.5. Módulo de marketing
1.5.1 Nature of marketing	1.5.1 Natureza do marketing
1.5.2 The nature of distribution	1.5.2 A natureza da distribuição
1.5.3 Promotion and advertising	1.5.3 Promoção e publicidade
1.5.4 Pricing	1.5.4 Preços
1.5.5 Special topics in marketing	1.5.5 Tópicos especiais em marketing
1.5.6 The impact of the global economy on marketing	1.5.6 O impacto da economia global no marketing
1.6. Module on international business	1.6. Módulo de negócios internacionais
1.6.1 Organizations and their international environments	1.6.1 Organizações e seus ambientes internacionais
1.6.2 International business: competing in the global economy	1.6.2 Negócios internacionais: competindo na economia global
1.6.3 The international firm	1.6.3 A empresa internacional
1.6.4 International HRM issues.	1.6.4 Questões internacionais de gestão de recursos humanos.
2. Information Technology	2. Tecnologia da Informação
2.1 Module on information technology (IT)	2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI)
2.1.1 IT concepts for business systems - Survey of IT pertaining to accounting functions	2.1.1 Conceitos de TI para sistemas de negócios - Pesquisa de TI pertencente às funções de contabilidade
2.1.2 Internal Control in computer-based business systems	2.1.2 Controle interno em sistemas de negócios baseados em computador

Original	Tradução Livre
2.1.3 The management of IT adoption, implementation and use	2.1.3 A gestão da adoção, implementação e uso de TI
2.1.4 Managing the Security of Information	2.1.4 Gerenciando a segurança das informações
2.1.5 Electronic Commerce	2.1.5 Comércio Eletrônico
2.1.6 Accounting, finance and related knowledge	2.1.6 Contabilidade, finanças e conhecimentos relacionados
3. Core (Basic) Accounting, Auditing, Taxation, and Accounting-Related Knowledge	3. Conhecimento Básico de Contabilidade, Auditoria, Tributação e Relacionado à Contabilidade
3.1 Module on basic accounting	3.1 Módulo sobre contabilidade básica
3.1.1 Introduction to accounting	3.1.1 Introdução à contabilidade
3.1.2 The nature of the accounting profession	3.1.2 A natureza da profissão contábil
3.1.3 Basic professional values and ethics	3.1.3 Valores profissionais básicos e ética
3.1.4 Standard-setting and regulation in accounting practice	3.1.4 Definição de padrões e regulamentação na prática contábil
3.1.5 National concepts and principles relating to the preparation and presentation of financial Statements	3.1.5 Conceitos e princípios nacionais relativos à preparação e apresentação de demonstrações financeiras
3.1.6 Identifying, measuring and communicating economic and financial transactions applying IAS and IFRS	3.1.6 Identificar, mensurar e comunicar transações econômicas e financeiras aplicando IAS e IFRS
3.1.7 The preparation and presentation of financial statements for business enterprises (under conditions of stable prices)	3.1.7 A preparação e apresentação de demonstrações financeiras para empresas (em condições de preços estáveis)
3.1.8 Basic interpretation and use of financial statements	3.1.8 Interpretação básica e uso das demonstrações financeiras
3.2 Module on financial accounting	3.2 Módulo de contabilidade financeira
3.2.1 The theoretical accounting framework – applying IAS and IFRS	3.2.1 A estrutura contábil teórica - aplicação de IAS e IFRS
3.2.2 The preparation of the different types of financial statements and other special accounting issues – applying IAS and IFRS	3.2.2 A preparação dos diferentes tipos de demonstrações financeiras e outras questões contábeis especiais - aplicação de IAS e IFRS
3.2.3 The preparation of financial statements for various types of organizational entities	3.2.3 A preparação de demonstrações financeiras para vários tipos de entidades organizacionais
3.2.4 Advanced concepts for analyzing and appraising financial and related information	3.2.4 Conceitos avançados para analisar e avaliar informações financeiras e relacionadas
3.2.5 The communication of information to users: the preparation of reports to meet the needs of internal and external users, supported by appropriate accounts and financial statements, which include necessary information and explanations	3.2.5 A comunicação de informações aos usuários: a preparação de relatórios para atender às necessidades dos usuários internos e externos, suportados por contas e demonstrações financeiras adequadas, que incluem as informações e explicações necessárias
3.3 Module on advanced financial accounting	3.3 Módulo sobre contabilidade financeira avançada
3.3.1 The Professional activities of accountants – applying IAS and IFRS	3.3.1 As atividades profissionais dos contadores - aplicação de IAS e IFRS
3.3.2 Group (consolidated) accounts	3.3.2 Contas do grupo (consolidadas)
3.3.3 Assessing informational weaknesses and limitations of financial statements and analyses	3.3.3 Avaliação de fraquezas e limitações de informação das demonstrações financeiras e análises
3.3.4 Special topics dealing with local legal financial reporting requirements or issues unique to this environment	3.3.4 Tópicos especiais que tratam de requisitos de relatórios financeiros legais locais ou questões exclusivas para este ambiente

Original	Tradução Livre
3.4 Module on management accounting – basic concepts	3.4 Módulo de contabilidade gerencial - conceitos básicos
3.4.1 Background information	3.4.1 Informações básicas
3.4.2 The cost and management accounting framework	3.4.2 A estrutura de contabilidade de custos e gestão
3.4.3 Cost determination: the costing of resource inputs	3.4.3 Determinação de custos: o custo das entradas de recursos
3.4.4 Costing methods: the costing of resource outputs	3.4.4 Métodos de custeio: o custeio de saídas de recursos
3.4.5 The pricing of goods and services	3.4.5 Os preços de bens e serviços
3.4.6 Costing systems: marginal contrasted with absorption costing	3.4.6 Sistemas de custeio: marginal contrastado com custeio por absorção
3.4.7 Cost and management accounting methods	3.4.7 Métodos de contabilidade de custo e gestão
3.4.8 Budget as a tool for decision-making	3.4.8 Orçamento como ferramenta para tomada de decisão
3.4.9 Information for budgeting, planning and control purposes	3.4.9 Informações para fins de orçamento, planejamento e controle
3.4.10 Standard costing	3.4.10 Custeio padrão
3.5 Module on taxation	3.5 Módulo sobre tributação
3.5.1 Overview of the national tax system	3.5.1 Visão geral do sistema tributário nacional
3.5.2 Taxation of incorporated businesses	3.5.2 Tributação de empresas incorporadas
3.5.3 Capital gains tax	3.5.3 Imposto sobre ganhos de capital
3.5.4 Local direct taxes, including real estate and other property taxes	3.5.4 Impostos diretos locais, incluindo imóveis e outros impostos de propriedade
3.5.5 Tax planning and the application of appropriate tax planning measures	3.5.5 Planejamento tributário e aplicação de medidas de planejamento tributário adequadas
3.5.6 The use of computers for tax planning and for the preparation of tax returns	3.5.6 O uso de computadores para o planejamento tributário e para a preparação das declarações fiscais
3.5.7 Ethical considerations – tax avoidance and the minimization of tax liabilities vs. tax evasion	3.5.7 Considerações éticas - evasão fiscal e minimização de obrigações fiscais vs. evasão fiscal
3.5.8 Other taxes such as excise taxes and road taxes –C/E	3.5.8 Outros impostos, como impostos especiais de consumo e impostos rodoviários - C / E
3.5.9 National and culturally-determined insurance schemes – C/E	3.5.9 Esquemas de seguro nacional e culturalmente determinados - C / E
3.5.10 Social security schemes –C/E	3.5.10 Esquemas de previdência social –C / E
3.5.11 Value-added tax schemes –C/E	3.5.11 Esquemas de imposto sobre valor agregado –C / E
3.5.12 Other culturally-determined taxes –C/E	3.5.12 Outros impostos determinados culturalmente - C / E
3.6 Module on accounting information systems (AIS)	3.6 Módulo sobre sistemas de informação contábil (SIC)
3.6.1 Introduction to accounting information systems	3.6.1 Introdução aos sistemas de informação contábil
3.6.2 Development standards and practices for accounting information systems	3.6.2 Padrões e práticas de desenvolvimento para sistemas de informação contábil
3.6.3 Accounting system design issues	3.6.3 Problemas de design do sistema de contabilidade
3.6.4 Internal and systems controls	3.6.4 Controles internos e de sistemas
3.6.5 The database warehouse approach	3.6.5 A abordagem do armazenamento (warehouse) de banco de dados
3.6.6 The systems development life cycle model	3.6.6 O modelo de ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas

Original	Tradução Livre
3.6.7 Commercial software	3.6.7 Software comercial
3.6.8 Change management – behavioural issues	3.6.8 Gestão da mudança - questões comportamentais
3.7 Module on business law	3.7 Módulo sobre direito empresarial
3.7.1 General legal concepts of enforceable rights and obligations	3.7.1 Conceitos jurídicos gerais de direitos e obrigações aplicáveis
3.7.2 Types of laws	3.7.2 Tipos de leis
3.7.3 The national legal system	3.7.3 O sistema jurídico nacional
3.7.4 The nature, purpose, scope and key principles of national legislation, directives and case law	3.7.4 A natureza, finalidade, escopo e princípios-chave da legislação nacional, diretivas e jurisprudência
3.7.5 General principles of the law of contracts	3.7.5 Princípios gerais da lei dos contratos
3.7.6 Contracts for the sale of goods	3.7.6 Contratos de venda de bens
3.7.7 Employment contracts	3.7.7 Contratos de trabalho
3.7.8 The nature of a limited liability company	3.7.8 A natureza de uma sociedade de responsabilidade limitada
3.7.9 Company law	3.7.9 Lei da Empresa
3.7.10 Capital and the financing of companies	3.7.10 Capital e financiamento de empresas
3.7.11 Other legal Issues	3.7.11 Outras questões legais
3.7.12 Business ethics	3.7.12 Ética nos negócios
3.8 Module on assurance and auditing fundamentals	3.8 Módulo sobre os fundamentos de garantia (testes de auditoria) e auditoria
3.8.1 The nature, purpose and scope of an audit	3.8.1 A natureza, finalidade e escopo de uma auditoria
3.8.2 The regulatory framework of auditing and international standards on auditing	3.8.2 O quadro regulamentar de auditoria e as normas internacionais de auditoria
3.8.3 The fundamental principles and concepts of auditing	3.8.3 Os princípios e conceitos fundamentais de auditoria
3.8.4 The framework of auditing	3.8.4 A estrutura de auditoria
3.8.5 Audit evaluation and planning	3.8.5 Avaliação e planejamento de auditoria
3.8.6 Evidence collection and analysis	3.8.6 Coleta e análise de evidências
3.8.7 The performance of an audit	3.8.7 A realização de uma auditoria
3.8.8 The audit reporting framework	3.8.8 A estrutura de relatório de auditoria
3.8.9 Internal auditing – its objectives and functions	3.8.9 Auditoria interna - seus objetivos e funções
3.9 Module on business finance and financial management	3.9 Módulo sobre finanças empresariais e gestão financeira
3.9.1 The financial objectives of different types of organizations	3.9.1 Os objetivos financeiros de diferentes tipos de organizações
3.9.2 The framework of financial management	3.9.2 A estrutura da gestão financeira
3.9.3 The management of working capital	3.9.3 A gestão do capital de giro
3.9.4 The sources of finance- basic coverage (financing decisions)	3.9.4 As fontes de financiamento - cobertura básica (decisões de financiamento)
3.9.5 Capital expenditures and investments – basic coverage (investing decisions)	3.9.5 Despesas de capital e investimentos - cobertura básica (decisões de investimento)
3.9.6 The Dividend Decision	3.9.6 A Decisão sobre Dividendos
3.9.7 Long-term financial planning	3.9.7 Planejamento financeiro de longo prazo

Original	Tradução Livre
3.10 Module on knowledge integration – a capstone	3.10 Módulo sobre integração de conhecimento - finalização de um projeto (similar a um TCC com aplicação prática)
3.10.1 Cover emerging accounting concerns, current professional topics, environmental issues, corporate governance matters, contemporary business and societal themes, and international business developments.	3.10.1 Cobertura de questões contábeis emergentes, tópicos profissionais atuais, questões ambientais, questões de governança corporativa, negócios contemporâneos e temas sociais e desenvolvimentos de negócios internacionais.
3.10.2 Simulate real-world decision-making contexts by using local and global cases, situation analysis, guest speakers, role-play, team work, and computerized simulation games.	3.10.2 Simulação de contextos de tomada de decisão do mundo real usando casos locais e globais, análise de situação, palestrantes convidados, dramatização, trabalho em equipe e jogos de simulação computadorizados.
4. Elective (advanced) accounting, finance and related knowledge	4. Eletivas de Contabilidade (avançada), finanças e conhecimentos relacionados
4.1 Module on advanced financial accounting and reporting for specialized industries	4.1 Módulo sobre contabilidade e relatórios financeiros avançados para indústrias especializadas
4.1.1 Financial Reporting for specialized topics	4.1.1 Relatórios financeiros para tópicos especializados
4.1.2 Financial reporting for specialized industries	4.1.2 Relatórios financeiros para indústrias especializadas
4.1.3 Accounting for foreign subsidiaries and branches, and accounting for foreign currencies	4.1.3 Contabilidade para subsidiárias e filiais estrangeiras, e contabilidade para moedas estrangeiras
4.1.4 Special issues relating to accounting for reconstructions, uniting of interests and business combinations	4.1.4 Questões especiais relativas à contabilização de reconstruções, união de interesses e combinações de negócios
4.1.5 Accounting for the winding up of an enterprise	4.1.5 Contabilização da liquidação de uma empresa
4.1.6 Advanced analysis and appraisal of financial and related information	4.1.6 Análise e avaliação avançada de informações financeiras e relacionadas
4.1.7 Financial reporting for governmental organizations	4.1.7 Relatórios financeiros para organizações governamentais
4.1.8 Financial reporting for non-governmental not-for-profit organizations	4.1.8 Relatórios financeiros para organizações não governamentais sem fins lucrativos
4.1.9 Assessing the impact of price-level changes on financial analyses	4.1.9 Avaliação do impacto das mudanças no nível de preços nas análises financeiras
4.2 Module on advanced management accounting	4.2 Módulo sobre gestão contábil avançada
4.2.1 Business planning	4.2.1 Planejamento de negócios
4.2.2 The design of management accounting systems	4.2.2 O projeto de sistemas de contabilidade gerencial
4.2.3 Evaluating the impact of changes in business structures, functions and performance measures on the applicability and appropriateness of management accounting techniques and methods.	4.2.3 Avaliação do impacto das mudanças nas estruturas de negócios, funções e medidas de desempenho sobre a aplicabilidade e adequação das técnicas e métodos de contabilidade gerencial.
4.2.4 Performance measurement for planning and control:	4.2.4 Medição de desempenho para planejamento e controle
4.2.5 Other information for decision-making purposes	4.2.5 Outras informações para fins de tomada de decisão
4.2.6 Non-financial performance indicators such as productivity per employee or per service unit.	4.2.6 Indicadores de desempenho não financeiros, como produtividade por funcionário ou por unidade de serviço.
4.2.7 The non-financial objectives of enterprises such as environmental and social objectives.	4.2.7 Os objetivos não financeiros das empresas, como objetivos ambientais e sociais.
4.3 Module on advanced taxation	4.3 Módulo sobre tributação avançada

Original	Tradução Livre
4.3.1 The income taxation of employees and unincorporated businesses	4.3.1 A tributação de rendimentos de funcionários e empresas não constituídas em sociedade
4.3.2 Trusts	4.3.2 Trusts (empresa de proteção patrimonial internacional)
4.3.3 Non-domestic (foreign) activities giving rise to taxation liabilities	4.3.3 Atividades não domésticas (estrangeiras) que dão origem a obrigações tributárias
4.3.4 Taxation treatment and special concessions of emigrant workers remittances	4.3.4 Tratamento tributário e concessões especiais de remessas de trabalhadores emigrantes
4.3.5 Value-added tax schemes- C/E	4.3.5 Esquemas de imposto sobre valor agregado - C / E
4.3.6 Inheritance tax –C/E	4.3.6 Imposto sucessório - C / E
4.3.7 Other taxes (excise taxes and road taxes) and culturally-determined taxes – C/E	4.3.7 Outros impostos (impostos especiais de consumo e impostos rodoviários) e impostos determinados culturalmente - C / E
4.3.8 National insurance schemes –C/E	4.3.8 Esquemas nacionais de seguro - C / E
4.3.9 Social security schemes –C/E	4.3.9 Esquemas de previdência social –C / E
4.4 Module on advanced business law	4.4 Módulo sobre direito empresarial avançado
4.4.1 The nature of a limited liability company	4.4.1 A natureza de uma sociedade de responsabilidade limitada
4.4.2 Capital and the financing of companies	4.4.2 Capital e financiamento de empresas
4.4.3 The management and administration of companies	4.4.3 A gestão e administração de empresas
4.4.4 Laws of insolvency; procedures for filing for insolvency under relevant laws; rights of creditors and other interested parties.	4.4.4 Leis de insolvência; procedimentos para pedido de insolvência de acordo com as leis relevantes; direitos dos credores e outras partes interessadas.
4.4.5 Laws of associations such as clubs and partnerships to carry out certain activities; rights and duties of members and partners of such associations; rights of third parties; rules governing financial statements and prospectuses.	4.4.5 Leis de associações, como clubes e parcerias para realizar certas atividades; direitos e deveres dos membros e parceiros de tais associações; direitos de terceiros; regras que regem as demonstrações financeiras e os prospectos.
4.5 Module on advanced auditing	4.5 Módulo de auditoria avançada
4.5.1 Communications with boards of directors and management concerning internal control weaknesses detected in audits	4.5.1 Comunicações com os conselhos de administração e gestão sobre as deficiências de controle interno detectadas nas auditorias
4.5.2 Evaluation of computer-based systems (align with AIS and IT modules)	4.5.2 Avaliação de sistemas baseados em computador (alinhar com os módulos SIC e TI)
4.5.3 Audit software (align with AIS module and IT module)	4.5.3 Software de auditoria (alinhar com o módulo SIC e módulo de TI)
4.5.4 Auditors' risks of professional liabilities	4.5.4 Riscos dos auditores sobre responsabilidades profissionais
4.5.5 Organizing and planning complex audit situations, including group audits and joint audits applying international auditing standards	4.5.5 Organização e planejamento de situações de auditoria complexas, incluindo auditorias de grupo e auditorias conjuntas aplicando as normas internacionais de auditoria
4.5.6 Environmental audit	4.5.6 Auditoria Ambiental
4.5.7 Operations and performance auditing	4.5.7 Operações e auditoria de desempenho
4.6 Module on advanced business finance and financial management	4.6 Módulo sobre finanças empresariais avançadas e gestão financeira
4.6.1 The financial objectives of special types of organizations	4.6.1 Os objetivos financeiros de tipos especiais de organizações

Original	Tradução Livre
4.6.2 The framework of financial management	4.6.2 A estrutura da gestão financeira
4.6.3 Special problems of financial management in the public sector.	4.6.3 Problemas especiais de gestão financeira no setor público.
4.6.4 The sources of finance- in-depth coverage (advanced financing decisions and culturallydetermined issues.	4.6.4 As fontes de cobertura de financiamento em profundidade (decisões de financiamento avançadas e questões culturalmente determinadas.
4.6.5 Capital expenditures and investments – indepth coverage (advanced investing decisions as well as culturally-determined issues)	4.6.5 Despesas de capital e investimentos - cobertura profunda (decisões de investimento avançadas, bem como questões determinadas culturalmente)
4.6.6 Treasury management	4.6.6 Gestão de tesouraria
4.7 Module on accounting internship	4.7 Módulo de estágio de contabilidade

Fonte: ONU/UNCTAD/ISAR, 2014.

APÊNDICE B – 145 Cursos de Ensino Superior de Direito Público (em ordem crescente do Conceito Enade - Faixa)

Nome da IES	Sigla da IES	Município do Curso	Sigla da UF	Conceito Enade (Faixa)	Região
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL	SAO MIGUEL DO CAMPOS	AL	1	Nordeste
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	MINEIROS	GO	1	Centro-oeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	URUACU	GO	1	Centro-oeste
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DE GOIATUBA	FAFICH	GOIATUBA	GO	1	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	SAO MIGUEL	RN	1	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	BOA VISTA	RR	1	Norte
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI	FATEB	BIRIGUI	SP	1	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	SANTANA DO IPANEMA	AL	2	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL	ARAPIRACA	AL	2	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BARREIRAS	BA	2	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	CAMACARI	BA	2	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	SENHOR DO BONFIM	BA	2	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	ITABERABA	BA	2	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	JARAGUA	GO	2	Centro-oeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	SALINAS	MG	2	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	PASSOS	MG	2	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	TANGARA DA SERRA	MT	2	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	CACERES	MT	2	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	MAMANGUAPE	PB	2	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	SOUSA	PB	2	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	MONTEIRO	PB	2	Nordeste
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE ARARIPINA - FACISA	FACISA	ARARIPINA	PE	2	Nordeste
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA	FACAPE	PETROLINA	PE	2	Nordeste
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DE LIMOEIRO	FACAL	LIMOEIRO	PE	2	Nordeste
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	UNIUV	UNIAO DA VITORIA	PR	2	Sul

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MANDAGUARI - UNIMAN	FAFIMAN	MANDAGUARI	PR	2	Sul
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	ALEXANDRIA	RN	2	Nordeste
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	SAO CAETANO DO SUL	SP	2	Sudeste
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	TAUBATE	SP	2	Sudeste
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO VICTÓRIO CARDASSI	IMESB	BEBEDOURO	SP	2	Sudeste
UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS	AUGUSTINOPOLIS	TO	2	Norte
UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS	DIANOPOLIS	TO	2	Norte
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	GURUPI	TO	2	Norte
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	PALMAS	TO	2	Norte
FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARAÍSO	FECIPAR	PARAISO DO TOCANTINS	TO	2	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	MANAUS	AM	3	Norte
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	FEIRA DE SANTANA	BA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	VITORIA DA CONQUISTA	BA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	ILHEUS	BA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	SALVADOR	BA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	LAURO DE FREITAS	BA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	FORTALEZA	CE	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	UVA	SOBRAL	CE	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	MORRINHOS	GO	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	ANAPOLIS	GO	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	RIO VERDE	GO	3	Centro-oeste
FACULDADE DE ANICUNS	FA	ANICUNS	GO	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	SAO LUIS	MA	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	MONTES CLAROS	MG	3	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	TEOFILO OTONI	MG	3	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	RIO PARANAIBA	MG	3	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	UBERLANDIA	MG	3	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	ABAETE	MG	3	Sudeste

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	CAMPO GRANDE	MS	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	CORUMBA	MS	3	Centro-oeste
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	DOURADOS	MS	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	PONTA PORÁ	MS	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	NOVA MUTUM	MT	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	SINOP	MT	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	RONDONÓPOLIS	MT	3	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	RONDON DO PARA	PA	3	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	TOME-ACU	PA	3	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	CAPANEMA	PA	3	Norte
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	CAMPINA GRANDE	PB	3	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	RECIFE	PE	3	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	PARNAIBA	PI	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	TERESINA	PI	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	FLORIANO	PI	3	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	FOZ DO IGUAÇU	PR	3	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	PRUDENTÓPOLIS	PR	3	Sul
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PARANAGUA	PR	3	Sul
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	CAMPO MOURAO	PR	3	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	CURITIBA	PR	3	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PONTA GROSSA	PR	3	Sul
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	CORNELIO PROCOPIO	PR	3	Sul
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	CURITIBA	PR	3	Sul
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	PALMAS	PR	3	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	CAICO	RN	3	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	PATU	RN	3	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	MOSSORO	RN	3	Nordeste
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	VILHENA	RO	3	Norte
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	CACOAL	RO	3	Norte

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	BOA VISTA	RR	3	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RIO GRANDE	RS	3	Sul
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	SAO JOSE	SC	3	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	FLORIANOPOLIS	SC	3	Sul
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	IBIRAMA	SC	3	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	ITABAIANA	SE	3	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SAO CRISTOVAO	SE	3	Nordeste
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA	UNI-FACEF	FRANCA	SP	3	Sudeste
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE CATANDUVA	IMES CATANDUVA	CATANDUVA	SP	3	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	MACEIO	AL	4	Nordeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	MANAUS	AM	4	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	FORTALEZA	CE	4	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	FORTALEZA	CE	4	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	VITORIA	ES	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	VITORIA	ES	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GOIANIA	GO	4	Centro-oeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	APARECIDA DE GOIANIA	GO	4	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	IMPERATRIZ	MA	4	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	ITUIUTABA	MG	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	SAO JOAO DEL REI	MG	4	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	CLAUDIO	MG	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	TRES LAGOAS	MS	4	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	CUIABA	MT	4	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	BELEM	PA	4	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	JOAO PESSOA	PB	4	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	TERESINA	PI	4	Nordeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	4	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	CASCADEL	PR	4	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	IRATI	PR	4	Sul

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	GUARAPUAVA	PR	4	Sul
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	APUCARANA	PR	4	Sul
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PARANAVAI	PR	4	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	MARINGA	PR	4	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	LONDRINA	PR	4	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	SEROPEDICA	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RIO DE JANEIRO	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RIO DE JANEIRO	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	VOLTA REDONDA	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	MACAE	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	NITEROI	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RIO DE JANEIRO	RJ	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	NATAL	RN	4	Nordeste
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	PORTO VELHO	RO	4	Norte
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	SANTA MARIA	RS	4	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	FLORIANOPOLIS	SC	4	Sul
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	BLUMENAU	SC	4	Sul
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE	UNIFAE	SAO JOAO DA BOA VISTA	SP	4	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	SALVADOR	BA	5	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	SALVADOR	BA	5	Nordeste
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	BRASILIA	DF	5	Centro-oeste
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	BRASILIA	DF	5	Centro-oeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	VICOSA	MG	5	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	BELO HORIZONTE	MG	5	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	GOVERNADOR VALADARES	MG	5	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	JUIZ DE FORA	MG	5	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	TERESINA	PI	5	Nordeste
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PATO BRANCO	PR	5	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	CIANORTE	PR	5	Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	MOSSORO	RN	5	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	SANTA MARIA	RS	5	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	PORTO ALEGRE	RS	5	Sul
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	OSASCO	SP	5	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	RECIFE	PE	SC	Nordeste

APÊNDICE C - 966 Instituições de Ensino Superior em Ciências Contábeis no Brasil (2020)

	Instituição (IES)
1	Abeu - Centro Universitário
2	Ajes - Faculdade Do Vale Do Juruena
3	Centro De Ensino Superior De Conselheiro Lafaiete
4	Centro De Ensino Superior De Ilhéus
5	Centro De Ensino Superior Do Amapá
6	Centro Superior De Ensino E Pesquisa De Machado
7	Centro Universitário Uniftc De Feira De Santana
8	Centro Universitário – Catól. De Sta. Catarina Em Jaraguá
9	Centro Universitário - Católica De Santa Catarina Em
10	Centro Universitário - Uniesp
11	Centro Universitário Adventista De São Paulo
12	Centro Universitário Adventista De São Paulo
13	Centro Universitário Ages
14	Centro Universitário Álvares Penteadó
15	Centro Universitário Alves Faria
16	Centro Universitário Alves Faria
17	Centro Universitário Amparense
18	Centro Universitário Anhangüera
19	Centro Universitário Anhangüera De Niterói
20	Centro Universitário Anhangüera De São Paulo
21	Centro Universitário Anhangüera De São Paulo
22	Centro Universitário Anhangüera De São Paulo
23	Centro Universitário Anhangüera De São Paulo
24	Centro Universitário Anhangüera De São Paulo
25	Centro Universitário Anhangüera Pitágoras Ampli
26	Centro Univ. Antônio Eufrásio De Toledo De Pres. Prudente
27	Centro Universitário Aparício Carvalho
28	Centro Universitário Araguaia
29	Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira

30	Centro Universitário Assis Gurgacz
31	Centro Universitário Assunção
32	Centro Universitário Ateneu
33	Centro Universitário Augusto Motta
34	Centro Universitário Augusto Motta
35	Centro Universitário Autônomo Do Brasil
36	Centro Universitario Avantis
37	Centro Universitário Barriga Verde
38	Centro Universitário Braz Cubas
39	Centro Universitário Campo Limpo Paulista
40	Centro Universitário Campos De Andrade
41	Centro Universitário Carlos Drummond De Andrade
42	Centro Universitário Carlos Drummond De Andrade
43	Centro Universitário Cathedral
44	Centro Universitário Católica De Quixadá
45	Centro Universitário Católica Do Leste De Minas Gerais
46	Centro Universitário Católica Do Tocantins
47	Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium
48	Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium
49	Centro Universitário Celso Lisboa
50	Centro Universitário Cenecista De Osório
51	Centro Universitário Central Paulista
52	Centro Universitário Central Paulista
53	Centro Universitário Cesmac
54	Centro Universitário Ceuni - Fаметro
55	Centro Universitário Christus
56	Centro Universitário Cidade Verde
57	Centro Universitário Cnec De Bento Gonçalves
58	Centro Universitário Da Amazônia
59	Centro Universitário Da Fundação Educacional De Barretos

60	Centro Universitário Da Fundação Educacional Guaxupé
61	Centro Universitário Da Fundação Herminio Ometto
62	Centro Universitário Da Grande Dourados
63	Centro Universitário Da Grande Fortaleza
64	Centro Universitário Da Região Da Campanha
65	Centro Universitário Da Região Da Campanha
66	Centro Universitário Da Região Da Campanha
67	Centro Universitário Da Serra Gaúcha
68	Centro Universitário Da Vitória De Santo Antão
69	Centro Universitário Dante
70	Centro Universitário Das Faculdades Associadas De Ensino
71	Centro Universitário Das Faculdades Integradas De
72	Centro Universitário Das Faculdades Metropolitanas Unidas
73	Centro Universitário Das Faculdades Metropolitanas Unidas
74	Centro Universitário Das Faculdades Metropolitanas Unidas
75	Centro Universitário De Anápolis
76	Centro Universitário De Barra Mansa
77	Centro Universitário De Bauru
78	Centro Universitário De Belo Horizonte
79	Centro Universitário De Belo Horizonte
80	Centro Universitário De Brasília
81	Centro Universitário De Brasília
82	Centro Universitário De Brusque
83	Centro Universitário De Caratinga
84	Centro Universitário De Desenvolvimento Do Centro Oeste
85	Centro Universitário De Ensino Superior Do Amazonas
86	Centro Universitário De Formiga
87	Centro Universitário De Goiás
88	Centro Universitário De Itapira Uniesi
89	Centro Universitário De Jaguariúna
90	Centro Universitário De Jales

91	Centro Universitário De João Pessoa
92	Centro Universitário De Mandaguari - Uniman
93	Centro Universitário De Pato Branco
94	Centro Universitário De Patos De Minas
95	Centro Universitário De Paulínia
96	Centro Universitário De Rio Preto
97	Centro Universitário De Sete Lagoas
98	Centro Universitário De União Da Vitória
99	Centro Universitário De Várzea Grande
100	Centro Universitário De Viçosa
101	Centro Universitário De Volta Redonda
102	Centro Universitário De Votuporanga
103	Centro Universitário Dinâmica Das Cataratas
104	Centro Universitário Do Cerrado-Patrocínio
105	Centro Universitário Do Distrito Federal
106	Centro Universitário Do Espírito Santo
107	Centro Universitário Do Espírito Santo
108	Centro Universitário Do Estado Do Pará
109	Centro Universitário Do Norte
110	Centro Universitário Do Paraná
111	Centro Universitário Do Piauí
112	Centro Universitário Do Planalto Central Aparecido Dos
113	Centro Universitário Do Planalto De Araxá
114	Centro Universitário Do Rio Grande Do Norte
115	Centro Universitário Do Sudeste Mineiro
116	Centro Universitário Do Sul De Minas
117	Centro Universitário Do Triângulo
118	Centro Universitário Do Vale Do Araguaia
119	Centro Universitário Do Vale Do Ribeira
120	Centro Universitário Doctum De Teófilo Otoni
121	Centro Universitário Dom Pedro Ii

122	Centro Universitário Don Domênico
123	Centro Universitário Dos Guararapes
124	Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
125	Centro Universitário Espírito-Santense/Faes
126	Centro Universitário Estácio Da Amazônia
127	Centro Universitário Estácio De Belo Horizonte - Estácio Bh
128	Centro Universitário Estácio De Belo Horizonte - Estácio Bh
129	Centro Universitário Estácio De Brasília - Estácio Brasília
130	Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto
131	Centro Universitário Estácio De Santa Catarina
132	Centro Universitário Estácio De São Luís
133	Centro Universitário Estácio De São Paulo
134	Centro Universitário Estácio De São Paulo
135	Centro Universitário Estácio De Sergipe
136	Centro Universitário Estácio Do Ceará
137	Centro Universitário Estácio Do Ceará
138	Centro Universitário Estácio Do Ceará
139	Centro Universitário Estácio Do Recife
140	Centro Universitário Eurípedes De Marília
141	Centro Universitário Euro-Americano
142	Centro Universitário Euro-Americano
143	Centro Universitário Facex
144	Centro Universitário Facid Wyden
145	Centro Universitário Facol
146	Centro Universitário Facvest
147	Centro Universitário Fadergs
148	Centro Universitário Fai
149	Centro Universitário Fametro
150	Centro Universitário Faminas
151	Centro Universitário Fanor Wyden
152	Centro Universitário Fanor Wyden

153	Centro Universitário Farias Brito
154	Centro Universitário Fasipe
155	Centro Universitário Faveni
156	Centro Universitário Favip Wyden
157	Centro Universitário Fbv Wyden
158	Centro Universitário Fg
159	Centro Universitário Fieo
160	Centro Universitário Filadélfia
161	Centro Universitário Fundação De Ensino Octávio Bastos -
162	Centro Universitário Fundação Santo André
163	Centro Universitário Gama E Souza
164	Centro Universitário Gama E Souza
165	Centro Universitário Governador Ozanam Coelho
166	Centro Universitário Ibmecc
167	Centro Universitário Ibmr
168	Centro Universitário Icesp
169	Centro Universitário Imepac - Araguari
170	Centro Universitário Internacional
171	Centro Universitário Ítalo-Brasileiro
172	Centro Universitário Joaquim Nabuco De Paulista
173	Centro Universitário Joaquim Nabuco De Recife
174	Centro Universitário Jorge Amado
175	Centro Universitário Jorge Amado
176	Centro Universitário La Salle
177	Centro Universitário La Salle Do Rio De Janeiro
178	Centro Universitário Leonardo Da Vinci
179	Centro Universitário Leonardo Da Vinci
180	Centro Universitário Luterano De Palmas
181	Centro Universitário Mário Palmério
182	Centro Universitário Maurício De Nassau
183	Centro Universitário Maurício De Nassau De Fortaleza

184	Centro Universitário Maurício De Nassau De Maceió
185	Centro Universitário Maurício De Nassau De Salvador
186	Centro Universitário Maurício De Nassau De Teresina
187	Centro Universitário Max Planck
188	Centro Universitário Meta
189	Centro Universitário Metodista
190	Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
191	Centro Universitário Metrocamp Wyden
192	Centro Universitário Metropolitano Da Amazônia
193	Centro Universitário Metropolitano De Maringá
194	Centro Universitário Metropolitano De São Paulo
195	Centro Universitário Moura Lacerda
196	Centro Universitário Municipal De Franca
197	Centro Universitário Municipal De São José
198	Centro Universitário Newton Paiva
199	Centro Universitário Nossa Senhora Do Patrocínio
200	Centro Universitário Nossa Senhora Do Patrocínio
201	Centro Universitário Opet
202	Centro Universitário Padre Anchieta
203	Centro Universitário Para O Desenvolv. Do Alto Vale Do
204	Centro Universitário Paulistano
205	Centro Universitário Pitágoras De Marabá
206	Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal - Uniplan
207	Centro Universitário Presidente Antônio Carlos
208	Centro Universitário Presidente Tancredo De Almeida
209	Centro Universitario Projeção
210	Centro Universitário Redentor
211	Centro Universitário Ritter Dos Reis
212	Centro Universitário Ritter Dos Reis
213	Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden
214	Centro Universitário Sagrado Coração

215	Centro Universitário Salesiano
216	Centro Universitário Salesiano De São Paulo
217	Centro Universitário Salesiano De São Paulo
218	Centro Universitário Salesiano De São Paulo
219	Centro Universitário Santa Amélia
220	Centro Universitário Santo Agostinho
221	Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo
222	Centro Universitário São Francisco De Barreiras
223	Centro Universitário São José
224	Centro Universitário São José De Itaperuna
225	Centro Universitário São Judas Tadeu
226	Centro Universitário São Lucas
227	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná
228	Centro Universitário São Roque
229	Centro Universitário Senac
230	Centro Universitário Serra Dos Órgãos
231	Centro Universitário Sete De Setembro
232	Centro Universitário Sociesc
233	Centro Universitário Sociesc De Blumenau
234	Centro Universitário Sudoeste Paulista
235	Centro Universitário Sumaré
236	Centro Universitário Sumaré
237	Centro Universitário Sumaré
238	Centro Universitário Sumaré
239	Centro Universitário Tiradentes
240	Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio
241	Centro Universitário Toledo
242	Centro Universitário U:Verse
243	Centro Universitário Una
244	Centro Universitário Una
245	Centro Universitário Una De Betim

246	Centro Universitário Una De Bom Despacho
247	Centro Universitário Una De Contagem
248	Centro Universitário Una De Uberlândia
249	Centro Universitário União Das Américas
250	Centro Universitário Unic
251	Centro Universitário Unicarioca
252	Centro Universitário Unicarioca
253	Centro Universitário Unidade De Ensino Superior Dom
254	Centro Universitário Unidom - Bosco
255	Centro Universitário Unifaat
256	Centro Universitário Unifacear
257	Centro Universitário Unifacig
258	Centro Universitário Unifafibe
259	Centro Universitário Uniftec
260	Centro Universitário Unigran Capital
261	Centro Universitário Unihorizontes
262	Centro Universitário Unihorizontes
263	Centro Universitário Uninorte
264	Centro Universitário Unirb
265	Centro Universitário Unisep
266	Centro Universitário Univel
267	Centro Universitário Vale Do Salgado
268	Christus Faculdade Do Piauí
269	Claretiano - Centro Universitário
270	Escola De Ensino Superior Fabra
271	Escola Superior Batista Do Amazonas
272	Escola Superior De Administração E Gestão Strong
273	Escola Superior De Criciúma - Esucri
274	Escola Superior Madre Celeste
275	Estácio Fib - Centro Universitário Estácio Da Bahia
276	Faculdade Adventista Da Bahia

277	Faculdade Aldete Maria Alves
278	Faculdade Alfredo Nasser
279	Faculdade Amadeus
280	Faculdade Anglicana De Erechim
281	Faculdade Anhanguera De Anápolis
282	Faculdade Anhangüera De Bauru
283	Faculdade Anhanguera De Brasília
284	Faculdade Anhangüera De Campinas
285	Faculdade Anhangüera De Campinas
286	Faculdade Anhangüera De Dourados
287	Faculdade Anhanguera De Indaiatuba
288	Faculdade Anhanguera De Itapecerica Da Serra
289	Faculdade Anhanguera De Jacareí
290	Faculdade Anhanguera De Joinville
291	Faculdade Anhanguera De Osasco
292	Faculdade Anhanguera De Passo Fundo
293	Faculdade Anhangüera De Piracicaba
294	Faculdade Anhanguera De Porto Alegre
295	Faculdade Anhangüera De Ribeirão Preto
296	Faculdade Anhanguera De Rio Claro
297	Faculdade Anhanguera De Santa Bárbara
298	Faculdade Anhanguera De São Bernardo
299	Faculdade Anhangüera De São José
300	Faculdade Anhanguera De São José-Sc
301	Faculdade Anhanguera De Sertãozinho
302	Faculdade Anhangüera De Sorocaba
303	Faculdade Anhanguera De Sumaré
304	Faculdade Anhanguera De Taboão Da Serra
305	Faculdade Anhanguera De Taubaté
306	Faculdade Anhanguera De Tecnologia De Jundiaí
307	Faculdade Anhanguera De Valinhos

308	Faculdade Anísio Teixeira De Feira De Santana
309	Faculdade Arquidiocesana De Curvelo
310	Faculdade Asa De Brumadinho
311	Faculdade Assis Gurgacz
312	Faculdade Autônoma De Direito
313	Faculdade Barretos
314	Faculdade Batista Brasileira
315	Faculdade Batista De Minas Gerais
316	Faculdade Borges De Mendonça
317	Faculdade Brasil Norte
318	Faculdade Brasileira Multivix Vitória
319	Faculdade Camaquense De Ciências Contábeis E
320	Faculdade Cambury De Formosa
321	Faculdade Campos Elíseos
322	Faculdade Capivari
323	Faculdade Capixaba De Cariacica
324	Faculdade Castelo Branco
325	Faculdade Cathedral
326	Faculdade Católica Paulista
327	Faculdade Católica Rainha Da Paz De Araputanga
328	Faculdade Católica Santa Teresinha
329	Faculdade Cdl
330	Faculdade Cearense
331	Faculdade Cidade De Patos De Minas
332	Faculdade Cnec Gravataí
333	Faculdade Cnec Itajaí
334	Faculdade Cnec Joinville
335	Faculdade Cnec Nova Petrópolis
336	Faculdade Cnec Rio Das Ostras
337	Faculdade Cnec Santo Ângelo
338	Faculdade Cnec Unai

339	Faculdade Cnec Varginha
340	Faculdade Da Amazônia
341	Faculdade Da Cidade De Maceió
342	Faculdade Da Indústria São José Dos Pinhais
343	Faculdade Da Região Dos Lagos
344	Faculdade Da Região Serrana
345	Faculdade Da Seune
346	Faculdade De Administração De Campo Belo
347	Faculdade De Administração E Negócios De Sergipe
348	Faculdade De Administração Milton Campos
349	Faculdade De Agudos
350	Faculdade De Anicuns
351	Faculdade De Balsas
352	Faculdade De Barueri
353	Faculdade De Campina Grande
354	Faculdade De Cariacica
355	Faculdade De Cascavel
356	Faculdade De Ciência E Tecnologia
357	Faculdade De Ciências Aplicadas De Limoeiro
358	Faculdade De Ciências Aplicadas E Sociais De Petrolina
359	Faculdade De Ciências Biomédicas De Cacoal
360	Faculdade De Ciências Contábeis
361	Faculdade De CiênC. Cont. E Adm. De Cachoeiro Do
362	Faculdade De Ciências Cont. E De Administração De
363	Faculdade De Ciências De Timbaúba
364	Faculdade De Ciências E Empreendedorismo
365	Faculdade De Ciências E Tecnologia De Teresina
366	Faculdade De Ciências E Tecnologia De Unai - Factu
367	Faculdade De Ciências Econômicas Do Triângulo Mineiro
368	Faculdade De Ciênc. Econ., Adm. E Da Computação Dom
369	Faculdade De Ciências Educacionais De Capim Grosso

370	Faculdade De Ciências Humanas De Olinda
371	Faculdade De Ciências Humanas De Pernambuco
372	Faculdade De Ciências Humanas E Sociais De Araripina -
373	Faculdade De Ciências Humanas E Sociais De Igarassu
374	Faculdade De Ciênc. Humanas E Sociais Do Xingu E
375	Faculdade De Ciências Humanas Esuda
376	Faculdade De Ciênc. Jurídicas, Gerenciais E Educação De
377	Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas
378	Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas
379	Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas De Belo
380	Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas De Extrema
381	Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas Do Sul De Minas
382	Faculdade De Ciências Soc. Aplicadas Do Vale Do São
383	Faculdade De Ciências Sociais E Aplicadas Do Paraná
384	Faculdade De Desenvolvimento Sustentável De Cruzeiro Do
385	Faculdade De Direito De Alta Floresta
386	Faculdade De Direito De Santa Maria
387	Fac. De Educ. Ciênc. E Artes Dom Bosco De Tem.
388	Faculdade De Educação Ciências E Letras De Paraíso
389	Faculdade De Educação De Jaru
390	Faculdade De Educação E Cultura De Vilhena
391	Faculdade De Educação São Francisco
392	Faculdade De Educação São Luís
393	Faculdade De Educação Superior Do Paraná
394	Faculdade De Ensino De Minas Gerais
395	Faculdade De Ensino Superior Da Amazônia Reunida
396	Faculdade De Ensino Superior De Florianópolis
397	Faculdade De Ensino Superior De São Miguel Do Iguaçu
398	Faculdade De Ensino Superior Do Piauí
399	Faculdade De Ensino Superior Santa Barbara
400	Faculdade De Estudos Avançados Do Pará

401	Faculdade De Estudos Sociais Do Espírito Santo
402	Faculdade De Filosofia Ciências E Letras De Caruaru
403	Faculdade De Filosofia Ciências E Letras De Ituverava
404	Faculdade De Filosofia Ciências E Letras De Penápolis
405	Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Cajazeiras
406	Faculdade De Gestão E Inovação
407	Faculdade De Guarantã Do Norte
408	Faculdade De Hortolândia
409	Faculdade De Ibaiti
410	Faculdade De Inhumas - Fac-Mais
411	Faculdade De Integração Do Ensino Superior Do Cone Sul
412	Faculdade De Integração Do Sertão
413	Faculdade De Jandaia Do Sul
414	Faculdade De Juazeiro Do Norte
415	Faculdade De Jussara
416	Faculdade De Macapá
417	Faculdade De Mauá - Fama
418	Faculdade De Minas Bh
419	Faculdade De Nova Serrana
420	Faculdade De Pará De Minas
421	Faculdade De Pimenta Bueno
422	Faculdade De Piracanjuba
423	Faculdade De Ribeirão Preto
424	Faculdade De Rolim De Moura
425	Faculdade De Rondônia
426	Faculdade De Rondonópolis
427	Faculdade De Santo André
428	Faculdade De São José Dos Campos
429	Faculdade De São Lourenço
430	Faculdade De São Marcos
431	Faculdade De São Vicente

432	Faculdade De Sorriso
433	Faculdade De Suzano
434	Faculdade De Tapejara
435	Faculdade De Tecnologia E Ciencias Do Norte Do Paraná
436	Faculdade De Tecnologia Nova Palhoça
437	Faculdade De Tecnologia Porto Das Monções
438	Faculdade De Telêmaco Borba
439	Faculdade Delta
440	Faculdade Delta
441	Faculdade Dinâmica Do Vale Do Piranga
442	Faculdade Do Centro Educacional Mineiro - Facem
443	Faculdade Do Guarujá
444	Faculdade Do Litoral Sul Paulista
445	Faculdade Do Maranhão
446	Faculdade Do Noroeste De Minas
447	Faculdade Do Norte Novo De Apucarana
448	Faculdade Do Pantanal Matogrossense
449	Faculdade Do Seridó
450	Faculdade Do Sudeste Goiano
451	Faculdade Do Sul
452	Faculdade Do Sul Da Bahia
453	Faculdade Do Tapajós
454	Faculdade Do Vale Do Itajaí Mirim
455	Faculdade Doctum De João Monlevade
456	Faculdade Doctum De Manhuaçu - Doctum
457	Faculdade Dom Alberto
458	Faculdade Dom Bosco De Porto Alegre
459	Faculdade Dom Luis De Orleans E Bragança
460	Faculdade Dom Pedro Ii De Sergipe
461	Faculdade Educacional De Colombo
462	Faculdade Educacional De Francisco Beltrão

463	Faculdade Educacional Jurídica E Gerencial De Oliveira
464	Faculdade Empresarial De Chapecó
465	Faculdade Energia
466	Faculdade Esamc Campinas
467	Faculdade Esamc Santos
468	Faculdade Esamc Sorocaba
469	Faculdade Estácio Da Paraíba
470	Faculdade Estácio De Belém - Estácio Belém
471	Faculdade Estácio De Carapicuíba
472	Faculdade Estácio De Castanhal
473	Faculdade Estácio De Curitiba
474	Faculdade Estácio De Florianópolis - Estácio Florianópolis
475	Faculdade Estácio De Natal
476	Faculdade Estácio De Sá De Goiás
477	Faculdade Estácio De Sá De Vila Velha
478	Faculdade Estácio De Teresina
479	Faculdade Estácio Do Amapá - Estácio Amapá
480	Faculdade Estácio Do Pará - Estácio Fap
481	Faculdade Estácio Do Rio Grande Do Sul - Estácio Fargs
482	Faculdade Estácio Euro-Panamericana De Human. E
483	Faculdade Faccat
484	Faculdade Faipe
485	Faculdade Fernão Dias
486	Faculdade FIPECAFI
487	Faculdade Flamingo
488	Faculdade Frassinetti Do Recife
489	Faculdade Fucape
490	Faculdade Futura
491	Faculdade Guarapuava
492	Faculdade Horizonte
493	Faculdade Ibmec

494	Faculdade Ideal Wyden
495	Faculdade Ideau De Bagé
496	Faculdade Independente Do Nordeste
497	Faculdade Inedi
498	Faculdade Interamericana De Porto Velho
499	Faculdade Internacional Da Paraíba
500	Faculdade Invest De Ciências E Tecnologia
501	Faculdade Itapuranga
502	Faculdade Itop
503	Faculdade Jk Brasília - Recanto Das Emas
504	Faculdade Jk Michelangelo
505	Faculdade José Lacerda Filho De Ciências Aplicadas
506	Faculdade La Salle
507	Faculdade Legale
508	Faculdade Lourenço Filho
509	Faculdade Lusófona Da Bahia
510	Faculdade Luterana Rui Barbosa
511	Faculdade Machado De Assis
512	Faculdade Machado Sobrinho
513	Faculdade Maria Milza
514	Faculdade Maringá
515	Faculdade Martha Falcão Wyden
516	Faculdade Mater Dei
517	Faculdade Metodista Centenário
518	Faculdade Metropolitana Da Grande Recife
519	Faculdade Metropolitana De Anápolis
520	Faculdade Metropolitana De Ciências E Tecnologia
521	Faculdade Modelo
522	Faculdade Monteiro Lobato
523	Faculdade Multivix Nova Venécia
524	Faculdade Multivix Serra

525	Faculdade Murialdo
526	Faculdade Noroeste
527	Faculdade Nossa Senhora Aparecida
528	Faculdade Nova Roma
529	Faculdade Novo Milênio
530	Faculdade Padre Dourado Fortaleza
531	Faculdade Panamericana De Ji-Paraná
532	Faculdade Paraense De Ensino
533	Faculdade Paranaense
534	Faculdade Paranaense
535	Faculdade Pedro Leopoldo
536	Faculdade Peruipe
537	Faculdade Piaget
538	Faculdade Pinhalzinho
539	Faculdade Pitágoras
540	Faculdade Pitágoras
541	Faculdade Pitágoras Da Paraíba
542	Faculdade Pitágoras De Belo Horizonte
543	Faculdade Pitágoras De Belo Horizonte
544	Faculdade Pitágoras De Betim
545	Faculdade Pitágoras De Divinópolis - Fpd
546	Faculdade Pitágoras De Governador Valadares
547	Faculdade Pitágoras De Ipatinga
548	Faculdade Pitágoras De Linhares
549	Faculdade Pitágoras De Londrina
550	Faculdade Pitágoras De Uberlândia
551	Faculdade Pitágoras Do Maranhão
552	Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio
553	Faculdade Presidente Antônio Carlos De Lambari
554	Faculdade Presidente Antônio Carlos De Leopoldina
555	Faculdade Presidente Antônio Carlos De Ubá

556	Faculdade Presidente Antônio Carlos De Uberaba
557	Faculdade Presidente Antônio Carlos De Uberlândia
558	Faculdade Pres. Antônio Carlos De Visconde Do Rio
559	Faculdade Processus
560	Faculdade Projeção De Ceilândia
561	Faculdade Projeção De Sobradinho
562	Faculdade Reges De Dracena
563	Faculdade Reges De Realeza
564	Faculdade Reges De Ribeirão Preto
565	Faculdade Sagrada Família
566	Faculdade Salesiana Do Nordeste
567	Faculdade Salesiana Dom Bosco
568	Faculdade Santa Helena
569	Faculdade Santa Lúcia
570	Faculdade Santa Marcelina
571	Faculdade Santa Maria Da Glória
572	Faculdade Santa Rita De Cássia
573	Faculdade Santíssimo Sacramento
574	Faculdade Santo Antonio
575	Faculdade Santos Dumont
576	Faculdade São Francisco De Assis
577	Faculdade São Judas Tadeu
578	Faculdade Senac Minas
579	Faculdade Senac Porto Alegre - Fspoa
580	Faculdade SOCIESC
581	Faculdade Sociesc De Balneário Camboriú
582	Faculdade Sudamérica
583	Faculdade Sul Da América
584	Faculdade Una De Divinópolis
585	Faculdade União Araruama De Ensino S/S Ltda.
586	Faculdade Unibf

587	Faculdade Única De Ipatinga
588	Faculdade Unida De Campinas
589	Faculdade Unime De Ciências Sociais
590	Faculdade Uninassau Belém
591	Faculdade Uninassau Caruaru
592	Faculdade Uninassau João Pessoa
593	Faculdade Uninassau Natal
594	Faculdade Uninassau Olinda
595	Faculdade Uninassau Olinda - Nassau Olinda
596	Faculdade Uninassau Parnaíba
597	Faculdade Unirb - Feira De Santana
598	Faculdade Vale Do Cricaré
599	Faculdade Venda Nova Do Imigrante
600	Faculdade Vértice
601	Faculdades Doctum De Caratinga
602	Faculdades Integradas Adventistas De Minas Gerais
603	Faculdades Integradas Asmec
604	Faculdades Integradas Camões
605	Faculdades Integradas Campos Salles
606	Faculdades Integradas Da Upis
607	Faculdades Integradas De Aracruz
608	Faculdades Integradas De Bauru
609	Faculdades Integradas De Botucatu
610	Faculdades Integradas De Cacoal
611	Faculdades Integradas De Diamantino
612	Faculdades Integradas De Fernandópolis
613	Faculdades Integradas De Itararé
614	Faculdades Integradas De Jahu
615	Faculdades Integradas De Parnaíba - Fipar
616	Faculdades Integradas De Rondonópolis
617	Faculdades Integradas De Sergipe

618	Faculdades Integradas De Tangará Da Serra
619	Faculdades Integradas De Taquara
620	Faculdades Integradas De Três Lagoas
621	Faculdades Integradas Do Extremo Sul Da Bahia
622	Faculdades Integradas Do Vale Do Ivaí
623	Faculdades Integradas Machado De Assis
624	Faculdades Integradas Rui Barbosa
625	Faculdades Integradas Santa Cruz De Curitiba
626	Faculdades Integradas São Judas Tadeu
627	Faculdades Integradas Simonsen
628	Faculdades Integradas Urubupungá
629	Faculdades Magsul
630	Faculdades Oswaldo Cruz
631	Faculdades Pitágoras Unidade Guarapari
632	Fae Centro Universitário
633	Fetac - Faculdade De Educação, Tecnologia E Adm. De
634	Focca - Faculdade De Olinda
635	Fundação Universidade Do Estado De Santa Catarina
636	Fundação Universidade Federal Da Grande Dourados
637	Fundação Universidade Federal De Rondônia
638	Fundação Universidade Federal De Rondônia
639	Fundação Universidade Federal De Rondônia
640	Fundação Universidade Federal Do Tocantins
641	Funvic - Faculdade Funvic De Mococa
642	Instituto Aphoniano De Ensino Superior
643	Instituto Cuiabá De Ensino E Cultura
644	Instituto De Educação Superior Raimundo Sá
645	Instituto De Ensino E Pesquisa Objetivo
646	Instituto De Ensino Superior Blauro Cardoso De Mattos
647	Instituto De Ensino Superior Da Grande Florianópolis
648	Instituto De Ensino Superior De Americana

649	Instituto De Ensino Superior De Bauru
650	Instituto De Ensino Superior De Cuiabá
651	Instituto De Ensino Superior De Londrina - Inesul
652	Instituto De Ensino Superior De Teresina
653	Instituto De Ensino Superior Múltiplo
654	Instituto Esperança De Ensino Superior
655	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do
656	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do
657	Instituto Luterano De Ensino Superior De Itumbiara
658	Instituto Maranhense De Ensino E Cultura
659	Instituto Municipal De Ens. Sup. De Bebedouro Victório
660	Instituto Municipal De Ensino Superior De Catanduva
661	Instituto Superior De Ciências Aplicadas - Isca
662	Instituto Universitário Una De Catalão
663	Libertas - Faculdades Integradas
664	Nova Faculdade
665	Pontifícia Universidade Católica De Campinas
666	Pontifícia Universidade Católica De Campinas
667	Pontifícia Universidade Católica De Goiás
668	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
669	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
670	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
671	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
672	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
673	Pontifícia Universidade Católica Do Paraná
674	Pontifícia Universidade Católica Do Paraná
675	Pontifícia Universidade Católica Do Paraná
676	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
677	Trevisan Escola Superior De Negócios
678	Trevisan Escola Superior De Negócios
679	União Das Faculdades Dos Grandes Lagos

680	Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe
681	Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe
682	Universidade Ananguera
683	Universidade Ananguera De São Paulo
684	Universidade Anhembi Morumbi
685	Universidade Anhembi Morumbi
686	Universidade Cândido Mendes
687	Universidade Cândido Mendes
688	Universidade Cândido Mendes
689	Universidade Cândido Mendes
690	Universidade Cândido Mendes
691	Universidade Cândido Mendes
692	Universidade Cândido Mendes
693	Universidade Cândido Mendes
694	Universidade Castelo Branco
695	Universidade Católica De Brasília
696	Universidade Católica De Pernambuco
697	Universidade Católica De Petrópolis
698	Universidade Católica De Santos
699	Universidade Católica Do Salvador
700	Universidade Católica Dom Bosco
701	Universidade Cesumar
702	Universidade Ceuma
703	Universidade Ceuma
704	Universidade Ceuma
705	Universidade Ceuma
706	Universidade Cidade De São Paulo
707	Universidade Comunitária Da Região De Chapecó
708	Universidade Cruzeiro Do Sul
709	Universidade Cruzeiro Do Sul
710	Universidade Cruzeiro Do Sul

711	Universidade Da Amazônia
712	Universidade Da Amazônia
713	Universidade Da Região De Joinville
714	Universidade Da Região De Joinville
715	Universidade De Brasília
716	Universidade De Brasília
717	Universidade De Caxias Do Sul
718	Universidade De Caxias Do Sul
719	Universidade De Caxias Do Sul
720	Universidade De Caxias Do Sul
721	Universidade De Caxias Do Sul
722	Universidade De Caxias Do Sul
723	Universidade De Caxias Do Sul
724	Universidade De Cruz Alta
725	Universidade De Cuiabá
726	Universidade De Fortaleza
727	Universidade De Franca
728	Universidade De Gurupi
729	Universidade De Itaúna
730	Universidade De Marília
731	Universidade De Mogi Das Cruzes
732	Universidade De Mogi Das Cruzes
733	Universidade De Passo Fundo
734	Universidade De Passo Fundo
735	Universidade De Passo Fundo
736	Universidade De Passo Fundo
737	Universidade De Passo Fundo
738	Universidade De Passo Fundo
739	Universidade De Rio Verde
740	Universidade De Santa Cruz Do Sul
741	Universidade De Santa Cruz Do Sul

742	Universidade De Santa Cruz Do Sul
743	Universidade De Sorocaba
744	Universidade De Taubaté
745	Universidade De Uberaba
746	Universidade Do Contestado
747	Universidade Do Contestado
748	Universidade Do Contestado
749	Universidade Do Contestado
750	Universidade Do Estado Da Bahia
751	Universidade Do Estado Da Bahia
752	Universidade Do Estado Da Bahia
753	Universidade Do Estado Da Bahia
754	Universidade Do Estado Da Bahia
755	Universidade Do Estado Da Bahia
756	Universidade Do Estado De MT Carlos Alberto Reyes
757	Universidade Do Estado De MT Carlos Alberto Reyes
758	Universidade Do Estado De MT Carlos Alberto Reyes
759	Universidade Do Estado De MT Carlos Alberto Reyes
760	Universidade Do Estado De Minas Gerais
761	Universidade Do Estado De Minas Gerais
762	Universidade Do Estado De Minas Gerais
763	Universidade Do Estado Do Amazonas
764	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro
765	Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte
766	Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte
767	Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte
768	Universidade Do Extremo Sul Catarinense
769	Universidade Do Grande Rio Professor José De Souza
770	Universidade Do Grande Rio Professor José De Souza
771	Universidade Do Grande Rio Professor José De Souza
772	Universidade Do Grande Rio Professor José De Souza

773	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
774	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
775	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
776	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
777	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
778	Universidade Do Oeste De Santa Catarina
779	Universidade Do Oeste Paulista
780	Universidade Do Planalto Catarinense
781	Universidade Do Sul De Santa Catarina
782	Universidade Do Sul De Santa Catarina
783	Universidade Do Sul De Santa Catarina
784	Universidade Do Sul De Santa Catarina
785	Universidade Do Vale Do Itajaí
786	Universidade Do Vale Do Itajaí
787	Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos
788	Universidade Do Vale Do Sapucaí
789	Universidade Do Vale Do Taquari
790	Universidade Estácio De Sá
791	Universidade Estácio De Sá
792	Universidade Estácio De Sá
793	Universidade Estácio De Sá
794	Universidade Estácio De Sá
795	Universidade Estácio De Sá
796	Universidade Estácio De Sá
797	Universidade Estácio De Sá
798	Universidade Estácio De Sá
799	Universidade Estácio De Sá
800	Universidade Estadual Da Paraíba
801	Universidade Estadual Da Paraíba
802	Universidade Estadual De Alagoas - Uneal
803	Universidade Estadual De Feira De Santana

804	Universidade Estadual De Goiás
805	Universidade Estadual De Goiás
806	Universidade Estadual De Goiás
807	Universidade Estadual De Goiás
808	Universidade Estadual De Londrina
809	Universidade Estadual De Maringá
810	Universidade Estadual De Maringá
811	Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul
812	Universidade Estadual De Montes Claros
813	Universidade Estadual De Montes Claros
814	Universidade Estadual De Ponta Grossa
815	Universidade Estadual De Santa Cruz
816	Universidade Estadual Do Ceará
817	Universidade Estadual Do Centro Oeste
818	Universidade Estadual Do Centro Oeste
819	Universidade Estadual Do Centro Oeste
820	Universidade Estadual Do Norte Do Paraná
821	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná
822	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná
823	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná
824	Universidade Estadual Do Paraná
825	Universidade Estadual Do Paraná
826	Universidade Estadual Do Paraná
827	Universidade Estadual Do Paraná
828	Universidade Estadual Do Piauí
829	Universidade Estadual Do Piauí
830	Universidade Estadual Do Piauí
831	Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
832	Universidade Estadual Do Tocantins
833	Universidade Estadual Do Tocantins
834	Universidade Estadual Vale Do Acaraú

835	Universidade Federal Da Bahia
836	Universidade Federal Da Bahia
837	Universidade Federal Da Paraíba
838	Universidade Federal Da Paraíba
839	Universidade Federal De Alagoas
840	Universidade Federal De Alagoas
841	Universidade Federal De Campina Grande
842	Universidade Federal De Goiás
843	Universidade Federal De Juiz De Fora
844	Universidade Federal De Juiz De Fora
845	Universidade Federal De Mato Grosso
846	Universidade Federal De Mato Grosso
847	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul
848	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul
849	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul
850	Universidade Federal De Minas Gerais
851	Universidade Federal De Pernambuco
852	Universidade Federal De Roraima
853	Universidade Federal De Santa Catarina
854	Universidade Federal De Santa Maria
855	Universidade Federal De Santa Maria
856	Universidade Federal De São João Del Rei
857	Universidade Federal De São Paulo
858	Universidade Federal De Sergipe
859	Universidade Federal De Sergipe
860	Universidade Federal De Uberlândia
861	Universidade Federal De Uberlândia
862	Universidade Federal De Viçosa
863	Universidade Federal De Viçosa
864	Universidade Federal Do Amazonas
865	Universidade Federal Do Ceará

866	Universidade Federal Do Ceará
867	Universidade Federal Do Delta Do Parnaíba
868	Universidade Federal Do Espírito Santo
869	Universidade Federal Do Espírito Santo
870	Universidade Federal Do Maranhão
871	Universidade Federal Do Maranhão
872	Universidade Federal Do Pará
873	Universidade Federal Do Paraná
874	Universidade Federal Do Piauí
875	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
876	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
877	Universidade Federal Do Rio Grande
878	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
879	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
880	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
881	Universidade Federal Do Sul E Sudeste Do Pará
882	Universidade Federal Dos Vales Do Jequitinhonha E Mucuri
883	Universidade Federal Fluminense
884	Universidade Federal Fluminense
885	Universidade Federal Fluminense
886	Universidade Federal Rural Da Amazônia
887	Universidade Federal Rural Da Amazônia
888	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro
889	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido
890	Universidade Feevale
891	Universidade Franciscana
892	Universidade Fumec
893	Universidade Ibirapuera
894	Universidade José Do Rosário Vellano
895	Universidade La Salle
896	Universidade Metodista De Piracicaba

897	Universidade Metodista De São Paulo
898	Universidade Metropolitana De Santos
899	Universidade Municipal De São Caetano Do Sul
900	Universidade Nilton Lins
901	Universidade Nove De Julho
902	Universidade Nove De Julho
903	Universidade Nove De Julho
904	Universidade Nove De Julho
905	Universidade Nove De Julho
906	Universidade Paranaense
907	Universidade Paranaense
908	Universidade Paranaense
909	Universidade Paranaense
910	Universidade Paranaense
911	Universidade Paulista
912	Universidade Paulista
913	Universidade Paulista
914	Universidade Paulista
915	Universidade Paulista
916	Universidade Paulista
917	Universidade Paulista
918	Universidade Paulista
919	Universidade Paulista
920	Universidade Paulista
921	Universidade Paulista
922	Universidade Paulista
923	Universidade Paulista
924	Universidade Paulista
925	Universidade Paulista
926	Universidade Paulista
927	Universidade Paulista

928	Universidade Paulista
929	Universidade Paulista
930	Universidade Paulista
931	Universidade Paulista
932	Universidade Pitágoras Unopar
933	Universidade Positivo
934	Universidade Positivo
935	Universidade Potiguar
936	Universidade Potiguar
937	Universidade Potiguar
938	Universidade Presbiteriana Mackenzie
939	Universidade Regional De Blumenau
940	Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio
941	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
942	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
943	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
944	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
945	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
946	Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das
947	Universidade Salgado De Oliveira

948	Universidade Salgado De Oliveira
949	Universidade Salvador
950	Universidade Salvador
951	Universidade Santa Cecília
952	Universidade Santo Amaro
953	Universidade São Francisco
954	Universidade São Judas Tadeu
955	Universidade São Judas Tadeu
956	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
957	Universidade Tiradentes
958	Universidade Tuiuti Do Paraná
959	Universidade Universus Veritas Guarulhos
960	Universidade Universus Veritas Guarulhos
961	Universidade Vale Do Rio Doce
962	Universidade Vale Do Rio Verde
963	Universidade Veiga De Almeida
964	Universidade Veiga De Almeida
965	Universidade Veiga De Almeida
966	Universidade Vila Velha

Fonte: INEP, 2020. Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D – 88 IES Públicas (145 cursos de Graduação em Ciências Contábeis)

ORDEM	CÓDIGO DA IES	NOME DA IES	SIGLA DA IES
1	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT
2	2	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
3	3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS
4	4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
5	5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI
6	8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV
7	9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL
8	12	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
9	17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU
10	24	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC
11	29	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE
12	40	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB
13	43	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC
14	47	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG
15	57	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM
16	60	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA	UNI-FACEF
17	71	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN
18	76	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB
19	79	INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE CATANDUVA	IMES CATANDUVA
20	95	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	UVA
21	107	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ
22	217	CENTRO UNIV. DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE	UNIFAE
23	367	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES
24	535	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MANDAGUARI - UNIMAN	FAFIMAN
25	547	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ
26	548	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA
27	550	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB
28	569	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
29	570	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN
30	571	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR
31	572	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF
32	573	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES
33	574	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ
34	575	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
35	576	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF
36	577	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL
37	578	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
38	579	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
39	580	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE
40	581	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
41	582	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM
42	583	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
43	584	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
44	585	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
45	586	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
46	588	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR
47	589	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA
48	590	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA
49	591	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP
50	596	UNIV. FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM
51	605	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS

52	609	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE
53	649	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	UNIUV
54	665	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU
55	666	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS
56	686	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DE LIMOEIRO	FACAL
57	688	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB
58	692	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA	FACAPE
59	694	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS
60	699	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR
61	719	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT
62	730	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG
63	744	FACULDADE DE ANICUNS	FA
64	750	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG
65	756	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI
66	789	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR
67	824	FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DE GOIATUBA	FAFICH
68	829	UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS
69	843	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI	FATEB
70	882	INST. MUNICIPAL DE ENS. SUP. DE BEBEDOURO VICTÓRIO CARDASSI	IMESB
71	1028	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS
72	1036	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG
73	1126	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO
74	1646	FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARAÍSO	FECIPAR
75	2564	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG
76	3172	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA
77	3849	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT
78	3974	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV
79	4396	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES
80	4504	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD
81	4756	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ
82	5077	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR
83	5242	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL
84	5664	FACULDADE DE CIÊNC. HUMANAS E SOCIAIS DE ARARIPINA - FACISA	FACISA
85	14724	INST. FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR
86	15015	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP
87	18440	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA
88	18492	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR

APÊNDICE E – Disciplinas dos Cursos Agrupadas aos Módulos do CMC

Módulo	FAFICH	FATEB	UEG	UEM	UERN	UERR	UFBA DIU	UFBA NOT	UFERSA	UFJF	UFJFV	UFMG	UFPI	UFRGS	UFSP	UFV	UNB	UNEAL	UNIFESP	UNIFIMES	UTFPR	Total
1.1	1	4	1	2	1	1	4	4	1	2	2	4	1	3	1	2	3	1	2	1	2	43
1.2	4	3	5	4	4	4	4	4	3	6	6	7	3	4	3	3	4	3	4	4	3	85
1.3	1	2	2			1							1					1	1		2	11
1.4	1	4	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	27
1.5	1																					1
2.1							1	1	1	1								1		1		6
3.1	3	3	3	3	2	3	3	3	2	3	3	2	3	1	3	2	3	3	1	3	3	55
3.2	4		5	5	4	3	3	3	5	3	3	5	5	6	3	4	3	3	6	6	4	83
3.3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	3	2		1	1	1			1		1	2	25
3.4	3	2	2	3	4	3	3	3	3	2	2	4	4	3	4	4	1	3	2	3	4	62
3.5	2	2	2	2	1	2	1	1	2	1	1	3	1	3	3	2	1	1	2	1	1	35
3.6	1	1		1		1				1		1			1		1		1			9
3.7	3	5	3	2	5	3	4	3	2	4	4	3	4	3	2	4	4	4	1	4	4	71
3.8	2	1	1	2	2	2	3	3	2	1	1	1	2	2	2	1	2	1	2	1	2	36
3.9		1		1	1		1	1	2	1	1	1			1	3	3		3	2	3	25
3.10	6	7	6	5	8	7	2	2	10	4	7	4	6	5	11	5	6	7	6	7	8	129
4.1	4	7	4	3	4	5	2	2	3	2	1	3	4	4	3	1	4	4		5	2	65
4.2	1	2	2	1	1	1	2	2	1	1	2		3	4	1		1	2	1	1	4	33
4.4																				1		1
4.6	1	1	2			1			1	2	2	1		1				1				13
4.7	3		4	1	2	2	1	1					2	1		1			1	1		20
A.C.	1		1							1			1					6	2	8	1	21
E.L.	2			2			4	5	5	10	11	22	3					2				68
N.C.	1	2	2	3	1	1			2				2		2	1	1	2	1	2	2	25
S.C.		2	1			1	1	1						1		1				2	1	11
Total	47	51	49	43	42	43	41	41	47	50	50	62	47	44	42	35	38	47	37	55	49	960

APÊNDICE F – Endereços Eletrônicos dos Cursos Consultados

Instituição	Sigla	Endereço Eletrônico
Centro Universitário De Mineiros	UNIFIMES	https://unifimes.edu.br/avada_portfolio/ciencias-contabeis/
Faculdade De Ciências E Tecnologia De Birigui	FATEB	https://www.fateb.br/?p=pagina_exibir&cod_pagina=43
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas De Goiatuba	FAFICH	https://www.contabeisunicerrado.com/institucional
Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte	UERN	http://www.uern.br/cursos/default.asp?item=ensino-cursos-por-campus
Universidade Estadual De Alagoas	UNEAL	http://www.uneal.edu.br/campi/campus-iv-sao-miguel-dos-campos
Universidade Estadual De Goiás	UEG	http://www.ueg.br/exec/consulta_cursos/?funcao=dados_v2&variavel=6&mod=1
Universidade Estadual De Roraima	UERR	https://www.uerr.edu.br/ciencias-contabeis/
Universidade De Brasília	UNB	http://cca.unb.br/
Universidade Estadual De Maringá	UEM	http://www.dcc.uem.br/
Universidade Federal Da Bahia	UFBA	https://contabeis.ufba.br/
Universidade Federal De Juiz De Fora	UFJF	https://www2.ufjf.br/cienciascontabeis/
Universidade Federal De Juiz De Fora	UFJF GV	https://www.ufjf.br/contabeisgv/
Universidade Federal De Minas Gerais	UFMG	https://www.face.ufmg.br/graduacao/ciencias-contabeis/o-curso.html
Universidade Federal De Santa Maria	UFSM	https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/ciencias-contabeis/
Universidade Federal De São Paulo	UNIFESP	https://www.unifesp.br/campus/osa2/graduacao/cursos-de-graduacao/ciencias-contabeis
Universidade Federal De Viçosa	UFV	https://cco.ufv.br/
Universidade Federal Do Piauí	UFPI	https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74226&lc=pt_BR
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	UFRGS	https://www.ufrgs.br/fce/
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido	UFERSA	https://contabeis.ufersa.edu.br/
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	UTFPR	http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/pato-branco/pb-ciencias-contabeis/apresentacao

APÊNDICE G – Estudos Pesquisados

ORIGEM	ORDEM	AUTOR(ES)	ANO	TÍTULO
6 IFRS	1	Ednei Morais Pereira	2011	Avaliação Do Nível De Conhecimento Dos Discentes Sobre Normas Contábeis Internacionais Face Ao Processo De Convergência Do IASB – Uma Análise Nas Instituições De Ensino Do Distrito Federal
6 IFRS	2	Diego Saldo Alves	2014	Alinhamento Entre Os Conteúdos De Contabilidade Nos Cursos De Ciências Contábeis No Brasil Com Os Pronunciamentos Técnicos Do CPC Harmonizados Com As Normas Internacionais De Contabilidade
6 IFRS	3	Edilma Pinheiro Da Silva	2009	O Impacto Da Adoção Das Normas Contábeis Internacionais No Ensino Superior De Contabilidade, Segundo A Percepção Dos Docentes
6 IFRS	4	João Batista Nast De Lima	2010	A Relevância Da Informação Contábil E O Processo De Convergência Para As Normas IFRS No Brasil
6 IFRS	5	Ricardo Garcia De Souza	2009	Normas Internacionais De Contabilidade: Percepções Dos Profissionais Quanto Às Barreiras Para Sua Adoção No Brasil
6 IFRS	6	Sérgio Da Rocha Paris	2012	Os Impactos Das Normas Internacionais De Contabilidade No Ensino Superior De Ciências Contábeis No Município De São Paulo Em 2012
17 CURRICULO	7	Mendes; Silva; Niyama	2011	A Aderência Do Conteúdo Da Disciplina Contabilidade Tributária Ministrada Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Do Brasil Ao Conteúdo Do Currículo Internacional Proposto Pela ONU/UNCTAD/ISAR
17 CURRICULO	8	Quintana; Perazo; Fernandes	2013	A Grade Curricular Dos Cursos De Ciências Contábeis E Os Resultados Institucionais No Enade: Um Estudo Nas Disciplinas Da Área Da Contabilidade Financeira E De Orçamento
17 CURRICULO	9	Miranda; Santos; Casa Nova; Cornacchione Júnior	2013	A Pesquisa Em Educacao Contabil: Producao Cientifica E Preferencias De Doutores No Periodo De 2005 A 2009.(Articulo Em Portugues)
17 CURRICULO	10	Pinho; Rodrigues	2016	Análise Comparativa Dos Conteúdos Das Disciplinas De Custos Dos Cursos De Ciências Contábeis Das Universidades Federais Brasileiras Com O Currículo Mundial
17 CURRICULO	11	Faria; Leal	2016	Análise Da Temática Contabilidade Gerencial Na Formação Em Ciências Contábeis De Ies Mineiras À Luz Do Currículo Mundial E Da Proposta Nacional Do CFC/FBC
17 CURRICULO	12	Kouloukoui; Silva; Gabriel; Andrade	2017	Currículo Mundial E Ensino De Contabilidade: Estudo Comparativo Da Matriz Curricular De Ciências Contábeis Em Instituições De Ensino Superior Brasileiras E Francesas
17 CURRICULO	13	Duque-Roldán; Ospina-Zapata	2015	Elementos Para Discusión Sobre El Estado Actual De La Propuesta Curricular Del Programa De Contaduría Pública De La Universidad De Antioquia
17 CURRICULO	14	Silva; Miranda; Pereira	2017	Enade E Proposta Curricular Do Cfc: Um Estudo Em Cursos Brasileiros De Ciências Contábeis
17 CURRICULO	15	Soares; Richartz; Voss; Freitas	2011	Evolução Do Currículo De Contabilidade No Brasil Desde 1809 = The Accounting Curriculum Evolution In Brazil Since 1809

17 CURRICULO	16	Dallabona; Cunha; Rausch	2012	Inserção Da Área Ambiental Na Matriz Curricular Do Curso De Ciências Contábeis: Um Estudo Das Ies Da Região Sul Do Brasil
17 CURRICULO	17	Morais; Campos	2015	Nível De Aderência Do Mercado Profissional Contábil Da Região Metropolitana De Vitória-Es Aos Padrões Propostos Pelo Isar/Unctad
17 CURRICULO	18	Lay; Bambino; Silva; Klann	2016	Nível De Similaridade Dos Currículos Dos Cursos De Ciências Contábeis De Instituições Catarinenses Em Relação Ao Currículo Mundial Proposto Pelo ISAR/UNCTAD/ONU
17 CURRICULO	19	Silva; Quillici Neto	2018	O Currículo Do Curso De Ciências Contábeis No Brasil E Em Portugal: Aproximações E Distanciamentos
17 CURRICULO	20	Soares; Borgert; Pfitscher; Will	2012	O Currículo Dos Cursos De Ciências Contábeis Das Universidades Federais Da Região Sul Do Brasil: Formação Especialista Ou Generalista?
17 CURRICULO	21	Ferreira; Miranda; Rêgo; Prado	2017	Os Conhecimentos Básicos De Contabilidade E Áreas Afins: Um Estudo Nas Universidades Potiguaras À Luz Do Currículo Mundial
17 CURRICULO	22	Zonatto; Dani; Domingues	2017	Relação Entre Isomorfismo Coercitivo E Desempenho Discente No Enade Em Ies Gaúchas: A Não Influência Do Currículo Mundial Proposto Pela ONU/UNCTAD/ISAR
17 CURRICULO	23	Segantini; Melo; Lucena; Silva	2013	Uma Análise Crítica Entre Os Currículos Dos Cursos De Ciências Contábeis Nos Países Do Mercosul E O Proposto Pela Onu/Unctad/Isar
60 CURRICULO	24	Ávila; Maldonado	2015	¿Aprobamos O Reprobamos El Trabajo Em Normas Internacionales De Educación? Aplicación De Las Normas Internacionales De Educación (Nie) Para Carreras De Contador Público Em Países Latinoamericanos
60 CURRICULO	25	Silva; Oliveira; Camelo; Nunes; Carvalho	2014	A Profissão Do Auditor E O Perito Contábil Na Visão Dos Acadêmicos Concluintes Do Curso De Ciências Contábeis De Universidade Pública E Privada De Tangará Da Serra/MT
60 CURRICULO	26	Santos; Ponte; Mapurunga	2014	Adoção Obrigatória Do Ifrs No Brasil (2010): Índice De Conformidade Das Empresas Com A Divulgação Requerida E Alguns Fatores Explicativos
60 CURRICULO	27	Medeiros; Melo; Lucena; Azevedo	2017	Análise Da Frequência Da Utilização Das Técnicas De Aprendizagem: Um Estudo Com Discentes Do Curso De Ciências Contábeis
60 CURRICULO	28	Broiatti; Evangelista; Mazaron; Werner	2016	Análise Das Questões Do Exame De Suficiência Do Conselho Federal De Contabilidade
60 CURRICULO	29	Moreira; Costa; Melo	2016	Análise Do Processo De Comunicação Da Informação Contábil: Um Estudo Com Estudantes De Graduação Da Cidade De Natal/Rn
60 CURRICULO	30	Batista; Almeida; Albuquerque; Lima	2012	Análise Sobre O Ensino Das Disciplinas Da Área De Métodos Quantitativos Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis
60 CURRICULO	31	Henaó	2017	Análise E Desenvolvimento Da Educação Contábil: Temáticas Da Sua Abordagem E Principais Problemáticas Segundo O Pensamento Estudantil Socializado Pela Fenecop (2000-2016)
60 CURRICULO	32	Cardoso; Riccio	2010	Existem Competências A Serem Priorizadas No Desenvolvimento Do Contador? Um Estudo Sobre Os Contadores Brasileiros
60 CURRICULO	33	Nascimento; Bernardes; Sousa; Lourenço	2016	Avaliação Institucional: Aplicação Da Teoria Da Resposta Ao Item Para Avaliação Discente Em Ciências Contábeis

60 CURRICULO	34	Trajano	1998	Ciências Contábeis: Novos Rumos, Novas Diretrizes Curriculares
60 CURRICULO	35	Weffort; Vanzo; Oliveira	2005	Conhecimentos E Habilidades Para Atuar No Ambiente Internacional De Negócios: A Relevância Do Ensino De Contabilidade Internacional Na Percepção De Alunos Do Curso De Graduação Em Ciências Contábeis
60 CURRICULO	36	Silva; Cajaiba; Farias	2019	Conteúdos Programáticos Versus Proposta Da Fundação Brasileira De Contabilidade Para O Ensino Da Casp: Similaridade Ou Dissimilitude?
60 CURRICULO	37	Silva	2015	Currículos Dos Cursos De Contabilidade: Discussão Em Uma Perspectiva Educacional Moderna E Pós-Moderna
60 CURRICULO	38	Martins; Peixinho	2017	Desenvolvimento De Um Sistema De Contabilidade De Gestão: O Caso Da Universidade Do Algarve
60 CURRICULO	39	Niyama; Sales; Rodrigues; Oliveira	2007	Educação Contábil Na China: Tendências E Perspectivas Pós-Reforma Econômica
60 CURRICULO	40	Cornachione Jr; Casa Nova; Trombetta	2007	Educação On-Line Em Contabilidade: Propensão E Aspectos Curriculares
60 CURRICULO	41	Crestani; Carvalho; Carraro	2019	Empreendedorismo Na Universidade: Perfil E Potencial Empreendedor Dos Alunos De Ciências Contábeis
60 CURRICULO	42	Borges; Mafra	2013	Ensino De Contabilidade Em Cursos De Graduação Em Administração: Uma Análise Da Percepção Docente E Discente Em Instituições De Ensino Superior De Minas Gerais
60 CURRICULO	43	Bortoluzzi; Silva; Ensslin; Ensslin	2013	Estruturação De Um Modelo De Avaliação De Desempenho Para A Gestão Do Curso De Ciências Contábeis Da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
60 CURRICULO	44	Lopes; Ott; Kronbauer; Thomaz	2016	Evasão De Alunos Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Em Instituições De Ensino Superior Da Região Sul Do Brasil
60 CURRICULO	45	Riccio; Sakata	2004	Evidências Da Globalização Na Educação Contábil: Estudo Das Grades Curriculares Dos Cursos De Graduação Em Universidades Brasileiras E Portuguesas
60 CURRICULO	46	García-Benau; Zorio-Grima	2012	Experiência No Uso De Uma Combinação De Metodologias De Ensino No Ensino Contábil Universitário
60 CURRICULO	47	Rodrigues; Pinho; Bugarim; Craig; Machado	2018	Fatores Que Afetam O Sucesso No Exame De Admissão Profissional Para Contadores No Brasil
60 CURRICULO	48	Laffin	2015	Graduação Em Ciências Contábeis – A Ênfase Nas Competências: Contribuições Ao Debate
60 CURRICULO	49	Bugarim; Rodrigues; Pinho; Machado	2014	Análise Histórica Dos Resultados Do Exame De Suficiência Do Conselho Federal De Contabilidade
60 CURRICULO	50	Rojas-Rojas; Giraldo-Garcés	2015	Ciências Humanas E Treinamento Em Contabilidade: Uma Relação Necessária Para Explorar Uma Reorientação Da Profissão Contábil
60 CURRICULO	51	Quirino; Moura; Segantini; Araujo	2014	Influência Do Método De Ensino Na Aprendizagem Dos Métodos Quantitativos No Curso De Ciências Contábeis Da Ufrn
60 CURRICULO	52	Flávia Cruz De Souza; André Carlos De Souza; José Alonso Borba	2011	Inserção Internacional Da Pesquisa Científica Em Contabilidade Desenvolvida No Brasil
60 CURRICULO	53	Jacomossi; Biavatti	2017	Normas Internacionais De Educação Contábil Propostas Pelo International Accounting Education Standards Board

60 CURRICULO	54	Kuhn; Machado; Machado	2014	Conhecimento Dos Docentes De Contabilidade Sobre As Normas Internacionais
60 CURRICULO	55	Rueda-Delgado; Pinzón-Pinto; Patiño-Jacinto	2013	Os Currículos Dos Programas Acadêmicos De Contabilidade Pública, Após O Ensino De O Internacional E A Globalização Na Contabilidade: Necessidades De Ajustamento Para Além Das Respostas Técnicas
60 CURRICULO	56	Nganga; Botinha; Miranda; Leal	2016	Mestres E Doutores Em Contabilidade No Brasil: Uma Análise Dos Componentes Pedagógicos De Sua Formação Inicial
60 CURRICULO	57	Cabral; Siqueira; Siqueira-Batista	2011	O Diálogo Das Ciências Contábeis Com As Ciências Humanas E Demais Ciências Sociais: Uma Análise Da Produção Acadêmica Do Congresso Usp De Controladoria E Contabilidade E Enanpad (2004-2007)
60 CURRICULO	58	França; Barbosa	2015	Ensino Da Perícia Contábil Em Brasília: Percepções Dos Estudantes Do Curso De Ciências Contábeis
60 CURRICULO	59	Floret	2017	O Ensino Da Contabilidade Para Não Contador: Como Os Estudantes De Administração E Economia Aprendem
60 CURRICULO	60	Bolzan; Vendruscolo; Sallaberry; Diehl	2020	O Ensino De Ciências Contábeis E O Processo De Convergência Ao International Financial Reporting Standards
60 CURRICULO	61	Joaquim	(2011) Mestrado	O Exercício Da Actividade Contabilística
60 CURRICULO	62	Leite Filho; Slomski	2003	Opiniões Dos Alunos Acerca Da Disciplina Contabilidade Governamental: Um Estudo Empírico Em Uma Universidade Pública
60 CURRICULO	63	Muller; Schuster; Zonatto	2017	Oportunidades De Melhorias No Ensino De Disciplinas Que Abrangem Conteúdos De Custos: Uma Análise Com Base Na Percepção De Discentes
60 CURRICULO	64	Miranda; Casa Nova; Cornacchione Júnior	2012	Os Saberes Dos Professores-Referência No Ensino De Contabilidade
60 CURRICULO	65	Baracaldo-Lozano; Daza-Giraldo	2015	Panorama De Los Currículos De Programas De Contaduría Pública Em Colombia Frente A Contenidos De Auditoría Forense Y Prevención De Delitos Financieros
60 CURRICULO	66	Raimundini; Bianchi; Santos; Fávero; Schmidt	2009	Percepções Sobre O Ensino Da Contabilidade Introdutória Para Não Contadores: A Perspectiva Dos Discentes Das Universidades Federais Do Estado Do Rio Grande Do Sul
60 CURRICULO	67	Piccoli; Chiarello; Klann	2015	A Percepção Dos Acadêmicos Sobre Conceitos Abordados Na Disciplina De Teoria Da Contabilidade
60 CURRICULO	68	Cruz; Espejo; Costa; Almeida	2011	Perfil Das Redes De Cooperação Científica: Congresso Usp De Controladoria E Contabilidade – 2001 A 2009
60 CURRICULO	69	Santos; Sobral; Correa; Antonovz; Santos	2011	Perfil Do Profissional Contábil: Estudo Comparativo Entre As Exigências Do Mercado De Trabalho E A Formação Oferecida Pelas Instituições De Ensino Superior De Curitiba
60 CURRICULO	70	Soares; Will; Miranda; Pfitscher	2011	Pós-Graduação Em Ciências Contábeis No Brasil: Contexto E Processo De Seleção
60 CURRICULO	71	Nogueira	(2010) Mestrado	Práticas De Contabilidade
60 CURRICULO	72	Araújo; Lima; Oliveira; Miranda	2015	Problemas Percebidos No Exercício Da Docência Em Contabilidade
60 CURRICULO	73	Laffin; Castro	2015	Perspectivas Da Prática Profissional De Estudantes De Ciências Contábeis Da Ufsc

60 CURRICULO	74	Rezende; Costa; Gomes	2016	Relação Entre O Desempenho Dos Estudantes E A Percepção Dos Professores Sobre As Disciplinas Iniciais De Contabilidade
60 CURRICULO	75	Lizote; Verdinelli; Terres; Camozzato; Seemann	2018	Satisfação Dos Alunos Com O Curso De Ciências Contábeis: Uma Análise Em Diferentes Instituições De Ensino Superior
60 CURRICULO	76	Araújo; Miranda; Pereira	2017	Satisfação Dos Professores De Contabilidade No Brasil
60 CURRICULO	77	Canan; Birk;	2017	Divulgação Científica Da Contabilidade: Análise Do Conteúdo Dos Websites Das Instituições De Ensino Superior Brasileiras
60 CURRICULO	78	Rodrigues; Machado; Costa; Souza	2017	Desenvolvimento Sustentável: Percepção Dos Alunos Do Curso De Graduação Em Ciências Contábeis Das Instituições Federais De Ensino Superior Do Estado Do Rio Grande Do Sul
60 CURRICULO	79	Miranda; Riccio; Miranda	2013	O Ensino Da Contabilidade Gerencial No Brasil: Uma Avaliação De Grades Curriculares E Literatura Didática
60 CURRICULO	80	Antunes; Morais; Formigoni; Leite	2005	Tecnologias Educacionais Em Cursos De Contabilidade Avaliados No Exame Nacional De Cursos (Enc)/2003 Com Conceitos A E B
60 CURRICULO	81	Xavier Filho; Dias; França; Silva; Vasconcelos	2015	A Importância Dos Conhecimentos Contábeis Para Os Discentes Em Administração: Uma Análise A Partir De Influentes De Julgamento
60 CURRICULO	82	Eloy Junior; Soares; Casagrande	2014	Produção Científica Brasileira Sobre Contabilidade Tributária Em Periódicos E Eventos No Período De 1989-2011
60 CURRICULO	83	Freire; Nóbrega; Marques; Pereira	2012	Um Estudo Das Exigências Programáticas Em Contabilidade Pública Nos Concursos Públicos Organizados Pelo Cespe
23 CURRICULO	84	Erfurth	2009	Currículo Mundial E O Ensino De Contabilidade: Estudo Dos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Em Instituições De Ensino Superior Brasileiras E Argentinas
23 CURRICULO	85	Rodrigues	2011	O Estudo Do Conteúdo De Governança Corporativa No Ensino Contábil No Brasil
23 CURRICULO	86	Schindwein	2007	O Ensino De Ciências Contábeis Nas Instituições De Ensino
23 CURRICULO	87	Mulatinho	2007	Educação Contábil Um Estudo Comparativo Das Grades Curriculares E Da Percepção Dos Docentes Dos Cursos De Graduação Das Universidades Federais Da Paraíba
23 CURRICULO	88	Souza	2010	Um Estudo Dos Conteúdos Temáticos Curriculares Ministrados Na Disciplina De Controladoria Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Do Sul Do Brasil
23 CURRICULO	89	Lima	2006	Formação Do Professor De Ensino Superior Uma Análise De Conteúdo Nos Programas De Mestrado Em Ciências Contábeis Do Brasil Face As Diretrizes Curriculares Nacionais
23 CURRICULO	90	Peres	2017	A Integração Da Dimensão Técnico-Científica À Dimensão Crítico-Reflexiva No Currículo De Graduação Em Ciências Contábeis Um Estudo Na Universidade Federal Do Ceará
23 CURRICULO	91	Becker	2018	O Processo De Construção De Uma Matriz Curricular Sob A Ótica Da Teoria Da Atividade
23 CURRICULO	92	Alexandre	2014	A Temática Ambiental No Curso De Graduação De Ciências Contábeis Um Enfoque A Ambientalização Curricular.

23 CURRICULO	93	Diel	2014	Orientação Curricular Entre Coordenadores De Cursos De Ciências Contábeis E Nos Documentos Orientativos
23 CURRICULO	94	Reis	2017	Estudo Sobre O Alinhamento Entre A Estrutura Curricular De Cursos De Ciências Contábeis Tocantinenses E A Proposta De Currículo Do Conselho Federal De Contabilidade
23 CURRICULO	95	Silva	2019	Análise Comparativa Das Instituições Privadas De Ensino Estudo Sobre As Matrizes Curriculares
23 CURRICULO	96	Oliveira	2015	A Aderência Das Matrizes Curriculares Dos Cursos De Ciências Contábeis À Proposta Do Conselho Federal De Contabilidade E Seu Reflexo Na Aprovação No Exame De Suficiência
23 CURRICULO	97	Schmitz	2008	Do Currículo Aos Exames Nacionais Uma Análise Da Aderência Do Currículo Do Curso De Ciências Contábeis Da UFSC Às Diretrizes Curriculares Nacionais, Ao ENADE E Ao Exame De Suficiência Do CFC
23 CURRICULO	98	Rocha	2012	Um Estudo Comparativo Entre A Aderência Das Matrizes Curriculares Adotadas Pelas IES Da Capital Paulista Com A Proposta Da ONUUNCTADISAR E MECFC
23 CURRICULO	99	Lima	2013	Comparação Dos Conteúdos Curriculares No Curso De Ciências Contábeis Da PUCSP Com Os Melhores Cursos Das Universidades Brasileiras
23 CURRICULO	100	Vieira	2013	Políticas De Currículo Para O Curso De Ciências Contábeis: Relações Entre A Proposta Da Unemat E A Proposta De Currículo Mundial
23 CURRICULO	101	Araújo	2009	Avaliação Curricular Um Estudo Do Curso De Ciências Contábeis Na Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia UESB
23 CURRICULO	102	Araújo	2014	Reformulação Curricular Do Curso De Ciências Contábeis Na Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, A Partir Do Olhar Dos Concluintes Do Curso Do Ano De 2012
23 CURRICULO	103	Frosi	2013	Um Estudo Sobre O Alinhamento Dos Currículos Dos Cursos De Ciências Contábeis De IES Da Região Sul Do Brasil Com As Propostas De Currículo Da ONUUNCTADISAR E Do Conselho Federal De Contabilidade
23 CURRICULO	104	Dutra	2003	Proposta De Uma Matriz Curricular Para O Curso De Ciências Contábeis Na Grande Florianópolis
23 CURRICULO	105	Carvalho	2010	Currículo De Ciências Contábeis Desafios Para Adoção Ao Novo Modelo Contábil Brasileiro
23 CURRICULO	106	Pinho	2010	Racionalidade E Projeto Político-Pedagógico Um Olhar A Partir Do Currículo E Do Relato Das Práticas Docentes De Professores Do Curso De Ciências Contábeis Da Universidade Federal Do Ceará
29 SCOPUS	107	Bonk, C.J., Smith, G.S.	1998	Alternative instructional strategies for creative and critical thinking in the accounting curriculum
29 SCOPUS	108	Kerby, D., Romine, J.	2009	Develop Oral Presentation Skills Through Accounting Curriculum Design and Course-Embedded Assessment
29 SCOPUS	109	Riordan, D.A., Riordan, M.P., Sullivan, M.C.	2000	Writing Across the Accounting Curriculum: An Experiment

29 SCOPUS	110	Matherly, M., Burney, L.	2009	Using peer-reviewed writing in the accounting curriculum: A teaching note
29 SCOPUS	111	Lawson, R.A.; Blocher, E.J.; Brewer, P.C., (...); Wolcott, S.K.; Wouters, M.J.F.	2014	Focusing accounting curricula on students' long-run careers: Recommendations for an integrated competency-based framework for accounting education
29 SCOPUS	112	Johnstone, K.M., Biggs, S.F.	1998	Problem-based learning: Introduction, analysis, and accounting curricula implications
29 SCOPUS	113	Tan, L.M., Fowler, M.B., Hawkes, L.	2004	Management accounting curricula: Striking a balance between the views of educators and practitioners
29 SCOPUS	114	Ainsworth, P.	2001	Changes in accounting curricula: Discussion and design
29 SCOPUS	115	Debreceny, R., Farewell, S.	2010	XBRL in the accounting curriculum
29 SCOPUS	116	Owen, G.	2013	Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum
29 SCOPUS	117	Hazelton, J., Haigh, M.	2010	Incorporating sustainability into accounting curricula: Lessons learnt from em action research study
29 SCOPUS	118	Carr, S., Chua, F., Perera, H.	2006	University accounting curricula: The perceptions of em alumni group
29 SCOPUS	119	Jackson, S., Durkee, D.	2008	Incorporating information literacy into the accounting curriculum
29 SCOPUS	120	Carr, S., Mathews, M.R.	2004	Accounting curriculum change and iterative programme development: A case study
29 SCOPUS	121	Palm, C., Bisman, J.	2010	Benchmarking introductory accounting curricula: Experience from Australia
29 SCOPUS	122	Mathews, M.R.	2004	Accounting curricula: Does professional accreditation lead to uniformity within Australian bachelor's degree programmes?
29 SCOPUS	123	Sledgianowski, D., Gomaa, M., Tan, C.	2017	Toward integration of Big Data, technology and information systems competencies into the accounting curriculum
29 SCOPUS	124	Ramachandran Rackliffe, U., Ragland, L.	2016	Excel in the accounting curriculum: perceptions from accounting professors
29 SCOPUS	125	Dellaportas, S., Kanapathippillai, S., Khan, A., Leung, P.	2014	Ethics education in the Australian accounting curriculum: A longitudinal study examining barriers and enablers
29 SCOPUS	126	Carmona, S.	2013	Accounting curriculum reform? The devil is in the detail
29 SCOPUS	127	Willits, S.D.	2010	Will more liberal arts courses fix the accounting curriculum?
29 SCOPUS	128	Gammie, B., Gammie, E., Cargill, E.	2002	Personal skills development in the accounting curriculum
29 SCOPUS	129	de Villiers, R.	2019	The incorporation of soft skills into accounting curricula: preparing accounting graduates for their unpredictable futures
29 SCOPUS	130	Hirsch Jr., M.L., Collins, J.D.	1988	An integrated approach to communication skills in an accounting curriculum
29 SCOPUS	131	May, G.S., Arevalo, C.	1983	Integrating effective writing skills in the accounting curriculum
29 SCOPUS	132	Richard Sherman, W.	1987	Internationalizing the accounting curriculum
29 SCOPUS	133	Munter, P.	2009	IFRS and collegiate accounting curricula in the nited states: 2008 a survey of the current state of education conducted by KPMG and the education committee of the American accounting association
29 SCOPUS	134	Daly, A., Hoy, S., Hughes, M., Islam, J., Mak, A.S.	2015	Using Group Work to Develop Intercultural Skills in the Accounting Curriculum in Australia
29 SCOPUS	135	Sangster, A., Wilson, R.A.	1991	Knowledge-based learning within the accounting curriculum

APÊNDICE H – Classificação das Disciplinas aos Módulos do CMC

CMC	IES	P	DISCIPLINA
1.1	UEM	1º	Economia
1.1	UFPI	2º	Economia
1.1	UFJF	1º	Economia
1.1	UFJFGV	1º	Economia
1.1	FAFICH	2º	Economia
1.1	UEM	2º	Economia Brasileira
1.1	UFBA NOT	5º	Economia Brasileira
1.1	UFBA DIU	4º	Economia Brasileira
1.1	FATEB	3º	Economia Brasileira
1.1	UFBA NOT	3º	Economia Das Organizações
1.1	UFBA DIU	2º	Economia Das Organizações
1.1	FATEB	1º	Economia I
1.1	UEG	3º	Economia I
1.1	FATEB	2º	Economia II
1.1	FATEB	4º	Economia Internacional
1.1	UFERSA	1º	Fundamentos de Economia
1.1	UNEAL	2º	Fundamentos de Economia
1.1	UFV	1º	Introdução à Economia
1.1	UNB	1º	Introdução à Economia
1.1	UERN	1º	Introdução à Economia
1.1	UNIFIMES	2º	Introdução à Economia
1.1	UFMS	3º	Introdução à Economia "A"
1.1	UNIFESP	1º	Introdução à Economia I
1.1	UNIFESP	2º	Introdução à Economia II
1.1	UTFPR	3º	Macroeconomia
1.1	UFBA NOT	4º	Macroeconomia
1.1	UFBA DIU	4º	Macroeconomia
1.1	UFMG	3º	Macroeconomia I
1.1	UTFPR	2º	Microeconomia
1.1	UFJF	2º	Microeconomia
1.1	UFJFGV	2º	Microeconomia
1.1	UFMG	2º	Microeconomia A-I
1.1	UFMG	3º	Microeconomia A-II
1.1	UNB	7º	Teoria do Lucro
1.1	UFRGS	2º	Teoria Econômica
1.1	UERR	2º	Teoria Econômica
1.1	UFBA NOT	2º	Introdução As Teorias Econômicas
1.1	UFBA DIU	1º	Introdução As Teorias Econômicas

1.1	UFRGS	4º	Análise Macroeconômica
1.1	UFRGS	3º	Análise Microeconômica I
1.1	UFMG	2º	Estado Moderno e Capitalismo
1.1	UFV	2º	Contabilidade Nacional
1.1	UNB	4º	Contabilidade Nacional
1.2	UNEAL	2º	Elementos de Estatística
1.2	UFERSA	3º	Estatística
1.2	UFPI	3º	Estatística
1.2	FATEB	4º	Estatística
1.2	FAFICH	3º	Estatística
1.2	UNIFIMES	5º	Estatística
1.2	UFMS	2º	Estatística "A"
1.2	UEM	3º	Estatística (Anual)
1.2	UEM	4º	Estatística (Anual)
1.2	UFJFGV	4º	Estatística Aplicada
1.2	UEG	4º	Estatística Aplicada
1.2	UTFPR	2º	Estatística básica
1.2	UFJFGV	3º	Estatística Básica
1.2	UERR	3º	Estatística Básica
1.2	UFJF	3º	Estatística Econômica I
1.2	UFJF	4º	Estatística Econômica II
1.2	UFRGS	3º	Estatística Geral I
1.2	UFMG	3º	Estatística I
1.2	UERN	2º	Estatística I
1.2	UFBA NOT	2º	Estatística I A
1.2	UFBA DIU	2º	Estatística I A
1.2	UFMG	4º	Estatística II
1.2	UFBA NOT	3º	Estatística II A
1.2	UFBA DIU	3º	Estatística II A
1.2	UNIFESP	3º	FC III: Estatística I
1.2	UEG	3º	Fundamentos Da Estatística
1.2	UFV	3º	Iniciação à Estatística
1.2	UNB	2º	Probabilidade e Estatística
1.2	UFPI	2º	Métodos Quantitativos
1.2	FAFICH	4º	Métodos Quantitativos
1.2	UNB	3º	Métodos Quantitativos Aplicados a Contabilidade
1.2	UNIFESP	4º	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade
1.2	UTFPR	3º	Métodos quantitativos aplicados à contabilidade
1.2	UFMG	5º	Métodos Quantitativos Aplicados em Contab. e Finanças

1.2	UFV	4º	Métodos Quantitativos em Administração e Ciências Contábeis
1.2	UEG	1º	Fundamentos Da Matemática
1.2	UFERSA	1º	Fundamentos de Matemática
1.2	UEM	2º	Matemática
1.2	FATEB	1º	Matemática
1.2	UFMS	1º	Matemática "A"
1.2	UFMG	1º	Matemática A
1.2	UERR	2º	Matemática Aplicada
1.2	UEG	2º	Matemática Aplicada
1.2	UNEAL	1º	Matemática Aplicada à Contabilidade e Administração
1.2	UFJFGV	1º	Matemática Básica
1.2	UERR	1º	Matemática Básica
1.2	UERN	1º	Matemática Básica
1.2	UNIFIMES	1º	Matemática Básica
1.2	UERN	3º	Matemática Comercial e Financeira
1.2	UNIFESP	1º	Matemática Financeira
1.2	UFERSA	2º	Matemática Financeira
1.2	UEM	3º	Matemática Financeira
1.2	UTFPR	1º	Matemática financeira
1.2	UFPI	1º	Matemática Financeira
1.2	UFJF	3º	Matemática Financeira
1.2	UFJFGV	3º	Matemática Financeira
1.2	UFMG	3º	Matemática Financeira
1.2	UFBA NOT	3º	Matemática Financeira
1.2	UFBA DIU	3º	Matemática Financeira
1.2	FATEB	2º	Matemática Financeira
1.2	UERR	3º	Matemática Financeira
1.2	FAFICH	2º	Matemática Financeira
1.2	UEG	4º	Matemática Financeira
1.2	UNIFIMES	2º	Matemática Financeira
1.2	UNEAL	4º	Matemática Financeira
1.2	UFRGS	1º	Matemática Financeira – A
1.2	UFMS	2º	Matemática Financeira "A"
1.2	UNB	1º	Matemática Financeira Aplicada à Contabilidade
1.2	UFBA NOT	1º	Matemática I
1.2	UFBA DIU	1º	Matemática I
1.2	UFJF	1º	Elementos de Cálculo I
1.2	UFJF	2º	Elementos de Cálculo II
1.2	UNIFESP	2º	FC I: Cálculo I
1.2	FAFICH	1º	Cálculo
1.2	UNB	1º	Cálculo 1
1.2	UFMG	2º	Cálculo de Várias Variáveis

1.2	UFRGS	2º	Cálculo Diferencial E Integral
1.2	UFJFGV	2º	Cálculo Diferencial e Integral
1.2	UFV	1º	Cálculo I
1.2	UFMG	1º	Geometria Analítica e Algebra Linear
1.2	UFRGS	1º	Álgebra Linear E Geometria Analítica
1.2	UFJF	5º	Álgebra Matricial
1.2	UFJFGV	5º	Álgebra Matricial
1.2	UERN	3º	Contabilometria
1.2	UNIFIMES	1º	Lógica
1.3	UTFPR	3º	Comportamento organizacional
1.3	UFPI	1º	Comunicação Empresarial
1.3	FAFICH	1º	Comunicação Empresarial
1.3	UNEAL	1º	Comunicação Empresarial
1.3	UTFPR	2º	Leitura e produção de textos empresariais
1.3	UEG	6º	Organização, Sistemas E Métodos
1.3	FATEB	8º	Governança Corporativa
1.3	UEG	10º	Governança Corporativa
1.3	FATEB	6º	Planejamento e Orçamento Empresarial
1.3	UNIFESP	5º	Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial
1.3	UERR	3º	Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial
1.4	UEM	1º	Administração
1.4	FATEB	4º	Administração Mercadológica
1.4	UFMG	1º	Administração TGA
1.4	UFJF	1º	Princípios de Administração I
1.4	UFJF	2º	Princípios de Administração II
1.4	UFPI	1º	Teoria Geral da Administração
1.4	FATEB	2º	Teoria Geral da Administração
1.4	UERR	2º	Teoria Geral da Administração
1.4	UFJFGV	1º	Teoria Geral da Administração I
1.4	UFJFGV	2º	Teoria Geral da Administração II
1.4	UEG	2º	Fundamentos Da Administração
1.4	UTFPR	1º	Fundamentos da gestão organizacional
1.4	UFERSA	1º	Fundamentos de Administração
1.4	UNIFIMES	1º	Fundamentos de Administração
1.4	UNEAL	3º	Fundamentos de Administração
1.4	UNIFESP	1º	Fundamentos de Administração e Modelos de Gestão
1.4	UFRGS	1º	Introdução À Administração
1.4	UFMS	1º	Introdução à Administração
1.4	UFV	1º	Introdução à Administração
1.4	UNB	2º	Introdução à Administração
1.4	UFBA NOT	1º	Introdução À Administração
1.4	UFBA DIU	1º	Introdução À Administração

1.4	FATEB	1º	Introdução à Administração
1.4	UERN	1º	Introdução à Administração
1.4	FAFICH	2º	Introdução à Administração
1.4	UFRGS	2º	Organização Da Produção
1.4	FATEB	4º	Gestão de Pessoas
1.5	FAFICH	5º	Empreendedorismo e Marketing
2.1	UFERSA	1º	Tópicos de Informática
2.1	UNIFIMES	8º	Gestão de Tecnologia da Informação
2.1	UFBA NOT	4º	Inform. Aplicada Contabilidade
2.1	UFBA DIU	4º	Inform. Aplicada Contabilidade
2.1	UNEAL	3º	Informática Aplicada à Contabilidade
2.1	UFJF	7º	Contabilidade Informatizada
3.1	UNIFIMES	2º	Contabilidade Básica
3.1	UFJF	1º	Contabilidade Básica I
3.1	UFJFGV	1º	Contabilidade Básica I
3.1	UERN	1º	Contabilidade Básica I
3.1	UNEAL	1º	Contabilidade Básica I
3.1	UFJF	2º	Contabilidade Básica II
3.1	UFJFGV	2º	Contabilidade Básica II
3.1	UERN	2º	Contabilidade Básica II
3.1	UNEAL	2º	Contabilidade Básica II
3.1	UFRGS	1º	Contabilidade Introdutória
3.1	UFERSA	1º	Contabilidade Introdutória
3.1	UTFPR	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	UFBA NOT	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	UFBA DIU	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	FATEB	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	FAFICH	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	UEG	1º	Contabilidade Introdutória I
3.1	UTFPR	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	UFBA NOT	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	UFBA DIU	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	FATEB	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	FAFICH	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	UEG	2º	Contabilidade Introdutória II
3.1	UNB	1º	Contabilidade Geral 1
3.1	UNB	2º	Contabilidade Geral 2
3.1	UFPI	2º	Contabilidade Geral I
3.1	UERR	1º	Contabilidade Geral I
3.1	UEM	1º	Contabilidade Geral I (Anual)
3.1	UEM	2º	Contabilidade Geral I (Anual)
3.1	UERR	2º	Contabilidade Geral II

3.1	UFMG	1º	Contabilidade I
3.1	UFV	1º	Contabilidade I
3.1	UFMG	2º	Contabilidade II
3.1	UFV	2º	Contabilidade II
3.1	UFPI	1º	Introdução à Contabilidade
3.1	UNIFIMES	1º	Introdução à Contabilidade
3.1	UFMS	1º	Introdução à Contabilidade "A"
3.1	UFMS	2º	Contabilidade "A"
3.1	UNIFIMES	7º	Ética - Legislação Profissional Aplicada
3.1	UTFPR	3º	Ética aplicada à contabilidade
3.1	UNIFESP	8º	Ética Contábil
3.1	FAFICH	1º	Ética e Filosofia
3.1	UFERSA	3º	Ética e Legislação Profissional
3.1	UFJF	8º	Ética e Legislação Profissional
3.1	UFJFGV	8º	Ética e Legislação Profissional
3.1	UEG	4º	Ética E Legislação Profissional
3.1	UFBA NOT	7º	Ética Geral E Profissional
3.1	UFBA DIU	6º	Ética Geral E Profissional
3.1	UERR	7º	Ética Geral e Profissional
3.1	UFMS	7º	Ética Geral e Profissional "A"
3.1	UFPI	3º	Ética Profissional
3.1	UNEAL	6º	Ética Profissional
3.1	UEM	8º	Ética Profissional em Contabilidade
3.1	UNB	8º	Filosofia e Ética Profissional
3.1	FATEB	5º	Filosofia e Ética Profissional
3.2	UNIFIMES	2º	Estruturas das Demonstrações Contábeis I
3.2	UNIFIMES	3º	Estruturas das Demonstrações Contábeis II
3.2	UFPI	3º	Estrutura das Dem. Contábeis
3.2	UFJF	3º	Estrutura das Demonstrações Contábeis
3.2	UFJFGV	3º	Estrutura das Demonstrações Contábeis
3.2	UFBA DIU	3º	Contabilidade Intermediária
3.2	UFRGS	2º	Contabilidade Intermediária
3.2	UFBA NOT	3º	Contabilidade Intermediária
3.2	UFERSA	2º	Contabilidade Intermediária I
3.2	UTFPR	3º	Contabilidade intermediária I
3.2	UERN	3º	Contabilidade Intermediária I
3.2	FAFICH	3º	Contabilidade Intermediária I
3.2	UEG	3º	Contabilidade Intermediária I
3.2	UNIFIMES	3º	Contabilidade Intermediária I
3.2	UFERSA	3º	Contabilidade Intermediária II
3.2	UTFPR	4º	Contabilidade intermediária II
3.2	UERN	4º	Contabilidade Intermediária II

3.2	FAFICH	4º	Contabilidade Intermediária II
3.2	UEG	4º	Contabilidade Intermediária II
3.2	UNIFIMES	4º	Contabilidade Intermediária II
3.2	UNIFESP	1º	Contabilidade Financeira I
3.2	UNIFESP	2º	Contabilidade Financeira II
3.2	UNIFESP	3º	Contabilidade Financeira III
3.2	UNIFESP	4º	Contabilidade Financeira IV
3.2	UNB	3º	Contabilidade Geral 3
3.2	UFPI	3º	Contabilidade Geral II
3.2	UEM	3º	Contabilidade Geral II (Anual)
3.2	UEM	4º	Contabilidade Geral II (Anual)
3.2	UFMG	3º	Contabilidade III
3.2	UFV	3º	Contabilidade III
3.2	UFMG	4º	Contabilidade IV
3.2	UFV	4º	Contabilidade IV
3.2	UFMS	3º	Contabilidade "B"
3.2	UFPI	4º	Contabilidade Societária
3.2	UFRGS	3º	Contabilidade Societária I
3.2	UFRGS	4º	Contabilidade Societária II
3.2	UNB	4º	Contabilidade Empresarial
3.2	UERR	4º	Contabilidade Empresarial
3.2	UNB	3º	Teoria Contábil
3.2	UNIFESP	5º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFRGS	6º	Teoria Da Contabilidade
3.2	UFMS	5º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFERSA	4º	Teoria da Contabilidade
3.2	UEM	1º	Teoria da Contabilidade
3.2	UTFPR	5º	Teoria da contabilidade
3.2	UFPI	7º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFJF	3º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFJFGV	4º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFV	5º	Teoria da Contabilidade
3.2	UFBA NOT	5º	Teoria Da Contabilidade
3.2	UFBA DIU	5º	Teoria Da Contabilidade
3.2	UERR	3º	Teoria da Contabilidade
3.2	FAFICH	5º	Teoria da Contabilidade
3.2	UEG	8º	Teoria Da Contabilidade
3.2	UNEAL	5º	Teoria da Contabilidade
3.2	UERN	3º	Teoria da Contabilidade I
3.2	UNIFIMES	2º	Teoria Geral da Contabilidade
3.2	UFMG	5º	Teoria Normativa da Contabilidade
3.2	UFMG	7º	Teoria Positiva da Contabilidade

3.2	UEG	1º	Introdução À Teoria Da Contabilidade
3.2	UFRGS	4º	História Da Contabilidade
3.2	UFERSA	3º	História do Pensamento Contábil
3.2	UFPI	4º	Análise das Dem. Contábeis
3.2	UFBA NOT	6º	Análise Das Demonst. Contábeis
3.2	UFBA DIU	6º	Análise Das Demonst. Contábeis
3.2	UNIFESP	5º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UFMS	7º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UFERSA	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UEM	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UTFPR	5º	Análise das demonstrações contábeis
3.2	UFJF	4º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UFJFGV	4º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UERR	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UERN	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	FAFICH	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UNIFIMES	6º	Análise das Demonstrações Contábeis
3.2	UNEAL	4º	Análise das Demonstrações Contábeis I
3.2	UNEAL	5º	Análise das Demonstrações Contábeis II
3.2	UFMG	5º	Análise das Demonstrações Financeiras
3.2	UFRGS	6º	Análise De Demonstrações Contábeis
3.2	UEM	5º	Elaboração das Demonstrações Contábeis
3.2	UEG	7º	Estrutura E Análise Das Demonstrações Contábeis
3.2	UFV	4º	Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras
3.3	UFJF	8º	Tópicos em Contabilidade Avançada
3.3	UFERSA	5º	Contabilidade Avançada
3.3	UFPI	7º	Contabilidade Avançada
3.3	UFBA NOT	4º	Contabilidade Avançada
3.3	UFBA DIU	4º	Contabilidade Avançada
3.3	UERR	5º	Contabilidade Avançada
3.3	UERN	6º	Contabilidade Avançada
3.3	UNIFIMES	8º	Contabilidade Avançada
3.3	UNEAL	7º	Contabilidade Avançada
3.3	UEM	6º	Contabilidade Avançada I
3.3	UTFPR	5º	Contabilidade avançada I
3.3	UFJF	7º	Contabilidade Avançada I
3.3	UFJFGV	6º	Contabilidade Avançada I
3.3	FATEB	6º	Contabilidade Avançada I
3.3	FAFICH	5º	Contabilidade Avançada I
3.3	UEG	5º	Contabilidade Avançada I
3.3	UEM	7º	Contabilidade Avançada II
3.3	UTFPR	6º	Contabilidade avançada II

3.3	UFJF	8°	Contabilidade Avançada II
3.3	UFJFGV	7°	Contabilidade Avançada II
3.3	FATEB	7°	Contabilidade Avançada II
3.3	FAFICH	6°	Contabilidade Avançada II
3.3	UEG	6°	Contabilidade Avançada II
3.3	UFSM	5°	Contabilidade "C"
3.3	UFRGS	5°	Contabilidade Societária III
3.4	UEM	3°	Contabilidade e Análise de Custos (Anual)
3.4	UEM	4°	Contabilidade e Análise de Custos (Anual)
3.4	UNIFESP	3°	Contabilidade e Análise de Custos I
3.4	UEG	5°	Contabilidade E Análise De Custos I
3.4	UNEAL	5°	Contabilidade e Análise de Custos I
3.4	UNIFESP	4°	Contabilidade e Análise de Custos II
3.4	UEG	6°	Contabilidade E Análise De Custos II
3.4	UNEAL	6°	Contabilidade e Análise de Custos II
3.4	UNB	5°	Custos
3.4	UFSM	2°	Custos I
3.4	UFSM	3°	Custos II
3.4	UFRGS	5°	Metodologia Básica De Custos
3.4	UFBA DIU	5°	Análise De Custos
3.4	UFERSA	5°	Análise de Custos
3.4	UTFPR	5°	Análise de custos
3.4	UFPI	6°	Análise de Custos
3.4	UFMG	7°	Análise de Custos
3.4	UFBA NOT	5°	Análise De Custos
3.4	FAFICH	4°	Análise de Custos
3.4	UNIFIMES	5°	Análise de Custos
3.4	UFSM	4°	Análise de Custos "A"
3.4	UFRGS	6°	Gestão Estratégica De Custos
3.4	UERN	5°	Gestão Estratégica de Custos
3.4	UERR	5°	Análise e Gestão de Estratégia de Custos
3.4	UFERSA	4°	Contabilidade de Custos
3.4	UTFPR	4°	Contabilidade de custos
3.4	UFJF	3°	Contabilidade de Custos
3.4	UFJFGV	3°	Contabilidade de Custos
3.4	UFMG	6°	Contabilidade de Custos
3.4	UFBA NOT	4°	Contabilidade De Custos
3.4	UFBA DIU	3°	Contabilidade De Custos
3.4	FATEB	3°	Contabilidade de Custos
3.4	UERR	4°	Contabilidade de Custos
3.4	FAFICH	3°	Contabilidade de Custos
3.4	UNIFIMES	4°	Contabilidade de Custos

3.4	UFPI	4°	Contabilidade de Custos I
3.4	UFV	3°	Contabilidade de Custos I
3.4	UERN	4°	Contabilidade de Custos I
3.4	UFPI	5°	Contabilidade de Custos II
3.4	UFV	4°	Contabilidade de Custos II
3.4	UEM	6°	Contabilidade Gerencial
3.4	UFJF	4°	Contabilidade Gerencial
3.4	UFJFGV	5°	Contabilidade Gerencial
3.4	UFV	5°	Contabilidade Gerencial
3.4	FATEB	4°	Contabilidade Gerencial
3.4	UERR	8°	Contabilidade Gerencial
3.4	UERN	6°	Contabilidade Gerencial
3.4	UNEAL	7°	Contabilidade Gerencial
3.4	UFMG	9°	Contabilidade Gerencial A
3.4	UTFPR	7°	Simulação contábil gerencial
3.4	UTFPR	8°	Análise de projetos e orçamento empresarial
3.4	UNIFIMES	6°	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial
3.4	UFPI	7°	Planej. e Orçamento Empresarial
3.4	UFBA NOT	6°	Orçamento Emp. Plan. Estratégico
3.4	UFBA DIU	6°	Orçamento Emp. Plan. Estratégico
3.4	UFERSA	9°	Orçamento Empresarial
3.4	UFMG	8°	Orçamento Empresarial
3.4	UFV	6°	Orçamento Empresarial
3.4	FAFICH	6°	Orçamento Empresarial
3.4	UFSM	6°	Orçamento Empresarial "A"
3.4	UFRGS	7°	Contabilidade Orçamentária
3.4	UERN	4°	Contabilidade e Orçamento Empresarial
3.5	UFERSA	5°	Contabilidade e Planejamento Tributário
3.5	UERN	5°	Contabilidade e Planejamento Tributário
3.5	UEM	7°	Contabilidade e Planejamento Tributário (Anual)
3.5	UEM	8°	Contabilidade e Planejamento Tributário (Anual)
3.5	UFRGS	6°	Contabilidade E Planejamento Tributário I
3.5	UFRGS	7°	Contabilidade E Planejamento Tributário II
3.5	UNIFIMES	7°	Contabilidade Fiscal e Planejamento Tributário
3.5	UERR	5°	Contabilidade Fiscal e Tributária
3.5	UFSM	4°	Gestão Tributária I
3.5	UFSM	5°	Gestão Tributária II
3.5	UFBA NOT	5°	Contabilidade Tributaria
3.5	UFBA DIU	5°	Contabilidade Tributaria
3.5	UNIFESP	6°	Contabilidade Tributária
3.5	UTFPR	8°	Contabilidade tributária
3.5	UNB	6°	Contabilidade Tributária

3.5	FAFICH	6º	Contabilidade Tributária
3.5	UEG	7º	Contabilidade Tributária
3.5	UFMG	6º	Contabilidade Tributária I
3.5	UFV	5º	Contabilidade Tributária I
3.5	UFMG	7º	Contabilidade Tributária II
3.5	UFV	6º	Contabilidade Tributária II
3.5	FATEB	5º	Planejamento Tributário
3.5	UNEAL	6º	Planejamento Tributário
3.5	UFJF	5º	Planejamento e Contabilidade Tributária
3.5	UFJFGV	5º	Planejamento e Contabilidade Tributária
3.5	UNIFESP	2º	Direito Tributário
3.5	UFERSA	4º	Direito Tributário
3.5	UFPI	3º	Direito Tributário
3.5	UFMG	5º	Direito Tributário
3.5	FATEB	4º	Direito Tributário
3.5	UERR	4º	Direito Tributário
3.5	FAFICH	5º	Direito Tributário
3.5	UEG	4º	Direito Tributário
3.5	UFSM	3º	Direito Tributário "A"
3.5	UFRGS	5º	Direito Tributário I – A
3.6	UERR	6º	Sistema de Informação Contábeis
3.6	UEM	3º	Sistema de Informação Contábil
3.6	UFSM	7º	Sistemas de Informação
3.6	FATEB	3º	Sistemas de Informação
3.6	UNIFESP	3º	Sistemas de Informações Contábeis
3.6	UFMG	7º	Sistemas de Informações Contábeis
3.6	UNB	6º	Sistemas de Informações Contábeis
3.6	FAFICH	8º	Sistemas de Informações Contábeis
3.6	UFJF	1º	Introdução a Sistemas de Informação
3.7	UFBA NOT	1º	Instituição De Direito Público E Privado
3.7	UFBA DIU	1º	Instituição De Direito Público E Privado
3.7	UNEAL	2º	Instituição de Direito Público e Privado
3.7	FAFICH	2º	Instituição do Direito Público e Privado
3.7	UERN	2º	Instituição do Direito Público e Privado
3.7	UFRGS	1º	Instituições De Direito
3.7	UTFPR	1º	Instituições de direito
3.7	UFJF	2º	Instituições de Direito
3.7	UFJFGV	1º	Instituições de Direito
3.7	UFV	1º	Instituições de Direito
3.7	FATEB	1º	Instituições de Direito
3.7	UFMG	1º	Instituições de Direito Privado I
3.7	UFMG	2º	Instituições de Direito Privado II

3.7	UNB	2º	Instituições de Direito Público e Privado
3.7	UEG	1º	Instituições De Direito Público E Privado
3.7	UNIFESP	1º	Introdução ao Direito
3.7	UNIFIMES	2º	Introdução ao Direito
3.7	UNB	4º	Legislação Comercial
3.7	UERN	2º	Legislação e Ética em Contabilidade
3.7	UFMG	6º	Legislação Social
3.7	UFV	4º	Legislação Social
3.7	UNB	3º	Legislação Social
3.7	UNEAL	4º	Legislação Social
3.7	UFBA DIU	3º	Legislação Social E Direito Do Trabalho
3.7	UFERSA	3º	Legislação Social e Trabalhista
3.7	UEM	4º	Legislação Trabalhista e Tributária
3.7	UFV	3º	Legislação Tributária
3.7	UNB	5º	Legislação Tributária
3.7	UFBA NOT	4º	Legislação Tributária
3.7	UFBA DIU	2º	Legislação Tributária
3.7	UNEAL	5º	Legislação Tributária
3.7	UFRGS	3º	Introdução Ao Direito Do Trabalho
3.7	UERR	2º	Introdução ao Estudo do Direito
3.7	UERN	4º	Legislação Tributária aplicada à contabilidade
3.7	FATEB	8º	Responsabilidade Socioambiental
3.7	UTFPR	7º	Introdução à legislação tributária
3.7	UFPI	2º	Inst. de Direito Público e Privado
3.7	UFJF	5º	Gestão e Legislação Comercial e Societária
3.7	UFJFGV	5º	Gestão e Legislação Comercial e Societária
3.7	UFJF	6º	Gestão e Legislação do Trabalho e Social
3.7	UFJFGV	6º	Gestão e Legislação do Trabalho e Social
3.7	UFJF	4º	Gestão e Legislação Tributária
3.7	UFJFGV	4º	Gestão e Legislação Tributária
3.7	UFERSA	2º	Direito Empresarial
3.7	UEM	1º	Direito Empresarial
3.7	UFPI	4º	Direito Empresarial
3.7	FATEB	2º	Direito Empresarial
3.7	UERR	3º	Direito Empresarial
3.7	FAFICH	4º	Direito Empresarial
3.7	UEG	2º	Direito Empresarial
3.7	UNIFIMES	5º	Direito Empresarial
3.7	UNEAL	3º	Direito Empresarial
3.7	UFSM	2º	Direito Empresarial "A"
3.7	UTFPR	3º	Direito empresarial e societário
3.7	UERN	5º	Direito Empresarial I

3.7	UFPI	6º	Direito Administrativo
3.7	UFRGS	2º	Direito Comercial
3.7	UFBA NOT	3º	Direito Comercial VII
3.7	UFBA DIU	2º	Direito Comercial VII
3.7	UFV	2º	Direito de Empresa
3.7	UTFPR	4º	Direito do trabalho
3.7	UFPI	5º	Direito do Trabalho
3.7	UERR	3º	Direito do Trabalho
3.7	UFSM	4º	Direito do Trabalho "A"
3.7	UERN	3º	Direito do Trabalho I
3.7	UNIFIMES	3º	Direito e Legislação Tributária
3.7	FATEB	6º	Direito Previdenciário
3.7	FATEB	5º	Direito Trabalhista
3.7	UNIFIMES	4º	Direito Trabalhista e Legislação Social
3.7	FAFICH	3º	Direito Trabalhista e Previdenciário
3.7	UEG	3º	Direito Trabalhista E Previdenciário
3.8	UNIFESP	5º	Auditoria
3.8	UFJF	7º	Auditoria
3.8	UFJFGV	6º	Auditoria
3.8	UFMG	8º	Auditoria
3.8	UNEAL	7º	Auditoria
3.8	UNB	6º	Auditoria 1
3.8	UNB	7º	Auditoria 2
3.8	FATEB	7º	Auditoria Contábil
3.8	UERR	6º	Auditoria Contábil
3.8	UEG	8º	Auditoria Contábil
3.8	UNIFIMES	6º	Auditoria Contábil
3.8	UTFPR	7º	Auditoria contábil I
3.8	UFPI	7º	Auditoria Contábil I
3.8	UTFPR	8º	Auditoria contábil II
3.8	UFPI	8º	Auditoria Contábil II
3.8	FAFICH	8º	Auditoria das Demonstrações Contábeis
3.8	UFV	6º	Auditoria de Demonstrações Contábeis
3.8	UEM	7º	Auditoria e Perícia Contábil (Anual)
3.8	UEM	8º	Auditoria e Perícia Contábil (Anual)
3.8	UFBA NOT	8º	Auditoria Governamental
3.8	UFBA DIU	7º	Auditoria Governamental
3.8	UFRGS	7º	Auditoria I
3.8	UFSM	8º	Auditoria I
3.8	UFERSA	6º	Auditoria I
3.8	UFBA NOT	6º	Auditoria I
3.8	UFBA DIU	6º	Auditoria I

3.8	UERN	7º	Auditoria I
3.8	UFRGS	8º	Auditoria II
3.8	UFSM	9º	Auditoria II
3.8	UFERSA	7º	Auditoria II
3.8	UFBA NOT	7º	Auditoria II
3.8	UFBA DIU	7º	Auditoria II
3.8	UERN	8º	Auditoria II
3.8	UERR	8º	Auditoria Pública
3.8	UNIFESP	4º	Contabilidade, Orçamento e Auditoria Governamental
3.8	FAFICH	7º	Normas e Relatórios de Auditoria
3.9	UFBA NOT	6º	Inst. Finan. Mercado De Capitais
3.9	UFBA DIU	5º	Inst. Finan. Mercado De Capitais
3.9	UNIFESP	4º	Finanças - Produtos Financeiros
3.9	UTFPR	4º	Mercado de capitais
3.9	UFJF	6º	Mercado de Capitais
3.9	UFJFGV	7º	Mercado de Capitais
3.9	UFMG	6º	Mercado de Capitais
3.9	UNIFIMES	8º	Mercado de Capitais
3.9	UFERSA	2º	Mercado Financeiro
3.9	UNIFESP	3º	Mercado Financeiro e de Capitais
3.9	FATEB	3º	Mercado Financeiro e de Capitais
3.9	UFERSA	7º	Finanças Corporativas
3.9	UERN	4º	Finanças Corporativas
3.9	UNB	4º	Finanças Corporativas 1
3.9	UNB	5º	Finanças Corporativas 2
3.9	UNB	6º	Finanças Corporativas 3
3.9	UNIFESP	5º	Finanças Corporativas para Contabilidade
3.9	UFV	5º	Finanças de Curto e Longo Prazo
3.9	UEM	8º	Finanças Empresariais
3.9	UTFPR	6º	Finanças empresariais
3.9	UNIFIMES	4º	Finanças Empresariais
3.9	UFSM	8º	Finanças Empresariais "A"
3.9	UFV	2º	Fundamentos de Administração Financeira
3.9	UTFPR	2º	Análise de investimentos
3.9	UFV	6º	Análise de Projetos de Investimento
3.10	UTFPR	7º	TCC I
3.10	UFPI	7º	TCC I
3.10	UTFPR	8º	TCC II
3.10	UFPI	8º	TCC II
3.10	UFERSA	9º	Trabalho de Conclusão de Curso
3.10	UFV	9º	Trabalho de Conclusão de Curso
3.10	UERR	8º	Trabalho de Conclusão de Curso

3.10	UFRGS	8º	Trabalho De Conclusão De Curso – CON
3.10	UEM	7º	Trabalho de Conclusão de Curso (Anual)
3.10	UEM	8º	Trabalho de Conclusão de Curso (Anual)
3.10	UNIFIMES	8º	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
3.10	UNIFESP	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	UFJF	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	UFJFGV	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	FATEB	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	UERN	8º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	FAFICH	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	UNEAL	7º	Trabalho de Conclusão de Curso I
3.10	UNIFESP	8º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	UFJF	8º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	UFJFGV	9º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	FATEB	8º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	UERN	9º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	FAFICH	8º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	UNEAL	8º	Trabalho de Conclusão de Curso II
3.10	UFMS	10º	Trabalho de Conclusão em Ciências Contábeis
3.10	UEG	9º	Trabalho De Curso I
3.10	UEG	10º	Trabalho De Curso II
3.10	FAFICH	6º	Pesquisa Aplicada à Contabilidade
3.10	UNB	9º	Pesquisa em Contabilidade 1 (TCC)
3.10	UNB	10º	Pesquisa em Contabilidade 2 (TCC)
3.10	UFBA NOT	2º	Met. Pesq. Aplic. Contabilidade
3.10	UFBA DIU	1º	Met. Pesq. Aplic. Contabilidade
3.10	UERR	7º	Metodologia Aplicada
3.10	UFERSA	4º	Metodologia Científica
3.10	UFPI	1º	Metodologia Científica
3.10	UEG	3º	Metodologia Científica
3.10	UTFPR	1º	Metodologia da pesquisa
3.10	UFJFGV	3º	Metodologia da Pesquisa
3.10	FAFICH	1º	Metodologia da Pesquisa
3.10	UFMS	3º	Metodologia da Pesquisa "A"
3.10	FATEB	3º	Metodologia da Pesquisa Científica
3.10	UNIFIMES	5º	Metodologia da Pesquisa Científica
3.10	UFJF	6º	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade
3.10	UNEAL	1º	Metodologia da Pesquisa I
3.10	UNEAL	7º	Metodologia da Pesquisa II
3.10	UFV	3º	Metodologia de Pesquisa em Administração e Ciências
3.10	UNB	2º	Metodologia de Pesquisa em Contabilidade
3.10	UFRGS	6º	Metodologia De Pesquisa Em Contabilidade E Atuária

3.10	UERR	1º	Metodologia do Trabalho Científico
3.10	UERN	1º	Metodologia do Trabalho Científico
3.10	UTFPR	5º	Metodologia do trabalho científico I
3.10	UTFPR	6º	Metodologia do trabalho científico II
3.10	UFMS	4º	Métodos de Pesquisa Aplicáveis à Contabilidade
3.10	UFMG	4º	Métodos de Pesquisa em contabilidade
3.10	UFRGS	7º	Projeto De Pesquisa Em Ciências Contábeis
3.10	UFMS	9º	Projeto de Trabalho de Conclusão em Ciências Contábeis
3.10	UFERSA	8º	Elaboração de Projeto de Pesquisa
3.10	UTFPR	4º	Laboratório contábil
3.10	UFMG	4º	Laboratório Contábil
3.10	UNEAL	7º	Laboratório Contábil
3.10	UEM	5º	Laboratório Contábil (Anual)
3.10	UEM	6º	Laboratório Contábil (Anual)
3.10	UEG	7º	Laboratório Contábil I
3.10	UEG	8º	Laboratório Contábil II
3.10	UNB	9º	Laboratório Contábil-Empresarial
3.10	UFERSA	5º	Prática Contábil I
3.10	UFJFGV	7º	Prática Contábil I
3.10	UFV	6º	Prática Contábil I
3.10	UNIFIMES	6º	Prática Contábil I
3.10	UFERSA	6º	Prática Contábil II
3.10	UFJFGV	8º	Prática Contábil II
3.10	UFV	7º	Prática Contábil II
3.10	UNIFIMES	7º	Prática Contábil II
3.10	UFERSA	7º	Prática Contábil III
3.10	UERN	7º	Prática de Contabilidade aplicada ao setor público
3.10	UERN	5º	Prática de Contabilidade Empresarial
3.10	UERR	7º	Prática Profissional
3.10	UFMS	6º	Práticas Contábeis I
3.10	UFMS	9º	Práticas Contábeis II
3.10	FATEB	6º	Práticas de Departamento Fiscal
3.10	FATEB	7º	Práticas de Departamento Pessoal
3.10	UFMS	5º	Práticas Trabalhistas "A"
3.10	UNIFIMES	7º	Planejamento de TCC
3.10	UFPI	6º	Métodos e Técnicas de Pesquisa
3.10	UEM	2º	Iniciação à Pesquisa em Contabilidade
3.10	UNIFESP	2º	FC II: Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar
3.10	UFMS	6º	Constituição e Legalização de Empresas
3.10	UTFPR	7º	Perícia
3.10	UFRGS	8º	Perícia Contábil
3.10	UFV	7º	Perícia Contábil

3.10	UNB	7º	Perícia Contábil
3.10	FATEB	8º	Perícia Contábil
3.10	UERR	7º	Perícia Contábil
3.10	UERN	9º	Perícia Contábil
3.10	UFERSA	8º	Perícia Contábil e Arbitragem
3.10	UFPI	8º	Perícia Contábil e Arbitragem
3.10	UFBA NOT	8º	Perícia Contábil E Arbitragem
3.10	UFBA DIU	7º	Perícia Contábil E Arbitragem
3.10	UNEAL	8º	Perícia Contábil e Arbitragem
3.10	UNIFESP	6º	Perícia Contábil, Mediação e Arbitragem
3.10	FAFICH	8º	Perícia e Arbitragem
3.10	UFSM	7º	Perícia e Arbitragem "A"
3.10	UFJF	8º	Perícia, Avaliação e Arbitragem
3.10	UFJGV	8º	Perícia, Avaliação e Arbitragem
3.10	UNIFIMES	7º	Perícia, Avaliação e Arbitragem
3.10	UFPI	5º	Contabilidade Atuarial
3.10	UFJGV	8º	Contabilidade Atuarial
3.10	UERN	8º	Contabilidade Atuarial
3.10	UNB	8º	Introdução à Atuária
3.10	UNEAL	8º	Introdução à Atuária
3.10	UERR	5º	Contabilidade e Gestão Atuarial
3.10	UEG	9º	Arbitragem E Perícia Contábil
3.10	UFSM	7º	Noções Atuariais "A"
3.10	FAFICH	5º	Noções de Atuária
3.10	UFERSA	9º	Noções de Contabilidade Atuarial
3.10	UFRGS	5º	Profissão Contábil E Contemporaneidade
3.10	UNIFESP	6º	Introdução aos Estudos Atuariais e Contábeis
3.10	UFMG	10º	Introdução a Perícia Contábil
3.10	UFERSA	6º	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade
3.10	FATEB	5º	Contabilidade Social
3.10	UNIFESP	2º	Contabilidade Social e Ambiental
3.10	UFMG	10º	Contabilidade Social e Ambiental
3.10	UFSM	6º	Contabilidade Socioambiental
3.10	UERN	6º	Contabilidade Socioambiental
3.10	UERR	6º	Contabilidade Ambiental
3.10	UFERSA	8º	Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social
3.10	UNIFIMES	8º	Contabilidade e Responsabilidade Social
3.10	UTFPR	5º	Simulação contábil operacional
4.1	FATEB	5º	Normal Contábil Nacional e Internacional
4.1	UFMG	5º	Contabilidade Internacional
4.1	FATEB	8º	Contabilidade Internacional
4.1	UERR	8º	Contabilidade Internacional

4.1	UFPI	5º	Contab. Aplic.ao Agronegócio
4.1	UEM	6º	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio
4.1	UNIFIMES	4º	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras
4.1	UFSM	6º	Contabilidade da Atividade Rural
4.1	UERR	4º	Contabilidade das Instituições Financeiras
4.1	FAFICH	7º	Contabilidade e Gestão do Agronegócio
4.1	UEG	10º	Contabilidade E Gestão Do Agronegócio
4.1	FATEB	6º	Contabilidade Rural
4.1	UNIFIMES	8º	Contabilidade Rural
4.1	UERR	7º	Contabilidade Rural e Agronegócios
4.1	FATEB	6º	Contabilidade Bancária
4.1	UNEAL	3º	Contabilidade Comercial I
4.1	UNEAL	4º	Contabilidade Comercial II
4.1	FATEB	5º	Contabilidade das S.A.
4.1	UNB	5º	Contabilidade de Cias Abertas
4.1	UFRGS	4º	Contabilidade De Seguro Privado
4.1	FAFICH	8º	Contabilidade de Seguros e Previdência
4.1	UEG	9º	Contabilidade De Serviços
4.1	UFRGS	3º	Contabilidade Para Pequenas E Médias Empresas
4.1	UERN	7º	Contabilidade e gestão de Pequenas e médias Empresas
4.1	UNIFIMES	5º	Contabilidade e Gestão de Serviços
4.1	UFMG	8º	Análise Avançada das demonstrações Financeiras
4.1	UFERSA	6º	Contabilidade Pública
4.1	UFV	7º	Contabilidade Pública
4.1	FATEB	8º	Contabilidade Pública
4.1	UFSM	4º	Contabilidade Pública I
4.1	UERR	4º	Contabilidade Pública I
4.1	UFSM	5º	Contabilidade Pública II
4.1	UERR	5º	Contabilidade Pública II
4.1	UFBA NOT	6º	Contabilidade Governamental
4.1	UFBA DIU	5º	Contabilidade Governamental
4.1	UFRGS	4º	Contabilidade Governamental I
4.1	FAFICH	3º	Contabilidade Governamental I
4.1	UFRGS	5º	Contabilidade Governamental II
4.1	FAFICH	4º	Contabilidade Governamental II
4.1	UTFPR	6º	Contabilidade aplicada ao setor público
4.1	UERN	6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
4.1	UFJF	5º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
4.1	UFJGV	6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
4.1	UNEAL	4º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
4.1	UTFPR	7º	Contabilidade aplicada ao setor público II
4.1	UFJF	6º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II

4.1	UNEAL	5º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II
4.1	UFMG	9º	Contabilidade das Instituições Públicas
4.1	UNB	7º	Contabilidade do Setor Público
4.1	UEG	5º	Contabilidade E Orçamento Aplicada Ao Setor Público I
4.1	UEG	6º	Contabilidade E Orçamento Aplicada Ao Setor Público II
4.1	UEM	4º	Contabilidade e Orçamento Governamental I
4.1	UEM	5º	Contabilidade e Orçamento Governamental II
4.1	UNIFIMES	3º	Contabilidade e Orçamento Público
4.1	UNB	5º	Finanças do Setor Público
4.1	UERN	5º	Finanças e Orçamento das Instituições Públicas
4.1	UFPI	4º	Gestão de Finanças Públicas
4.1	FATEB	7º	Gestão Finanças Públicas
4.1	UERN	7º	Controle Interno na Gestão Pública
4.1	UNB	6º	Orçamento do Setor Público
4.1	UFBA NOT	5º	Orçamento E Fin. Governamental
4.1	UFBA DIU	4º	Orçamento E Fin. Governamental
4.1	UFERSA	5º	Orçamento Público
4.1	UFERSA	7º	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social
4.1	UNIFIMES	3º	Contabilidade das Sociedades Cooperativas
4.1	UFPI	5º	CASP I - Contabilidade Aplicada ao Setor Público
4.1	UFPI	6º	CASP II - Contabilidade Aplicada ao Setor Público
4.2	UTFPR	2º	Empreendedorismo
4.2	FATEB	7º	Empreendedorismo
4.2	UFPI	6º	Planej. Contábil e Tributário
4.2	UFRGS	5º	Planejamento Contábil
4.2	UFPI	5º	Sist. de Inf. Gerencial – SIG
4.2	UNEAL	6º	Sistema de Informação Gerencial
4.2	UFRGS	7º	Sistema De Informações Gerenciais
4.2	UEG	8º	Sistema De Informações Gerenciais
4.2	UFRGS	8º	Sistema De Informações Gerenciais II
4.2	UFBA NOT	7º	Sistema Informação Gerencial
4.2	UFBA DIU	7º	Sistema Informação Gerencial
4.2	UNB	7º	Sistemas de Controle Gerencial
4.2	UFJFGV	2º	Sistemas de Informação Gerencial
4.2	UNEAL	8º	Tópicos em Controladoria
4.2	UNIFESP	6º	Controladoria
4.2	UFRGS	8º	Controladoria
4.2	UEM	8º	Controladoria
4.2	UFPI	8º	Controladoria
4.2	UFJF	6º	Controladoria
4.2	UFJFGV	6º	Controladoria
4.2	FATEB	6º	Controladoria

4.2	UERR	8º	Controladoria
4.2	UERN	8º	Controladoria
4.2	FAFICH	7º	Controladoria
4.2	UEG	9º	Controladoria
4.2	UNIFIMES	7º	Controladoria
4.2	UFMS	8º	Controladoria "A"
4.2	UFERSA	8º	Controladoria Empresarial
4.2	UTFPR	7º	Controladoria I
4.2	UTFPR	8º	Controladoria II
4.2	UFBA NOT	8º	Introdução A Controladoria
4.2	UFBA DIU	8º	Introdução à Controladoria
4.2	UTFPR	6º	Avaliação de desempenho organizacional
4.4	UNIFIMES	6º	Gestão de Novos Negócios
4.6	UFJF	4º	Gestão Financeira I
4.6	UFJFGV	4º	Gestão Financeira I
4.6	UFJF	5º	Gestão Financeira II
4.6	UFJFGV	5º	Gestão Financeira II
4.6	UFRGS	4º	Administração Financeira
4.6	UFERSA	4º	Administração Financeira
4.6	FATEB	5º	Administração Financeira
4.6	UERR	6º	Administração Financeira
4.6	FAFICH	5º	Administração Financeira
4.6	UEG	5º	Administração Financeira E Orçamentária I
4.6	UEG	6º	Administração Financeira E Orçamentária II
4.6	UNEAL	6º	Administração Financeira e Orçamento Empresarial
4.6	UFMG	4º	Administração Financeira I
4.7	UNIFESP	7º	Estágio Curricular Supervisionado
4.7	UFRGS	6º	Estágio Curricular Supervisionado
4.7	UEM	8º	Estágio Curricular Supervisionado
4.7	UFBA DIU	8º	Estágio Em Contabilidade
4.7	UFBA NOT	9º	Estágio Em Contabilidade
4.7	UFPI	8º	Estágio Superv. Obrig. – Privada
4.7	UFPI	7º	Estágio Superv. Obrig. – Publica
4.7	UFV	8º	Estágio Supervisionado
4.7	UNIFIMES	8º	Estágio Supervisionado
4.7	UERR	6º	Estágio Supervisionado I
4.7	UERN	7º	Estágio Supervisionado I
4.7	UERR	7º	Estágio Supervisionado II
4.7	UERN	8º	Estágio Supervisionado II
4.7	UEG	7º	Prática De Estágio I
4.7	UEG	8º	Prática De Estágio II
4.7	UEG	9º	Prática De Estágio III

4.7	UEG	10º	Prática De Estágio IV
4.7	FAFICH	6º	Prática e Estágio Contábil I
4.7	FAFICH	7º	Prática e Estágio Contábil II
4.7	FAFICH	8º	Prática e Estágio Contábil III
S.C.	UERR	1º	Leitura e Produção Textual
S.C.	UFBA DIU	2º	Língua Portuguesa – Instrumento De Comunicação
S.C.	UFBA NOT	7º	Língua Portuguesa Como Instrumento De Comunicação
S.C.	UEG	1º	Linguagem, Tecnologias E Produção Textual
S.C.	UFV	2º	Oficina de Leitura e Produção de Gêneros
S.C.	FATEB	1º	Português - Gramática
S.C.	FATEB	2º	Português - Leitura
S.C.	UFRGS	1º	Produção De Textos
S.C.	UTFPR	1º	Leitura e produção de textos acadêmicos
S.C.	UNIFIMES	1º	Leitura e Compreensão de Textos
S.C.	UNIFIMES	8º	Leitura e Produção de Textos
N.C.	UERR	1º	Introdução à Filosofia
N.C.	UEM	5º	Filosofia
N.C.	UTFPR	2º	Filosofia
N.C.	UEM	2º	Sociologia
N.C.	UFV	5º	Sociologia
N.C.	FAFICH	1º	Sociologia
N.C.	UNIFIMES	1º	Sociologia
N.C.	UFMS	1º	Sociologia "A"
N.C.	UFERSA	2º	Sociologia das Organizações
N.C.	UNEAL	1º	Sociologia das Organizações
N.C.	FATEB	3º	Sociologia Educacional
N.C.	UFPI	2º	Sociologia Organizacional
N.C.	UEM	7º	Psicologia no Contexto do Trabalho
N.C.	UTFPR	1º	Psicologia organizacional
N.C.	UFPI	3º	Psicologia Organizacional
N.C.	FATEB	3º	Psicologia Organizacional
N.C.	UEG	1º	Psicologia Organizacional
N.C.	UNIFIMES	3º	Psicologia Organizacional
N.C.	UNEAL	2º	Psicologia Organizacional
N.C.	UERN	2º	Psicologia Social
N.C.	UFMS	7º	Relações Humanas no Trabalho "A"
N.C.	UNIFESP	1º	Compreensão da Realidade Brasileira - CRB II: Formação
N.C.	UEG	2º	Diversidade, Cidadania E Direitos
N.C.	UFERSA	3º	Liderança e Comportamento Humano
N.C.	UNB	3º	Introdução a Sociologia
E.L.	UFJF	7º	Eletiva
E.L.	UFJF	7º	Eletiva

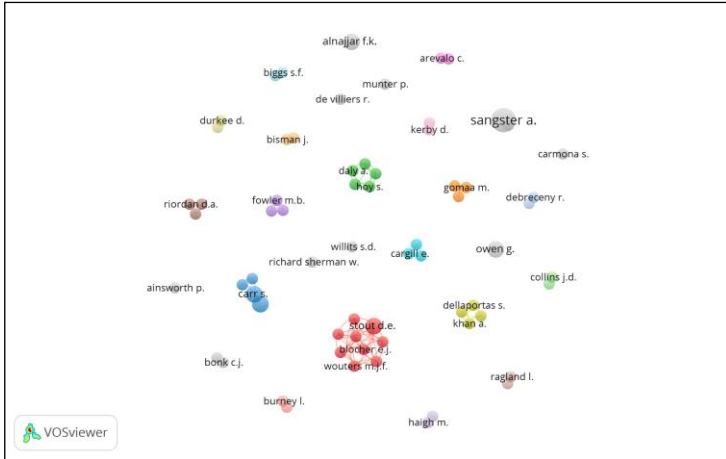
E.L.	UFJF	8º	Eletiva
E.L.	UFJF	8º	Eletiva
E.L.	UFJF	9º	Eletiva
E.L.	UFJF	9º	Eletiva
E.L.	UFJF	9º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	7º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	7º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	8º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	8º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	8º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	9º	Eletiva
E.L.	UFJFGV	9º	Eletiva
E.L.	UFERSA	7º	ELETIVA I
E.L.	UFERSA	7º	ELETIVA II
E.L.	UFERSA	8º	ELETIVA III
E.L.	UFERSA	8º	ELETIVA IV
E.L.	UFERSA	9º	ELETIVA V
E.L.	UFMG	5º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	6º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	7º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	8º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	9º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	10º	Carga Eletiva
E.L.	UFMG	3º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	4º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	7º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	8º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	9º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	10º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	10º	Carga Optativa - Grupos
E.L.	UFMG	3º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	4º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	6º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	6º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	6º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	6º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	7º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	8º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	8º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFMG	9º	Carga Optativa – Grupos
E.L.	UFPI	4º	Optativa
E.L.	UFPI	5º	Optativa
E.L.	UFPI	6º	Optativa

E.L.	UFJF	9º	Optativa
E.L.	UFJF	9º	Optativa
E.L.	UFJF	10º	Optativa
E.L.	UFJFGV	9º	Optativa
E.L.	UFJFGV	9º	Optativa
E.L.	UFJFGV	10º	Optativa
E.L.	UFBA NOT	7º	Optativa
E.L.	UFBA NOT	8º	Optativa
E.L.	UFBA NOT	8º	Optativa
E.L.	UFBA NOT	9º	Optativa
E.L.	UFBA NOT	9º	Optativa
E.L.	UFBA DIU	6º	Optativa
E.L.	UFBA DIU	8º	Optativa
E.L.	UFBA DIU	8º	Optativa
E.L.	UFBA DIU	8º	Optativa
E.L.	FAFICH	7º	Optativa
E.L.	FAFICH	8º	Optativa
E.L.	UEM	5º	Optativa I
E.L.	UEM	7º	Optativa II
E.L.	UNEAL	3º	Flexível I
E.L.	UNEAL	5º	Flexível II
E.L.	UFJFGV	10º	Flexibilização Curricular

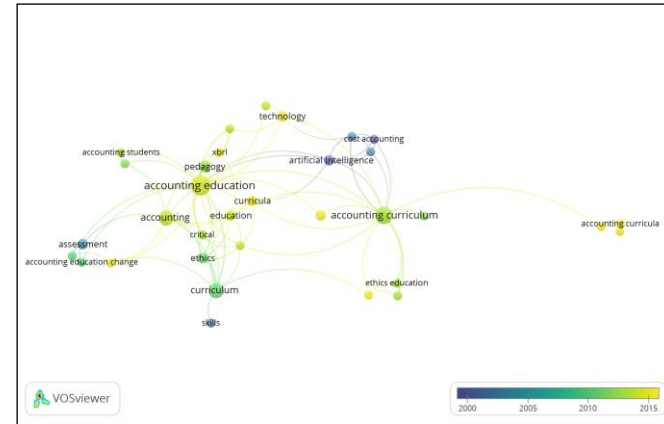
A.C.	UFPI	1º	Seminário de Introdução ao Curso
A.C.	UNEAL	1º	Seminário Interdisciplinar I
A.C.	UNEAL	2º	Seminário Interdisciplinar II
A.C.	UNEAL	3º	Seminário Interdisciplinar III
A.C.	UNEAL	4º	Seminário Interdisciplinar IV
A.C.	UNEAL	5º	Seminário Interdisciplinar V
A.C.	UNEAL	6º	Seminário Interdisciplinar VI
A.C.	UEG	8º	Seminários E Projetos
A.C.	UNIFESP	7º	Projetos de Extensão Universitária
A.C.	UTFPR	4º	Oficina de Projeto integrador
A.C.	UNIFESP	8º	Atividades Complementares
A.C.	UFJF	10º	Atividades complementares
A.C.	FAFICH	7º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	1º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	2º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	3º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	4º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	5º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	6º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	7º	Atividades Complementares
A.C.	UNIFIMES	8º	Atividades Complementares

ANEXO 1 – Figuras VOSviewer

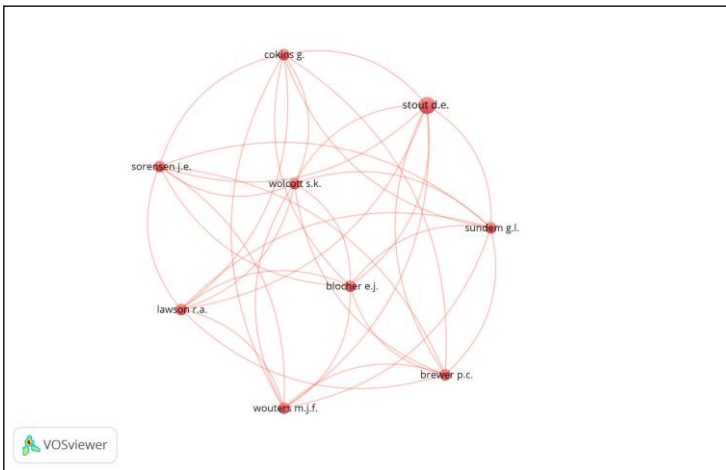
Rede Bibliográfica dos 66 Autores Mais Citados (no mínimo 10 vezes)



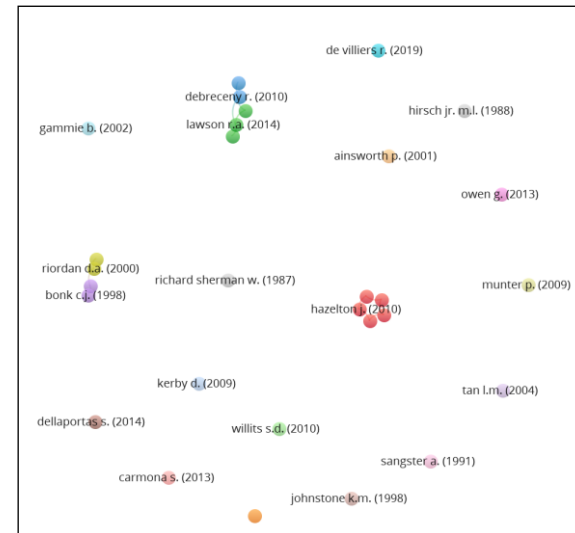
Rede Bibliográfica das 33 Palavras-chave Mais Recorrentes



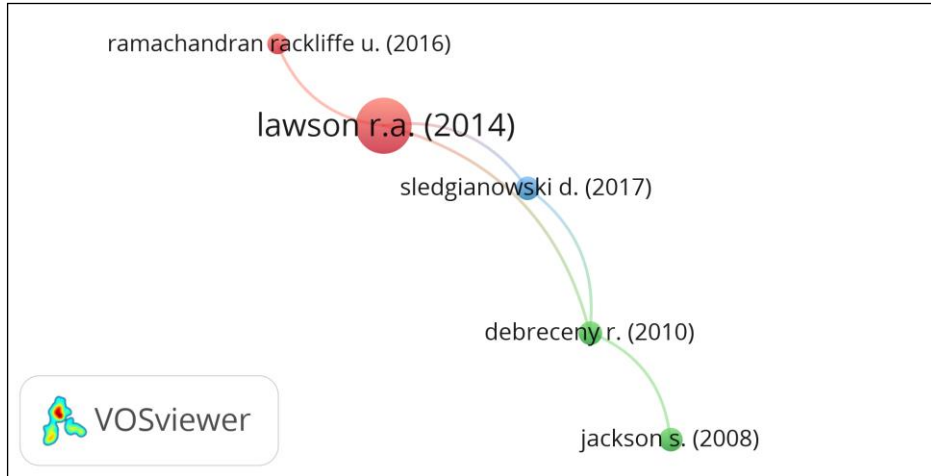
Rede Bibliográfica dos 9 Autores Mais Citados (no mínimo 10 vezes)



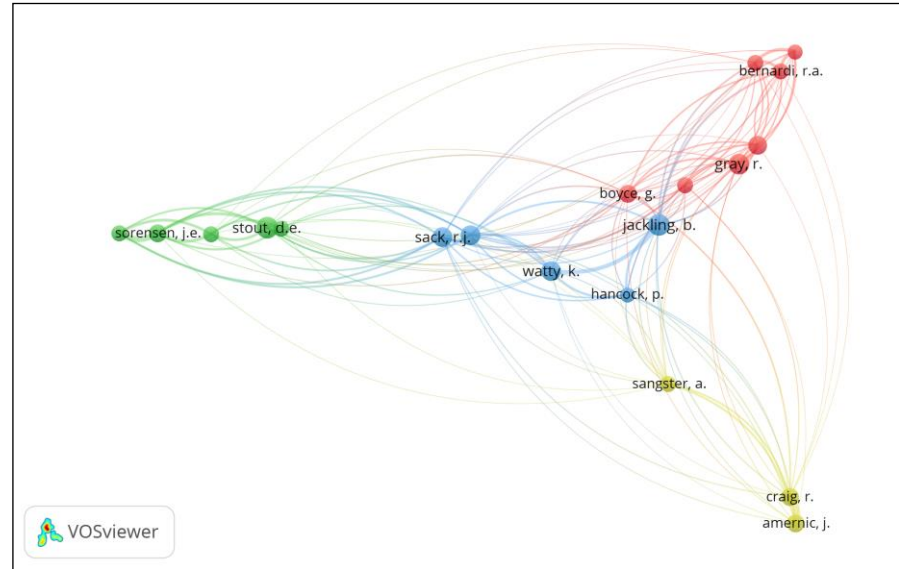
Rede Bibliográfica dos 29 Estudos Mais Citados



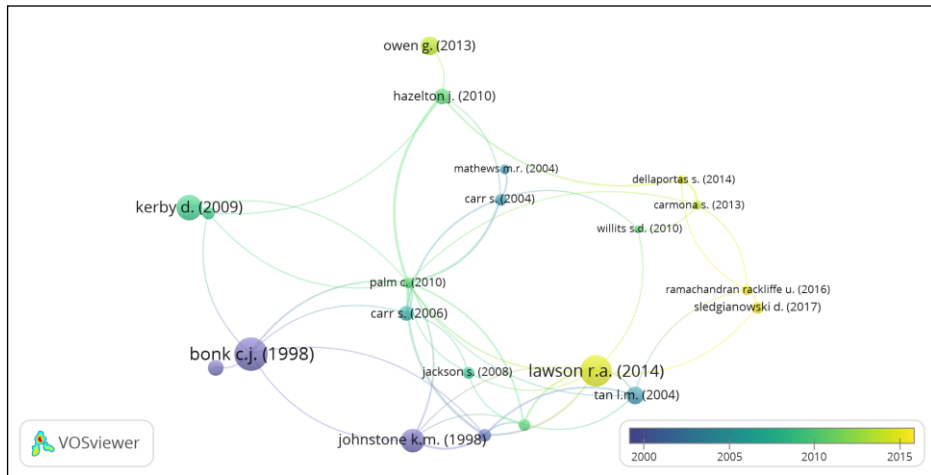
Rede Bibliográfica Dos 5 Estudos Com Mais Ligações Entre Si



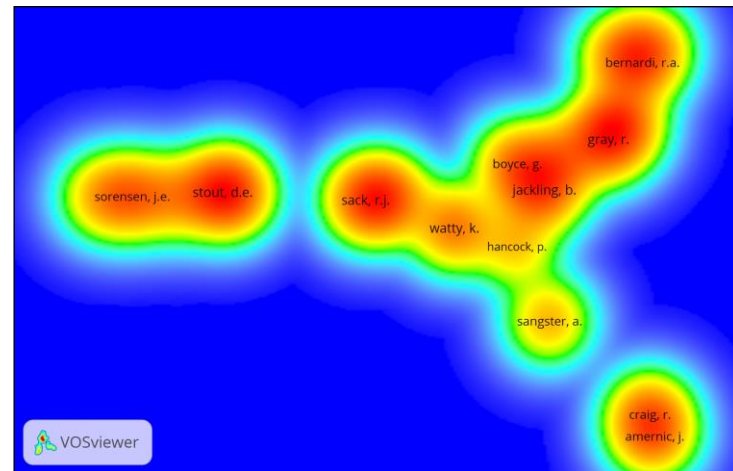
Rede Bibliográfica dos 20 autores Co-citados por Cluster



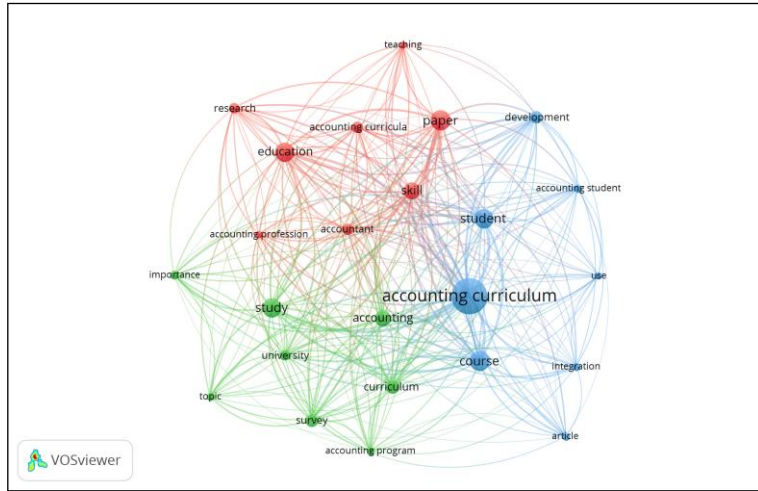
Rede Bibliográfica 21 Estudos por Acoplamento Bibliográfico por Período



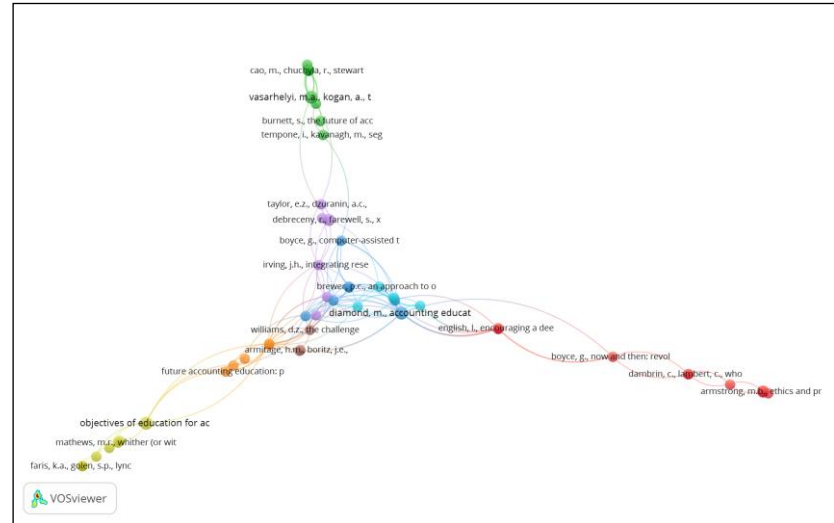
Rede Bibliográfica dos 20 Autores Co-citados por Densidade



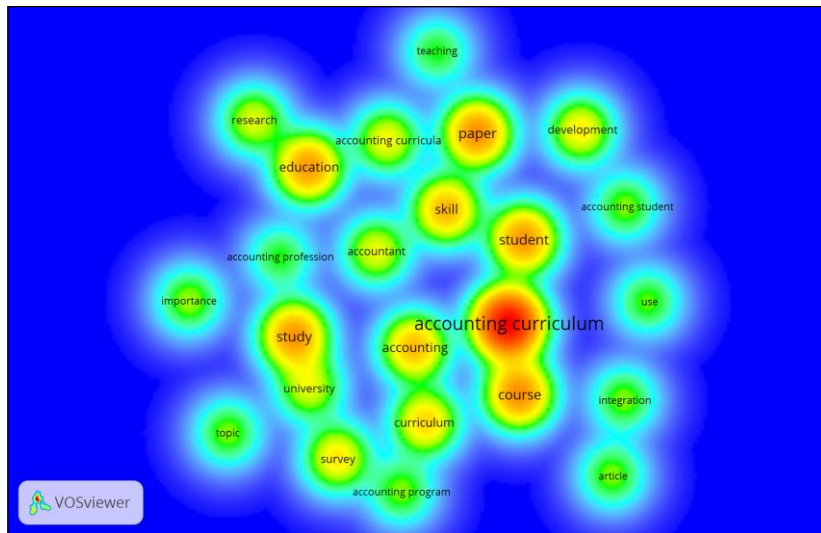
Rede Bibliográfica dos 24 Termos Recorrentes por Cluster



Rede Bibliográfica das 50 Obras Mais Citadas por Cluster



Rede Bibliográfica dos 24 Termos Recorrentes por Densidade



Rede Bibliográfica das 50 Obras Mais Citadas por Densidade

